



REVISTA COMEMORATIVA DO BICENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO DE MONTE SANTO DE MINAS - 1820/2020 -

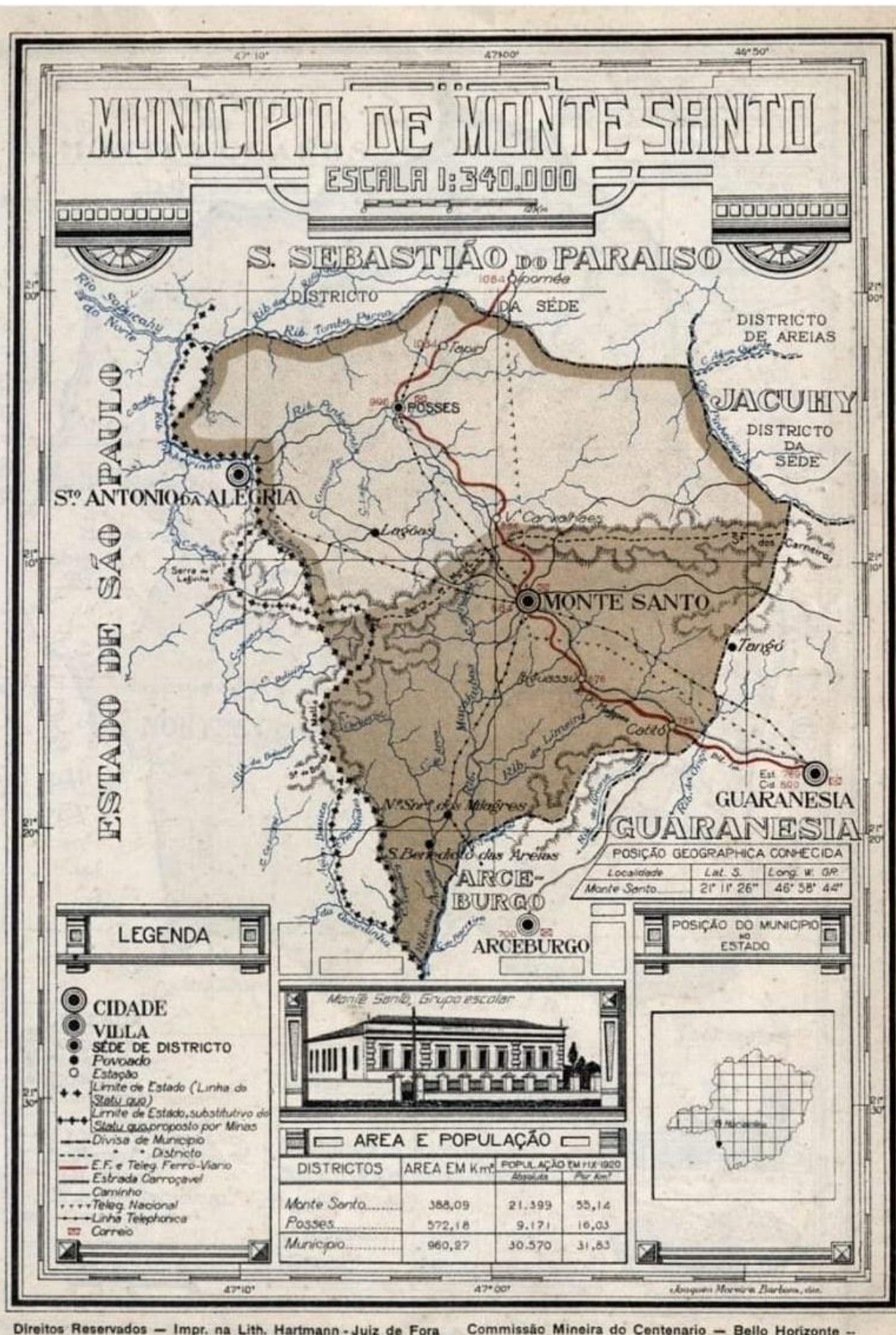
Com adendo da história do distrito de Milagre

Realização: Prefeitura Municipal de Monte Santo de Minas

Pesquisa e redação de Sander Rogério Ribeiro Pereira



Vista de Monte Santo (1925) de Natale Parisi.



MAPA DO MUNICÍPIO DE MONTE SANTO DE MINAS, ONDE CONSTA O POVOADO DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES E O DISTRITO DE POSSES, PUBLICADO EM 1927, NO "ÁLBUM CHOROGRAPHICO MUNICIPAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS". PODE-SE OBSERVAR O DESENHO DO PRÉDIO DO GRUPO ESCOLAR DOUTOR WENCESLAU BRAZ

MENSAGEM DO PREFEITO



O ano de 2020 ficará marcado para sempre nas nossas vidas, e com certeza na vida das próximas gerações. Este ano será lembrado como o ano da pandemia do COVID-19 e por todas as complicações dela advindas. A economia muito sofreu, as rotinas se transformaram drasticamente, muitos hábitos do nosso cotidiano foram abandonados, outros tantos foram incorporados e infelizmente muitas vidas se perderam. Um novo normal está sendo adotado e muito dificilmente será abandonado mesmo depois da tão esperada vacina.

Mas, como que de tudo pode se tirar ensinamentos, e que nos leva ao crescimento, e essa pandemia não seria diferente e não o foi. Com ela e por causa dela, muitos tiveram a oportunidade de rever e reavaliar valores e objetivos da própria vida, contribuindo dessa forma para uma grande evolução da humanidade. Com certeza essas transformações serão percebidas e confirmadas em um futuro bem próximo e para todo o sempre.

Para Monte Santo de Minas não está sendo diferente, apesar de muitas particularidades decorrentes do bom trabalho realizado por equipes capazes, comprometidas e dedicadas; o que pode ser confirmado pelos números até agora apresentados. A estas só nos resta dizer um enorme e humilde “*MUITO OBRIGADO*”.

Outras grandes transformações ocorreram também na política municipal, decorrentes de uma administração preocupada com a legalidade, moralidade, transparência e respeito ao bem público e conseqüentemente aos nossos munícipes.

Um ano de eleições municipais, sem a presença do atual chefe do poder executivo, tanto na disputa como em apoio, deixando dessa forma a decisão para a população sem interferência alguma da administração atual. O resultado alcançado será muito benéfico para todos. Uma transição pacífica como nunca antes se tem notícia, colocando a política municipal em um patamar de nível superior.

Tenho dito e repetido que a reeleição é muito mais um projeto de poder do que um plano de governo. O mandato tem data e hora para começar e data e hora para terminar. Todos sabem disso.

Uma das justificativas muito usadas para a reeleição é que os quatro anos do mandato não são suficientes para se realizar “tudo” o que se pretendia; e como que oito anos seriam então? Não se pode esquecer que a administração pública é uma obra que nunca ficará pronta. Isso não impede, é claro, que se de continuidade a tudo aquilo que se tenha iniciado em um mandato e eventualmente não se tenha dito tempo ou recursos suficientes para seu termino. A administração sucessora tem o dever e a obrigação de corrigir eventuais falhas anteriores e dar continuidade aos benefícios alcançados para a população. Isso é política seria.

Espero que tudo aquilo que conseguimos conquistar e demonstrar durante este mandato, seja efetivamente incorporado à administração municipal pelos próximos gestores, e que este seja apenas um marco para uma grande transformação que servira de base para os próximos cem anos, no mínimo. Que assim seja...

Monte Santo de Minas, 20 de junho de 2020

PAULO SÉRGIO GORNATI
PREFEITO MUNICIPAL 2017-2020



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES



Por que parece ser tão mais fácil reclamar da vida? Por que temos uma certa tendência a ficarmos insatisfeitos e a achar que estamos muito longe de tudo aquilo que sonhamos. Por que a grama do vizinho parece ser tão mais verde do que a nossa? Será que é tão difícil olhar para a nossa vida e para nós com o mesmo olhar que lançamos para os outros?

Nós precisamos aprender a ter orgulho do que somos, do que fazemos e do que temos. Precisamos ser menos críticos e menos cruéis conosco, precisamos saber relevar as nossas falhas e fraquezas e saber celebrar as pequenas conquistas diárias. Os nossos dias são feitos de pequenos passos e é com o sucesso dos pequenos passos que vamos chegar onde queremos.

É com este olhar generoso sobre mim e sobre a minha vida que eu agradeço a Deus por ter permitido que eu fosse um representante do povo na Câmara Municipal e que de alguma forma pudesse contribuir para o crescimento do nosso município, principalmente, nesta comemoração tão especial, que são os duzentos anos. Tudo o que alcançamos até hoje é fruto de um grande trabalho, de inúmeras pessoas. Reconheço o meu esforço e de todos os demais trabalhadores e me reconcilio com os fracassos, por que, sei que nenhum deles foi grande o suficiente para levar qualquer uma desistência, pelo contrário, somaram ainda mais forças para a continuidade do trabalho para Monte Santo de Minas e Milagre.

Sinto-me muito honrado e agradecido por todos aqueles que confiaram e acreditaram em mim e no trabalho de nossa Casa Legislativa.

Muito obrigado!

**VEREADOR JEAN LUCAS BIAGGIO
PRESIDENTE DA CÂMARA DOS VEREADORES**

MENSAGEM DO CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO



População Monte-santense e do Distrito de Milagre.

É com imensa satisfação e com muita gratidão que escrevo algumas palavras para este tão importante anuário. Este material, é mais um grande presente histórico e cultural para nossa sociedade.

Segundo o grande escritor Nildo Lage, “A cultura de um povo é o seu maior patrimônio. Preservá-la é resgatar a história, perpetuar valores, é permitir que as novas gerações não vivam sob as trevas do anonimato”, por isso, acredito que com a edição magnífica deste documento, nossa sociedade garante a preservação contínua das histórias e dos saberes de nosso povo.

Acredito na transformação do indivíduo, através da Cultura. Ela é uma fonte inesgotável de vida. Através das expressões culturais, o ser humano consegue se posicionar e demonstrar quem é o seu verdadeiro EU e as suas maiores habilidades.

Monte Santo de Minas, é um grande berço cultural. Fenômeno de manifestações e sensações. Cidade acolhedora. 200 anos de histórias!

Tenho a grata satisfação de ter minhas raízes, aqui, neste chão Monte-santense. Hoje, tenho a honra de estar na Direção do Departamento de Cultura, Turismo, Indústria e Comércio de nossa cidade, e que, graças ao desempenho de uma grande equipe, conseguimos fomentar neste celeiro cultural, uma diversidade de ações.

A construção coletiva e a participação de todos os agentes culturais, trabalhadores da cultura, incentivadores e da comunidade em geral, foi a prospecção para a grande mudança.

Os Conselheiros Municipais de Cultura e de Patrimônio Histórico e Artístico, tiveram e têm, papel fundamental, no resgate, na perpetuação, no fomento e na propagação das ações e práticas culturais para com a coletividade.

A história está diretamente ligada a pessoas e coisas. Por isso, almejo, que a chama do pertencimento e da união para uma cidade melhor, esteja sempre acessa em cada coração.

Que continuemos semeando boas sementes, para que em terra fértil, sempre possamos colher grandes frutos de um passado glorioso, para o presente e para o futuro.

Um dia, São Francisco de Paula do Tijucu Preto. Hoje, nossa bicentenária Monte Santo de Minas!

Muito obrigado.

BRUNO TRIPOLONI BALISTA

**Presidente do Conselho Municipal de Cultura/Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico/Presidente do Conselho Municipal de Turismo
Diretor do Departamento de Cultura, Turismo, Indústria e Comércio**

MENSAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO



Dia 26 de junho de 2020, aniversário da nossa terra, uma data importante. Essa data tem, então, força, vigor, origem, e tem, sobretudo, um destino, que é rumo ao desenvolvimento, à democracia política, social e econômica, à liberdade concreta, à igualdade e à equidade reais, e, sobretudo, à felicidade e bem estar de todos. Desejo nesse momento que esse o espírito de igualdade, fraternidade e de altruísmo esteja conosco.

Minha reflexão será objetiva. Falo em nome da Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Desenvolvimento.

Neste momento tão importante – não apenas o aniversário de nossa amada cidade, mas também o seu ducentésimo aniversário, comemorado com uma administração que tanto trabalha para realizar os ideais de desenvolvimento, igualdade, equidade, democracia, entre tantos outros, em todas as áreas de atuação do poder público, como a saúde, assistência social, educação, cultura, transporte, turismo, esporte, administração, entre outras -, é capital recapitular o percurso de desenvolvimento realizado até aqui e expressar nossos desejos mais profundos para o futuro.

No âmbito da educação, existem hoje sob a administração municipal cinco escolas de ensino infantil I e duas escolas de ensino fundamental I, além de um espaço de ensino em tempo integral de cada uma das escolas de ensino fundamental I. A educação municipal coloca para si como objetivo promover uma educação de qualidade, crítica, criativa, que promova a cidadania e considere o ser humano como um ser global: social, histórico, psicológico e biológico, adotando práticas críticas e contextualizadas.

No âmbito da cultura, foram criados novos espaços físicos e oportunidades formais para formação e expressão de nossos munícipes, sejam crianças ou não. Na área do turismo, inserimos o município no mapa do turismo regional e estadual ao adentrarmos nas rotas turísticas e ao divulgarmos as belezas naturais e os serviços de lazer do município na região.

No campo do esporte, diversificamos e inserimos novas modalidades esportivas ensinadas, como judô, futebol, ginástica artística, entre outros.

Já no âmbito do desenvolvimento, realizamos ações educativas voltadas para a capacitação em empreendedorismo.

A partir de todas estas ações e muitas outras, possibilitadas pelo trabalho árduo de todos os servidores públicos do município, percebemos que estamos no caminho certo. Muito ainda há a fazer para garantirmos realmente e universalmente os direitos básicos, fundamentais e inalienáveis de todos os munícipes e de todos os brasileiros em geral em um Estado Democrático de Direito, e, ainda mais do que em uma mera democracia política, em uma democracia concreta, social e econômica: os direitos humanos, o direito à emancipação humana, o direito ao desenvolvimento humano pleno, o direito à dignidade, ao trabalho, à educação, à saúde, à cultura, ao bem estar, à superação das explorações econômicas e opressões sociais, à superação da diferença.

Nossa querida Monte Santo de Minas realizou um grande percurso de desenvolvimento ao longo de seus duzentos anos. Acreditamos que ainda mais progresso seja possível, em todas as áreas da sociedade. Com consciência, planejamento e ação, mas também com esperança e fé em um futuro de emancipação humana total, de paz e harmonia reais, seguimos trabalhando nos orientando por tais ideais.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para os avanços recentes e, também, a todos aqueles que vieram antes de nós. Agradeço a todos os que permitiram que eu e todos os outros contribuíssem e participassem da construção de nossa querida cidade. Agradeço a todos os presentes. Muito obrigado!

PEDRO ROBERTO DA SILVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO

MENSAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



Mansamente levanta-se a cortina dos meus olhos e um amanhecer especial vai se apresentando em cada detalhe...

O sol via nascendo, despontando-se todo grandioso, plainando impaciente no horizonte para conferir seu brilho reluzente ao momento...

Uma brisa suave vem se encarnar ao instante com a imponência de um maestro, dando o tom à melodia dos pássaros que bailam trajados na mais aplumada elegância, conferindo também o compasso à dança das flores e das folhas, que prepararam um colorido mágico para enfeitar o cenário...

O calendário registra dia 26 de junho de 2020: aniversário da minha cidade, Monte Santo de Minas, que completa 200 anos de existência, uma existência que vai muito além do simples e vago significado da palavra, mas sim pela profundidade de sua conotação diante da vida... da cidade, do distrito, da zona rural, dos filhos presentes, dos filhos distantes e dos filhos já ausentes...

São duzentos anos de história, de uma magnitude alicerçada em costumes, tradições e valores, nascidos do espírito de união e de trabalho daqueles que te fizeram nascer e crescer...

Acredito eu, que aniversariar para qualquer pessoa é sempre uma ocasião para uma reflexão, para um balanço, para uma avaliação do passado, do presente e do futuro. E com a cidade isso não é diferente, só que bem mais complexo, uma vez que esta análise parte dos mais variados anseios e desejos de cada filho. Entretanto, penso que todos comungam de um querer balizado nos mesmos princípios e objetivos, cujas ações visem o despertar de suas potencialidades, para seu crescimento, desenvolvimento e progresso...

Aniversariar é muito mais que um marco a se registrar, é uma oportunidade de repensar, reprogramar e recomeçar, olhar para trás buscando aprender com os erros e acertos do passado, projetá-los para o presente e traçar planos olhando para o futuro, buscando conquistar novos sonhos, novas realizações, escrevendo a nossa história através dos anos...

É com base nesta reflexão que expresso meus votos de feliz aniversário a você, minha Monte Santo de Minas...

Desejo que aos que por aqui passarem, administradores e cidadãos, visem sempre o melhor para ti, que norteiem seus atos pelo coração, imbuídos de coragem e determinação, rente ao que é verdadeiro e de direito, identificando sempre as prioridades coletivas e não pessoais. Afinal, os resultados tornam-se reais quando mutuamente conjugamos dedicação em nossas metas, trabalho em nossos braços, sabedoria em nossos atos, atrelados à atividade criadora do nosso espírito e na incessante devoção às coisas que queremos ver acontecer, olhando para trás com gratidão e para frente com determinação e fé...

Na qualidade de Secretária Municipal de Finanças, desejo ainda a ti, minha amada Monte Santo, que a matemática do tempo registre sempre em sua contabilização, a soma de esforços, a multiplicação de recursos, a divisão de resultados e a apuração líquida de um superávit que reflita e perpetue benefícios a todos os seus filhos...

Agradeço a Deus a dádiva de poder comemorar contigo seu bicentenário e de poder registrar aqui minha singela mensagem!

Feliz aniversário Monte Santo de Minas!

CARLA ADRIANA PICININI GIACOMELLI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

MENSAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA



Queridos monte-santenses,

Estar à frente da Secretaria de Saúde do nosso município neste ano, é motivo de muito orgulho, porém, de muita responsabilidade.

Orgulho, pois comemorar esta data histórica para nossa cidade, nos faz cheios de gratidão e reforça ainda mais o nosso compromisso para com nossos cidadãos.

Responsabilidade, porque justamente neste ano de comemoração do bicentenário, o mundo enfrenta a pandemia da COVID-19, tornando o trabalho da saúde pública ainda mais árduo e desafiador.

O compromisso dessa secretaria nesta gestão, sempre foi prestar um atendimento de qualidade e humanizado, visando a integralidade e a universalidade dos serviços de saúde.

Assim venho nesse momento, tentar passar a todos, uma mensagem de paz, transmitindo aos Monte-santenses e Milagrenses

muita luz, conquistas e renovações de votos em suas vidas.

200 anos uma data eternizada em nossos corações... Viva Monte Santo.

JUNIA CARLA SANTIAGO RODRIGUES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

MENSAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



Monte Santo é conhecida por toda região pelo seu povo acolhedor, carismático e feliz. Além disso, é nítida a beleza de nosso município e a devoção de todos os munícipes pela nossa querida cidade.

Nos meus quase trinta anos de serviço público, pude acompanhar vários mandatos, cada qual com seu próprio jeito de administrar, mas todos demonstrando um carinho e cuidado por nossa terra, que fizeram com que ela se tornasse uma cidade com uma excelente qualidade de vida.

Por mais que alguns monte-santenses, especialmente os mais novos, tenham o hábito de saírem da cidade em busca de seus sonhos e novas oportunidades de estudo e trabalho, fica claro o desejo de retornarem para Monte Santo e desfrutarem da tranquilidade e bem-estar que nossa cidade proporciona aos seus habitantes.

Além das belas paisagens e de seu destaque no setor do Turismo, Monte Santo é um bom destino para quem procura uma vida agradável em uma cidade tranquila, segura e acolhedora.

Por isso, o que eu desejo para o futuro, é que possamos achar um caminho para que a cidade cresça cada vez mais, especialmente no desenvolvimento econômico e gestão de empregos, para que nossos jovens possam realizar os seus sonhos sem sair dessa cidade tão amada e querida por todos nós.

JOELMA DE FÁTIMA DIÓGENES BENTO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

MENSAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Feliz 200 anos, Monte Santo de Minas!

Hoje, 26 de junho de 2020, o passado se encontra com o presente.

Há 100 anos, nossos ancestrais, nos deixavam uma mensagem, que de alguma forma, tinha um significado para eles, e a nossa parte é ler e interpreta-la de forma positiva, usando assim a experiência do tempo para escrever um futuro melhor. Hoje, essa é nossa responsabilidade.

Com o olhar voltado a Secretaria Municipal de Assistência Social consigo ver a dificuldade de sobrevivência aumentando a cada dia que passamos por essa pandemia, o trabalho está sendo árduo mas conseguiremos honrar os princípios da Assistência Social (universalização dos direitos sociais, respeito à dignidade e autonomia do cidadão e igualdade de direitos).

É importante entendermos que o momento que estamos vivendo é novo, mas de alguma forma iremos usá-lo como aprendizado, uma reflexão de como podemos ser melhores para o próximo, de como valorizar cada momento, pois eles são únicos. Uma época marca uma

história, uma história marca uma vida.

Ainda temos muito o que aprender, mas também ao mesmo tempo muito o que ensinar.

Hoje, cada um de nós, temos um desejo, creio que a maioria espera que consigamos passar por esse momento tão delicado, desejamos a vitória, que ela seja por meio da vacina ou outra forma que a ciência

encontrar para combater esse inimigo invisível que ameaça nosso futuro. Estamos em guerra, porém, com fé e garra sairemos vencedores.

Por fim, lembremos, que a vida só pode ser compreendida olhando para trás, mas só pode ser vivida olhando para frente.

Proponho que hoje os nossos valores (respeito, empatia, solidariedade e ética) falem mais alto e o presente se encontre com o futuro.

BÁRBARA JORGE NASCIMENTO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



DECRETO Nº 2.150/2020

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Cultura de Monte Santo de Minas para o biênio 2020/2022.

O Prefeito Municipal de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 96 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Cultura do Município de Monte Santo de Minas/MG, a saber:

- Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Desenvolvimento:

Titular: Bruno Tripoloni Balista

Suplente: Luciene Aparecida de Lima Bressan

- Representantes da Associação Pró-Cultura

Titular: Marta Regina Martins

Suplente: Isabela Maira Martins Pereira

- Representantes da CRIART - Associação Artistas e Artesãos de Monte Santo de Minas

Titular: Norma da Silva

Suplente: Ivani Ragazzi Ribeiro

- Representantes das Associações do Carnaval Local

Titular: Aroldo Moura Ferreira Júnior

Titular: Djalma Sardelli de Oliveira

Suplente: Letícia Batista dos Santos

Suplente: Lucas Antônio Cecílio Silva

- Representantes dos Clubes da Terceira Idade

Titular: Sandra Aparecida Cecílio Silva

Suplente: Adriana Ramos de Souza Guerzoni

- Representantes da ACIMS - Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Monte Santo de Minas

Titular: Carlos Aparecido Perlotti

Suplente: Bianca Pucci Palacini

- Representantes dos Grupos de Folias de Reis

Titular: João Augusto Espósito Lopes

Suplente: Adriano dos Reis Lopes

- Representantes dos Diretores de Escola Pública Municipal ou Estadual, ou particular, indicado pela Secretaria Municipal de Educação

Titular: Elisete da Silveira Silva

Suplente: Cláudia Perpétua Baldo dos Santos

- **Representantes da comunidade, cidadãos residentes no Município, com conhecimento e interesse na área, preferencialmente responsáveis por equipamentos culturais, tais como Museus, Bibliotecas, Centros Culturais ou teatro, cujo nomes serão apresentados ao Prefeito Municipal pelos representantes acima elencados.**

Titular: Dulcelena Albertini Marques

Titular: Egmar Garcia Ribeiro

Titular: João Paulo de Castro Sant'Ana

Suplente: Tânia Maria Souza Lopes

Suplente: Edna Regina Antonioli

Suplente: Tatiana Tizzot Pereira Lima

Art. 2º As funções reservadas a cada membro deste Conselho estão definidas no Art. 2º da Lei Municipal nº 2.267/2020 e em seu Regimento Interno.

Art. 3º A nova Diretoria para o biênio 2020/2022 será eleita na Assembleia Geral de posse dos novos membros.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Santo de Minas, 24 de julho de 2020.

Paulo Sérgio Gornati
Prefeito Municipal



DECRETO Nº. 2.093/2019

“Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural de Monte Santo de Minas para o biênio 2.019/2.021”

O Prefeito Municipal de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 96 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural de Monte Santo de Minas/MG, a saber:

Conselheiros Titulares:

- 1. Luciene Aparecida de Lima Bressan;**
- 2. Bruno Tripoloni Balista;**
- 3. Daiane Reis;**
- 4. Lúcia Aparecida Neves Santos;**
- 5. Lucas Duarte de Paula;**
- 6. Marlene Félix Pucci Palacini;**
- 7. Elen Silva Fichina.**

Conselheiros Suplentes:

- 1. Tiago José Manoel;**
- 4. Rogério Paulino Silva;**
- 3. Tânia Márcia Lopes Ribeiro;**
- 4. Sônia Aparecida Felix;**
- 5. Jorge Mazzaro Neto;**
- 6. Ana Paula Pereira de Mello Ramalho;**
- 7. Ana Claudia Silva Barbosa Lima.**

Art. 2º - As funções reservadas a cada membro deste Conselho estão definidas no Art. 4º da Lei Municipal nº 1.726/2010 e em seu Regimento Interno.

Art. 3º - A nova Diretoria para o biênio 2.019/2.021 será eleita na Assembleia Geral de posse dos novos membros.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o **Decreto nº. 1.787/2017**.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Monte Santo de Minas, 12 de dezembro de 2019.

Paulo Sérgio Gornati
Prefeito Municipal

APRESENTAÇÃO



A fim de assinalar os 200 anos da provisão que autorizou a construção da capela de São Francisco de Paula do Tejuco, datada de 20 de junho de 1820, reuniu-se neste trabalho contribuições para a história de Monte Santo de Minas, para o município de Arceburgo (distrito judiciário) e distrito de Milagre. É como se resgatássemos, além da historiografia, a alegria e a empolgação que envolveram os eventos em 1920. As poucas crônicas dos acontecimentos da festa – discursos, sessões literárias, espetáculos de fogos, teatro, bandas de música, missa solene, desfiles, banquete, baile – revela também os espaços seletivos da festa, o lugar e o papel de cada grupo, de maneira a permitir que contemple a cidade na diferenciação e no conflito que caracterizam a cultura urbana. À crônica da festa, segue-se o jornal “Commercio e Lavoura”, redatores Francisco Coelho e Olyntho Coelho, com a transcrição do discurso feito pelo dr. Joaquim Leonel de Michelet Navarro, sendo ao final muito aplaudido. Na mesma ocasião, falou o dr. Pedro Saturnino Vieira de Magalhães, poeta e tido como grande orador, que residiu em Muzambinho, Minas Gerais, naquela época que tinha vindo especialmente para assistir os festejos do primeiro centenário.

Quero declarar que este modesto trabalho não é de história para os eruditos, nem de literatura

para os amantes das palavras com sentido figurado. Escrevi estas linhas, acima de tudo, para dar satisfação a uma necessidade íntima de meu coração (neto de monte-santenses). Sempre nutri o desejo de escrever os fatos ligados ao passado histórico de Monte Santo de Minas.

Quando ainda criança, tomei conhecimento do sugestivo trabalho de Luiz Antonio Novelli – “Monte Santo de Minas: história e atualidade”, que foi, sem dúvida a fonte motivadora que me levou ao desejo ardente de conhecer mais detalhes e profundidade, a história de Monte Santo de Minas.

Um outro fator preponderante foi as longas conversas com meus avós maternos: João Ribeiro de Lima (Joãozinho Cassiano, 1904 – 2009) e Maria Julia Barbosa (Piruca, 1915 – 1997); os primos João Ribeiro de Faria (1904 – 1996); dr. Domingos Luz de Faria (1916 – 2011) e Ranulpho Faria (1906 – 1991), quando ficávamos horas seguidas, trocando informações e impressões sobre os fatos ocorridos e sobre nossos antepassados em comum. Uma outra parenta que me influenciou foi a Petronilia Paulino da Costa (Pedra, 1919 - 1992), que tinha um raro exemplar do “Anuário de Monte Santo”, publicado em 1942, pelos editores dr. Joaquim Ernesto Coelho; Elpídio Alves e José Tigani, em sua casa e que eu não me cansava de folhear e ler, quando íamos passear em sua casa.

É fácil compreender em trabalhos dessa natureza que, em muitos tópicos faltam dados complementares que, livros cartoriais, visitas ao Museu Municipal “Dr. Joaquim Ernesto Coelho” não foram conseguidos ou não me chegaram às mãos a tempo de aqui figurarem.

Sem outra aspiração, a não ser a de preservar a memória do passado histórico de Monte Santo de Minas, mostro à juventude o exemplo do trabalho expressivo e, sobretudo, de muito amor à Cidade – trabalho realizado por nossos antepassados e que, espero, sirva de inspiração às novas gerações, na construção da grandeza de Monte Santo de Minas.

Rendo também minha homenagem à memória do professor José Ferreira Carrato (1914 – 1996), que dedicou longo tempo ao estudo e à pesquisa do passado histórico de Monte Santo de

Minas, e graças sua inteligência privilegiada e a solidez de sua cultura especializada, projetou-se como uma das mais expressivas figuras no cenário da educação e da historiografia brasileira.

Somos particularmente gratos ao prefeito Paulo Sergio Gornati, ao Bruno Tripoloni Balista, diretor do Departamento de Cultura, Turismo, Indústria e Comércio e ao Pedro Silveira, Secretário Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Desenvolvimento, que contribuíram para a concretização deste trabalho. A eles os nossos agradecimentos e também as nossas excusas pelas falhas provavelmente encontradas no texto.

Agradecimentos pela colaboração assinada por autores que atenderam ao nosso apelo; aos depoimentos recolhidos oralmente de diversas pessoas e aos quais renovamos os nossos agradecimentos, textos e tópicos não assinados são de autoria e responsabilidade do redator.

A minha homenagem aos longevos monte-santenses centenários, que são fiéis depositários da história, da tradição e da memória dessa cidade bicentenária: dona Noêmia Luz Castro Moscardi (1913), Graciano de Oliveira (Fiúca, 1916), João Camarota (1917), Antonio Abrão Jorge (1917), Ataliba Pereira Lima (1920) e dona Alacir de Lima Paulino (1920). São muitas vitórias, conquistas e lembranças... mas o que quero frisar é que esses homens e mulheres centenários servem de inspiração para todos nós.

Como norma geral, procuramos descrever os fatos históricos calcados nas informações obtidas sem recorrermos a apreciações elogiosas desnecessárias.

Finalmente, neste momento de alegria e satisfação, quando celebramos o Bicentenário da Fundação de Monte Santo de Minas – embora a pandemia mundial do COVID-19 tenha restringido os festejos, por conta do isolamento social e demais normas higiênicas e sanitárias que foram impostas à população mundial a fim de conter o contágio dessa doença mortal – quando temos concluída esta pequena obra que nos propusemos realizar, trazemos à nossa memória as figuras dos fundadores de São Francisco de Paula do Tejuco, movido por fatores bem definidos e dos pioneiros que a desenvolveram, a ponto de fazer de Monte Santo de Minas o que de fato representa na comunidade de Minas Gerais.

Apesar do cuidado e do rigor empregados na utilização dos métodos, pela amplitude do trabalho, é provável que alguns enganos ou omissões tenham sido cometidos. Portanto, solicitamos sua compreensão no sentido de não julgar esse trabalho com crítica demasiadamente severa, porém com benevolência.

Não poderia deixar de citar que sou pentaneto de João Ferreira da Costa (São João del Rey, Minas Gerais, 1784 – Monte Santo de Minas, Minas Gerais, 1849) e tetraneto de Francisco Mendes Carneiro (São João del Rey, Minas Gerais, 1755 – Monte Santo de Minas, Minas Gerais, 1839), lavradores, viviam de seu trabalho. Eram letrados, o que dava uma superioridade sobre muitos de seus contemporâneos. Buscavam a riqueza pela mineração do ouro. Chegados na região dos “Sertões do Jacuhy”, onde o ouro era de aluvião, com a decadência do minério, tornaram-se novamente lavradores, mas aí com vasta extensão e são considerados, com muita propriedade e justiça, secundados com outros como fundadores de Monte Santo de Minas.

Em 02 de dezembro de 1720, a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro foi desmembrada pela Coroa Portuguesa, sendo criada a Capitania de Minas, que se tornou conhecida como Minas Gerais.

Comemoramos 300 anos de Minas nos propondo a celebrar (o passado), refletir (sobre o presente) e projetar (o futuro), a fim de contribuir para a transformação de Minas por meio de um processo inclusivo, solidário, sustentável e democrático.

Os primeiros tempos da mineração foram marcados por turbulências e conflitos, que a Coroa Portuguesa buscou enfrentar mediante a imposição do Fisco, da Justiça e da Polícia. Ao longo do século XVIII, foram inúmeras as revoltas, os motins, a fuga de escravos e a formação de quilombos.

Minas Gerais teve importante papel no prenúncio da nação, que é o principal significado da Inconfidência Mineira, tendo tido importante participação na constituição do Estado Nacional, com o Império, e na implantação da República. Celebrar Minas! Muito mais antiga que esses 300 anos, que marcam a criação da capitania das Minas Gerais... vamos cantar e contar a História e seu povo maravilhoso e sofrido e sonhar com futuros

luminosos, não obstante a escuridão destes nossos tempos!

"... Disse que o mineiro não crê demasiado na ação objetiva; mas, com isso, não se anula. Só que mineiro não se move de graça. Ele permanece e conserva. Ele espia, indaga, protela ou palia, se sopita, tolera, remancheia, perrengueia, sorri, escapole, se retarda, faz véspera, tempera, cala a boca, matuta, destorce, engambela, pauteia, se prepara. Mas, sendo a vez, sendo a hora, Minas entende, atende, toma tento, avança, peleja e faz. Sempre assim foi. Ares e modos. Assim seja..."
(João Guimarães Rosa).

Monte Santo, 26 de junho de 1820/2020.

(Sander Rogério Ribeiro Pereira, historiador, docente especializado e pós-graduado em metodologia do ensino de história (UNIFEG); detentor da Medalha “Israel Pinheiro”, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e sócio honorífico do Instituto Histórico e Cultural de Arceburgo, Minas Gerais).

MONTE SANTO (MINHA TERRA)

Saudosa, regressei a Monte Santo!

Meio descrente, é certo, pois pensei

Que infantil sonho fosse todo o encanto

Que na imaginação eu engendrei!

Eis que chego, meu Deus! Tudo é verdade!

O céu daqui é um céu tão diferente!

De azul bem mais azul, na realidade,

E é mesmo o brilho seu mais envolvente!

As ruas alargaram suas asas...

E esses progressos os achei tristonhos!

Tive saudade só das velhas casas,

Que me abrigaram com meus velhos sonhos!

Em toda face vi sorriso amigo...

E me senti ali “alguém” na vida!

Noutras terras não tenho o mesmo abrigo

Sou triste em multidão desconhecida!

Quedei-me em frente à casa acinzentada,

A que me deu abrigo quando infante,

E quis sentir ali amargura

De minha mãe, calor naquele instante.

Não! Não entro! É cruel uma ilusão.

Eu preciso enfrentar a realidade

Junto à tumba, chorando, eu vi-me, então,

E de mamãe minoro esta saudade.

E não me contraria a Natureza

Que inda me abraça, benfazeja e amiga!

Com os mesmos hinos de invulgar beleza

Ouçó dos ninhos pristina cantiga!

Os mesmos campos com as mesmas flores!

Nas relvas deito-me, abraço o céu!

As mesmas tardes com as mesmas cores,

Até que a noite chegue com seu véu!

Como em criança eu corro pelos vales

E bebo água encantada em minhas fontes!

P’ra tirar de minh’alma todos os males,

De Monte Santo eu beijo os Santos Montes.

**HEBE MARY NAVARRO PONTES
CAMPOS**

APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DE MONTE SANTO DE MINAS



Obelisco comemorativo do 1º Centenário da Fundação de Monte Santo de Minas e o coreto no Jardim Velho.

As raízes históricas de Monte Santo de Minas remontam ao período do desbravamento do sul de Minas Gerais pelos bandeirantes paulistas, mais precisamente à época das famosas lavras de Jacuí. Os primeiros habitantes do município foram os garimpeiros que iam em busca do ouro pelo território de São Carlos do Jacuí, vindo das Lavras do Funil, de Oliveira, de São João del-Rey e de outros municípios. Atraídos pelas belezas naturais e pela fertilidade do solo, abandonaram, aos poucos, o garimpo e se dedicaram aos trabalhos da agricultura e o consequente desbravamento das matas do lugar.

“Enquanto isso, abandonando suas exploradas minas, Jacuí procurava desenvolver-se por outros caminhos, com vários de seus habitantes invadindo regiões próximas aos distritos, derrubando matas, abrindo picadas e povoando terras mais férteis para a lavoura. Iam, assim, aparecendo pequenos bairros (fazendas) que, por sua vez, iriam transformar-se em novos povoados.

A partir de 1814, as freguesias de Jacuí, Cabo Verde, Carmo do Rio Claro, Caldas e Douradinho passaram a fazer parte da jurisdição do termo da vila de São Carlos do Jacuí, enquanto as freguesias de Ouro Fino, Santana do Sapucaí,

Camanducaia, Pouso Alegre, continuaram a fazer parte do termo da Campanha da Princesa.

A Comarca do Rio das Mortes em 1815 era composta pelas vilas de São João del-Rey, São José del-Rey, Campanha, Queluz, Barbacena, Tamanduá, Jacuí e Baependi.

As primeiras penetrações de desbravadores no território municipal se deram na primeira década do século XIX, data mais remota que se tem conhecimento na história de Monte Santo de Minas. Diz-nos

o historiador, Luiz Antônio Novelli, que: “a história de Jacuí ficou ligada de maneira indissolúvel aos bairros que iam nascendo”.

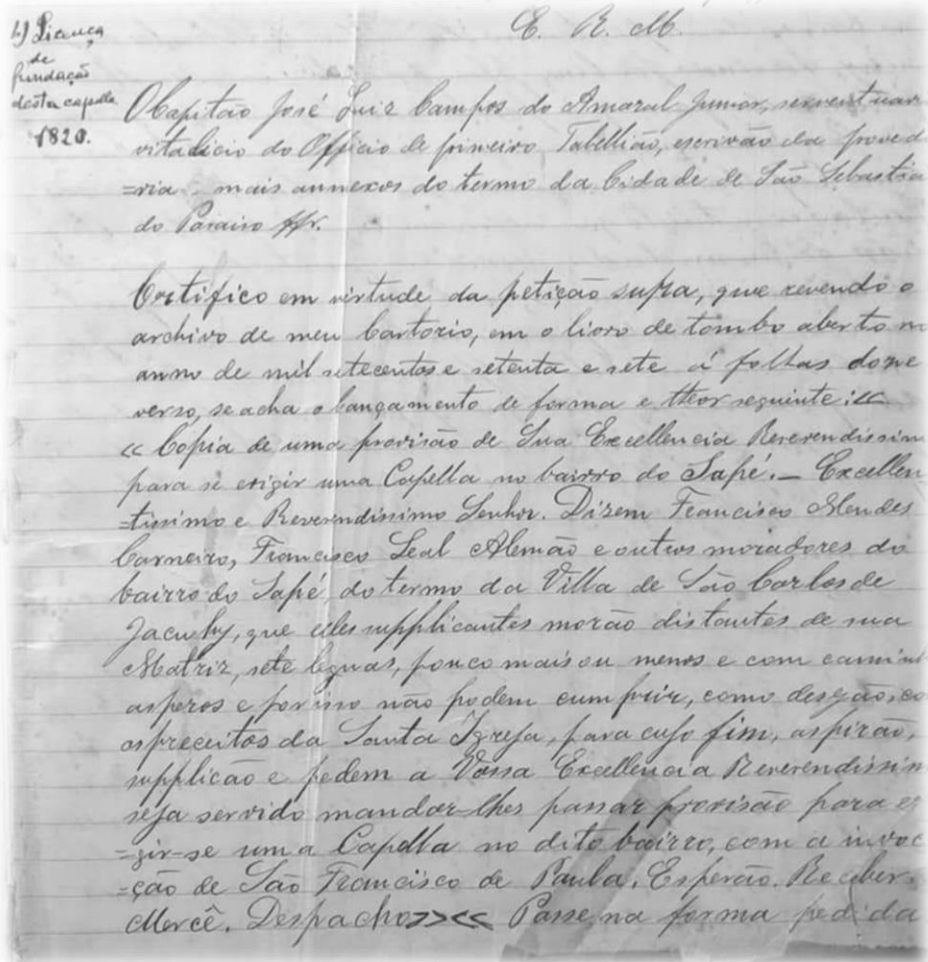
Dois desses bairros eram o Pinheirinho e o Sapé. No Pinheirinho, em 1817, já vivia Francisco Mendes Carneiro, conforme pode-se atestar

no documento que transcrevo: “Aos vinte e quatro de julho de mil, oitocentos e dezacete anos

nesta Matriz de Jacuhy, baptizei digo “sub extremis” e pus os Santos Óleos à Adão nascido a quatorze de maio próximo passado filho legítimo de Joaquim e Maria, escravos de Francisco Mendes Carneiro, morador do Pinheirinho; forão padrinhos Francisco da Silva, que validamente o baptizei e Joana Vieira, viúva de José Lopes, todos d’esta freguesia do que fiz este assento que assigno. O vigário coadjutor, Francisco Moreira de Carvalho”. (Livro de Batismos da Paróquia de São Carlos Borromeu, 1810/1848, Diocese de Guaxupé, Minas Gerais).

Esses dois povoados estavam distantes e dificultavam a ida de seus moradores a Jacuí, então Francisco Mendes Carneiro (1755 – 1838) e Francisco Leal Alemão (1752 – 1839), dois habitantes desses bairros, distantes algumas léguas de Jacuí, foram a essa vila à procura do pároco. Queixavam eles das dificuldades enfrentadas por suas famílias para ir à Igreja Matriz, pois grande era a distância em que moravam e quase intransponíveis os caminhos que deveriam

percorrer. Para resolver esse problema, o pároco orientou-os para que requeressem ao bispo de São Paulo uma provisão que lhes permitisse erigir uma capela onde moravam. Dias depois, dom Matheus de Abreu Pereira (1796-1824) recebia em São Paulo o seguinte requerimento, com data de 27



Cópia da provisão do bispo de São Paulo autorizando a ereção da capela de São Francisco de Paula do Tejuco (1820).

de maio de 1820: "Exmo e Rvmo. Sr. Dizem Francisco Mendes Carneiro, Francisco

Leal Alemão e outros moradores do bairro do Sapé, do termo da Villa de S.Carlos do Jacuhy, que elles suplicantes moram distantes de sua Matriz sete léguas, e com caminhos asperos e por isso não podem cumprir, como desejão, com os preceitos da Santa Igreja, para cujo fim, aspirão, supplicão e pedem a Vossa Excelencia Reverendissima seja servido mandar-lhes passar provisão para erigir-se uma capella no dito bairro, com a invocação de São Francisco de Paula. Esperão receber mercê". Vários dias já eram passados quando, por intermédio do pároco de Jacuí, os moradores

receberam com júbilo a seguinte provisão: “D. Matheus de Abreu Pereira, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de São Paulo, do Conselho de Sua Majestade Fidellissima, etc. etc. Aos que nossa Provisão virem, saude e benção em o Senhor.

Fazemos saber que attendendo Nós ao que por sua petição representarão Francisco Mendes Carneiro, Francisco Leal Alemão e outros moradores do bairro do Sapé, termo da Villa de São Carlos do Jacuhy, havemos por bem pela presente conceder-lhes faculdade para que possão, sem prejuizo dos Direitos parochiaes, fundar, erigir e edificar no dito bairro uma Capella, com a invocação de São Francisco de Paula, com tanto que seja em logar decente, alto, livre de humidade, desviado o quanto for possivel de logares immundos, sordidos e de casas particulares, não sendo porem em logares ermos e despovoados, em ambito sufficiente para poderem andar procissões, de sorte que fique com capacidade para pelo tempo futuro servir de Matriz, se for preciso, o qual logar será assignalado pelo Muito Reverendo Vigario da dita Villa, a quem por esta mesma damos comissão e observará o que determina a Constituição do Bispado e depois de

acabada, se não poderá nella dizer Missa sem nova licença Nossa, para o que precederá informação de logar e capacidade da mesma Capella e escriptura de dote competente que ao menos valha cem mil réis e renda seis mil réis em cada anno para sua fabrica, reparação e ornamentos.

Dada em S. Paulo, sob nosso sello e Nossas Armas, aos vinte e seis de junho de 1820. E eu, o Padre Ildefonso Xavier Ferreira, Official da Camara Episcopal a escrevi. Matheus, Bispo”.

Construída a primeira capela no Sapé, e que segundo antiga tradição, esta localizava-se nas imediações da atual Escola Estadual “Américo de Paiva”: era necessário um capelão ou cura para atender as necessidades espirituais dos primeiros moradores. Segundo contavam, essa capela foi construída de taipa de pilão e coberta com folhas

de coqueiros, o que não corresponde à verdade histórica, pois para que a capela fosse curada, a mesma deveria ser construída de pedra e cal, e não somente de madeira ou de barro. Deveria ter altar-mor com retábulo, púlpito, confessionário, sacristia e sinos, pia batismal de pedra, alfaias e paramentos. Além de um cemitério murado.

A pequena igreja – talvez projetada por Francisco Mendes Carneiro e que veio completar a paisagem urbanística do povoado teria sido edificada ainda naquele ano de 1820 – modesta e simples em suas linhas arquitetônicas. A capela era, entretanto, em sua visão global, inspirada nas construções das primeiras capelas do barroco primitivo mineiro – de origem portuguesa. Toda caiada de branco, era destaque no centro da clareira aberta na mata e no denso capoeirão, que cobria o local onde hoje se localiza a Escola Estadual

Desenho alegórico da capela de São Francisco de Paula do Tejuco, por volta de 1825.



“Américo de Paiva” e os arredores do prédio do Seminário São Camilo.

Por esse tempo, os primeiros caminhos abertos, cortando as matas e os campos já ligavam o

povoado, que nascia, à vila de Nossa Senhora das Dores de Casa Branca, a São Bento do Cajuru, ao Ribeirão das Canoas (Mococa), a São Sebastião da Serra (São Sebastião do Paraíso), a Caconde e ao sul de Minas.

Em Monte Santo, as tropas tiveram também o seu grande papel. Existiram pousos de tropeiros por muitos anos, na confluência da atual rua Coronel Lucas Magalhães (antiga rua do Comércio, então a de maior movimento) com a avenida Coronel Antônio Paulino da Costa. Ali chegavam e dali partiam os lotes de tropas para Mococa e para São Sebastião da Serra (hoje do Paraíso). Os lotes chegavam com as mercadorias da Corte (Rio de Janeiro) e de São Paulo e levavam café, mantas de carne de porco, toucinho e gêneros da terra. Há notícias de algumas pessoas que

controlavam tropas: João Barbosa de Castro, Miguel Eugênio da Luz, Manoel Francisco Marôcho, Luiz Xavier da Costa, João Maurício de Souza, Pedro José Gomes e Thomaz Ramos da Silva. Eram rancheiros e hoteleiros Domiciano Rodrigues da Silva, José Caetano Vasco, Manoel Luiz Ferreira e José Luiz Ferreira.

Em 1825, o bairro do Sapé era já chamado de Aplicação de São Francisco de Paula do Tejuco e o primeiro capelão foi o padre Manoel Machado da Assumpção (1783 – 1848). A capela curada ou curato, era um título oficial dado pela Igreja Católica a um “povoado” com determinada

importância econômica e populacional. O distrito das capelas curadas se denominava “Aplicação” e era essencialmente uma divisão eclesiástica. Entretanto, já importava

em importantes consequências administrativas: o aglomeramento urbano deveria

obedecer aos códigos de posturas da vila (municípios) e eram eleitos e nomeados os primeiros juizes de paz divididos em “fogos” e “quarteirões”. A lei dizia que “em cada uma das freguesias e capelas curadas haverá um juiz de paz e um suplente, para servir no seu impedimento, enquanto não se estabelecem os distritos conforme nossa divisão estatística do Império”. O primeiro tabelião nomeado foi o alferes Cassiano José de Lima (1811 – 1879) e o primeiro Juiz de Paz, o capitão João Pedro Coelho (1779 – 1838).

A construção da capela sob a invocação de São Francisco de Paula (lembrança do onomástico dos dois fundadores Francisco Mendes Carneiro e Francisco Leal Alemão) impulsionou o desenvolvimento da nova povoação e foram surgindo novas construções: já contava, em 1831,

com 1.327 moradores, sendo 1.101 (livres) e 226 (cativos) e tendo 215 casas, ao mesmo tempo que a lavoura e a criação de gado cresciam, alargando as transações comerciais, canalizando recursos econômicos para o progresso material. Como marco do patrimônio doado e da criação – tanto do povoado como da capela curada – foi erguido um cruzeiro na frente da capela que, por longos anos, protegeu os que eram sepultados à sua sombra (tem-se notícias orais de que o primeiro cemitério fora construído onde hoje está o edifício do Fórum “Tito Livio Pontes”). Segundo Eduardo Mafra: ...“Origem colhida por tradição. Em 1815,

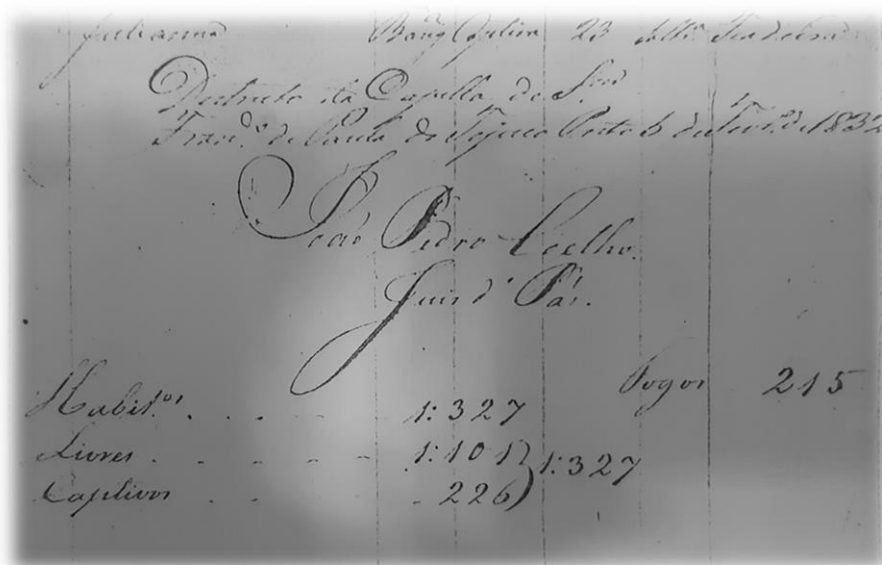
Valentim Leal Alemão (aqui há uma contradição, pois Valentim Leal Alemão nasceu em São João del-Rey, Minas Gerais, a 24 de fevereiro de 1799, e nessa ocasião ela teria cerca de 16 anos, presume-se, então, que seja seu pai, Francisco Leal Alemão), José

Ferreira Barboza e outros velhos habitantes fizeram doação de 50 alqueires de terra nas cabeceiras do córrego

“Tijuco”, como patrimônio de uma povoação à fundar-se. Em 1820, os mesmos doadores e alguns originários, depois de edificarem suas moradas no nascente povoado, solicitaram a respectiva licença do Bispo de S. Paulo etc”.

A Comarca do Rio Sapucaí, criada pela resolução de 30 de junho de 1833, compreendia os termos das vilas da Campanha, Jacuí e Pouso Alegre.

O capitão João Pedro Coelho, nascido em 1779, natural de São Nicolau, arcebispado do Porto, reino de Portugal, adquiriu na região, a fazenda do Pinheirinho, transferindo para ela sua residência. Logo, tomou vivo interesse pela fundação do povoado, tornando-se figura de destaque – em função dos muitos conhecimentos que possuía, de sua capacidade de trabalho e de



Assinatura e manuscrito do capitão João Pedro Coelho, como primeiro juiz de paz do distrito da capela de São Francisco de Paula do Tejuco Preto, datado de 05 de fevereiro de 1832.

suas qualidades de planejador de visão. Era um homem bem informado, dono de um razoável saber, considerando-se as circunstâncias do tempo em que viveu. O capitão João Pedro Coelho foi um dos signatários do auto da criação de São Carlos do Jacuhy, no ano de 1815. Em 1824, o capitão João Pedro Coelho era o presidente da Câmara da Vila de São Carlos do Jacuhy e morador no bairro rural Pinheirinho. Em 1831, na qualidade de 1º juiz de paz do distrito de São Francisco de Paula do Tejuco Preto, o capitão João Pedro Coelho fez a

contagem da população através da “Relação dos Habitantes do Distrito da Capela de S^m Francisco de Paula do Tejuco Preto do Termo da Villa do São Carlos do Jacuhy”. O capitão João Pedro faleceu em 1838.

No livro “Corografia Histórica da Província de Minas Gerais, publicado em 1837, de Raimundo José da Cunha Mattos, volume I, páginas 154 a 157, apresenta o seguinte resumo estatístico do termo de Jacuí:

Distritos	Fogos	Numero de Habitantes
Jacuí (sede)	189	960
Pinheirinho	143	919
Aterrado	116	730
Chapadão	225	1379
Serra	58	549
Cabo Verde	340	1972
Cascalho ou São José e Dores	134	853
Pinhal	88	612
Pedra Branca	169	935
Mozambo	273	1.371
Sacra Família	98	986
Carmo do Rio Claro	178	1.175
São Joaquim das Correntezas	110	639
São Sebastião da Ventania	258	1.555

Pinheirinho pode ter sido um dos quilombos conquistados por Bartolomeu Bueno do Prado, em 1759.

Talvez por “cochilo” ou omissão do autor ele não cita o distrito de São Francisco de Paula do Tejuco Preto, mas faz referência ao Pinheirinho, que estava localizado na região do distrito.

Em 1839, o juiz de paz José Ferreira da Costa (1797 – 1846) enviou ao presidente da província de Minas uma “Relação dos Habitantes do Districto de São Francisco do Tejuco do Jacuhy”. Documento importante esse, que enumera 2.688 moradores locais, com seus nomes e graduações, qualidades, idades, estados, empregos, instrução, naturalidades e comarcas de procedência. Há 487 lavradores, 10 negociantes, 01 ourives, 13 carpinteiros, 01 carapina, 07 sapateiros, 06 ferreiros e 04 alfaiates. Esse documento está no Arquivo Público de Minas Gerais. Abaixo segue a transcrição do ofício e por ele sabe-se as divisas do incipiente Tejuco, embora algumas partes estejam ilegíveis:

Ilmo. e Exmo. Snr.

Acuso o recebimento da Portaria de Vossa Excelência datada de 4 de abril do corrente anno (1839) em que me communica ter recebido o ofício que a V. Excia. dirigi com data de 10 de fevereiro do corrente acompanhada da Relação Nominal dos Habitantes deste Districto como V. Excia. havia determinado em portaria de 8 de maio do anno passado, mas que observava que atte a presente data não tenha feito as vezes de Quarteirões a bem deste que ordenação mencionada às distâncias sejam com outro districto, seguindo nesta mesma portaria podendo incorporar esta parte informando igualmente com urgência de V. Excia. qual a razão que foram feitas as divisas dos distritos em quarteirões... Ao que dispondo a V. Excia. qual razão...fez as divisas do districto em quarteirões com... a luz. Ao que respondo assim a V. Excia. que me ... como districto...pela ponta da Serra do ...direito a ponta do Morro do Engenho Velho e desse assim a divisão do Ribeirão da Onça dividindo com o districto de Santa Bárbara e por este Ribeirão abaixo até o Ribeirão das Macahúbas por este acima até abaixo do Ribeirão das Areias dividindo com o Districto do Cajuru do

Termo da Franca do Imperador da Província de São Paulo e pelo deste Ribeirão acima até suas cabeceiras e destas a rumo direito as cabeceiras do Ribeirão do Bahú e por este abaixo atte o marco e deste a rumo direito ao Ribeirão do Tomba Perna dividindo com o Districto de São Sebastião da Serra e por este Ribeirão acima atte suas cabeceiras destas ao cume da Serra por este adeante até o cume onde principiou está divisa. E advindo que do Arraial deste Districto ao do Districto do Cajuru dista 7 léguas ao do Districto de Santa Bárbara dista 1 1/2 léguas, ao Districto da Villa 6 léguas e ao do Districto de São Sebastião da Serra 6 1/2 léguas. Igualmente informo a V. Excia. que já procedi as divisas dos Quarteirões inteiros do meu Districto e que o não fiz em tempo tanto por que não recebi papéis alguns de meu antecessor como por minha falta de luzes e rogo a V. Excia. ou sim por minha falta de luzes e rogo a V. Excia. haja desculpar toda e qualquer que tenha havido de minha parte. Deos guarde a V. Excia. como ao público que lhe é mister. Districto de São Francisco de Paula do Tejuco, 28 de maio de 1839.

(a) José Ferreira da Costa, juiz de paz.

Quanto à procedência dos moradores, 310 são da terra, 487 de Jacuí, 203 de Lavras, 200 de Dolores, 152 de Campo Belo – os maiores contingentes de migração – e eram tantos das localidades vizinhas até as mais distantes, da província, da de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e até do Rio Grande do Sul. Já está presente, vindo de Jacuí, Francisco Coelho Monte Claro, então “tenente da Guarda Nacional”, e seu sogro, Antonio Alves de Almeida, então “capitão da Guarda Nacional”, procedente de Alfenas. Ainda não haviam chegado os Carvalhaes. Mas, já existiam os Ferreira da Costa (atuais Paulino da Costa); os Bento da Silva; os Marçal Vieira; os Garcia Duarte; os Moraes Preto; os Furtado de Medeiros; os Gomes Ribeiro; os Soares de Moraes; os Alves de Lima, entre outros.

Segundo o doutor Joaquim Ernesto Coelho, em seu “Anuário de Monte Santo”, publicado em 1942, há a suposta tese de que “... o atual districto de Monte Santo fazia parte da então fazenda Três Posses, pertencente aos três posseiros seguintes: João Ferreira da Costa, do qual descende a família Paulino da Costa; Inácio Alves de Lima, do qual descende a família Alves e José Ferreira

Barbosa, do qual descende a família Vieira. A escritura dessa doação foi passada em Jacuí, no cartório do tabelião José Ribeiro (...) e está assinada pelos três doadores (...) a doação, bem como a divisão da fazenda “Três Posses”, julgadas em Jacuí, no ano de 1844, pelo então juiz municipal daquela comarca, (sic) dr. Vicente Carvalhaes...”.

Uma curiosidade é que Inácio Alves de Lima e Francisco Mendes Carneiro eram cunhados, pois suas esposas donas Anna Luiza do Nascimento e Francisca Luiza do Nascimento, respectivamente, eram irmãs e também irmãs de João Ferreira da Costa. E Inácio Alves de Lima era irmão de dona Anna Leonarda dos Passos, que era esposa de João Ferreira da Costa.

Depois da ida do padre Manoel Machado da Assumpção, para Ribeirão das Canoas, a ainda não incipiente São Sebastião da Boa Vista (nomes primitivos de Mococa, São Paulo), sucedeu-lhe uma série de capelães, porém os primeiros registros paroquiais estão em desordem. Analisando o 1º Livro do Tombo encontra-se uma lista e revendo os livros de batizados da paróquia encontramos outra. O registro mais antigo de batismo foi lavrado em 28 de março de 1845, da criança Messias, filha legítima de João Fernandez Martins e de dona Maria das Dolores da Silva, sendo padrinhos Francisco Antonio Mafra e sua esposa, dona Maria Ignacia de Figueiredo. O registro não leva assinatura, mas presume-se que seja do padre Antonio Xavier da Costa. O registro de sepultamento mais antigo do cemitério paroquial é o do cadáver de Manoel Barbara de Oliveira, branco, viúvo de dona Ana Roza, natural do distrito e é assinado pelo escrivão Damaso Ribeiro de Menezes, com a data de 25 de dezembro de 1851. *Damaso Ribeiro de Menezes, nascido em 1789, era natural de Santa Luzia do Sabará, Minas Gerais, comerciante, foi um dos primeiros escrivães do Tejuco.*

Até cerca de 1870, ser enterrado dentro da capela ou igreja era normal naqueles tempos, a prática era usada para aproximar católicos dos santos. Um dos registros mais antigos que se tem notícia de sepultamento no interior da igreja foi o de dona Francisca Lopes de Faria (1795 – 1854), viúva do capitão Antonio Alvares de Almeida (1771 – 1852), falecida em 08 de junho de 1854. Seu corpo foi envolto em hábito preto e “jaz dentro

da Matriz de São Francisco do Monte Santo”, conforme registrou o padre Antonio Xavier da Costa.

O costume permaneceu até as primeiras noções de higiene pública, quando criaram os cemitérios, que eram normalmente instalados ao lado ou atrás das igrejas e o sepultamento no interior dos locais sagrados era sinal de prestígio para os católicos. Quando não cabia dentro da igreja, eram dispostos do lado de fora ou ao lado. Em todas as igrejas construídas até a segunda metade do século XIX encontra-se essa prática. O costume só deixou de ser presente após a década de 1860, quando surgiram as primeiras noções de higiene pública e os primeiros cemitérios nas cidades. Segundo teorias, o ar poluído pela decomposição dos corpos poderia disseminar doenças.

Segundo o Almanaque Laemmert, publicado em 1885, constatamos que “...o cemitério da paróquia, de recente construção, é bom, porém ainda não está construído”. Trata-se do cemitério do Ouvidor que

existiu onde hoje está instalado o “Asilo São Vicente de Paulo” e que funcionou até 1901.

A primeira denominação de Monte Santo de Minas foi São Francisco de Paula do Tejuco, nome motivado pela existência de um barro argiloso e pegajoso, cor preta, no córrego próximo ao povoado e que constituía verdadeiro pesadelo para os carroceiros e os tropeiros que vinham de Jacuí.

Ao redor da capela foi, aos poucos, surgindo o casario, onde havia falta de água para as necessidades públicas, o que obrigou os moradores ou a fazer cisternas junto de suas casas, ou então conduzir água de pequenas fontes encontradas na parte baixa da povoação, onde haviam duas lagoas,

cujas águas escoavam com facilidade. Aos poucos o adro da capela tomou o aspecto de um largo e as primeiras ruas foram formadas. As denominações mais antigas que se guardou das ruas de Monte Santo, são as seguintes: *largo da Mocoquinha ou largo da Santa Cruz, largo do Rosário, largo da Matriz, travessa do Norberto, travessa do João Vicente, travessa do Chicão, travessa do Elias Turco, rua Estreita ou rua do Caçador, rua do Comércio, rua da Porteira, rua Municipal, rua da Cadeia, rua de Baixo, rua de Cima, rua do Meio, rua das Helenas, rua do Cata Osso e rua Xavier de Abreu.*

O povoado se estendia pelo lugar denominado “Buracão”, na parte alta onde se alinha as casas e onde está a E. E. Américo de Paiva e o Seminário “São Camilo”, só existia a capelinha.



A Igreja Matriz de São Francisco de Paula do Monte Santo, foi construída na década de 1850, às expensas do comendador Coelho, sendo demolida em 1953.

A Comarca de Três Pontas foi criada pela lei número 464, de 22 de abril de 1850, compreendendo os municípios de Três Pontas, Jacuí e Cabo Verde, sendo suprimida pela lei número 719, de 16 de maio de 1855. A 16 de maio de 1855, Caldas, Jacuí e Passos formaram a vasta Comarca do Sapucaí.

Em muitas publicações há os relatos errôneos que em 1855 o distrito de São Francisco de Paula do Tejuco foi elevado à categoria de freguesia com o nome de São Francisco do Monte Santo. Vejamos:

Em maio de 1858, o distrito recebeu a visita pastoral de dom Antonio Joaquim de Mello, bispo de São Paulo, conforme a seguinte notícia publicada no “Jornal do Commercio”, publicado no Rio de Janeiro, em sua edição número 127, página 01, de 08.05.1859, que transcrevo em partes, assinada por dom Antonio Joaquim de Mello: “Carta do Bispo de São Paulo a suas ovelhas

visitadas a 1857 a 1858 - ...Não concluiremos este testemunho de vosso reconhecimento e gratidão, sem fazer especial menção de suas povoações, a quem somos mais devedores. A nova freguesia de Tijuco, hoje São Francisco das Chagas do Monte Santo, abriu suas mãos com mais liberdade em sua esmola para nosso seminário. O sr. commendador Francisco Coelho Monte Claro, que por si só nos deu 500\$; o Rev. Vigário da Vara Antonio Xavier, nos deu 600\$: toda a povoação, embora principiante, foi animada de zelo para esta obra... Das 42 localidades visitadas pelo bispo a que mais doou foi a da “Freguesia de São Francisco do Monte Santo”, com a contribuição de 3:251\$000 mil reis, seguida da ‘Cidade de Mogyimir’, que contribuiu com 2:700\$000 mil reis”.

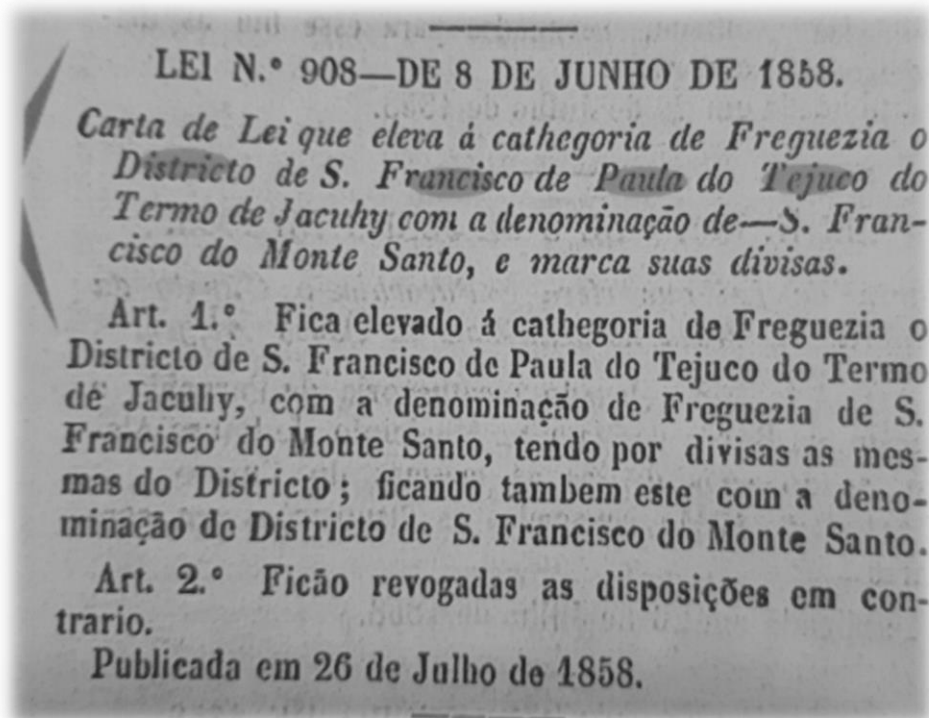
Monte Santo é uma palavra geomorfotopônimo, ou seja, topônimo

referente à geografia da região, o nome foi escolhido porque ela é cortada de Norte a Sul por uma serra pouco elevada, mas de aspecto bonito, que devido a topografia do terreno em que se encontra edificada a cidade, um planalto entre dois contrafortes da serra da Mantiqueira, tendo em seus contornos dois montes, que por sua semelhança se denominam: “Os Dois Irmãos”, isso já tinha servido de inspiração para que os irmãos, Francisco Coelho (1812 – 1861) e Urias de Souza Coelho (1823 – 1876) adotassem os sobrenomes de Francisco Coelho Monte Claro, em 1847 e Urias Coelho Monte Alegre, por volta de 1855. E o “Santo”, tradicionalmente se atribui a um suposto acordo entre os moradores e alguns missionários católicos que cá estiveram na época. Existe, porém,

a asserção de que este nome foi escolhido pelo próprio comendador Francisco Coelho Monte Claro, o nome mais notável, homem nobre, inteligente, de grande atividade, tendo conseguido uma ascendência de prestígio sobre toda essa região; merecendo de dom Pedro II o título de “Cavaleiro da Imperial Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo”, em 1849 e de “Oficial da Imperial Ordem da Rosa”, em 1855, duas grandes honrarias do Império.

Com o aumento populacional, foi criada a primeira escola pública no distrito pela transcrição a seguir: “Lei Nº 917 – De 4 de junho de 1858 –

Carta de Lei que cria uma cadeira d’instrução primaria do sexo masculino no Arraial de S. Francisco do Monte Santo, Termo de Jacuhy. Art. Único. Fica creada uma cadeira de instrução primaria do sexo masculino no Arraial de



Carta de lei publicada no Correio Oficial de Minas, em 26 de julho de 1858.

São Francisco do Monte Santo do Termo de Jacuhy, revogadas as disposições em contrário. Publicada em 26 de Julho de 1858”.

Através da lei provincial número 908, de 08 de junho de 1858 é que foi criada a freguesia de São Francisco do Monte Santo, porém, Novelli coloca na íntegra a referida lei provincial número 908, provando, segundo ele mesmo, a inverdade de tais afirmações, constantemente utilizadas:

“Lei Nº 908 – De 8 de junho de 1858 – Carta de lei que eleva à cathegoria de Freguezia o Districto de S. Francisco de Paula do Tejuco do Termo de Jacuhy, com a denominação – S. Francisco do Monte Santo, e marca suas divisas.

Art. 1º - Fica elevado à catheforia de Freguezia o Districto de S. Francisco de Paula do Tejuco do

Termo de Jacuhy, com a denominação de Freguezia de S. Francisco do Monte Santo, tendo por divisas as mesmas do Districto; ficando também este com a denominação de Districto de S. Francisco do Monte Santo.

Art. 2º - Ficção revogadas as disposições em contrário. (Publicada no “Correio Oficial de Minas, Ouro Preto, Minas Gerais, em 26 de julho de 1858).

Analisando os documentos e publicações, conclui-se que houve um acordo entre dom Antonio Joaquim de Mello, bispo de São Paulo, padre Antonio Xavier da Costa e o comendador Francisco Coelho Monte Claro, para não só a troca de nomes Tejuco para Monte Santo, como também a troca do padroeiro do místico eremita, São Francisco de Paula para o “poverello de Assis”, o estigmatizado São Francisco das Chagas, pois nos assentamentos aparece ora a denominação de São Francisco do Monte Santo e ora a de São Francisco das Chagas de Monte Santo (os primeiros assentamentos, datados de 1852, já citam São Francisco das Chagas) – essa pendência eclesiástica só seria oficialmente resolvida em 04 de maio de 1890, quando o padre João Ozorio Marcondes benzeu solenemente a imagem de São Francisco de Paula e a entronizou no altar-mor da Igreja Matriz onde se encontra.

Por falta de documentação que comprove a data de sua construção, supõe-se que a antiga Igreja Matriz (ela estava erguida nas imediações do Seminário São Camilo), teria sido construída entre os anos de 1850 a 1854 às expensas do comendador Francisco Coelho Monte Claro (1812-1861), conforme atesta o “Almanak Sul Mineiro” para 1874, organizado, redigido e editado por Bernardo Saturnino da Veiga: “...Ao comendador Francisco Coelho Monte Claro, falecido a 6 de fevereiro de 1861, deve esta povoação, o grande patrimônio que tem e a igreja matriz, consagrada a S. Francisco das Chagas, padroeiro e que foi construída a expensas daquelle distincto cidadão...”. Somente em novembro de 1919 foi resolvida a pendência entre a Câmara Municipal de Monte Santo de Minas e a Fábrica Geral da Diocese de Guaxupé sobre o patrimônio territorial

de Monte Santo, era prefeito o coronel Lucas Tobias de Magalhães.

Assim foi Jacuí sede da vila de 14 de julho de 1814 a 15 de outubro de 1869, quando pela lei provincial número 1.611, foi Jacuí elevado à categoria de cidade, mas com os desmembramentos sucessivos de seu território, perdeu grande parte de sua renda, entrando em franca decadência e pela lei número 1.641, de 13 de setembro de 1870, deixou essa categoria e tornou-se freguesia/distrito que se anexou ao novo município de São Sebastião do Paraíso, formado pelas freguesias de Jacuí, São Francisco do Monte Santo, Nossa Senhora das Dores do Guaxupé e Santa Bárbara das Canoas. Os jacuienses receberam, indignados, o que se justifica, porque não há coletividade que aceite sem protesto o cercamento de sua liberdade, o ato de transferência da vila para São Sebastião do Paraíso.

Era na ocasião, presidente da Câmara Municipal de Jacuí o coronel João Baptista Carvalhaes, que se revoltando contra a decisão legislativa, negou-se a ir instalar a vila e por causa disso, conforme a legislação da época, perdeu o mandato de vereador. Coube ao vice-presidente da Câmara, capitão José Aureliano de Paiva Coutinho (1840 – 1914, irmão do major Américo Benício de Paiva), cumprir a resolução da Assembleia Provincial, o que aconteceu em 21 de agosto de 1871. No dia 10 de setembro de 1871, para São Sebastião do Paraíso foram definitivamente as autoridades de Jacuí, que foram recebidas com imponentes festejos pela população paraisense.

Em 1872 aconteceu o censo demográfico do Brasil, que foi a primeira operação censitária realizada em território brasileiro, à época imperial. Foram recenseados todos os moradores em domicílios (chamados de “fogos”) particulares e coletivos e que se encontravam neles na data de referência do censo que foi o dia 01º de agosto de 1872. A distribuição da população se fez segundo a cor, o sexo, o estado de livres ou escravos, o estado civil, a nacionalidade, a ocupação e a religião, conforme os quadros do município de São Sebastião do Paraíso, freguesia e paróquia de São Francisco das Chagas do Monte Santo estava assim constituída:

Quadro geral da população livre considerada em relação aos sexos, estados civis, raças, religião, nacionalidades e grau de instrução, com indicação dos números de casas e fôgos.

Parochia de S. Francisco das Chagas de Monte Santo

Sexos			Estados Cívis						Raças						Religião				Nacionalidade				Instrução									
Homens	Mulheres	Total	Homens			Mulheres			Homens			Mulheres			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Meninos	Meninas								
			Solteiros	Casados	Viúvos	Solteiras	Casadas	Viúvas	Branços	Pardos	Pretos	Cabodcos	Branças	Pardas	Pretas	Cabodcas	Catholicos	Acatolicos	Catholicas	Acatolicas	Brasileiros	Estrangeiros	Brasileiras	Estrangeiras	Sabem ler e escrever	Analphabetos	Sabem ler e escrever	Analphabetos	Frequentam escola	Não frequentam	Frequentam escola	Não frequentam
3169	2997	6166	1968	964	237	2087	727	183	1658	967	478	66	1791	728	427	51	3168	1	2997	1	3142	27	2988	316	2853	214	2783	llegível	llegível	llegível	llegível	

Quadro geral da população escrava considerada em relação aos sexos, estados civis, raças, religião, nacionalidades e grau de instrução.

Município de S. Sebastião do Paraíso, freguesia de S. Francisco das Chagas de Monte Santo.

Sexos			Estados Cívis										Religião				Nacionalidade				Instrução			
Homens	Mulheres	Total	Dos homens			Das mulheres			Dos homens		Das mulheres		Dos homens		Das mulheres		Dos homens		Das mulheres		Dos homens		Das mulheres	
			Solteiros	Casados	Viúvos	Solteiras	Casadas	Viúvas	Pardos	Pretos	Pardas	Pretas	Catholicos	Acatolicos	Catholicas	Acatolicas	Brasileiros	Estrangeiros	Brasileiras	Estrangeiras	Sabem ler e escrever	Analphabetos	Sabem ler e escrever	Analphabetos
713	482	1195	560	85	68	361	65	56	161	552	132	350	713	-	482	-	579	134	349	133	-	713	-	482

Quadro geral da população considerada em relação aos defeitos phisicos

LIVRES												ESCRAVOS											
HOMENS						MULHERES						HOMENS						MULHERES					
CEGOS	SURDOS-MUDOS	ALEIADOS	DEMENTES	ALIENADOS	TOTAL	CEGAS	SURDAS-MUDAS	ALEIADAS	DEMENTES	ALIENADAS	TOTAL	CEGOS	SURDOS-MUDOS	ALEIADOS	DEMENTES	ALIENADOS	TOTAL	CEGAS	SURDAS-MUDAS	ALEIADAS	DEMENTES	ALIENADAS	TOTAL
3	6	24	3	4	40	6	4	27	3	3	43	2	1	14	-	-	17	3	-	18	2	1	24

Havia um total de 6.166 habitantes, sendo 1.195 escravos e 36 estrangeiros.

Pela lei número 2.203, de primeiro de julho de 1876, foi criada a comarca de Passos, ficando constituída com os termos de Passos, São Sebastião do Paraíso e Jacuí. (A Comarca de Jacuí foi criada pela lei número 3.276, de 08 de outubro de 1870, composta dos municípios de Jacuí e Passos e pela lei número 3.276, de 30 de outubro de 1884, passou a chamar-se Comarca de Alfenas). A Comarca de Muzambinho foi criada pela lei número 2.687, de 30 de novembro de 1880,

composta dos termos de Muzambinho e São Sebastião do Paraíso.

Os vereadores da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso vieram de Jacuí porque houve a mudança do município e não criação de nova vila, como era de se esperar porque, assim, o povo paraisense saberia determinar-se sem a orientação de uma política viciada como a de Jacuí.

Mais tarde vieram também os representantes da justiça e os jacuienses, despeitados com a sua nulificação administrativa e judiciária começaram a dar em prosa das esquinas, “a prova de seu contentamento” com a retirada do

pessoal do fórum, dizendo – “*Lá se foram os percevejos...*”.

Com a eleição de 04 de dezembro de 1872 foi eleito como 2º presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso (prefeito), o tenente-coronel Vicente Ferreira Carvalhaes Sobrinho (1836 – 1912), capitalista e fazendeiro residente em São Francisco do Monte Santo, que exerceu o mandato de 09.01.1873 a 07.01.1878. O major Vicente Carvalhaes, como era conhecido, era genro e foi praticamente o único herdeiro do comendador Francisco Coelho Monte Claro.

Com o passar do tempo, outras intrigas surgiram, outras críticas foram feitas, mas o fato é que os

jacuienses

nunca se

conformaram

com a

supressão do

município e do

fórum, e tanto

trabalharam

para o fim, que

conseguiram,

de novo, a

instalação da

Câmara e da

Justiça, através

da lei

provincial número 2.784,

de 22 de novembro de

1881, reergueu novamente

a freguesia/distrito de Jacuí

à categoria de vila e criou o município que ficou composto das freguesias de Jacuí, de São Francisco do Monte Santo e de São Pedro da União, desmembradas as duas primeiras do termo de São Sebastião do Paraíso e a última do Cabo Verde, ficando o novo termo pertencendo à Comarca de Passos.

Em 1881 assinala-se, primeiro, por uma reação social pela emancipação de São Francisco do Monte Santo que contam com novos elementos intelectuais e meios materiais para se tornar independente e próspera, depois, pelos empreendimentos que surgiram. Em 12 de dezembro de 1882 foi fundada a “Associação Commanditária para o Fabrico de Louça Branca” ou “Companhia de Cerâmica Monte-santense”,

composta por mais de 30 sócios, organizando uma diretoria composta por: presidente, dr. João Augusto Ribeiro Guimarães; diretor, tenente Luiz Antonio de Paiva Coutinho; 1º tesoureiro, Manoel Antonio Lopes Pereira; 2º tesoureiro, Bernardino José de Freitas; 1º secretário, Sydalino Silvino da Silva e 2º Secretário, Francisco Cassiano de Lima, chegando a instalar e fabricar excelente louça (que segundo consta forneceu jogos de café e jantar para a Casa Imperial, a prova disso é que no Museu Imperial, em Petrópolis, RJ e no Museu Paulista (USP), SP existe exemplares destas louças fabricadas em Monte Santo). Sobrevindo algumas dificuldades e recursos, desistiram de tão

momentosa

empresa

terminando-a.

Ficou, porém, a

certeza da

existência de

ótimo caolim,

comprovadas

em ultiores

experiências

feitas em

fábricas da

Alemanha.

Por força

da lei provincial

número 3050,

de 23 de outubro de 1882,

sancionada pelo Theophilo

Otoni, então presidente da

província de Minas Gerais,

foram transferidas da freguesia de Santa Bárbara das Canoas, município de Muzambinho, desmembradas da do Monte Santo, termo de Jacuí, as fazendas do capitão Jeremias José Barboza, Arlindo José Barboza, Graciano Ignácio da Costa ou Graciano Pereira Gomes, José Ferreira da Silva, João Rodrigues de Faria, Calisto Pereira da Silva, Augusto Antonio de Oliveira, Francisco Antonio de Faria, Manoel Euzébio de Faria, Manoel Rodrigues Vieira, coronel Candido de Souza Dias, tenente José Custódio Dias, José Joaquim de Castro, Mizaél Antonio da Silva e Thomé Ferreira da Silva. Em 1911, todas essas fazendas vieram a fazer parte do território futuro município de Arceburgo.



Aspecto da Igreja Matriz de São Francisco de Paula, após a reforma do padre Joaquim Pinto Fraissat, em 1908.

Em 1884 já estava em mal estado de conservação a Igreja Matriz de São Francisco do Monte Santo, projetando, assim, a sua reconstrução ou construção de uma outra, e a 25 de novembro de 1884, a secretaria do bispado de São Paulo, emitiu a seguinte portaria: “... *Portaria nomeando uma junta parochial, composta dos cidadãos coronel Lucas Tobias de Magalhães (presidente), tenente José Cassiano Gomes (thesoureiro), Francisco Cassiano de Lima (secretário), capitão Deocleciano Baptista Carvalhaes, coronel Raymundo de Paula Xavier, capitão Ignacio Soares de Moraes e Souza, tenente José de Almeida Freitas, tenente José de Almeida Freitas, João Manoel Ribeiro de Faria, Silvério Pereira de Mello e Domingos Custódio da Luz (membros),*

eleito vereador e exerceu o cargo de agente-executivo alguns períodos durante o ano de 1901. No paroquiato do padre Joaquim Pinto Fraissat (1902 – 1908) houve nova reconstrução de parte da Igreja Matriz.

Essa Igreja Matriz, marco inicial dos antigos monte-santenses, foi demolida por volta de 1953, embora a conservação do templo em suas linhas mestras foi aconselhada pelo secretário do Núncio Apostólico no Brasil, quando este visitou a cidade e assim foi da mesma opinião o professor Roger Batiste, ilustre catedrático francês da Universidade de São Paulo, quando de sua passagem por Monte Santo. Embora fosse duas opiniões valiosíssimas, externadas por pessoas cultas e que conheciam o valor histórico e artístico



Aspecto lateral da antiga Igreja Matriz. Da esquerda para a direita: Maria Thereza Paffetti, Adelaide Pellegrini, Vicentina Grassano, doutor Tito Lívio Lages da Silva Pontes e padre Paschoal Berardo. Fotografia datada de 06.01.1953.

para, por meio de subscrições, agenciar donativos em favor das obras da matriz de Monte Santo”.

Em 1886 foi nomeado pároco, o cônego João Osório Marcondes, que zeloso no seu ministério sacerdotal, fez a reconstrução da Igreja Matriz, contando com o apoio do coronel Luiz Antonio de Paiva Coutinho, a Igreja estava em ruínas, em cujo empreendimento gastou a melhor de suas energias. Em 02 de dezembro de 1888, com autorização do bispo de São Paulo, dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, foi dada a bênção e a consagração da Igreja, pelo cônego João Osório Marcondes. O cônego João Osório Marcondes foi

das coisas, não foram ouvidas e quando da construção do Seminário Sacramentino “Bem-Aventurado Eymard” (atual Seminário São Camilo, inaugurado em 31.08.1958), foi demolida perdendo-se um importante marco histórico e religioso da cidade. Com a vinda de dom Ranulpho da Silva Farias como bispo diocesano de Guaxupé para a primeira visita pastoral que ocorreu em 1921, deu o primeiro impulso para a construção da nova Igreja Matriz, conforme exarara no livro do tombo: “... *Uma bôa e formosa Matriz aumentará proficuamente o movimento e o gosto religioso na parochia...*”. Em 04 de janeiro de 1925 realizou-se

a primeira reunião para a construção da nova Igreja Matriz sob a presidência do padre Celso Para. Nessa reunião foi apresentada a proposta da construção da nova Igreja Matriz e formou-se uma comissão com os nomes mais representativos da sociedade da época.

Essa comissão era integrada pelos senhores: doutor Antonio Pereira Lima (presidente); coronel Isaac Soares de Moraes (vice-presidente); coronel Francisco Paulino da Costa (tesoureiro); coronel Joaquim Bernardes da Silva (procurador), substituído pelo coronel Olympio Carvalhaes e padre Celso Para (secretário interino).

Nas reuniões que se seguiram, foram apresentados e aprovados a planta do arquiteto Francisco Napoli e o local escolhido foi o largo da Mocoquinha ou Santa Cruz (atual praça Coronel Silvério Pereira de Mello, anteriormente praça Marechal Floriano Peixoto). As obras duraram de 1925 a 1937. Com a morte trágica do padre Celso Para, em 24

de janeiro de 1933, as obras pararam e só retornariam com a posse do novo pároco, padre José Maria Pereira, em 16 de abril de 1933. Ao padre José Maria Pereira deve-se a construção da Igreja Matriz que é um orgulho para todo monte-santense, católico ou não. Não fora o “monsenhor” Pereira (só receberia o título de Monsenhor Camareiro Secreto de S.S. Papa Pio XII, em janeiro de 1942), talvez não tivéssemos esse monumento, essa igreja notável, inegavelmente uma das mais lindas de toda essa região do sudoeste de Minas Gerais. Digno de louvor foi o trabalho desenvolvido pela comissão de obras da Igreja Matriz. Seus componentes foram incansáveis e além de importantes serviços prestados. Para a edificação do templo foram gastos mais de mil contos de réis, capital este

conseguido por meio de assinaturas dos paroquianos, quermesses, leilões, esmolas em dinheiro, café ou mantimentos que eram pedidos de caminhão nas fazendas, batendo de porta em porta, tanto o rico como o pobre dava seu “óbulo”, sua contribuição para a construção da nova Igreja Matriz. A inauguração da nova Igreja Matriz foi realizada no dia 30 de setembro de 1937 por dom Ranulpho da Silva Farias, bispo de Guaxupé. Na ocasião, o padre José Maria Pereira foi agraciado com o título de Cônego Honorário da Diocese da Campanha, Minas Gerais, por suas virtudes particulares, por seu desprendimento pessoal, por seu zelo sacerdotal e, especialmente, por seus trabalhos, esforços e sacrifícios empenhados na



Construção da nova Igreja Matriz de São Francisco de Paula, na década de 1930.

construção da nova Igreja Matriz. A Matriz Nova de 1937, embora pouco a pouco caminhe para ulteriores melhoramentos, é a mesma majestosidade de sua concepção espacial interior e pela riqueza de seu patrimônio de arte sacra, constitui o mais belo monumento

histórico, artístico e religioso da cidade. No dia 24 de agosto de 1958, foi inaugurado no jardim da praça Cel. Silvério de Mello, uma herma em homenagem ao monsenhor Pereira, benemérito construtor da Igreja Matriz.

É por uma informação do padre João Osório Marcondes, encontrada no livro número 05 dos registros de batismos da paróquia de São Francisco de Monte Santo, em que ele fala de um incêndio no cartório de Jacuí, onde alguns documentos relativos a Monte Santo foram destruídos (e entre eles se supõe também o 1º livro do tombo paroquial), perdendo-se os relatos históricos de 1858 a 1887. A verdade é que o atual 1º livro de tombo começa ou recomeça com o padre João Osório Marcondes em 10 de maio de 1887.

A freguesia de São Francisco do Monte
Santo – politicamente viveu pertencendo a São

Carlos do Jacuí – somente pertenceria a São
Sebastião do Paraíso nos anos de 1870 a 1881

f. Secção.

do Governo do Estado
Secretaria da Presidência da Província de Minas Gerais.

Ouro Preto, 22 de Novembro de 1880

1785
COMUNICADO DA
ELEVACAO A
CATEGORIA DE VILA A
FREGUESIA DE SÃO
FRANCISCO DO MONTE
SANTO 1890

*Communico-vos que, por de-
creto de Honr.ª, foi elevada a ca-
tegoria de villa e constituida em
município, a freguesia de S. Fran-
cisco do Monte Santo, desmem-
brada d'esse município.*

Saude e Fraternidade

*Sen. Presidente e mais membros do
Concelho de Intendencia do mun-
cipio de S. Carlos do Jacui.*

O Secretario do Estado
Fran.º de S.ºs Barreto Costa

quando retornou a Jacuí e tinha índices significativos de seu progresso no trabalho agrícola, na criação do gado bovino e no comércio que se desenvolvia – já apresentava condições de conduzir seus interesses políticos e administrativos.

Com a vinda do doutor Aristides da Silveira Lobo Sobrinho (1863 – 1944), em 1887, recém-formado em medicina, como um médico competente, associando aos conhecimentos científicos elevados e como cidadão prestou relevantes serviços à Monte Santo.

Em 1887 foram dados os primeiros passos para a organização do diretório do Partido Republicano local. Esse diretório logo em seu início e como consequência de suas ideias democráticas e sentimentos liberais e humanitários, convocou uma reunião de fazendeiros para tratarem da grandiosa ideia da abolição dos escravos, conseguindo que fossem libertados 300 escravos, antes da lei imperial número 3.353, de 13 de maio de 1888. No dia 04 de outubro de 1888 foi fundado oficialmente o Partido Republicano, de Monte Santo, composto do seguinte diretório: presidente, doutor João Augusto Ribeiro Guimarães; vice-presidente, coronel Lucas Tobias de Magalhães; 1º secretário, Antonio José da Cunha; 2º secretário, tenente-coronel Raymundo de Paula Ferreira Xavier; tesoureiro, tenente José Cassiano Gomes; procurador, tenente José de Almeida Freitas e orador, doutor Aristides Lobo Sobrinho. Esse diretório trabalhou com louvável prestígio, pelo crescente progresso e engrandecimento de Monte Santo. Foi incontestavelmente, pelo esforço comum desse arregimentado partido que São Francisco do Monte Santo foi emancipado de São Carlos do Jacuí. Dr. Aristides da Silveira Lobo Sobrinho era uma figura influente na região, cujo tio era o doutor Aristides da Silveira Lobo (1838 – 1896), que com a proclamação da República foi nomeado ministro do Interior do Governo Provisório do marechal Manoel Deodoro da Fonseca. Foi sob sua influência, que a freguesia de São Francisco do Monte Santo foi elevada à categoria de vila e constituído em município, pelo decreto estadual número 243, de 21 de novembro de 1890 (segundo o recenseamento de 1890, no então único distrito da sede havia 3.259 habitantes e em 1909, havia um excedente de 15 mil habitantes, ocasionado pela grande imigração italiana e migração

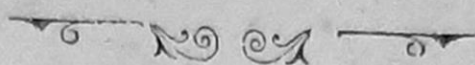
brasileira de outros pontos de Minas Gerais e de outros estados que para aqui afluíram), sancionado pelo vice-presidente de Minas Gerais, Domingos José da Rocha. A comarca de São Francisco do Monte Santo seria instalada em 03 de janeiro de 1891, sendo seu primeiro juiz de direito, o doutor Severino Eulógio Ribeiro de Rezende e seu primeiro promotor o doutor Wenceslau Braz Pereira Gomes (1868 – 1966). Este curto espaço de tempo entre a criação do município e a comarca é fato quase que único na história do Brasil.

Todavia, essa lei foi promulgada com a condição de ser construído (com recursos doados pelos habitantes) um prédio para abrigar a “Cadêa e Intendência de Monte Santo”. O primeiro a doar a sua contribuição foi Francisco Cassiano de Lima (1858 – 1925) e o último foi Balbino Soares Nogueira (1827 – 1910). O prédio escolhido foi o antigo palacete de dona Geracina Candida de Almeida (1819 – 1888), viúva do comendador Francisco Coelho Monte Claro, que foi adaptado para nele se instalar a Câmara, o Fórum e nos seus porões a Cadeia, que serviu como fórum até 1943. Hoje ainda existe, porém totalmente descaracterizado.

Os municípios – no período da proclamação da República – passaram a ser administrados por “intendentes”, nomeados pelo governo do estado, até posterior eleição. Pela lei número 02, de 14 de setembro de 1891, foi regulamentada a organização municipal, atribuindo à Câmara de Vereadores autonomia para legislar e executar suas leis. Assim, ao presidente e agente-executivo (prefeito), cabia a execução das leis emanadas dos seus pares de vereança. O primeiro intendente foi João Coelho Monte Alegre (1857 – 1893), que tomou posse a 03 de março de 1891, sendo o Conselho da Intendência, constituído pelos senhores: presidente, João Coelho Monte Alegre; vice-presidente, tenente-coronel José Cassiano Gomes; João Ernesto Coelho; Manoel Joaquim da Silveira Magalhães; major Isaac Soares de Moraes (substituído pelo coronel Lucas Tobias de Magalhães).

Pela lei estadual número 23, de 24 de maio de 1892, sancionada pelo vice-presidente no cargo de titular, Eduardo Ernesto Gama (governador), a vila é elevada à categoria de cidade. Essa lei elevou à categoria de cidade todas as vilas que eram sedes de comarca.

Obras da Cadeia de Monte Santo



N. 1.

Rs. 50x000

Recebido do Sen.
Fran.^{co} Cassiano de Lima
para o primeiro paga-
mento, das Obras da
Cadeia de Monte Sto

1.º de Outubro de 1890

Miguel Xavier

Até o ano de 1900, Monte Santo pertencia à vastíssima região que constituía o então bispado de São Paulo. Em 04 de agosto de 1900, pela Bula Papal “Regio Latissime Patens”, do papa Leão XIII. Foi criada a diocese de Pouso Alegre, desmembradas das então dioceses de Mariana e São Paulo, e Monte Santo passou a pertencer à diocese de Pouso Alegre (foi pela Bula Papal “Universalis Ecclesiae Procuratio”, do papa Bento XV, de 03 de fevereiro de 1916, que foi criada a diocese de Guaxupé, desmembrada da diocese de Pouso Alegre, e a paróquia de São Francisco de Paula de Monte Santo passou a pertencer à diocese de Guaxupé).

O distrito de São João Batista de Posses teve início em 24 de junho de 1872, sendo elevado à categoria de freguesia pela lei provincial número 2.905, de 22 de junho de 1882 e por decreto estadual número 152, de 22 de junho de 1890, foi incorporado ao município de São Sebastião do Paraíso e pela lei estadual número 02, de 14 de setembro de 1891, foi criado o distrito.

Pelo decreto estadual de 16 de setembro de 1901, o distrito de Posses foi transferido do município de São Sebastião do Paraíso para o de Monte Santo. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Posses figura no município de Posses. Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1920, o distrito se denomina São João Batista das Posses. Pela lei estadual número 843, de 07 de setembro de 1923, sancionada pelo doutor Raul Soares de Moura, governador do estado, foi o distrito de São João Batista das Posses elevado à categoria de município com a designação de Arary, com a seguinte linha divisória: “... *Com São Sebastião do Paraíso: - Parte das divisas do Estado de São Paulo e sobre pelo Ribeirão Tomba-Pernas até a barra do córrego dos Machados; sobre por este até suas cabeceiras, destas segue pelo espigão divisor das águas entre o Tomba-Pernas e o rio Santana até o espigão divisor das águas entre este rio e o Pinheirinho, no ponto em que a fronteira a mais alta cabeceira deste último. Com Monte Santo: - Desse ponto segue pelos espigões que formam o divisor do mesmo rio Pinheirinho, passando pela serra do Jambeiro e pelo Morro Vermelho ou Barreirão, até frontear o pontilhão da Estrada de Ferro Mogiana sobre o mesmo rio;*

atinge esse pontilhão e desce pelo rio Pinheirinho até cruzar a linha de limite com São Paulo. Com o Estado de São Paulo: - Desse último ponto, pela linha de divisas interestaduais até alcançar o ribeirão Tomba-Pernas, ponto de partida”. Nessa mesma lei é criado o distrito de Milagres (expovoado de Nossa Senhora dos Milagres) e anexado ao município de Monte Santo de Minas. O distrito de Milagre só seria criado definitivamente pela lei estadual número 336, de 12 de dezembro de 1948, sancionada pelo doutor Milton Campos, governador do estado. Pelo decreto-lei estadual número 1.058, de 31 de dezembro de 1943, o município de Arary passou a denominar-se Itamogi, continuando como termo judiciário da Comarca de Monte Santo. A instalação da Comarca de Itamogi deu-se a 15 de novembro de 1948, sendo o primeiro juiz municipal do termo, o doutor João de Paula e Silva Filho. Pela resolução número 46, de 29 de dezembro de 1970, a Comarca de Itamogi, foi suprimida e anexada à Comarca de Monte Santo de Minas. No dia 21 de dezembro de 1991, pela portaria número 734, de 04 de dezembro de 1991, foi instalada a Comarca de Itamogi.

Com o surgimento do povoado de São João da Fortaleza, em 24 de junho de 1893, este primeiramente passou a pertencer ao município de Muzambinho até cerca de 1899, e daí em diante foi transferido para o município de Monte Santo, e por força da lei municipal número 280, de 10 de agosto de 1901, sancionada pelo agente-executivo, coronel Lucas Tobias de Magalhães, a Câmara Municipal de Monte Santo elevou o povoado à categoria de distrito. Pelo decreto estadual número 2.026 de 01º de maio de 1907, sancionado pelo presidente do estado (governador), doutor João Pinheiro da Silva, foi determinada a data de 14 de julho de 1907 para a instalação do distrito de paz de São João da Fortaleza. A povoação continuou crescendo e, por força da lei estadual número 556, item XXXIX do artigo 7º, de 30 de agosto de 1911, foi elevado o distrito de São João da Fortaleza à categoria de município com o nome “Villa Arceburgo”, sendo o seu território desmembrado do município de Monte Santo, mas a cuja comarca continua a pertencer como distrito judiciário.

De conformidade com a divisão territorial do estado, estabelecida pelo decreto-lei estadual número 1.058, de 31 de dezembro de 1943, sancionada pelo doutor Benedito Valadares

Ribeiro, interventor federal (governador), o município permanecia com um só distrito – o da sede –, tendo sido o nome de ambos, município e distrito, substituído pelo de Monsanto, cuja justificativa da mudança era a existência de uma outra cidade com o mesmo nome na Bahia. Em 28 de maio de 1947, o doutor Domingos Luz de Faria (1916 – 2011), prefeito de Monsanto, elaborou um memorial e o entregou pessoalmente ao governador Milton Campos, no qual solicitava a volta do nome original da cidade. Nesse memorial foi apresentado entre outras as seguintes argumentações para sustentar que não seria a Bahia que deveria guardar o nome de Monte Santo: *a cidade mineira tem*

denominação Monsanto não tem nenhuma explicação que a justifique ou a legitime, não é sequer abreviatura de Monte Santo; Monsanto é uma criação artificial, sem sentido histórico nem gramatical; o município só a aceitou, na ocasião, por imposição do poder discricionário. O governador Milton Campos concordou plenamente com a solicitação, encaminhando mensagem à Assembleia Legislativa, que aprovou a lei estadual número 336, de 27 dezembro de 1948 com a denominação de Monte Santo de Minas. Segundo a doutora Vera Christina Sampaio Luz de Faria: “Isto aconteceu porque existe outro Monte Santo no nordeste. O de lá é mais antigo e tinha direito



fundamento na mais remota época, associado a um motivo religioso relevante; sob todos os

Vista parcial da cidade de Monte Santo de Minas.

Fonte: <https://caminhodafe.com.br/ptbr/wp-content/uploads/2018/10/Editadas-119.jpg>

aspectos a nossa Monte Santo leva a palma a Monte Santo da Bahia; enquanto aqui temos um brado de paz e religião, a Monte Santo baiana está ligada à campanha de Canudos, onde brasileiros e coirmãos se estraçalharam na mais terrível das chacinas; a importância econômica e o estado da cultura da cidade mineira sobrelevam a baiana; a

ao nome. Então o nosso iria chamar-se Ibicaraí, nome tupi. Descobriram que a tradução era:

‘morro dos velhacos’. Papai lembrou que existe Patos (ao norte) e Patos de Minas. Aí propôs o nome Monte Santo de Minas”.

As cidades nascem, crescem e se projetam e sua história se perde no fundo do tempo. Depois os historiadores, num trabalho paciente, vão ajustando os pedaços que se refiram a elas e que

recomponham feitos, cenas que destacam personagens, formando o painel histórico.

O Monte Santo, como gostavam de falar com o artigo definido os antigos monte-santenses. O azul límpido do céu de Monte Santo, a sua bela paisagem, de pura clorofila, aquela variedade infinita de verdes que se descortina do alto da Santa Casa, que se esfumaça no cinza do horizonte e já é São Paulo, é a paisagem das histórias e romances sul-mineiro dos livros de Autran Dourado (1929-2012). À noite essa mesma paisagem se transmuda em puríssimo céu de estrelas cintilantes e se veem as luzes da cidade paulista de Mococa e, mais distante, esmaecidas, as luzes de Casa Branca. É se lembrando dessa paisagem que ele procurou, nos seus contos e romances, recuperar sua infância perdida, o menino livre e de pés descalços que também foi o menino tão monte-santense!

A riqueza do café introduzida no município por volta de 1845, de uma viagem que o futuro comendador Coelho fez ao Rio de Janeiro e trouxe para aqui as primeiras sementes de café selecionadas e que plantou em uma de suas propriedades, a fazenda do Engenho. O apogeu aconteceu em 1890, quando a grande alta do café produziu em Monte Santo um delírio de progresso. Monte Santo torna-se a cidade-modelo da região com sua estrutura econômica, social e cultural definida em torno da “aristocracia do café”.

Hoje, duzentos anos depois, Monte Santo de Minas cresce, segundo um plano urbanístico bem projetado: sua malha urbana é regular e agradável com suas ruas largas, tranquilas, bem

definidas e grandes áreas com seu paisagismo harmonicamente construído com muito verde que engalana os jardins das praças. O Jardim Velho, como é chamado, é o mais importante e expressivo, com seu desenho urbano característico e original, cujo traço diferencial é o requinte das construções do “Museu Municipal Dr. Joaquim Ernesto Coelho”, do Hotel Bruno e da antiga residência do tenente Plácido Borges Campos (atualmente pertencente aos herdeiros do coronel Antônio Paulino da Costa), construções marcantes dos avoengos solares dos fazendeiros, evidenciando a presença da “aristocracia do café”. O coreto construído na oficina de “Mazzaro Primo & Amado”, foi inaugurado em 25 de dezembro de 1912, na gestão do prefeito coronel Francisco Gê Pereira Lima, mantendo uma tradição, evocando a cidade interiorana das bandas e retretas.

A Igreja Matriz de São Francisco de Paula, edificada em 1937, majestosa em suas linhas, guarda expressivo acervo de arte sacra.

As fazendas típicas de café, que fizeram a grande economia da cidade, povoam o município como lugares símbolo carregados de história.

Assim é Monte Santo de Minas, o retrato vivo do café com suas lindas praças, suas ruas tranquilas, a beleza de sua arquitetura e a índole hospitaleira de seu povo.

“Quem passa por Monte Santo e bebe água da caixinha, conta a lenda do lugar, de saudade e por encanto sempre aqui há de voltar”.

MONTE SANTO

MONTE SANTO. Recordo-a com ternura
Num trecho azul de minha mocidade.
Casas brancas de límpida brancura
Almas boas de explêndida bondade.

MONTE SANTO, recordo-a com amargura,
Nessa amargura que meu ser invade,
Por ver que se perde em noite escura,
O sol que me deu a vida e liberdade.

O meu segundo berço, á amada Terra,
Como me lembro. O Pinheirinho ufando
A murmurar o côncavo da serra.

E a Aparecida ao Norte empoleirada
E os Dois Irmãos ao longe namorando
O anil do céu e o verde da chapada.

Noraldino Lima

MONTE SANTO EM TOM DE SALMO

Minha cidade foi assinalada,
Desde toda a eternidade, como o Monte Santo,
Porque foi a Porta de Sião bem amada,
Mais amada que todas as moradas de Israel.
Canaã tropical onde correm rios de leite e de mel:
Ó terra minha, cidade do meu Deus!

E logo passo a cantar minha terra:
Lugar alto, de ventos montanheiros,
Ninho de aves condoreiras,
Água boa, clima seco.
Berço de gente mineiras:
Ó terra minha, cidade do meu Deus!

Neste canto de louvor, eis a terra dos Franciscos
Que eles chamaram de paraíso – fala do Ouvidor –
Gleba milagreira do café cinco,
Onde despontou um presidente da República

E floresceram filhos galardoados em letras e
dinheiros:

Ó terra minha, cidade do meu Deus!

Sempre soube das Oropas, França e Bahias,
Que ficavam muitos além das fumaças de Mococa.
Baliza menina das conquistas do meu sonho,
Que tanto espiei da atalaia da Santa Casa,
E que, na pobreza, meu irmão me fez partir:
Ó terra minha, cidade do meu Deus!

Embora. Em Sião, o Monte Santo, contudo, será dito:
Este e aquele predestinados nasceram aqui.
E o próprio Altíssimo terá dito sim.
Por ter curtido os trens que sobem e descem
Para a conquista de São Paulo – o sucesso! –
Ó terra minha, cidade do meu Deus!

José Ferreira Carrato

MONTE SANTO

Foi assim...

A história foi assim: fez-se o veneno,
Devido ao episódio do pecado
Por isso aquele Éden tão sereno,
Tinha que ser excomungado.

Nosso Senhor, entanto, o pai amado,
Na sua compaixão de Nazareno,
Teve piedade do filho amaldiçoado,
E quis lhe dar um novo eden terreno.

Tomou da paz, do amor e da harmonia,
Da bem aventurança e da alegria,
E pôs em tudo um beijo sacrossanto.

Tomou do mapa secular de Minas,
Fez nele um ponto. E, abrindo as mãos disse:
É mais que o Paraíso, é Monte Santo.

Paranhos de Siqueira

FRANCISCO LEAL ALEMÃO (1752 - 1839)

FUNDADOR DE MONTE SANTO DE MINAS

Segundo nos diz o historiador, Luiz Antonio Novelli, que "... a história de Jacuí ficou ligada de maneira indissolúvel aos bairros que iam nascendo".

Dois desses bairros eram o PINHEIRINHO e o SAPÉ. Esses dois povoados estavam distantes e dificultavam a ida de seus moradores a Jacuí, para assistir a missa dominical. Segundo, o nosso Novelli, "... Numa dessas visitas dominicais, dois habitantes desse (sic) bairro, FRANCISCO MENDES CARNEIRO e FRANCISCO LEAL ALEMÃO - (meu avô afirmava que eles eram cunhados, embora não encontrasse até o presente comprovação documental disso) -, dirigiram-se ao vigário e queixaram-se das dificuldades enfrentadas por suas famílias para ir à Matriz, pois grande era a distância em que moravam e quase intransponíveis os caminhos que deviam percorrer. Para resolver esse problema, o vigário orientou-os para que requeressem ao bispo de São Paulo uma PROVISÃO que lhes permitisse erigir uma capela onde moravam"... A autorização foi dada pelo bispo, em 26 DE JUNHO DE 1820, data que é considerada como a de fundação do incipiente povoado de SÃO FRANCISCO DE PAULA DO TEJUCO PRETO.

Mas, o que sabemos de FRANCISCO LEAL ALEMÃO? Muito escassas são as informações sobre esse patriarca.

Francisco Leal Alemão, nasceu em 1752, natural de Prados, Minas Gerais, filho de Manoel Leal Alemão e de dona Antônia de Jesus. Casou-se com dona Clara Maria Pinto, batizada a 06 de abril de 1779, natural de São José Del Rey, Minas Gerais, filha do furriel Manoel Pinto de Barros e de dona Ana Maria da Encarnação. O casamento foi realizado em 25 de abril de 1798, em São José Del Rey. Dedicava-se a lavoura e possuía 05 escravos,

sabia ler e escrever, conforme declarou no Censo de 1831. Supõe-se que Francisco Leal Alemão, foi um dos garimpeiros que iam em busca do ouro pelo território dos Sertões do Jacuí, abandonando, aos poucos, o garimpo e se dedicando aos trabalhos da agricultura e consequentemente desbravando as matas do lugar. Iam, assim, aparecendo pequenos bairros (fazendas) que, por sua vez, iriam transformar-se em novos povoados, como ocorreu com o Tejuco.

Foram seus FILHOS:

1 - Valentim Leal Alemão, batizado em São José Del Rey, a 24 de fevereiro de 1799 e falecido em data desconhecida;

2 - Manoel Leal Alemão (1802 - ?);

3 - Dona Francisca (1807 - ?);

4 - Dona Silvéria (1822 - ?).

Segundo a tradição oral, as terras de seu filho Valentim Leal Alemão - que talvez seja parte da atual fazenda Sapé, que pertence aos herdeiros do Chico Paulino - faziam divisa com a fazenda Três Posses, de cujos terrenos surgiu a doação do patrimônio territorial para a construção da capela. Tal controversa doação teria sido lavrada no Cartório de Notas de Jacuí, pelos doadores: João Ferreira da Costa; Inácio Alves de Lima e José Ferreira Barbosa, em 1844.

Ainda não foi encontrado o registro de sepultamento de FRANCISCO LEAL ALEMÃO, mas ele faleceu em 1839, pois seu inventário está arquivado no Cartório do 3º Ofício da Comarca de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais, na caixa número 27, sendo a inventariante, dona Clara Maria Pinto. Francisco Leal Alemão, morreu com cerca de 87 anos de idade e passou para a História de Monte Santo de Minas como uma das mais significativas figuras de seu patriarcado.

FRANCISCO MENDES CARNEIRO (1755 - 1838)

FUNDADOR DE MONTE SANTO DE MINAS

Diz nos o historiador, Luiz Antonio Novelli, que "... a história de Jacuí ficou ligada de maneira indissolúvel aos bairros que iam nascendo".

Dois desses bairros eram o PINHEIRINHO e o SAPÉ. No PINHEIRINHO, em 1817, já vivia FRANCISCO MENDES CARNEIRO, conforme pode-se atestar devido a esse batistério: *"Aos vinte e quatro de julho de mil, oitocentos e dezassete anos nesta Matriz de Jacuhy, batizei digo "sub extremis" e pus os Santos Óleos à Adão nascido a quatorze de Maio próximo passado filho legítimo de Joaquim e Maria, escravos de FRANCISCO MENDES CARNEIRO, morador do PINHEIRINHO; forão padrinhos Francisco da Silva, que validamente o baptizei e Joana Vieira, viúva de José Lopes, todos d'esta freguezia do que fiz este assento que assigno. O vigário coadjutor, Francisco Moreira de Carvalho"*. (Livro de Batismo de São Carlos Borromeu, 1810/1848, Jacuí, MG).

Esses dois povoados estavam distantes e dificultavam a ida de seus moradores a Jacuí, para assistir a missa dominical.

Segundo, o nosso Novelli, "... Numa dessas visitas dominicais, dois habitantes desse (sic) bairro, FRANCISCO MENDES CARNEIRO e FRANCISCO LEAL ALEMÃO - (meu avô afirmava que eles eram cunhados) -, dirigiram-se ao vigário e queixaram-se das dificuldades enfrentadas por suas famílias para ir à Matriz, pois grande era a distância em que moravam e quase intransponíveis os caminhos que deviam percorrer. Para resolver esse problema, o vigário orientou-os para que requeressem ao bispo de São Paulo uma PROVISÃO que lhes permitisse erigir uma capela onde moravam" ... A autorização foi dada pelo bispo, em 26 DE JUNHO DE 1820, data que é considerada como a de fundação do incipiente povoado de SÃO FRANCISCO DE PAULA DO TEJUCO PRETO.

Mas, o que sabemos de FRANCISCO MENDES CARNEIRO? Muito escassas são as informações sobre esse patriarca.

Francisco Mendes Carneiro, nasceu em 1755, supostamente em Lavras, comarca de São João Del Rey, Minas Gerais. Era casado com dona Francisca Luiza do Nascimento, nascida em 1788. Dedicava-se a lavoura e possuía 11 escravos, sabia ler e escrever, conforme declarou no Censo de 1831. Foram seus FILHOS:

1 - Antônio Mendes Carneiro (1809 - ?), casou-se com dona Delfina Candida Ferreira (? - ?);

2 - Claudino Mendes Carneiro (1814 - ?), foi casado com dona Emerenciana Maria de Jesus;

3 - José Mendes Carneiro (1818 - ?), foi casado com dona Mariana Lopes do Prado (? - ?), é sua TRINETA, dona Alacir de Lima (1920), casada com Orlando Paulino da Costa (1918 - 1968);

4 - Francisco Mendes Carneiro Filho (1819 - ?);

5 - Manoel Mendes Carneiro (1821 - ?);

6 - Joaquim Mendes Carneiro (1823 - ?);

7 - dona Luiza Francisca do Nascimento (1817 - ?);

8 - dona Maria Francisca do Nascimento (1820 - ?), foi casada com o alferes Cassiano José de Lima (1811 - 1877), neto: major Francisco Cassiano de Lima (1858 - 1925), c. c. dona Emília Ribeiro de Faria (1881 - 1952); bisneto: João Ribeiro de Lima (1904 - 2009), c. c. dona Maria Júlia Barboza (1915 - 1997); trineta: dona Maria do Carmo Ribeiro, c. c. José Candido Pereira; tetraneto: dr. André Luís Ribeiro Pereira, c. c. Karen Jacqueline da Silva; pentaneto: Emmanuel Augusto Silva Ribeiro Pereira;

9 - dona Victoria Francisca do Nascimento (1829 - ?). FRANCISCO MENDES CARNEIRO, faleceu em 1838, com cerca de 83 anos de idade. Seu inventário está arquivado na caixa número 28, no Cartório do 3º Ofício da Comarca de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais, sendo inventariante, dona Francisca Luiza do Nascimento. Francisco Mendes Carneiro passou para a História de Monte Santo de Minas como uma das mais significativas figuras de seu patriarcado.

PADRE MACHADO (1783 - 1848), O PRIMEIRO CAPELÃO DO TEJUCO

Construída a primeira capela no Sapé, no ano de 1820 e que segundo o historiador Luiz Antonio Novelli, esta localizava-se nas imediações da atual Escola Estadual Américo de Paiva e junto a ela havia um cruzeiro que, por longos anos, protegeu os que eram sepultados à sua sombra (tem-se notícias orais de que o primeiro cemitério fora construído onde hoje está o edifício do Fórum de Justiça), era necessário um capelão ou cura para atender as necessidades espirituais dos primeiros moradores. Em 1825, o bairro do Sapé, era chamado de Aplicação de São Francisco de Paula do Tejuco e o capelão era o padre Manoel Machado da Assumpção.

O padre Machado, era natural de Oliveira, Minas Gerais, nascido em 1783, filho de Bartolomeu Machado Borges e de dona Teodora Antônia de Moraes e pertencia ao clero da diocese de São Paulo. Havia sido removido de Jacuhy para o incipiente Tejuco. Em 1831, ele foi listado como morador na Lista Nominativa do Districto de São Francisco do Tejuco Preto, na freguesia de São Carlos do Jacuhy, na comarca do Rio das Mortes, província de Minas Geraes e possuía 24 escravos (era o maior proprietário de escravos do lugar). Permaneceu no Tijuco até 1841, quando influenciado pelos capitão José Gomes de Lima, Gabriel Garcia de Figueiredo (futuro barão de Monte Santo) e Diogo Garcia de Figueiredo, transferiu sua residência para a futura Mococa. Lá comprou por seis contos de reis a fazenda da Gramma - que está hoje localizada no município de Arceburgo - , anos depois vendida por 800 contos, e vindo dedicar-se à criação de gado, pelo qual era apaixonado, nos campos da fazenda da Alegria (pertencente aos Garcia de Figueiredo), fazendo ao mesmo tempo o serviço religioso da ermida da

fazenda. O padre Machado aí residiu até depois da fundação de Mococa, tendo ele celebrado a primeira missa inaugural da capela de São Sebastião da Boa Vista, pertencente a freguesia e vila de Casa Branca, termo e comarca de Mogy-Mirim, província de São Paulo (futura Mococa), no Natal de 1846. O padre Machado, relativamente aos meios de que dispunha, bons serviços prestou aos seus curados, apesar de seu temperamento violento e atrabiliário, muito desculpável, quando era certo que o padre Machado perdia as estribeiras fosse com quem fosse, que lhe chegasse "a mostarda ao nariz".

"MACHADO É DE FERRO DURO, AÇO QUE NÃO VERGA E ALCOBAÇA É PANO MOLE", - dizia ele batendo o pé dentro da capela, ao padre Alcobaca, de Casa Branca, então vigário, a propósito de um desconcerto qualquer - era um padre independente e muito rico.

Foi em 1848, que se retirou da incipiente Mococa, o padre Machado, indo para Casa Branca e ali falecendo, em 20 de outubro de 1848, aos 65 anos de idade. Em suas disposições testamentárias pediu um enterro humilde e deu liberdade para todos seus escravos. A seu pedido seu corpo foi enterrado com simplicidade, no cemitério que existia em frente à Igreja Matriz de Casa Branca, São Paulo. O padre Machado participou da fundação de Monte Santo de Minas e de Mococa, foi um pioneiro!

Uma cruz plantada num pedaço de chão, a capela em louvor a São Francisco de Paula, as primeiras casas levantadas, a população aumentando, a fé se consolidando, a vida começando: assim nasceu Monte Santo de Minas.

JOÃO FERREIRA DA COSTA, 1784 – 1849?

PATRIARCA DA FAMÍLIA PAULINO DA COSTA

As terras que hoje constituem o município de Monte Santo de Minas, centralizam no início do século XIX, uma região - de fazendas e sítios - formada pelos "entrantes mineiros e paulistas", que desenvolveram um vigoroso trabalho produtivo e foram conquistando os "Sertões do Jacuhy".

Nessa época, talvez não existia ainda uma única casa onde nasceu, em 1820, o povoado de São Francisco de Paula do Tejuco; entretanto, precedendo o ato de criação da capela curada, aparece - como episódio histórico relevante dos primórdios da fundação de Monte Santo de Minas - a presença dos abastados povoadores mineiros e paulistas. Eles aqui formaram as primeiras fazendas, preparando assim as bases econômicas e sociais, que estimularam a fundação do povoado.

Um desses mineiros, era JOÃO FERREIRA DA COSTA (São João Del Rey, MG, b. a 30.07.1786 e f. em Monte Santo de Minas, MG, em 1849?), que estava estabelecido no bairro rural das PITANGUEIRAS, e era casado com dona ANNA LEONARDA DOS PASSOS ou dona ANNA LEONARDA DOS SANTOS (Lavras, MG, b. a 18.11.1796 e f. em Monte Santo de Minas, MG, sepultada no interior da antiga Igreja Matriz de São Francisco do Monte Santo, a 12.09.1865). O casamento deles foi realizado na capela das Dores, paróquia de Santa Ana das Lavras do Funil, MG, em 28.05.1813. Uma curiosidade histórica é que INÁCIO ALVES DE LIMA, era casado com dona ANNA LUIZA DO NASCIMENTO, por sua vez, irmã de JOÃO FERREIRA DA COSTA, portanto INÁCIO e JOÃO eram cunhados. E JOÃO FERREIRA DA COSTA, INÁCIO ALVES DE LIMA e FRANCISCO MENDES CARNEIRO, eram cunhados, pois casados com dona ANNA LUIZA DO NASCIMENTO e dona FRANCISCA LUIZA DO NASCIMENTO, respectivamente e as duas eram irmãs de JOÃO FERREIRA DA COSTA e INÁCIO ALVES DE LIMA, era irmão de dona ANNA LEONARDA DOS SANTOS, esposa de JOÃO FERREIRA DA COSTA.

Segundo, o dr. Joaquim Ernesto Coelho, em seu Anuário de Monte Santo, publicado em 1942,

há a tese de que "... o atual distrito de Monte Santo fazia parte então da fazenda Três Posses, pertencente aos três posseiros seguintes: JOÃO FERREIRA DA COSTA, do qual descende a família Paulino da Costa; INÁCIO ALVES DE LIMA, do qual descende a família Alves e JOSÉ FERREIRA BARBOSA, do qual descende a família Vieira. A escritura dessa doação foi passada em Jacuí, no cartório do tabelião José Ribeiro (...) e está assinada pelos três doadores (...) a doação, bem como a divisão da fazenda "Três Posses", julgadas em Jacuí, no ano de 1844, pelo então juiz municipal daquela comarca, (sic) dr. Vicente Carvalhais..."

No inventário de JOÃO FERREIRA DA COSTA, transcrito pelo professor José Ferreira Carrato (1916 - 1996), embora sem a data, consta os seguintes bens: 60 oitavas de prata (13\$000); um "taicho" de cobre (20\$000); um dito velho (12\$000); um dito pequeno (8\$000); um almofariz (2\$000); uma mesa com gaveta (6\$000); 2 gamelões (cada 800\$); alambique de cobre (80\$); tachas de cobre (20\$); cochos para garapa (2\$); 2 cochos de bálsamo com tampa (4\$); 1 engenho inferior (12\$); balança de pesar "oiro" (2\$400); 6 escravos e sua esposa - como todas daqueles tempos - fiandeira e tecedeira, com suas rodas de fiar e de tecer "teçumes" de algodão, lã e fibras - "colcha de baeta" (1.500\$), roupas caseiras e chapéus.

Nascendo do casamento de JOÃO FERREIRA DA COSTA e dona ANNA LEONARDA DOS SANTOS, os filhos: CLEMENTE, ANTONIO, FRANCISCA, JOSÉ, RITA e VICTORIA.

Dentre os filhos do casal, cumpre-nos ressaltar JOSÉ FERREIRA DA COSTA ou JOSÉ PAULINO DA COSTA (Jacuí, MG, n. a 23.04.1827 e f. em Monte Santo de Minas, MG, a 22.06.1903). Segundo antiga tradição familiar a origem da mudança do sobrenome "FERREIRA DA COSTA" para "PAULINO DA COSTA" deu-se quando, um negro entrou na família não se sabe como empregado, agregado ou casamento. Dizia-se

que o negro era chamado de "PAULINO" e muito estimado pela família e assim o "FERREIRA" vagarosamente foi substituído pelo sobrenome "PAULINO".

Do relacionamento amoroso e antes de ser oficializado, JOSÉ PAULINO DA COSTA e dona MARIANA LUCIANA DE JESUS (Jacuí, MG, n. em 1830 e f. em Monte Santo de Minas, MG, a 01.10.1870), filha de MARÇAL VIEIRA HOMEM (Bom Sucesso, comarca de São João Del Rey, MG n. em 1786 e f. em Monte Santo de Minas, em 1846) e de sua esposa, dona RITA MARIA DE JESUS ou dona LUCIANA MARIA DE JESUS (Mojí, comarca de Itu, SP, n. em 1813 e f. em Monte Santo de Minas, MG, em 1852), - Marçal Vieira Homem era dono da fazenda do Ouvidor, comprada em 09.10.1837 - , nasceram os seguintes filhos batizados e reconhecidos como legítimos:

1. JOSÉ PAULINO DA COSTA (10.03.1850 - 05.10.1859), sem geração;

2. Dona MARIA ZEFERINA DE JESUS (b. a 29.09.1851 e f. a ?), c. a 31.05.1874, com Francisco Vicente de Paula (? - ?), filho de Francisco Antônio de Alvarenga (? - ?) e de dona Josepha Maria do Nascimento (? - ?), com geração;

3. Coronel FRANCISCO PAULINO DA COSTA ou FRANCISCO FERREIRA PAULINO DA COSTA (CHICO PAULINO, b. a 08.11.1853 e f. a 02.09.1932), c. a 24.01.1874, com dona Mariana Gonçalves da Silva (b. a 18.05.1856 e f. em 1952), filha de Pedro José Rodrigues (Pedro Fumeiro, ? - ?) e de dona Maria Gonçalves Barbosa (? - ?), com geração;

4. Dona ANNA LUCIANA DE JESUS (b. a 21.10.1855 e f. a ?), c. a 04.02.1874, com João Franco das Neves (? - ?), filho de João Antônio das Neves (? - ?) e de dona Anna Alves (? - ?). O casal era "parentes de 3º grau em linha igual, pois o avô do contraente irmão do avô da contraente"; Depois de 08 anos do nascimento do primeiro filho, a 06 de agosto de 1858, foi que JOSÉ PAULINO DA COSTA e dona MARIANA LUCIANA DE JESUS, casaram-se oficialmente conforme o assento que transcrevo:

"Aos seis dias do mez de agosto de 1858 na Matriz desta Freguezia de São Francisco das Chagas do Monte Santo por despacho do muito Revdo. Conego José Bento d'Andrade, Vigario Geral da Visita, perante mim se validarão em

matrimônio, depois de recebido o Sacramento da Penitência, JOSÉ PAULINO DA COSTA e D. MARIANA LUCIANA DE JESUS, com as presenças das testemunhas Cassiano José de Lima e Florêncio José da Luz, do que para constar faço este assento. O vigario João da Fonseca e Mello." (Livro Número 01 de Casamentos da Paróquia de São Francisco de Paula, Monte Santo de Minas, Diocese de Guaxupé, MG, p. 12v.)

5. Coronel JOAQUIM PAULINO DA COSTA (b. a 03.09.1858 e f. a 25.03.1926), c. a 15.01.1878, com dona Vitalina Garcia de Oliveira (b. a 05.11.1867 e f. a 13.07.1936), filha de Candido José de Oliveira (? - ?) e de dona Maria Garcia Duarte (? - 18.05.1905). O casal era "parentes de 3º grau de consanguinidade em linha lateral", com geração;

6. AMÂNCIO PAULINO DA COSTA (b. a 29.01.1860 e f. a 30.09.1925), c. c. dona Vitalina Vieira da Fonseca ou dona Vitalina Francisca de Jesus (b. a 05.11.1868 e f. a 01.08.1936), filha de João Vieira da Fonseca (? - ?) e de dona Ponciana Vieira de Paula (? - ?); com geração;

7. Dona LUCIANA MARIA DE JESUS (b. a 03.04.1864 e f. a ?), sem geração;

8. JOSÉ PAULINO DA COSTA ou JOSÉ VICENTE DA COSTA (ZÉ MENINO, b. a 20.05.1865 e f. a 06.10.1934), c. c. dona Archangela Marcolina de Jesus (? - ?), sem geração;

9. JOÃO PAULINO DA COSTA (1865 - 05.12.1880), faleceu com o "pescosso deslocado proveniente de uma grande queda de cavallo", sem geração;

10. GRACIANO PAULINO DA COSTA (n. em 1869 e f. em ?), c. em primeiras núpcias, em 24.10.1896, com dona Maria Salomé do Nascimento (? - ?), filha de Constantino Lopes do Nascimento (? - ?) e de dona Candida Maria de Jesus (? - ?) e em segundas núpcias, em 21.07.1918, com dona Maria Baptista (? - ?), filha de João de Rezende (? - ?) e de dona Baptista Victalina (? - ?), com geração;

11. Dona LUCIANA MARIA DE JESUS (b.a ? e f. a 16.09.1870, aos 06 meses de idade), ainda não foi encontrado o seu registro de batismo. Em 01.10.1870, dona MARIANA LUCIANA DE JESUS, faleceu aos 40 anos de idade.

JOSÉ PAULINO DA COSTA, contraiu segundas núpcias com dona ANNA FRANCISCA

DE JESUS (? - ?), viúva de Domingos Francisco (? - ?), em 20.11.1875, conforme o assento que transcrevo:

"Aos vinte dias de novembro de 1875 nesta Matriz de São Francisco de Monte Santo, com licença do Revmo. Parocho da mesma, Pe.

João Immediato, celebrei o casamento digo, em prezença das testemunhas João Vieira da Fonseca e Cassiano José de Lima, celebrei o casamento contractado entre JOSÉ PAULINO DA COSTA, viúvo por óbito de Mariana Luciana de Jesus; e ANNA FRANCISCA DE JESUZ, viúva por óbito de Domingos Francisco. Por ser verdade faço o prezente assento para em todo o tempo constar. Pe. José Inácio Rodrigues". (Livro Número 02 de Casamentos da Paróquia de São Francisco de Paula, Monte Santo de Minas, Diocese de Guaxupé, julho/1858 a fevereiro/1876, p. 26v.), nascendo desse casamento os seguintes filhos:

1. Dona ANNA LUIZA DE JESUS (? - ?), c. a 07.11.1896, com José Constantino Lopes (? - ?), filho de Constantino Lopes do Nascimento (? - ?) e de dona Candida Maria de Jesus (? - ?). José Constantino Lopes era irmão de dona Maria Salomé do Nascimento, que foi a primeira esposa do Graciano Paulino da Costa;

2. Dona FRANCISCA ANNA DE JESUS (b. a 24.10.1880 e f. a 04.03.1899), c. a 07.11.1896, com Hipólito José Marçal (b. a 11.02.1877 e f. em 193?), filho de Francelino José Theodoro (? - ?) e de dona Maria Conceição de Jesus (? - ?), ela era sobrinha de dona Mariana Luciana de Jesus, que foi primeira esposa de José Paulino da Costa. O casal Francelino e dona Maria Conceição, era "parentes de 3º grau por

consanguinidade em linha lateral igual", com geração;

3. EUGÊNIO PAULINO DA COSTA (? - ?), c. a 23.01.1897, com dona Maria Thereza da Luz (? - ?), filha de Eufrazino Eugênio da Luz (? - ?) e de dona Maria Anacleto das Dôres (? - ?), com geração;

4. Dona PAULINA MARIA DE JESUS (b. a 25.06.1881 e f. a 12.02.1903), c. c. Laurindo Carolino de Mello (? - ?);

5 - Dona VITÓRIA MARIA DE JESUS (b. a 01.01.1885 e f. a ?), c. c. José Herculano (? - ?). Do primeiro casamento de dona Anna Francisca de Jesus com Domingos Francisco, sabe-se da existência dos seguintes filhos:

1. Dona MARIANA (? - ?), c. c. João Vicente (? - ?);

2. Dona MARIA (? - ?), c. c. Paulino "Cabrito" e

3. ELIEZER (? - ?).

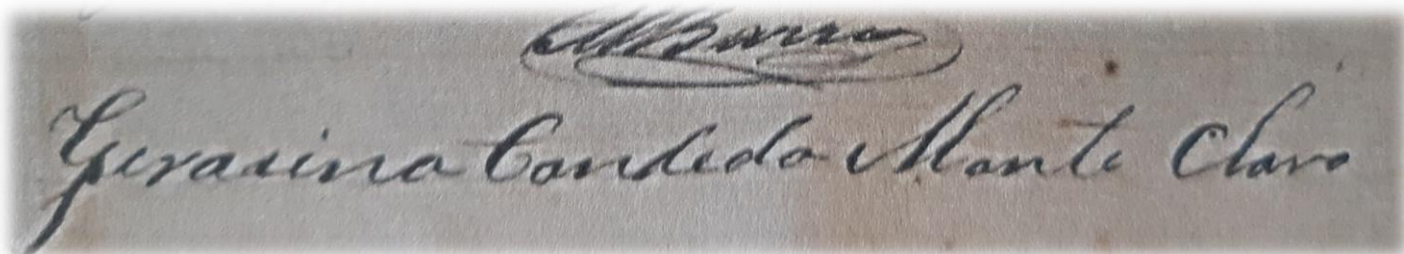
Essa pequena exposição genealógica, sem a pretensão de um rigor, que demandaria muitas e muitas páginas, está restrita apenas ao filho e netos de João Ferreira da Costa, através de JOSÉ PAULINO DA COSTA, cujos descendentes ainda hoje estão muito bem representados em Monte Santo de Minas.

A intenção não é senão homenagear a memória dos que passaram com tanta elevação, legando aos seus descendentes nomes honrados e exemplos edificantes, e, ao mesmo tempo, oferecer à comunidade monte-santense os meios para conhecer melhor o entrelaçamento da família PAULINO DA COSTA, que ajudaram criar o engrandecimento dessa terra.

“Uma geração vai, e outra geração vem; porém a Terra para sempre permanece. E nasce o Sol, e põe-se o Sol, e volta ao seu lugar de onde nasceu. O vento vai para o sul, e faz o seu giro para o norte; continuamente vai girando o vento, e volta fazendo seus circuitos”. (Eclesiastes – I, 4,5,6).

FRANCISCO COELHO MONTE CLARO

1812 - 1861



Um nome, em Monte Santo de Minas, jamais ficou circunscrito tão somente ao âmbito do município. Transpôs fronteiras e dominou com a auréola que o envolvia toda a região que constituía os termos reunidos de Passos e Jacuhy e ultrapassou os limites com a província de São Paulo, cingindo as insígnias de chefe prestigiado e considerado pelos poderes oficiais, mesmo quando se encontrava o seu partido fora do governo. Esse nome, reverenciado ainda com terno respeito nos fastos das crônicas monte-santenses, foi o do comendador Francisco Coelho Monte Claro, que sob a orientação, o amparo e o auxílio de quem Monte Santo cresceu e progrediu em seus primeiros anos, abrindo as portas aos brasileiros de todas as plagas, portadores do entusiasmo com que se dedicaram ao trabalho e das qualidades morais com que se credenciaram ao entrelaçamento com a família local. Muito falado, contava-se dele muitas histórias e entre essas que ele tinha dinheiro nos bancos da Inglaterra e um baú cheio de libras-esterlinas. Mas, detenhamo-nos nos documentos históricos para narrar sua trajetória:

FRANCISCO COELHO, nasceu em 12 de abril de 1812, no território do arraial do Jacuhy, filho legítimo do capitão João Pedro Coelho, nascido em 1779, natural de São Nicolau, arcebispado do Porto, reino de Portugal e que imigrou em data ignorada para o Brasil, e de dona Escolástica Ferreira de Souza Brito, nascida no arraial do Jacuhy, em 1793 e que haviam se casado naquela localidade em 27 de agosto de 1807. O capitão João Pedro Coelho, foi um dos signatários do auto da criação de São Carlos do Jacuhy, em primeiro de novembro de 1815, pelo qual o

povoado era elevado à condição de vila, por ato do príncipe-regente dom João. Em 1824, o capitão João Pedro Coelho era presidente da Câmara da Villa de São Carlos do Jacuhy e morava no bairro rural "Pinheirinho". Na "Lista nominativa dos moradores de São Francisco do Tejuco Preto" (1832), o capitão João Pedro Coelho, figura como seu 1º juiz de paz e por ela sabe-se os nomes dos filhos do casal: José (02.11.1809 - ?); Francisco Coelho Monte Claro, o Comendador Coelho (1812-1861); Dona Francisca (30.03.1820 - ?); capitão Urias de Souza Coelho ou Urias Coelho Monte Alegre (04.02.1823 - 01.02.1876); Luís (19.04.1824 - 18.11.1868); Dona Ana (1827 - ?); Dona Ambrosina (1829 - ?); Elozio ou Elizeu (09.04.1830 - 27.06.1878) e João (1831 - ?). A Lista supracitada diz que o morador tinha 53 anos de idade e possuía 19 escravos. Ele morreu em 1838, pois seu inventário, encontrado pelo historiador Wilson Remédio Ferraz, está arquivado na Vara da Família da Comarca de São Sebastião do Paraíso, na caixa número 40, ano 1838, sendo inventariante seu filho José de Souza Coelho. Segundo tradição oral familiar um dos filhos do capitão João Pedro Coelho, teria ido para a Bahia e lá passou a assinar como sobrenome Monte Azul. No "Mapa da População do Distrito de São Francisco do Tejuco, Termo de Jacuhy, Ano de 1839", há a seguinte notícia sobre o comendador Francisco Coelho Monte Claro: "Francisco Coelho, tenente da Guarda Nacional, branco, com 24 anos de idade, negociante, sabe ler, natural de Jacuhy, comarca da Campanha, casado com dona Geracina Candida, de 20 anos de idade, branca, sabe ler, natural de

Alfenas, comarca da Campanha, com uma filha Maria, de um ano de idade e possui 6 escravos".

O comendador Coelho casou-se com dona Geracina Cândida de Almeida, (nascida e batizada em Alfenas, Minas Gerais a primeiro de abril de 1819, com o nome de "Maria" e falecida e sepultada em Monte Santo, Minas Gerais a 13 de fevereiro de 1888), filha do capitão Antonio Alves de Almeida (1771 - 1852) e de dona Francisca Lopes de Faria (1795 - 08.06.1854) e desta união foram seus filhos:

1. João Pedro Coelho Monte Claro (1837-?), casado em 20 de fevereiro de 1863 com sua prima dona Francisca Coelho Monte Alegre (18.10.1848- 23.07.1878), filha do capitão Urias de Souza Coelho ou Urias Coelho Monte Alegre (1823 - 1876) e de dona Estela Carolina de Almeida (1828 - 1852), o casamento de João Pedro Coelho Monte Claro com sua prima-irmã, dona Francisca Coelho Monte Alegre, foi talvez o primeiro casamento anulado nessa região e um dos maiores escândalos da história de Monte Santo, por Sentença Cível de Apelação do Acórdão do Superior Tribunal Eclesiástico da Relação Metropolitana da Cidade da Bahia, datada de 05 de maio de 1876. Consta do processo da anulação do casamento, dois anos depois (1865), que o enlace tinha sido imposto pelo capitão Urias Coelho Monte Alegre, pai da noiva, que, de canivete afiado na mão, arremeteu-se sobre ela, para obrigá-la, à mais bonita das irmãs, a um casamento que todos sabiam ser um desastre... pois o noivo, João Pedro era completamente sandeu ou mentecapto, incapaz de raciocinar, como incapaz de praticar atos sérios e considerados, embora ele já estivesse com 27 anos de idade. Inicia-se, então, uma batalha judicial entre dona Geracina (tia e sogra) e dona Francisca (sobrinha e nora), pelos



Dona Maria José Monte Claro (1838 – 1887), esposa do major Vicente Ferreira Carvalhaes Sobrinho (1836 – 1912).

bens materiais do casal. Dona Francisca é condenada a pagar as custas dos autos, em que foi condenada por virtude dos mesmos acórdãos, estipulados em dois contos de réis, o equivalente a cerca de duzentos e quarenta e seis mil reais. Os bens do casal foram avaliados em 46 contos de réis (equivalentes a oito milhões, seiscentos e dez mil reais). No trânsito desse processo, dona Francisca, no estado agora de solteira teve uma filha natural, a menina Francisca, que nasceu a 03 de julho de 1878. A 23 de julho de 1878, dona Francisca faleceu - segundo consta, ela estava de resguardo e teria cortado um dos dedos com uma tesoura, enquanto costurava e conseqüentemente ter tido tétano - , e a 06 de dezembro de 1878, sua filha

faleceu. Dona Malvina Candida Monte Alegre, casada com o tenente-coronel José Cassiano Gomes, e dona Maria das Dôres Monte Alegre, casada com o tenente José de Almeida Freitas, irmãs de dona Francisca, se declararam herdeiras da falecida e os bens do casal foram divididos judicialmente da seguinte forma: João Pedro Coelho Monte Claro: 46 contos de réis; irmãs de dona Francisca Coelho Monte Alegre: 22 contos de réis. O processo do inventário dos bens da finada dona Francisca Coelho Monte Alegre de que é inventariante dona Geracina Candida Monte Claro, acha-

se arquivado no Museu Municipal "Doutor Joaquim Ernesto Coelho". Após a anulação do casamento e morte de dona Francisca Coelho Monte Alegre, seu ex-marido e agora viúvo, supõe-se que, passe a se chamar João Pedro Coelho e teria contraído um segundo casamento com dona Feliciano Lopes de Faria e desta união nasceram os seguintes filhos: Josina, Bernardino, Clarinda, João, Sebastião, Rita e Wenceslau, não se sabendo até o momento se há descendentes desses filhos. O fato é que se desconhece o paradeiro do filho, João

Pedro Coelho Monte Claro, após a anulação de seu casamento;

2. Dona Maria José Monte Claro

(nascida em 1838 e falecida em 03.04.1887), casada com o tenente-coronel Vicente Ferreira Carvalhaes Sobrinho (1836-20.11.1912) ou major Vicente Carvalhaes, como ficou conhecido, foi figura de relevância em Jacuí, São Sebastião do Paraíso e Monte Santo. Nascido em Jacuí, era filho de João Ferreira dos Santos Carvalhaes e de dona Jacyntha Ferreira Carvalhaes. Por decreto imperial de 31.07.1860, foi promovido o major Vicente Ferreira Carvalhaes Sobrinho, a tenente-coronel comandante do Batalhão de Infantaria número 78 da Guarda Nacional da Província de Minas Gerais, do Município de Jacuí. Foi presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso (prefeito), de 07.01.1874 a 07.01.1878. Foi juiz de paz e sub-delegado de polícia na freguesia de São Francisco de Monte Santo.

Filhos:

2.1 - Dona Maria Amália Carvalhaes Monte Claro (Dona Mazília), (30.11.1858 - 17.01.1940), foi

casada em primeiras núpcias, a 24.07.1875 com Deocleciano Baptista Carvalhaes (1851 - 1888), filho de João Baptista Carvalhaes e de dona Maria José Ferreira Carvalhaes, com geração; em segundas núpcias, casou-se em 09.02.1889 com Antenor Ferreira Carvalhaes (1862 - 02.07.1905), filho do capitão Evaristo Ferreira Carvalhaes e de dona Geracina Francisca Monte Alegre, sem geração;

2.2 - Dona Aurelizia Carvalhaes Monte Claro (1858 - 1859), falecida na primeira infância;

2.3 - Dona Geracina Monte Claro Carvalhaes (batizada em 19.09.1863, aos 70 dias de idade e falecida na infância);

2.3 - Dona Geracina Magnólia de Carvalhaes (Dona Magnólia), (12.02.1870 - 31.03.1952), c. em 09.02.1889, com o doutor

Antônio Augusto Pereira Lima (Doutor Antonico), (15.11.1867 - 16.05.1937), filho de Antônio Pereira Lima e de dona Guilhermina Antônia do Nascimento, com geração;

2.4 - José Ferreira Carvalhaes, falecido em 29 de março de 1868, com a idade de onze meses e vinte dias;

2.5 - Circassiano Amélio Carvalhaes (Cadete), nascido em 1873 e falecido em 12.10.1878;



Major Vicente Ferreira Carvalhaes Sobrinho (1836 – 1912), foi casado com dona Maria José Monte Claro (1838 – 1887)

2.6 - Dona Francisca Ferreira

Carvalhaes (22.05.1875 - 09.11.1949), casou-se em 12.04.1890 com o coronel Francisco Gê Pereira Lima (Gê Lima), n. em 26.03.1870 e f. em 30.08.1944, filho de Francisco Augusto Pereira Lima e de dona Anna Ferreira Carvalhaes, com geração.

Do relacionamento do major Vicente Carvalhaes com sua escrava Lucinda Silvéria de Jesus (1849 - 12.05.1927) houve os filhos reconhecidos como legítimos:

1 - Dona Auta Carvalhaes (Autina), n. em 31.07.1887 e f. em

03.11.1972, estudou no Colégio Mackenzie, em S. Paulo, ela falava francês e tocava piano, casou-se a 10.02.1906, com o coronel Joaquim Bernardes da Silva (12.11.1879 - 13.10.1926), prefeito de Monte Santo no período de 22.03.1924 a 13.10.1926, com geração;

2 - Coronel Olímpio Carvalhaes (? - 08.06.1927) farmacêutico, c. c. dona Hermenegilda de Meirelles Andrade (Mulata), sem descendentes. Com a morte do capitão Antônio Alves de Almeida, em 1852, sua filha, dona Geracina Candida de Almeida, herda a fazenda Ribeirão dos Patos (Pederneiras). No Jornal do Commercio, de 08 de setembro de 1847, publicado no Rio de Janeiro, saiu a seguinte notícia: “Ao público – Francisco Coelho, morador no arraial de S. Francisco de Paula do Tejuco, termo de Jacuhy,

em Minas Gerais, querendo evitar continuados equívocos de nomes iguaes faz sciente aos seus amigos, e ao publico, que de hoje em diante ele se assignará – Francisco Coelho Monteclaro”.

A Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, tinha a intenção de disciplinar o uso das terras devolutas, isto é, aquelas terras do governo possedidas pelos fazendeiros. Mas como toda lei brasileira, deixou aberta a porta: no seu artigo 2º, era proibido o uso da terra devoluta possedidas, excetuada apenas nos atos possessórios entre heréus confinantes. Como em nosso sertão de São Francisco de Paula do Tejuco os heréus (herdeiros)

foram parentes e confinantes entre si, aconteceu que os latifúndios ficaram ainda maiores, tão grandes, que ainda hoje restam bons bocados deles...

Com certeza, como outros possedores herdeiros, o futuro comendador Francisco Coelho Monte Claro lucrou com a Lei de Terras e expandiu o seu império fundiário em toda a década de 1850. Por outro lado, se a outra grande lei da década de 1850/60 - a Lei Eusébio de Queiroz - fechava o tráfico de novos escravos para a lavoura, obrigou afortunadamente os fazendeiros a empregar o antigo dinheiro da compra de negros



Imperial Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo é uma antiga ordem honorífica brasileira, originada a partir da portuguesa Ordem Militar de Cristo, a qual por sua vez remonta à medieval Ordem de Cristo. Foi a segunda ordem imperial brasileira com mais titulares, logo atrás da Imperial Ordem da Rosa, e premiava tanto militares quanto civis.



A Imperial Ordem da Rosa foi uma ordem honorífica brasileira. Foi criada em 17 de outubro de 1829 pelo imperador dom (1822 — 1831) para perpetuar a memória de seu matrimônio, em segundas núpcias, com dona Amélia de Leuchtenberg e Eischstädt, um dia após sua chegada ao Brasil. Foi extinta em 1891, juntamente com todas as outras ordens e títulos nobiliárquicos existentes no Brasil.

em sua própria produção agrícola: aquele superávit de um milhão de contos de reis, no comércio exterior da época, devido ao café foi resultado dessa nova situação econômico-financeira. Pensamos que foi a partir daí que nasceu a economia cafeeira em São Francisco de Paula do Tejuco. Uma produção cafeeira de vulto, a ponto de começar a ser exportada, vinte anos antes de Ribeirão Preto ter seu primeiro pé de café, o surto do progresso.

Dos antigos moradores de Monte Santo de Minas, o nome mais notável foi sem dúvida o de Francisco Coelho Monte Claro, homem nobre, inteligente e de grande atividade, dono de apreciável fortuna e pelos múltiplos méritos foi nomeado pelo imperador dom Pedro II e pela chancelaria do Ministério dos Negócios do Império do Brasil, por despacho publicado em 25 de março de 1849, assinado por José de Paiva Magalhães Calvet: "Cavaleiro da Imperial Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo" e por despacho publicado em 14 de março de 1855, assinado por Fausto Augusto de Aguiar foi nomeado: "Oficial da Imperial Ordem da Rosa". O comendador Coelho foi nomeado também pelo imperador dom Pedro II, com a patente militar de coronel para o cargo de Comandante do Comando Superior dos Batalhões Números 77, 78 e 79 da Guarda Nacional dos Termos Reunidos de Jacuhy e Passos, estando todos os subalternos e oficiais subordinados à ele. Foi graças aos esforços do comendador Coelho, que doou as terras e construiu a Igreja, para que o distrito do Tejuco, fosse elevado à categoria de freguesia, com a denominação de São Francisco do Monte Santo, por força da lei provincial número 908, de 08 de junho de 1858, decretada pela Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais e sancionada pelo doutor Carlos Carneiro de Campos, presidente da Província de Minas Gerais. Particularmente, após anos de demandas de pesquisas, acredito que a substituição do nome Tejuco pelo de Monte Santo, não foi só originário devido à topografia do terreno em que se encontra edificada a cidade, um planalto entre dois contrafortes da Serra da Mantiqueira e sim de um acordo entre o comendador Coelho e o bispo dom Antônio Joaquim de Mello.

No "Jornal do Commercio", publicado no Rio de Janeiro, em sua edição número 127, página 01, de 09 de maio de 1859, há a seguinte nota que

transcrevo em partes, assinada por dom Antonio Joaquim de Mello, bispo de São Paulo: *CARTA DO BISPO DE SÃO PAULO A SUAS OVELHAS VISITADAS A 1857 E 1858* - "... Não concluiremos este testemunho de vosso reconhecimento e gratidão, sem fazer especial menção de duas povoações, a quem somos mais devedores. A nova freguesia de Tijuco, hoje São Francisco das Chagas do Monte Santo, abriu suas mãos com mais liberdade em sua esmola para nosso seminário. O sr. commendador Francisco Coelho Monte Claro, que por si só nos deu 500\$ (cerca de 61 mil reais); o Rev. Vigário da Vara Antonio Xavier, nos deu 600\$: toda a povoação, embora principiante, foi animada de zelo para esta obra....".

Das 42 localidades visitadas pelo bispo a que mais doou foi a da "Freguesia de São Francisco do Monte Santo", com a contribuição de 3:251\$000 mil reis (cerca de 369 mil reais), seguida da "Cidade de Mogymirim", que contribuiu com 2:700\$000 mil reis. Dessa visita pastoral surgiu um compadrio entre o comendador Coelho e dom Antônio Joaquim de Mello, bispo de São Paulo, pois a nove de maio de 1858, foi batizada dona Maria Amazília Carvalhaes Monte Claro, neta do comendador e seu padrinho na pia batismal foi o próprio bispo. O padre Antônio Xavier da Costa, que foi o segundo capelão e que veio para cá em 1843 e paroquiou até 1870, quando foi embora, segundo dizem levou farto pecúlio em barras de ouro e prata, a ponto de o cargueiro, no primeiro dia de viagem, cair esfalfado com o peso. Faleceu o padre Xavier em Lençóis, estado de São Paulo, pouco tempo depois, desaparecendo o tesouro talvez devido ao seu peso... dizem.

No jornal Correio Mercantil e Instructivo Universal publicado no Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1860, há a seguinte notícia:

"Matriculado no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro: Francisco Coelho Monte-Claro, cidadão brasileiro, com commercio de fazendas por atacado e exportação de gêneros nacionais na freguesia de São Francisco das Chagas do Monte Santo no termo de Jacuhy da província de Minas Geraes".

Foi de uma de suas viagens ao Rio de Janeiro, em visita ao imperador dom Pedro II, que o comendador Coelho trouxe as primeiras sementes de café que foram plantadas na fazenda do

Engenho de sua propriedade, e a propósito sabe-se também que as seguintes fazendas: Morro Vermelho, Retiro, Sapé, Cruzeiro, Serra, Poço Vermelho, Buracão, Cachoeirinha e Sete Lagoas eram de sua propriedade. Pelo menos em suas origens, a fazenda do Cruzeiro teria sido aberta pelo comendador Francisco Coelho Monte Claro, sogro do major Vicente Carvalhaes, ali pelas alturas de 1850, quando a cultura do café começou a ser intensificada na região. O fato é que, com os decênios posteriores, em que Vicente Carvalhaes, pela morte do comendador (1861), herdou o vasto império fundiário, a fazenda, pela proximidade da povoação e pela sua gleba excelente, passou a ser uma das propriedades agrícolas mais importantes. Há 140 anos, o major Vicente já escolhera como a sede preferida de seu império. Por isso, foi dotando-a de melhorias e instalações, as melhores do tempo: a casa-grande, ampla e elegante, com seus jardins pergolados, sua horta e pomar, com frutas exóticas, e um caminho famoso, que começava na vizinha fazenda Paraíso, passava pelo Cruzeiro e chegava ao arraial. As senzalas eram onde viviam os pobres escravos do Major, o braço cativo e sofrido da sua grandeza fundiária. O comendador Coelho criava gados para corte, para fornecimento e abate no Rio de Janeiro. Há notícias de que por algumas vezes o comendador Coelho foi autorizado pelo presidente da província de Minas Gerais a fazer os consertos mais urgentes de que necessitava a estrada que comunicava essa com a província de São Paulo, a parte de São Francisco de Monte Santo até o ribeirão das Areias, com a finalidade de facilitar o comércio dos municípios de Jacuhy, Passos e outras localidades com as cidades de Campinas, Sorocaba, São Paulo e outros pontos desta. O comendador Coelho faleceu em 24 de fevereiro de 1861, aos 47 anos de idade, conforme o registro documental: *“Aos vinte e quatro de fevereiro de mil oitocentos e sessenta e um, dentro da Igreja desta Freguesia de São Francisco do Monte Santo foi sepultado o Comendador Francisco Coelho Monte Claro de quarenta e sete annos, cazado com D. Geracina, digo Anna Geracina Alves do que para constar fíz este assento”*. O vigário, João da Fonseca e Mello”. (Livro Número 01 de Óbitos da Paróquia de São Francisco de Paula de Monte Santo de Minas – Fevereiro 1851 – Setembro 1880 – Folhas 27).

Por ocasião do 30º dia de sua morte, foram publicados no “Correio Mercantil e Instructivo Político Universal”, do Rio de Janeiro, em 28 de maio de 1861, dois necrológios escritos por Antonio Caetano de Argeu Mamede e Manoel Germano Corrêa, respectivamente e *“oferecido aos Ilms. Srs. Comendador Vicente Ferreira Carvalhaes; tenente-coronel Joaquim Ferreira Carvalhaes; tenente-coronel João Baptista Carvalhaes; major Vicente Ferreira Carvalhaes Sobrinho; Manoel Borges Campos; Floriano Potenciano e Silva e mais amigos do finado”*.

No Almanak Sul Mineiro, página 354, editado por Bernardo Saturnino da Veiga em 1874, dá entre outras notícias, a seguinte sobre o comendador Coelho: *“...É padroeiro da freguesia S. Francisco das Chagas e a elle consagrarão uma igreja, erguida em um dos pontos mais elevados da povoação; esta igreja foi construída às expensas do comendador Francisco Coelho Monte Claro, que fez doação do terreno que constitue o patrimônio da freguesia que elle criou, e por cujo progresso se esforçou até que a morte o ferio, inda moço, no dia (sic) 6 de fevereiro de 1861. Existem ahi 150 casas espalhadas em 7 ruas pouco regulares; uma dessas casas seria um sumptuoso edificio si seu proprietário, o comendador Monte Claro, não tivesse morrido antes de concluí-la”*.

O ambicionado título de barão de Monte Santo, seria com certeza concedido a Francisco Coelho Monte Claro, se a morte não lhe tivesse ceifado a vida tão cedo, porém, seu genro, o tenente-coronel Vicente Ferreira Carvalhaes Sobrinho tentou por todos os meios conquistá-lo, mas em torno de seu nome formou-se mesmo uma lenda que veio até os nossos dias e que o retrata em cores intensas com uma característica de perversidade, o que levou o criterioso dom Pedro II, pelo decreto imperial de 19 de dezembro de 1885, outorgado a Gabriel Garcia de Figueiredo, chefe político de Mococa e proprietário da fazenda da Gramma, no município de Monte Santo, o título de terceiro barão de Monte Santo, porque o título faz referência à cidade mineira de Monte Santo e não a Mococa. Foi o comendador Coelho, figura marcante quem deu início à lavoura de café, no município de Monte Santo, lançando, assim as bases econômicas da futura riqueza da região. Segundo consta pela tradição oral e endossada pelo historiador Luiz Antônio Novelli a casa que

pertenceu ao comendador Coelho e que ele não pôde concluí-la, pois morreu durante sua construção, é a mesma que em 1892, foi instalada a Casa da Intendência, Fórum e Cadeia, na esquina do Largo do Rosário, que a partir de 1926, tomou o nome de praça Coronel Joaquim Bernardes e que embora descaracterizada, ainda resiste ao tempo. Entre os anos de 1952 a 1954, quando a antiga Igreja foi demolida, talvez não tiveram o cuidado de se identificar a ossada do comendador Coelho, perdendo-a para sempre. O nome de rua Comendador Coelho é a única homenagem aquele que deveria ser homenageado com justiça: comendador Francisco Coelho Monte Claro, o fundador e patriarca de Monte Santo de Minas e a sua memória ser reverenciada e cultuada por todos os monte-santenses.

NOTA: Resumo do inventário de dona Francisca Coelho Monte Alegre, feito por Wilson Remédio Ferraz, residente em Guaxupé, Minas Gerais : “O que se vislumbra dos autos é que João Pedro Coelho Monte Claro, filho do comendador Francisco Coelho Monte Claro e de dona Geracina Cândida Monte Claro teria sido casado com dona Francisca Coelho Monte Alegre.

Ao que se verifica dos autos, antes do matrimônio, João Pedro já possuía um patrimônio, assim como dona Francisca, que também possuía um acervo de bens, possivelmente recebido de herança de seus ascendentes.

Deste consórcio não resultou filhos. Em determinada ocasião o casamento foi anulado. A suspeita é de que o casamento tenha sido anulado pelo fato de João Pedro ter sido considerado “mentecapto”, uma vez que foi nomeada sua curadora, sua mãe, dona Geracina Candida (de Almeida) Monte Claro.

Acontece que por ocasião da anulação do casamento não foi feita a remissão dos bens que cada um dos cônjuges já possuía antes do matrimônio, permanecendo em comum.

Após a anulação do casamento, dona Francisca Coelho Monte Alegre teve uma filha natural, que foi batizada com o nome de Francisca. A suspeita é de esta filha de dona Francisca Coelho Monte Alegre fosse filha de pai incógnito, portanto não seria do ex-marido, João Pedro Coelho Monte Claro. Caso a menina fosse filha de João Pedro, o patrimônio deixado por dona Francisca Coelho Monte Alegre, caberia a ela (menina Francisca) e com a sua morte reverteria a seu pai. Como o patrimônio deixado por Francisca Coelho (mãe) foi revertido para suas irmãs, presume-se que a menina não era filha de João Pedro.

Francisca Coelho Monte Alegre faleceu em 23 de julho de 1878, sem testamento, deixando uma única filha de nome Francisca, a qual veio a falecer em 6 de dezembro daquele ano, sobrevivendo João Pedro Coelho Monte Claro.

Como a menina “Francisca” não deixou descendentes e nem ascendentes vivos, sendo que duas de suas tias maternas: dona Fausta Coelho Monte Alegre, falecida em 30 de abril de 1874 e dona Geracina Francisca Monte Alegre, falecida em 21 de maio de 1874, seu patrimônio foi revertido para suas únicas duas tias maternas, dona Malvina Candida Monte Alegre, casada com o tenente-coronel José Cassiano Gomes e de dona Maria das Dôres Monte Alegre, esta casada com o tenente José de Almeida Freitas, pois elas eram as únicas irmãs da mãe da “menina” Francisca, Francisca Coelho Monte Alegre”.

“Feliz aquele que recorda com prazer de seus antepassados, quem conversa com estranhos sobre eles, suas ações e suas grandezas e que sente uma satisfação secreta por se ver como o último elo de uma bela corrente”. (Johann Wolfgang Goethe, 1749 – 1832).

TENENTE URIAS COELHO MONTE ALEGRE

1822 – 1876

Urias Souza Coelho ou Urias Coelho Monte Alegre era irmão do comendador Francisco Coelho Monte Claro, filho do capitão João Pedro Coelho (1779 – 1838) e de dona Escolástica Ferreira de Souza Brito (1793 - ?). Nasceu no dia 03 de janeiro de 1822, no Pinheirinho e foi batizado a 20 de março de 1822, na Igreja Matriz de São Carlos do Jacuí, sendo seus padrinhos na pia batismal, Thomé Fernandes de Camargo e sua mulher dona Maria de Sousa.

Casou-se em primeiras núpcias com dona Estela Carolina de Almeida ou dona Estela Lopes de Faria ou ainda dona Estela Alves de Faria, batizada a 06 de julho de 1825, filha de dona Francisca Lopes de Faria (1795 – 08.06.1854) e supostamente seu pai era o capitão Antonio Alves de Almeida (1771 – 1852), moradores no bairro da Pedra Branca, na capela de São José e Dolores (Alfenas), filial da matriz de Cabo Verde, nascendo desse casamento os seguintes filhos:

1. **Dona Francisca Coelho Monte Alegre** (nascida em 17.10.1848 e falecida em 23.07.1878). Casou-se a 20 de fevereiro de 1863 com seu primo-irmão João Pedro Coelho Monte Claro (1837 - ?), filho do comendador Francisco Coelho Monte Claro (12.04.1812 – 24.02.1861) e de dona Geracina Candida de Almeida (01.04.1819 – 13.02.1888), casamento anulado e sem geração;
2. **Dona Geracina Candida Monte Alegre** ou dona Geracina Francisca Monte Alegre (nascida em ? e falecida em 21.05.1874). Casou-se com o capitão Evaristo Ferreira Carvalhaes (nascido em 1840 e falecido em 05.02.1872), filho do comendador Vicente Ferreira Carvalhaes e de dona Francisca Emygdia Moreira Lara, com geração;
3. **Dona Fausta Candida Monte Alegre** ou dona Fausta Coelho Monte Alegre (nascida em 1852 e falecida em 30.04.1874, casada em 26.08.1870, com José Ferreira dos Santos Carvalhaes (? - ?), filho do comendador Vicente Ferreira Carvalhaes e de dona Francisca Emygdia Moreira Lara, com geração.
4. **Dona Malvina Candida Monte Alegre** (nascida em 1853 e falecida em 29.09.1919),

casada em 16.11.1867, com o tenente José Cassiano Gomes (nascido em 1847 e falecido em 09.10.1914), filho de José Gomes Ribeiro (nascido em 1820 e falecido em 03.08.1847) e de dona Ponciana Maria de Oliveira (nascida em ? e falecida em 03.09.1864), com geração;

5. **Dona Maria das Dolores Monte Alegre** (nascida em ? e falecida em 25.05.1905), casada com o tenente José de Almeida de Freitas (nascido em 1841 e falecido em 1914), em 26.08.1870, viúvo por óbito de dona Maria da Glória Ávila, com geração.

Enviuvando-se em 1852, o tenente Urias Coelho Monte Alegre, contraiu segundas núpcias com sua cunhada dona Constantina Lopes de Faria, batizada a 07.08.1823, na capela de São José e Dolores (Alfenas), filial da matriz de Cabo Verde, filha legítima de José de Souza Dinis e dona Francisca Lopes de Faria, moradores no bairro do Sapucaí e falecida a 23.04.1902, em Monte Santo de Minas, nascendo desse casamento os seguintes filhos:

1. **Dona Maria José Monte Alegre** (Sá Zé, nascida a 15.04.1855 e falecida a ?), casada com coronel Raymundo de Paula Ferreira Xavier (nascido em 1841 e falecido em 05.09.1912), filho legítimo de João Paulo Matildes e dona Domiciana Maria de Jesus, com geração;
2. **João Coelho Monte Alegre** (nascido em 26.06.1859 e falecido em 29.03.1893), casado com dona Maria da Conceição Carvalhaes (? - ?), filha do comendador Vicente Ferreira Carvalhaes e de dona Francisca Emygdia Moreira Lara, com geração;
3. **Francisco Monte Alegre** (nascido em 29.02.1861 e falecido em 01.12.1944), casado com dona Edwiges Emygdia Carvalhaes (nascida em 1864 e falecida em 08.08.1890), filha do comendador Vicente Ferreira Carvalhaes e de dona Francisca Emygdia Moreira Lara; com geração. Enviuvando-se, Francisco Monte Alegre contraiu segundas núpcias com dona Maria José de Paiva (nascida em ? e falecida em 27.09.1935), filha de Luiz Antonio de Paiva Coutinho e de dona Maria José Carvalhaes, com geração;

4. **Pedro Constantino Monte Alegre** (Pierre, nascido em 01.08.1864 e falecido em 20.07.1945), casado com dona Mariana Osório do Nascimento (? - ?), com geração.

Do relacionamento amoroso do tenente Urias Coelho Monte Claro com dona Mariana Maria de Jesus (nascida em ? e falecida em ?), nasceu **Francisco Coelho Monte Alegre**, que também usava os nomes de Francisco Urias Monte Alegre e Francisco Coelho Monte Alegre Irmão (nascido ? e falecido ?), casado em primeiras núpcias em 06.07.1867, com dona Maria Carolina de Castro (nascida em 1852 e falecida em 23.08.1912), ela, filha legítima de João Barboza de Castro e de dona Candida Honória de Castro, e casou-se em segundas núpcias com dona ? Ferreira Carvalhaes, em Jacuí a 26 de junho de 1887, com geração.

Seu nome, como o de seu pai, capitão João Pedro Coelho, e o de seu irmão, comendador Francisco Coelho Monte Claro, já se inscrevera, entre os benfeitores da zona sertaneja da futura cidade, afazendendo nas terras denominadas Sapé.

Foi comerciante e exerceu o cargo de delegado da instrução na freguesia e distrito de São Francisco do Monte Santo.

Como político ativo e justo, como comerciante e fazendeiro abastado e como cidadão generoso, sempre foi útil à comunidade, trabalhando pelos empreendimentos que fizeram o início do desenvolvimento da freguesia. O tenente Urias Coelho Monte Alegre faleceu em 31 de janeiro de 1876, conforme o assento de sepultamento que transcrevo: “No dia primeiro de fevereiro de 1876, no interior desta Matriz de São Francisco do Monte Santo foi sepultado o falecido Urias Coelho Monte Alegre, de 50 anos de idade, cazado com D. Constantina de Faria Monte Alegre, morreu de moléstia interna, o seu corpo foi solemnemente encomendado e envolto em panno preto mortalha e para a verdade me assingno ‘in fide parochi’. O vigário João Immediato”.

A repercussão de sua morte alcançou até o Rio de Janeiro, sendo notícia publicada no jornal “O Apóstolo”, de 03 de março de 1876, que transcrevo:

“Secção Particular – Monte Santo.

Mais um tumulto appareceu na superfície do cemitério de S. Francisco do Monte Santo, no dia 1º de Fevereiro de 1876!!

Para quem seria construída essa horrível morada eterna?

Para jazigo do cadáver do tenente Urias Coelho Monte-Alegre, que sendo victima de uma lesão orgânica do coração, motivada pela profunda paixão que sofreu, pelo fallecimento de suas duas idolatradas filhas, succumbio asphyxiado por uma hemorrhagia às 10 horas do dia 31 de Janeiro.

O infeliz dispunha de recursos e não os poupou, gastando com diversos médicos avultadas sommas; porém tudo fôra perdido porque a moléstia sempre impavida, progredio, até que terminou com a vida do paciente, depois de longo soffrimento.

A fortuna que o finado legou a sua familia fôra adquirida com toda modestia e honradez, principiada pelo commercio e depois pela agricultura, sendo sempre protegido pelo dedo occulto da Providencia Divina, porque o finado era sumamente religioso; tanto assim que em verba de testamento deixou para a nova matriz que se vai construir 1:000\$; para a igreja do Rosario 500\$; para o cemitério 200\$ e para repartir com pobres no dia de seu enterro 100:000!

Lamentai, desditosa esposa porque perdestes um marido fiel e dedicado!!!

Lamentai, filhos, porque perdestes um pai terno e extremoso, que devia fazer a felicidade de vosso futuro!!!

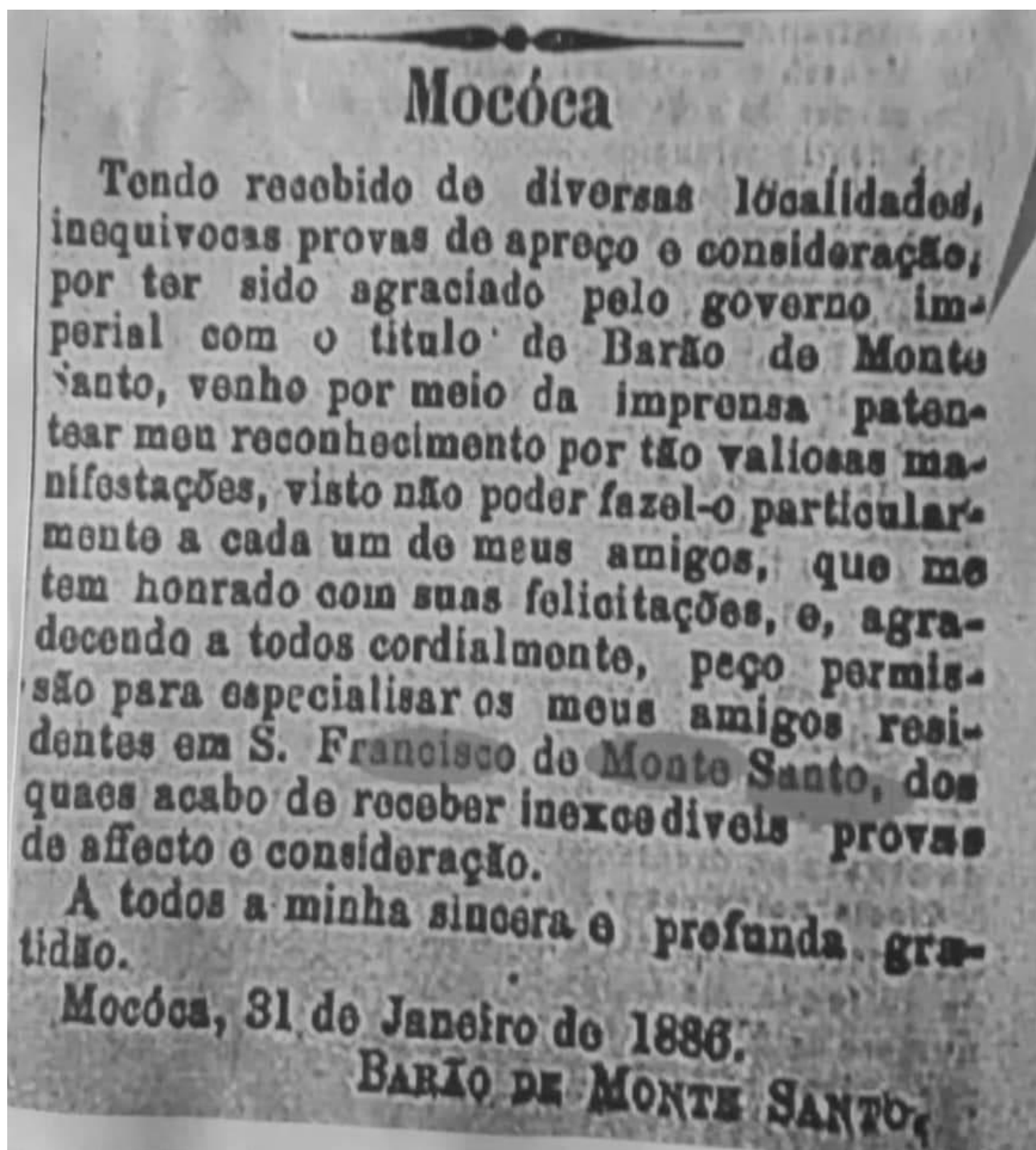
Lamentai, catholicos, porque perdestes um benemérito irmão!!!

Lamentai, amigos, porque perdestes um amigo leal.

Lamentai, berço que o vio nascer, porque perdeste um vulto que concorria para a prosperidade de sua pátria. A terra lhe seja leve.

Monte Santo, 4 de fevereiro de 1876”.

A POLÊMICA HISTÓRIA SOBRE O TÍTULO DO BARÃO DE MONTE SANTO



A maior ambição do comendador Francisco Coelho Monte Claro (1812-1861), era possuir o título de barão de Monte

Santo ou barão do Cruzeiro, essa era a sua maior fazenda, e talvez o seria, não fosse a sua morte precoce, não sendo possível concretizar o seu sonho. Em 1849, lhe fora concedido o título de Cavaleiro da Imperial Ordem de Nosso Senhor

Notícia publicada no jornal “Correio Paulistano”, de 13.02.1886, onde o barão de Monte Santo agradece ao povo de São Francisco de Monte Santo, pelas manifestações de afeto e reconhecimento.

Jesus Cristo e, em 1855, foi nomeado Oficial da Imperial Ordem da Rosa, duas importantes distinções do Império e, a próxima,

deveria ser um título de nobreza. Assim deveria pensar o comendador Coelho.

Com a morte do comendador Coelho, em 1861, aos 47 anos de idade, seu único genro, major Vicente Ferreira Carvalhaes Sobrinho (1836-

1912), casado com dona Maria José Monte Claro (1838 - 1888), herdou o vasto império fundiário. Dizia-se que 40% da área do município pertencia ao comendador Coelho.

Junto com as terras e as benfeitorias herdadas, o major herdou também a ambição do baronato. Cabia ao major Vicente tentar reaver esse direito. Esteve na corte várias vezes pesquisando. Lá, tomou conhecimento que o imperador dom Pedro II iria à Casa Branca, o que de fato aconteceu em 15 de setembro de 1877, mas não foi possível ao major Vicente encontrar-se com o imperador – mas tomou conhecimento que dom Pedro II planejava voltar àquela cidade paulista. Nessa segunda viagem, prometeram-lhe, o imperador iria até Monte Santo fazer a entrega de tão merecido título.

Major Vicente tratou que receberia condignamente

Sua Majestade Imperial. Mandou reconstruir o palacete que tivera sua construção iniciada pelo comendador

Coelho e não havia sido finalizado e que pertencia à sua sogra, dona Geracina Candida de Almeida Monte Claro, (é o prédio

que fica na esquina do “Jardim Velho”, ao lado do Museu Histórico “Dr. Joaquim Ernesto Coelho”) para hospedá-lo. Contratou artistas para fazer o acabamento interno do palacete – infelizmente, esta pintura se perdeu, quando de esdrúxulas reformas foram

feitas mais tardes –, contratou cozinheiros dos melhores restaurantes de São Paulo. Contratou uma orquestra de câmara para tocar no baile que iria oferecer ao imperador após o banquete. Mandou vir alfaiates e modistas do Rio de Janeiro para a confecção de vestidos e de casacas para sua família

e um seleto grupo de amigos que seriam especialmente convidados para a ocasião. Um professor de etiqueta e um professor de dança passaram uma temporada em Monte Santo, instruindo os felizardos amigos e respectivas famílias. Enfim, todos os detalhes para que o imperador não notasse qualquer falha no modo de proceder da sociedade que o receberia.

Passaram-se anos nesses preparativos e eis que chega, no ano de 1885, a feliz notícia de que o imperador visitaria pela segunda vez a cidade de Casa Branca. Dom Pedro II iniciou sua viagem. Foi de trem até São Paulo. Major Vicente estava lá o esperando. Foi aconselhado a ir à frente e não junto com a comitiva do imperador, pois iriam ocorrer várias e prolongadas paradas até Casa Branca. Ele seria avisado da chegada do imperador em Casa Branca e, então, faria parte da comitiva até Monte

Santo. A 26 de outubro de 1885, o imperador e a imperatriz, dona Thereza Christina, chegaram a Casa Branca. Estavam acompanhados de uma enorme comitiva. Naquela oportunidade, permaneceram alguns dias. Foi nessa viagem que dom Pedro II plantou as cinco

palmeiras imperiais no largo do Rosário. O imperador foi recepcionado pela segunda vez no sobrado do Vicente Ferreira de Silos Pereira, que não era muito distante da igreja do Rosário. Mandou preparar a casa e a calestra especial para a recepção do imperador: toda forrada com tecidos

estampados em flores, laços e fitas (uma curiosidade é que Vicente Ferreira de Silos Pereira faleceria a 08 de maio de 1886 e poucas horas depois de sua morte, chegava a notícia que o imperador acabava de agraciá-lo com o título de barão de Casa Branca).



O palacete de dona Geracina Candida de Almeida Monte Claro (1819 – 1888), no tempo em que nele funcionava a Câmara, o Fórum e a Cadeia Pública, localizado hoje na praça Coronel Joaquim Bernardes. Teve sua construção iniciada por volta de 1860, pelo comendador Francisco Coelho Monte Claro (1812 – 1861).

Enquanto isso, o major Vicente esperava. Esperava. Como não recebeu qualquer aviso após um mês, resolveu ir até Casa Branca. Então, fora informado que dom Pedro II já tinha passado por lá há quinze dias e dera o título de barão de Monte Santo ao tenente-coronel Gabriel Garcia de Figueiredo, residente em Mococa, grande proprietário de terras, em suas propriedades denominadas Borda da Mata nas terras da Alegria, em Mococa; Jardim, em Casa Branca e Grama, em Monte Santo – esta fazenda era constituída das atuais Grama, Barreiro, Serra e São Manoel e hoje a área pertence ao município de Arceburgo (segundo consta a fazenda da Grama, pertenceu ao padre Machado, que teria sido o primeiro capelão do Tejuco e ali permaneceu até 1841, quando influenciado pelos capitão José Gomes de Lima, Gabriel Garcia de Figueiredo (futuro barão de Monte Santo) e Diogo Garcia de Figueiredo, transferiu sua residência para a futura Mococa. Lá, então comprou por seis contos de reis a fazenda da Grama - conforme já foi dito, localizada então, no distrito de São Francisco de Paula do Tejuco - , anos depois vendida por 800 contos, ao Gabriel Garcia de Figueiredo e vindo dedicar-se à criação de gado, pelo qual era apaixonado, nos campos da fazenda da Alegria (pertencente aos Garcia de Figueiredo), fazendo ao mesmo tempo o serviço religioso da ermida da fazenda). A justificativa do geomorfotopônimo nobiliárquico Monte Santo deve-se nesse caso à fazenda da Grama.

Há duas justificativas para a recusa do nome do major Vicente Carvalhaes não ter sido titulado barão de Monte Santo. A primeira foi que formou-se uma lenda, que veio até os nossos dias e que o retrata em cores intensas com uma característica de perversidade, o que levou dom Pedro II a vetar seu nome utilizando-se do seu famoso “lápiz azul”. E a segunda, contava-se que alguns elementos de Mococa, já em São Paulo, subornaram um dos membros da comitiva que o recebera naquela capital. E a entrega do título de barão de Monte Santo para um súdito residente em Mococa fora resultado de um suborno feito por pessoas proeminentes daquela cidade. O imperador de nada soubera, pois apenas tomava conhecimento do cronograma quando chegava a uma determinada cidade...

Algumas pessoas de Monte Santo – inimigos do major Vicente – vibraram com a

notícia e a 19 de dezembro de 1885, por decreto imperial, Gabriel Garcia de Figueiredo foi titulado o barão de Monte Santo, quando foi publicada a seguinte notícia no Correio Paulistano, de 13 de fevereiro de 1886:

“Mocóca – Tendo tecebido de diversas localidades, inequívocas provas de apreço e consideração, por ter sido agraciado pelo governo imperial com o título de Barão de Monte Santo, venho por meio da imprensa patentear meu reconhecimento por tão valiosas manifestações, visto não poder fazel-o particularmente a cada um de meus amigos, que me tem honrado com suas felicitações, e, agradecendo a todos cordialmente, peço permissão para especialisar os meus amigos residentes em S. Francisco do Monte Santo, dos quaes acabo de receber inexcédíveis provas de affecto e consideração. A todos a minha sincera e profunda gratidão. Mocóca, 31 de janeiro de 1886. (a) Barão de Monte Santo.”

De outro lado, houve consternação por outros habitantes de Monte Santo com o fato. O major Vicente recebeu provas de solidariedade dos súditos mais proeminentes da freguesia. Houve, contudo, uma voz discordante, de seu próprio genro e sobrinho, marido de dona Amazília. Era um belo homem totalmente sem caráter. Casou-se com sua prima por puro interesse econômico. Deocleciano Baptista Carvalhaes era um mau elemento que causava consternações às pessoas de bem na freguesia. Os aborrecimentos que este sobrinho e genro vinha causando ao major Vicente já eram antes deste infausto acontecimento. Ria do fato nas tavernas.

Major Vicente superou sua desilusão. Em agradecimento à solidariedade recebida, resolveu fazer o banquete e o baile que programara para o imperador. Vieram os cozinheiros e a orquestra de câmara já contratados. Era seu aniversário. Monte Santo, talvez até os dias de hoje, nunca viu uma festa tão refinada como aquela. Os cavalheiros todos de casacas e as damas ostentavam finíssimas confecções de gala. As portas do palacete foram então abertas. Foi uma visão deslumbrante! Cortinas do mais refinado brocado azul e veludo amarelo e verde – cores heráldicas da Família Imperial – guarneciam as janelas. Os lustres de cristal da Bohemia iluminavam profusamente o ambiente. Os criados todos vestidos a caráter, de libré (vieram de São Paulo, junto com os

cozinheiros). Convidados ao salão de banquete foi outro deslumbramento! Em cada canto do salão, colunas de mármore sustentavam cachepots de prata com uma profusão de flores. A mesa ricamente adornada. As cadeiras eram todas em gobelin. Na distribuição dos lugares, major Vicente foi de uma refinada ironia – no lugar antes destinado ao imperador ele convidou para sentar-se o major Antônio José da Cunha, notório propagador dos ideais republicanos. Após o jantar servido com iguarias que os presentes nunca dantes haviam provado e vinho da mais requintada procedência, começou o baile. Foi quando aconteceu um fato lamentável. O detestável genro Deocleciano que previamente fora proibido de entrar na festa, durante uma polca que os presentes dançavam com a alegria de terem aprendido graças ao professor de dança, entrou no salão montado à cavalo e completamente bêbado, gritando palavrões de baixo calão. Os empregados do major Vicente que se encontravam postados do lado de fora do palacete, prontamente agiram tirando tão indesejável criatura. O baile continuou. Major Vicente retirou-se e cochichou com o seu capataz. Depois voltou desculpando-se com os presentes por tão desagradável incidente. No dia seguinte, em uma curva da antiga estrada para Mococa, encontraram, morto com um tiro, o malfadado Deocleciano, genro do major Vicente. Dona Amazília, em prantos porque apesar de tudo amava aquele crápula, mandou erguer uma cruz no local onde seu marido tombou morto. Major Vicente nunca cultivou desafetos. Matava-os...

Algumas observações:

- Barão de Monte Santo é um título nobiliárquico criado por dom Pedro II a favor primeiramente de Luís José de Oliveira Mendes, sendo seus titulares:

1. Luís José de Oliveira Mendes (1779-1851);
2. Joaquim Simões de Paiva (1850-1880) e
3. Gabriel Garcia de Figueiredo (1816-1895).

- Dona Maria Amazília Carvalhaes Monte Claro (30.11.1857-17.01.1940), c.c. em primeiras núpcias com Deocleciano Baptista Carvalhaes (1851-1886), em 24 de julho de 1875, tendo

enviuado, contraiu segundas núpcias com Antenor Ferreira Carvalhaes (1862-02.07.1905), em 09 de fevereiro de 1889. Estranhamente, pesquisando no livro de sepultamentos da paróquia de São Francisco de Paula, não foi encontrado o óbito de Deocleciano.

- Em 1890, a freguesia de São Francisco do Monte Santo foi elevada à categoria de vila e constituída em município, desmembrada da vila e município de São Carlos do Jacuhy. Era necessário um prédio para nele ser instalada a cadeia pública e a câmara e, segundo consta, o prédio escolhido foi o antigo palacete de dona Geracina Candida de Almeida (1819-1888), viúva do comendador Francisco Coelho Monte Claro, que foi totalmente reformado e funcionou como fórum também, até cerca de 1943. O prédio atualmente tem sua arquitetura totalmente descaracterizada e está situado na praça Coronel Joaquim Bernardes, ao lado do “Museu Municipal Dr. Joaquim Ernesto Coelho”.

- Com a expansão da cultura cafeeira na segunda metade do século XIX, o sul de Minas Gerais e o oeste de São Paulo transformaram essa região numa das mais ricas do país para o período em questão. Esta importância econômica se traduziu automaticamente em poder político a partir da concessão dos títulos da Guarda Nacional, de comendas de ordens honoríficas do Império e dos títulos de nobreza, como barão de Dores do Guaxupé; barão de Passos; barão de Casa Branca; barão do Cabo Verde e barão de Monte Santo, contudo a proeminência e importância da cidade de Mococa justificaria um baronato nominal, o barão de Mococa, o que não ocorreu. Analisando as nobrezas mineiras e paulistas demonstra como o poder político irá permanecer ligado as regiões mais tradicionais, contribuindo assim para as discussões sobre economia e poder na formação das regiões mineiras e paulistas do século XIX.

(Texto escrito baseado em depoimentos do dr. Ronald Martins da Cunha (in memorian) e Ataliba Pereira Lima).

DOUTOR JOÃO AUGUSTO RIBEIRO GUIMARÃES

1843 - 1901

Natural de São João del-Rey, Minas Gerais, onde nasceu em 1843, era filho do dr. João Ribeiro Guimarães, advogado, professor e figura relevante na Revolução Liberal de 1842, como auxiliar imediato de Teófilo Otoni, segundo obra histórica do cônego José Antônio Marinho e de sua esposa, dona Maria Tertuliana de Oliveira Mafra, sendo seus irmãos:

1 – Doutor Antenor Augusto Ribeiro Guimarães, capitão-tenente-médico da Armada Imperial na Guerra do Paraguai, casado com dona Augusta Leopoldina Nascentes, com geração;

2 – Dona Virgínia Augusta de Oliveira Guimarães, casada com seu tio João José de Araújo e Oliveira Mafra (foi seu filho o normalista Joaquim José de Oliveira Mafra, nomeado em 1887, pelo presidente da província de Minas Gerais, professor da cadeira de instrução primária, da freguesia de São Francisco de Monte Santo), com geração e descendência em Monte Santo de Minas;

3 – Dona Amália Ribeiro Guimarães;

4 – Dona Malvina Ribeiro Guimarães;

5 – Dona Prudenciana Ribeiro Guimarães;

6 – Ernesto Ribeiro Guimarães;

7 – Dona Maria Augusta Ribeiro Guimarães, casada com Francisco Messias da Trindade, com geração;

8 – Dona Carolina Augusta Guimarães, casada com Joaquim Ernesto Coelho, com geração e grande descendência em Monte Santo de Minas.

Dr. João Augusto Ribeiro Guimarães, formou-se em medicina, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde apresentou e defendeu a sua brilhante tese, aprovada em 29 de novembro de 1867. Retornou ao seu estado natal, permanecendo

em São João del Rey, onde mantém seu consultório. Nos anos de 1881 a 1882, o dr. João Ribeiro exerceu o mandato de vereador na Câmara Municipal da Vila Bela do Turvo (atual Andrelândia, Minas Gerais). Nessa época, transfere sua residência para Monte Santo, onde foi o médico responsável e dedicado que viajava léguas e léguas para socorrer com sua ciência os indigentes que o idolatravam. Jamais em sua profissão teve o que se chama – o interesse.

Na era da Abolição (1880 – 1888), fazendeiros monte-santenses ligados ao Partido Republicano, alforriaram cerca de 300 escravos, antes de 13 de maio: é uma glória do civismo e da humanidade do povo de Monte Santo, sob a liderança dos chefes dr. João Ribeiro e coronel Lucas Magalhães.

Foi um dos fundadores e o primeiro presidente do Partido Republicano de Monte Santo, fundado em 04 de outubro de 1888.

Detinha o título de capitão-cirurgião da Guarda Nacional de Monte Santo, nomeado por decreto presidencial de 21 de dezembro de 1893, sancionado pelo presidente Prudente de Moraes.

Dr. João Ribeiro foi um destes que se impõe à admiração pública: um bom e justo.

Como médico, como espírita-kardecista, como político de raro prestígio. Enfim, sempre, em toda a sua existência foi um verdadeiro apóstolo do Bem!

Faleceu solteiro, em 02 de fevereiro de 1901, aos 58 anos de idade.

Uma rua em Monte Santo de Minas guarda o seu nome.



Dr. João Ribeiro, 1847 – 1901.

Quando da fundação do “Centro Espírita Amor e Caridade”, em 26 de junho de 1908, pelos fundadores: João Baptista Guide, Vetrúvio Sereno do Amaral, Antônio de Paula Braga, Cassaino de Moraes Preto, Felix Antonio Pereira Guimarães,

José Pina Buente e Joaquim José de Oliveira Mafra, o retrato do dr. João Ribeiro, foi ali colocado, honrando-o como benfeitor espiritual daquela casa.

CORONEL LUCAS TOBIAS DE MAGALHÃES

1844 - 1923

O cel. Lucas Tobias de Magalhães, o venerando líder da evolução política, social e econômica de Monte Santo, nasceu na então Freguesia de Bambuí, no oeste de Minas, aos 24 de Maio de 1844, filho legítimo de Florentino José de Magalhães e de dona Mariana Rita de Magalhães Chaves. Como esta era neta de dona Antônia Rita de Jesus Xavier, irmã caçula de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi o cel. Lucas, sobrinho-bisneto do Protomártir da nossa Independência.

Pertencia a uma numerosa família de nove irmãos e, seguindo os passos de seu pai, fez-se agricultor. E teve sorte, pois vamos encontrá-lo em Passos, já nos fins da década de 1870, como jovem e próspero fazendeiro. Pôde, assim, casar-se com sua eleita, dona Cota (Maria Cândida de Barros, 26.11.1852 – 08.06.1928, filha de Manoel Caetano de Barros e de dona Marciana de Abreu Barros), que seria mãe exemplar dos seus filhos, dentre os quais se destacaria o deputado Valdomiro de Barros Magalhães, político hábil e prestigioso de muitas legislaturas, na Assembléia Estadual, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Em 1882, Monte Santo era um faroeste rico e fascinante, já um grande produtor de café, oportunidade aberta aos que desejavam vencer na vida. Lucas e seus irmãos Cypriano e Florentino vieram conhecer a freguesia e gostaram. Três irmãos casados com três irmãs, eram sempre solidários: vieram todos.

É quando se inicia para o futuro do cel. Lucas uma fase de reduplicada atividade que resultará numa crescente expansão do seu patrimônio econômico. Nos próximos dez anos, até 1892, vai comprando ou ampliando as fazendas Montanha, Floresta, Serra e Libéria; com os irmãos

torna-se tão grande produtor de café, que somente o major Vicente Ferreira Carvalhaes Sobrinho conseguirá superar. No decênio de 1880-1890, a imigração italiana acentuara-se na região, especialmente depois de 1888, data da Libertação dos Cativos. Lucas que nunca tivera escravos em suas fazendas – é o primeiro a contratar os imigrantes, mas, dotado de visão de humanidade, dá-lhes condições de trabalho que jamais se pareceram com a simples reposição cruel do braço escravo: os italianos nunca esqueceram isso e sua gratidão coletiva valeu, por muitos anos, como um dos maiores sustentáculos políticos do grande chefe monte-santense.

Após a colheita de 1886, Lucas desceu a Serra, à frente de quatro lotes de barros, para vender seu café ao major Vicente Carvalhaes, o potentado que até então dominara a vida política e econômica local; desentenderam-se no preço da mercadoria e, saindo da casa do major, batendo o chicote nas botas, Lucas gritou para os tropeiros -: - “*Minha gente, toca pra Mococa!*” E foi colocar na praça vizinha, a melhor preço, o seu café. Mas, a partir daquele momento, a política de Monte Santo passou a ter mais um chefe. Ostensivamente, Lucas, que apoiava o Partido Liberal, entrou em luta partidária, em oposição ao Partido Conservador do major Vicente Carvalhais. De liberal a republicano, numa época em que a propaganda republicana vivia seus dias decisivos, foi um passo. Ouro Preto, numa assembléia para levantar fundos destinados à fundação do jornal – republicano, na hora das subscrições os convencionais retraíram-se; então Lucas levantou-se e, diante da estupefação geral, sem elevar a voz, fez sua oferta: “*Senhores, entro com um conto de réis!*” Era dinheiro demais para a circunstância e,

envergonhados, os republicanos mineiros tiveram que concorrer também. E o jornal foi fundado.

Logo depois de proclamar a República, a freguesia de Monte Santo foi elevada à Vila (1890). Em seguida, em 1892, instalou-se o Município. Em 1894, com a criação da comarca, chegou o dr. Wenceslau Braz (Wenceslau Braz Pereira Gomes), futuro presidente da República, que iniciou sua vida em Monte Santo. É evidente que essas etapas da vila, da cidade e da comarca tiveram no chefe republicano uma ação decisiva. Durante mais de trinta anos, a sua presença predominante na política e na administração será constante. Em 1891 – 1892, Lucas é eleito para o Conselho da Intendência (Câmara Municipal) como Conselheiro (Vereador). Data dessa época o seu requerimento para instalar um serviço de “bondes a vapor”, que iria de Monte Santo à estação de Canoas; esta preocupação pioneira com transporte ferroviário prosseguirá por muitos anos, pois temos cartas do presidente Wenceslau Braz reportando-se às instâncias de Lucas, junto dos governos, para que estenda até Monte Santo os trilhos da Estrada de Ferro Muzambinho, o que acontecerá, em 1913, mas com a chegada da Mogiana. Durante os anos em que o dr. Wenceslau Braz esteve à frente da administração municipal (1895 – 1898), Lucas era o seu companheiro mais próximo e o substituiu, quando partiu para a sua marcha até a presidência da República, despedindo-se, em carta comovida, de seu “chefe” e compadre. O cel. Lucas assume a Agência Executiva (Prefeitura), de 1898 a 1902; marca seu governo instalando o Instituto Municipal, a primeira escola pública urbana, assim como as primeiras escolas rurais para filhos de colonos. O Grupo Escolar só surgiria quase dez anos depois. Já então chefe incontestado da cidade e região, Lucas elegeu-se de novo para o mandato de 1902 - 1904. O exame das atas da Câmara esclarece a operosidade do mandatário, nas obras públicas de construção e consertos de estradas e pontes, na ultimização das obras do novo cemitério e abaulamento de ruas e, principalmente, um fato novo na administração monte-santense: arborização de ruas da cidade, que ataca em duas administrações suas.

Se bem que não formado, o cel. Lucas era um homem de razoável cultura. Muito lido, dava receitas e conhecia a formulação farmacêutica. Tinha boa redação, embora não gostasse de falar

em público. Amigo da natureza, foi o introdutor da silvicultura entre nós, mandando buscar as primeiras mudas de eucaliptos e de outras espécies arbóreas, para plantas nas vias públicas, em suas propriedades e distribuir aos amigos; fruticultor entendido, importa e planta laranjeiras, caquis, ameixas japonesas, ameixas “Rainha Cláudia”, palmeiras de coco, quase todas desconhecidas na região. Floricultor aclimatara rosas seletas, heliotrópios, begônias e outras flores exóticas. Porém, não era apenas o cultivador de amenidades. Unia o prático ao agradável.

Em 1908, à frente de algumas dezenas de fazendeiros e amigos políticos, funda a Cooperativa Agrícola de Monte Santo. Era uma iniciativa ousada para o tempo. Nossa gente é individualista e desconfiada. Lucas empurrou todos adiante e a Cooperativa foi um sucesso. Agrupando os cafeicultores locais em sua entidade local – coisa lamentavelmente não ocorre hoje – o presidente os assistia em suas lavouras (financiando-os e vendendo-lhes a preços bons, mudas selecionadas), fomentava a sua produção (promovendo campanhas de cafés finos), protegia a comercialização (estocando a safra, para obter melhores preços) e lhes facilitava o embarque do produto, graças à força que tinha sobre a Companhia Mogiana.

Contudo, a política tem o seu destino de realizações e de frustrações. Chefe incontestado e líder prestigiado em toda a sua longa existência, o cel. Lucas Tobias de Magalhães conheceu grandes horas de vitória e amargou também com alguns revezes. Nas eleições de 1907, os seus “Araras” foram fragorosamente derrotados pelos “Gafanhotos”, do cel. Francisco Ge Pereira Lima. Ele só retornaria ao poder cinco anos depois, em 1912, para somente perdê-lo em 1922, nas famosas pugnas dos “Caranguejos” e “Aranhas”. Já então era um frágil ancião de 78 anos, maltratado pela doença e desiludido dos homens. Morreu tranqüilamente no dia 23 de agosto de 1923, ao pleno recesso dos dias inquietos que agitavam a sua cidade amada. A morte, porém, trouxe-lhe a veneração e o respeito póstumo até dos seus mais ferrenhos inimigos (adversários). Como símbolo, sua figura serena inspirou os entendimentos e harmoniais selados praticamente sobre o seu túmulo ainda recém-aberto, quatro meses após.

Hoje, quase 58 anos do seu desaparecimento, Lucas Tobias de Magalhães é apontado como o criador do liberalismo republicano em Monte Sato. Isto significa que os verdadeiros direitos humanos – que decorrem do liberalismo e por ele implantado entre nós – haverão de constituir-se na essência de nossa própria vida cotidiana, baseada na liberdade sem privilégios de classe ou fortuna, na igualdade

afetiva de todos à mesma oportunidade, e na fraternidade dos irmãos que não exploram e não se deixam explorar.”

Prof. Dr. José Ferreira Carrato (1916 – 1996), escreveu este texto em 1981.

CORONEL FABIANO SOARES DE MORAES

1847 - 1924

Nasceu Fabiano Soares de Moraes, em 08 de setembro de 1847, no então distrito de São Francisco de Paula do Tijucu, do termo de Jacuí, que só seria elevado à categoria de Freguesia de São Francisco das Chagas do Monte Santo, pela lei número 908 de 08 de junho de 1858, filho de Manoel Soares da Silva (natural de Pará de Minas) e de dona Thereza de Moraes Preto, casados a 26 de abril de 1826, em Jacuí, MG. Fabiano Soares de Moraes usava também o nome de Fabiano Soares da Silva.

Casou-se em primeiras núpcias com dona Constantina Alves de Lima (1850 – 13.10.1904), nascendo desse consórcio três filhos: o alferes Primo Soares de Moraes, o capitão Manoel Soares da Silva, que deixaram descendência e Urias, falecido em 20 de outubro de 1887, aos treze anos de idade.

Enviuvando-se, contraiu segundas núpcias, em 1905 com dona Lydia Dias Branco, nascendo dessa união dois filhos: o doutor Urias Soares de Moraes (20.10.1906 – 18.02.2002), médico, que foi casado com dona Palmira Ponte Joele, com descendência e doutor Garibaldi Soares de Moraes, advogado, solteiro, sem descendência.

Ao estourar a Guerra do Paraguai, Fabiano encontrava-se recém-casado. Mobilizado para o serviço militar, foi designado para o destacamento auxiliar de milícias – os chamados “bate-paus”, encarregados de substituir as forças policiais enviadas para a frente de batalha. Nessa condição serviu até 1870. Esse episódio da mocidade iria

marcar sua vida, pois durante anos, tanto no regime monárquico, quanto no regime republicano, ele iria exercer o cargo de sub-delegado de polícia.

Em 1874, no “Almanack Sul-Mineiro”, de Bernardo Saturnino da Veiga, Fabiano é listado como um dos Eleitores Gerais e também como negociante de molhados e gêneros da terra na Freguesia de São Francisco das Chagas do Monte Santo.

Em 1885, Bernardo Saturnino da Veiga, em seu “Almanack da Província de Minas Gerais”, cita-o como a primeira autoridade judiciária da freguesia. Tratava-se do cargo de primeiro juiz de paz, que então exercia.

Sempre pertenceu, no regime monárquico, ao Partido Conservador, de que era um dos chefes locais mais atuantes. Proclamada a República, filiou-se ao Partido Republicano Mineiro.

Em 1892, ele é listado como um dos principais cafeicultores do município de Monte Santo, com uma plantação de dez mil pés de café, na Fazenda Alves.

Durante quase toda a sua vida, exerceu cargos eletivos de vereador e juiz de paz, além da função de delegado de polícia.

Pelo decreto de 21 de dezembro de 1893, sancionado pelo então presidente da República, marechal Floriano Vieira Peixoto, foram nomeados respectivamente, para o 151º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Monte Santo, no Estado de Minas Gerais, como

Tenente-Coronel Comandante, Fabiano Soares de Moraes e Alferes, Primo Soares da Silva, dentre outros.

Em 1897 e 1898, ele é eleito e exerceu o cargo de primeiro Juiz de Paz.

Na sessão do dia 1º de janeiro de 1905, procedeu-se à eleição da mesa, sendo eleitos presidente e agente executivo municipal, major Américo Benício de Paiva; vice-presidente, doutor Aristides da Silveira Lobo Sobrinho; e secretário, Urias de Paula Xavier. Entretanto, major Américo renunciaria à Agência Executiva e à presidência da Câmara vinte dias depois de empossado, não renunciando, contudo, ao cargo de vereador. Elegeu-se, então, para a vaga na Presidência o doutor Aristides da Silveira Lobo Sobrinho; Francisco Gê Pereira Lima assumiu a vice-presidência.

Fabiano Soares de Moraes, antigo chefe do Partido Conservador, eleito vereador a 28 de agosto de 1905, tomou posse no cargo de presidente e agente executivo no dia 1º de setembro do mesmo ano, pela votação dos membros da Câmara.

Nesse ano, Monte Santo sofria o reflexo de uma crise econômica que assolava todo o país. Assim, diminuiram-se as rendas provenientes dos impostos, acarretando a falta de alguns pagamentos, aumentando a despesa e desorganizando as finanças municipais.

O novo administrador não se deixou, portanto, seduzir pelo desejo de traçar um grande programa administrativo, pois, convinha-lhe, principalmente, recuperar as finanças do município.

A Câmara Municipal era devedora, nessa época, da importância de 66:768\$605 Rs., incluindo os respectivos juros. Liquidar essa dívida, sem prejudicar os indispensáveis serviços públicos, foi o principal objetivo de Fabiano Soares de Moraes.

Recuemos até o ano de 1907 e deixemos que o Agente Executivo nos fale, ele mesmo, sobre sua administração: “...*O estado sanitário de nossa cidade foi sempre bom, devido a amenidade do seu clima, embora não esteja aparelhada ainda, com um serviço de hygiene conveniente ao seu adeantamento. É de necessidade inadiável o estabelecimento de uma rede de esgotos, a fim de servir de escoadouro às águas servidas que*

escorrem pelas sarjetas; isto, além de produzir péssima impressão, deve ser perigoso à saúde pública, em vista da estagnação das águas ser cauza de moléstias.

Para attenuar esse mal, procurei ensaiar um modesto serviço de limpeza pública: destinei uma carroça, especialmente para conduzir as águas servidas e o lixo, para fóra da cidade. Esse rudimentar meio de limpeza, entretanto, não deu o resultado desejado, apesar dos esforços que empreguei para levá-lo avante, a bem da saúde e da boa hygiene da cidade.

Dentro do limite que podia supportar a receita orçamentária, empreguei reaes esforços e particular empenho em fazer no Município novos melhoramentos materiaes, procurando, também, conservar os já existentes. Não sendo possível, em razão da situação financeira, aventurar-se grandes empreendimentos de que tanto somos carecedores, esforcei-me especialmente em aperfeiçoar os serviços feitos modestamente, fazer novos melhoramentos urgentemente reclamados e de reconhecida utilidade pública. Assim mereceu especial cuidado da minha administração, o serviço da conservação das ruas. Fil-o sob a minha immediata administração, tendo o prazer de salientar, que durante o exercício do meu cargo, as ruas estiveram sempre limpas e muito bem conservadas. Não me limitei, porém a isso, procurei fazer mais; cuidei, também, de abahular algumas, onde essa necessidade tornou-se palpitante. Foram abahuladas as seguintes ruas, que têm os nomes de Wenceslau Braz, Silva Jardim e um trecho da Rua Dr. João Ribeiro. Foi também nivelado o largo de S. Francisco e consertado um boeiro à Rua Aristides Lobo.

O emplacamento das ruas e largos era uma necessidade reclamada pelo adeantamento da nossa cidade. Mandeí collocar placas com os nomes das ruas, pequenas e elegantes, em todos os largos e ruas desta cidade. Esse melhoramento torna mais bella a nossa cidade e cauza boa impressão ao viajante que nos visita.

Tendo o meu predecessor o Sr. Cel. Lucas Tobias de Magalhães, então Agente Executivo Municipal, iniciado a arborização da cidade, procurei continuar esse tentamen, mandando plantar algumas árvores nas ruas. Foi um pequeno ensaio; os cofres públicos não permitiram dar maior desenvolvimento a esse melhoramento.

De accordo com a legislação Municipal, as rês são abatidas no matadouro sob as vistas do respectivo Fiscal. A carne era conduzida em vehículos não apropriados para esse mister, o que podia ser prejudicial à hygiene. Para obviar esse mal, mandei adquirir um carroção especialmente destinado à condução de carne para os açougues. É imprescendível a elaboração de uma lei, em que se obrigue a abater no Matadouro, os suínos destinados ao consumo público.

Depois das ruas, o conserto e abertura de estradas se impunha, porque prestam inestimáveis serviços à lavoura e ao commercio. Não pude empregar de um modo mais útil o dinheiro público, do que na conservação das estradas, porque além de ser nellas que se faz a circulação das riquezas, servem ao transito, beneficiando, portanto, todos que dellas se utilizam. Foi aberta uma estrada nova para o próspero Districto de São João da Fortaleza. Fizeram-se consertos: numa estrada do Bahú, numa estrada dos Sete Cabeças e numa estrada na parte da Serra Antenor Carvalhaes, etc.

Mandei construir e consertar várias pontes dentro do Município. Era um serviço inadiável, porquanto com as enchentes, muitas pontes foram danificadas. O honesto Governo do Estado, sempre solícito em attender e ajudar as Municipalidades, nos seus melhoramentos necessários auxiliou a nossa com a quantia de 3:000\$000 para a construção de pontes. Nos balancetes pode-se verificar as quantias dispendidas com esses melhoramentos.

Não descurei a illuminação, esforçando-me para melhorál-a. Com esse intuito, foram augmentados 9 lampeões, que vão prestando serviços ao público. A iluminação como é sabido, é pelo processo rudimentar do Kerozene, mas, apesar disso presta útil serviço à cidade. Logo que as finanças o permitiram, urge substituí-la pela luz eléctrica, que se torna não muito dispendiosa, em vista das forças existentes nas cachoeiras deste Município.

Quanto à Santa Casa de Misericórdia, antiga aspiração do povo, devido ao denodo de alguns legionários da caridade, vai se tornar em realidade. A primeira pedra do edificio já foi lançada e como somente em solo fecundo, há de em breve se erguer em edificio para abrigo dos desamparados. Foi pelos illustres Vereadores

votada uma verba de auxílio que já paga à Comissão construtora.

Mereceu especial carinho a instrucção pública, por parte da Câmara, sendo mantidas três escolas municipais.

Tendo já o actual Governo do Sr. Dr. João Pinheiro, que inscreveu em seu programa, uma política sã de trabalho e de instrucção, iniciado no Estado, um movimento salutar para a concretização desses ideaes em realidade, veio a Câmara concorrer também para esse impulso em prol do ensino. É assim que, procurando attender ao appello do illustre Dr. Carvalho de Britto, que na pasta do Interior, tem sido uma esplendida revelação de estadista, na obra santa do ensino em Minas Gerais, votou a Câmara no orçamento do anno passado a quantia de 10:000\$000 para a construcção de um Grupo Escolar. Sendo insufficiente essa quantia, deixei de iniciar a construcção do referido estabelecimento, que é uma necessidade. Ainda dominada pelas mesmas idéas, tão merecedoras de encômios, a Câmara Actual votou no orçamento a quantia de 30:000\$000 para a construcção do Grupo Escolar. De modo que em breve, também teremos em nossa cidade um Grupo Escolar, onde se tem de diffundir com proveito o ensino primário. Providencieei, também, para que fosse cumprida, a louvável resolução da Camara que mandou adottar nas escolas Municipais o mesmo processo de ensino das escolas estadoaes, e que tantos benefícios tem dado como se pode ver nos relatórios dos Inspectores Técnicos.

Tem a municipalidade concorrido com uma pequena verba de auxilio para expediente dos Delegados da séde e dos Districtos. A ordem pública tem sido magnífica, como sempre tem sido traço distinctivo e orgulhoso do nosso povo, no respeito às leis e às autoridades.

Fazem parte do Município, os prósperos Districtos de São João Baptista de Posses e São João da Fortaleza, que têm merecido especial carinho da aministração pública, dominada pelo desejo de impulsionar o seu progresso. Attendi sempre com o máximo cuidado todas as necessidades dos districtos procurando desenvolver o seu adeantamento material e intellectual. Em ambos a Câmara Municipal mantém escola, tendente à diffusão do ensino. Em Posses mandei descortinar o patrimônio,

derribando o pequeno matto dentro do Districto. Tornou-se preciso, fazer-se também rampas de pedras em Posses e limpeza do Largo, o que se executou immediatamente. Em S. João da Fortaleza, iniciou-se o serviço de abahulamento das ruas, sendo abahulada a principal desse lugar, a Rua Cel. Cândido de Souza Dias; foi construída dentro da povoação uma ponte insistentemente reclamada pela necessidade do trânsito público. Tendo contractado o serviço de placas para esta cidade, fil-o também para os dois districtos.

Conservei todos os funcionários municipais, havendo apenas a substituição do Sr. Cap. Theophilo Dias Branco, que solicitou a sua exoneração de Procurador da Câmara. Nomeei para occupar esse cargo, o Sr. João Nantes de Castilho em 1º de janeiro de 1.906, que então exercia o cargo de Secretário do Executivo. Para este cargo nomeei o Sr. Américo Borges da Costa, que tem prestado bons serviços, revelando-se um funcionário correcto e trabalhador. Para o Districto de Posses foi nomeado Fiscal o Sr. Anselmo das Chagas.

Eis o succinto relatório dos factos principaes da minha administração, feito rapidamente, contendo decerto lacunas, mas feito com lealdade. No exercício espinhoso do cargo de Agente Executivo procurei de preferência administrar, alliando a prudência à energia, e imparcialmente praticando os soberanos princípios de justiça a todos que me procuraram, em razão do cargo que occupava. Não me deixei deslumbrar pela posição; exerci o mandato criteriosamente, applicando a lei com brandura e calma, de modo a evitar descontentamento; mas, jamais me submeti a interesses subalternos: sempre cuidei com especial devotamento dos interesses superiores do Município. Entretanto, se mesmo assim a má vontade não abrir os olhos, para me fazer justiça, é porque cada vez mais me convenço quão difficil é contentar a todos no exercício de uma função publica. Diz-me a consciência que cumpri rigorosamente os deveres do meu cargo: é esta a íntima satisfação que levo no coração ao volver de novo à vida privada, fazendo votos para que a nossa terra encaminhe sempre para um amanhã de novos progressos e civilização”.

**Quadro demonstrativo do período de
01.09.1905 a 30.12.1907:**

Presidente e agente executivo: Cel. Fabiano Soares de Moraes, a partir de setembro de 1905; Américo Benicio de Paiva, de 1º a 20 de janeiro de 1905; Francisco Gê Pereira Lima, de 11 a 24 de fevereiro de 1906; Aristides da Silveira Lobo Sobrinho, de 21 de janeiro a 10 de fevereiro e de 25 de fevereiro a 31 de março de 1906; secretário, João Nantes de Castilho (Américo Borges), 1906.

Procurador: Theophilo Dias Branco (João Nantes de Castilho); Contínuo, João Mafra; Fiscal, Luiz Flaminio dos Reis; Zelador do Cemitério, Francisco P. Guimarães; Conservador das ruas, Ferri Bartholomeu; Zelador da água, Vitruvius Sereno do Amaral; Zelador do manancial, João Theodoro; Sub-Fiscal de Posses, Plínio Pance; Sub-Fiscal de São João da Fortaleza, Antônio Godoy; Arrematante da iluminação, Antônio Pellegrini (1905).

Câmara: Presidente, Fabiano Soares de Moraes (doutor Aristides da Silveira Lobo Sobrinho); Vice-Presidente, doutor Aristides da Silveira Lobo Sobrinho (Francisco Gê Pereira Lima); Secretário, Urias de Paula Xavier; Américo Benicio de Paiva; José Gomes Ribeiro; Isaac Soares de Moraes; Álvaro Pereira de Mello; Manoel Joaquim de Andrade; José Pereira da Silva Jr.; Ítalo Provincialli; Zacharias Furtado de Medeiros e Francisco Gê Pereira Lima.

Renúncias: Isaas Soares de Moraes (01.02.1905), Ítalo Provincialli (01.05.1905).

Posses: Fabiano Soares de Moraes; Francisco Paulino da Costa; Salathiel Becker; João Baptista Gonçalves (28.08.1905); Antônio José Feliciano (15.10.1906); Manoel Joaquim de Andrade; Isaac Soares de Moraes (28.08.1905).

JUIZES ELEITOS PELOS POVO:

1905 – Juiz de Paz – Capitão Antônio de Paula Braga

Suplentes – Alferes Aristóteles Goulart
Manoel Antônio de Carvalho Pinto

Principais obras públicas do período: Conserto na estrada dos Mendes e na Rua Quintino Bocaiúva, esgoto na Mocoquinha, consertos na estrada de Posses, pontes no Engenho, na estrada de Guaranésia, no córrego do Padre, nos Mendes, no ribeirão do Guaritá, no córrego do Barreiro, no córrego da Grama, em Fortaleza, consertos de pontes no Tomba Perna e Macahúbas, construção

de um paredão de tijolos e nivelamento do Largo da matriz, doação de terreno para a construção da Santa Casa.

É inaugurado, a 01.08.1907, o telégrafo nacional, pelos esforços do deputado federal pelo distrito, dr. Wenceslau Braz.

Por força do decreto estadual número 2.026, de maio de 1907, sancionado pelo então presidente do estado, doutor João Pinheiro da Silva, foi instalado oficialmente a 14 de julho de 1907, o distrito de São João da Fortaleza.

Foi durante sua gestão que foi doado à Comissão Construtora da Santa Casa de Misericórdia de Monte Santo o terreno para sua construção e que foi inaugurada a 20 de junho de 1910.

Em 1915, o tenente-coronel Fabiano Soares de Moraes é nomeado 1º suplente do delegado especial de Monte Santo e também é novamente listado como um dos grandes fazendeiros e cafeicultores do município.

Em 1918 é novamente eleito juiz de paz e em 1919 é eleito primeiro suplente do juiz de paz.

Em 1923 é eleito segundo suplente de juiz de paz e seu filho, o alferes Primo Soares da Silva

é eleito 3º suplente. Faleceu em Monte Santo, a 03 de novembro de 1924.

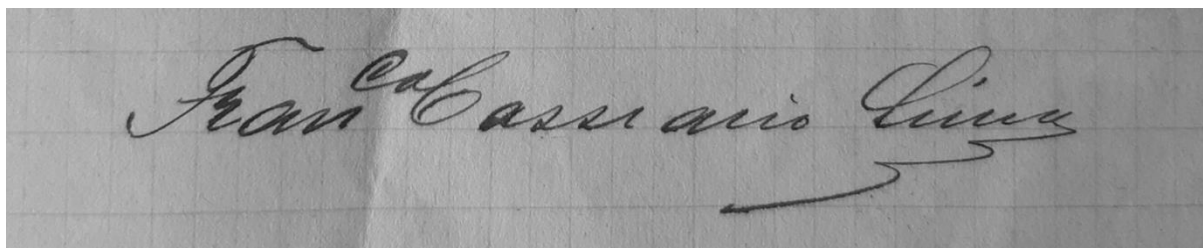
Segundo consta na crônica “A Dança das Placas”, do historiador Luiz Antônio Novelli, publicada no livro “Cronistas Montesantenses”, organizado por Luiz Antônio Novelli, publicado em 2012, há a seguinte nota, que transcrevo:

(...) Em 1923, a tradicional Rua Quintino Bocaiúva, conhecida anteriormente por Cesário Alvim, passou a denominar-se Rua Coronel Fabiano Soares de Moraes, recebendo, ainda, posterior e sucessivamente as denominações de Rua Presidente Vargas e, hoje, Doutor Pedro Paulino da Costa. (...). P. (138).

De 1907 a 08 de novembro de 1938, a atual “Rua Presidente Getúlio Vargas”, em Arceburgo, denominou-se “Rua Coronel Fabiano Soares”, quando foi substituído pelo nome atual.

Pelo decreto Número 15, de 08 de novembro de 1938, sancionado pelo então prefeito, capitão Adolpho de Souza Caldas, a “Rua 15 de Novembro” (assim denominada desde 07 de setembro de 1922), passou a ser denominada “Rua Coronel Fabiano”, que conserva em Arceburgo até os dias de hoje.

UM NOME ESQUECIDO: MAJOR FRANCISCO CASSIANO DE LIMA, 1858 – 1925

A photograph of a handwritten signature in dark ink on a light-colored, textured paper. The signature is written in a cursive, flowing style and reads "Francisco Cassiano Lima".

O major Francisco Cassiano de Lima é um nome importante da história de Monte Santo de Minas. Era um pioneiro. O fato de ter morrido há bastante tempo, há quase cem anos, faz com que o povo monte-santense não tenha qualquer memória dele. Mas isso não é motivo suficiente para o esquecimento.

Político, pensador sensível, de inteligência viva e de espírito irrequieto, orador fluente, teve

participação ativa em várias oportunidades nos júris realizados na Vila de São Carlos do Jacuhy e em Monte Santo. Também foi agricultor experimentado.

Nasceu Francisco Cassiano de Lima, em 14 de maio de 1858, filho do alferes Cassiano José de Lima (1811 – 1877) e de dona Maria Francisca do Nascimento (1820 - ?), na então freguesia de São Francisco do Monte Santo, conforme consta em

seu batistério, que transcrevo: “Aos treze de junho de mil novecentos e cinquenta e oito baptizei e puz os santos óleos a Francisco, filho de Cassiano José de Lima e de (sic) dona Maria Cassiana do Nascimento, nascido a quatorze de maio p. p. Forão padrinhos: capitão Francisco de Moraes Preto e de dona Ponciana Maria de Oliveira. (a) O Pe. João da Fonseca Mello”.

Seu pai, o alferes Cassiano José de Lima foi o primeiro escrivão de paz e escrivão da subdelegacia do distrito e sua mãe, dona Maria Francisca do Nascimento, era filha de Francisco Mendes Carneiro (1755 – 1838). Tem-se notícias de que foram seus irmãos: Martiniano Mendes de Lima, casado com dona Antônia Geracina de Lára; dona Dioga Maria de Lima, casado com João Custódio de

Oliveira; dona Maria Cândida de Lima, casada com Fermino Antunes de Oliveira; Justiniano José de Lima, casado com dona Joana Querubina de São José; dona Theolinda Maria de Lima, casada com Manoel Franco Marôcho e teriam

sido também seus irmãos: Bellino José de Lima e Aramínio de Lima, dos quais não se tem maiores

informações e nem confirmação exata se realmente eram irmãos, sobrinhos ou primos dele.

Estudou as primeiras letras com o professor Joaquim Honório Cutis e trabalhou como caixeiro na loja de Elias Marçal Vieira, a quem chamava de tio Elias. Era dotado de vivaz inteligência e foi autodidata, detendo grande conhecimento intelectual para sua época. Tem-se notícias de que ele foi “coroinha” quando criança e na fase adulta foi por anos organista da igreja paroquial.

Em 1882 foi criada, na freguesia de Monte Santo, uma sociedade para a exploração de caulim, do qual, segundo se diz, foram feitas apreciáveis louças. Essa sociedade foi fundada pelo tenente Luiz Antônio de Paiva, Norberto de Assis Fragoso e Francisco Nantes de Castilho, e compunha-se de

mais de trinta sócios, sendo sua diretoria assim constituída: Presidente, doutor João Augusto Ribeiro Guimarães; Diretor, tenente Luiz Antônio de Paiva Coutinho; Primeiro Tesoureiro, Manoel Antônio Lopes Pereira; Segundo Tesoureiro, Bernardino José de Freitas; Primeiro Secretário, Sydalino Silvino da Silva e Segundo Secretário, Francisco Cassiano de Lima. Como se sabe, por razões desconhecidas, essa fábrica não se desenvolveu.

No “Almanak Sul Mineiro 1874 – 1884”, organizado, redigido e editado por Bernardo Saturnino da Veiga, na cidade da Campanha, Minas Gerais, Francisco Cassiano de Lima é citado como escrivão da justiça e da polícia, e diretor da banda de música, iguais citações são encontradas

no “Almanak Laemmert”, editado no Rio de Janeiro, em 1885.

No jornal “A Província de Minas”, publicado em Ouro Preto, Minas Gerais, de 05 de março de 1884, ano IV, número 195, propriedade de José Pedro Xavier

da Veiga, órgão do Partido Conservador, há a seguinte publicação:

“Ao sr. Pedro de

Oliveira Machado:

O abaixo-assignados, moradores em Monte Santo, tendo a saudade e a gratidão gravada em seus corações, por isso procurarão este meio para testemunhar ao muito digno sr. de Oliveira Machado, que aqui esteve em comissão fiscalizando a recebedoria d’este lugar, os protestos de sincera amizade, o que ainda não fizeram por uma circunstancia alheia às suas vontades.

Nos tempos modernos um homem que se apresenta em um lugar estranho sem trazer uma recommendação pela sua posição pecuniaria ou títulos que o elevem, fica olvidado pela sociedade e pouca importancia lhe ligão, porem um homem como o sr. Pedro de Oliveira Machado que



O major Francisco Cassiano de Lima (1858 – 1925) e sua primeira esposa, dona Fausta Candida de Faria (1862 – 1904).

distingue-se pela honestidade e virtude além de todas as qualidades distintas e admiráveis que o cercão, sabe captar a estima e consideração de uma sociedade qualquer e elevar-se no conceito dos homens honestos e amantes do adiantamento moral de seu paiz.

Oxalá que o governo escolhesse sempre para empregados, homens distintos como o sr. Pedro de Oliveira Machado.

Monte Santo, 5 de setembro de 1883.

(aa) Francisco Cassiano de Lima.

Ten. Cor. Raymundo de P. Ferreira.

Francisco de P. P. Magalhães.

Antonio Calimerio.

Bernardino José de Freitas.

Antenôr Caetano.

O Sargento Manoel Martins Pereira.

Joaquim Francisco Dias Branco.

Andronico de S. Vieira

José Pedro Ferreira.

João Antonio de Almeida Nogueira.

José Cassiano Gomes.

José de Almeida Freitas.

Justiniano José de Lima.

Francisco Cassiano de Lima casou-se em primeiras núpcias por volta de 1882, com dona Fausta Cândida de Faria (1862-1904), filha do português João Manoel Ribeiro de Faria (1836-1896) e de dona Senhorinha Cândida de Almeida (1840-1865), e desta união nasceram os filhos: Raul Ribeiro de Lima (Raul Cassiano, 1889-1951), casado com dona Mariana Garcia de Oliveira (1893-196?) e Sebastião Ribeiro de Lima (Chimbica, 1894-1959), casado com dona Rita Teixeira, que deixaram descendências.

Em 1884 já estava em mal estado de conservação a Igreja Matriz de São Francisco do Monte Santo, projetando, assim, a sua reconstrução ou construção de uma outra, e a 25 de novembro de 1884, a secretaria do bispado de São Paulo, emitiu a seguinte portaria: “... *Portaria nomeando uma junta parochial, composta dos cidadãos coronel Lucas Tobias de Magalhães (presidente), tenente José Cassiano Gomes (thesoureiro), Francisco Cassiano de Lima (secretário), capitão Deocleciano Baptista Carvalhaes, coronel Raymundo de Paula Xavier, capitão Ignacio Soares de Moraes e Souza, tenente José de Almeida Freitas, tenente José de Almeida Freitas, João Manoel Ribeiro de Faria, Silvério Pereira de*

Mello e Domingos Custódio da Luz (membros), para, por meio de subscrições, agenciar donativos em favor das obras da matriz de Monte Santo”.

Por força da lei estadual número 243, de 21 de novembro de 1890, a freguesia de São Francisco do Monte Santo, foi elevada à categoria de vila e constituída em município, desmembrada do município de São Carlos do Jacuhy. Recebia Monte Santo, enfim, sua maioria política.

Embora a nova Intendência (proclamada a República, os municípios passaram a ser governados por “Intendentes”, administradores executivos nomeados pelo governo estadual, até posterior eleição) fosse instalada somente em 03 de março de 1891, Monte Santo já a aguardava bem antes de ser sancionada a lei. Dois meses antes da emancipação, Miguel Xavier e, logo depois, o médico doutor Aristides da Silveira Lobo Sobrinho percorriam as pequenas ruas da freguesia interpelando as pessoas que encontravam, e levando sob o braço um talão impresso com esmero, onde se lia: “Obras da Cadêa e Intendencia de Monte Santo”.

Durante onze meses conseguiram setenta e sete subscrições, arrecadando 7:850\$340 réis entre os habitantes. Francisco Cassiano de Lima foi o primeiro a oferecer sua participação (50\$000); Balbino Soares Nogueira (1827 – 1910), o último. Folheando hoje esse talão, deduz-se que a importância arrecadada fora suficiente para o que se pretendia ou, então, ninguém mais se interessara em subscrever, pois das duzentas páginas do talão, 173 encontram-se em branco.

Gozando de prestígio junto ao governo do estado, Francisco Cassiano de Lima, até então exercendo a chefia da agência do correio, é nomeado escrivão de paz e tabelião, permanecendo neste cargo até junho de 1891, quando exonera-se dos cargos em favor do amigo e compadre capitão Theophilo Dias Branco, a pedido deste. Mais ou menos nessa época, chega a Monte Santo a artista Anita Gelli e o major Francisco Cassiano de Lima encomenda a ela o seu retrato e de sua esposa, dona Fausta e de dona Maria José de Almeida, esposa de seu sogro João Manoel Ribeiro de Faria.

Em 1892, Francisco Cassiano de Lima é citado entre os principais cafeicultores do município de Monte Santo, com 15.000 pés de café, plantadas em seis alqueires de terra em sua fazenda Retiro.

Neste período Francisco Cassiano de Lima empreende várias viagens e numa de suas idas a São Paulo, trava grande amizade com o médico doutor Arnaldo Augusto Vieira de Carvalho (1867-1920). Junto com o capitão Álvaro Pereira de Mello, empreende viagem a Três Pontas, Minas Gerais, onde vão ao encontro do cônego Francisco de Paula Victor (1827-1905), o “Padre Victor”, que devido a seus milagres foi beatificado e está em processo de canonização no Vaticano.

Conta-se que, padre Victor, ao avistá-los e sabê-los de tão longe teria falado: *“Mas, os senhores vieram de tão longe, para conhecer um negro feio e beijado, como eu?!”*.

No dia 03 de novembro de 1892, encontravam-se presentes, na sala das sessões da Câmara Municipal, os senhores coronel Vicente Ferreira Carvalhaes, cônego João Osório Marcondes, tenente José de Almeida Freitas e Francisco Cassiano de Lima, procedia-se, naquele momento, a apuração do pleito para os cargos de presidente e agente-executivo e de nove vereadores.

Conhecido o resultado da apuração, a Câmara comunicou-se oficialmente com Antenor Ferreira Carvalhaes, convidando-o para, no dia 19 de novembro, prestar compromisso e tomar posse no cargo que fora eleito.

Na sessão de 07 de outubro de 1893, os membros da Câmara solicitavam para que se protestasse contra o *“procedimento de parte da armada e de alguns brasileiros desnaturados que tanto mal causavam à nossa Pátria”*.

A crise política no Rio de Janeiro proporcionaria discussões acaloradas no plenário da Câmara monte-santense. Era o episódio que na História do Brasil, se chamaria “Revolta Armada”.

Na reunião de 16 de dezembro, o presidente, ao dizer que *“sendo público e notório que a revolução de seis de setembro, com a adesão do senhor Saldanha da Gama, tomou um carácter restaurador”*, convidava os vereadores para, juntos, prestarem total solidariedade ao governo do presidente Floriano Peixoto, convindo que se angariasse donativos para auxiliar os *“bravos defensores da Pátria”*.

Pelo decreto presidencial de 21 de dezembro de 1893, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, da Diretoria da Justiça, foram nomeados para o Comando Superior da Guarda

Nacional da Comarca de Monte Santo, Estado de Minas Gerais: Estado-maior – Major ajudante de ordens, Francisco Nantes de Castilho; Major quartel-mestre, Francisco Cassiano de Lima e Major cirurgião-mor, doutor Aristides da Silveira Lobo Sobrinho.

No jornal “O Paiz”, de 06 de janeiro de 1894, ano X, nº 4261, publicado no Rio de Janeiro, há a notícia de que o major Francisco Cassiano de Lima doou 50\$000 para a subscrição promovida pela Câmara Municipal de Monte Santo e seus municípios para o fim patriótico a ajudar e socorrer o hospital de sangue dos bravos defensores da causa legal, militares ou civis, que se batem com tanto denodo em prol da República e sustentam o governo do marechal Floriano Peixoto.

Na sessão extraordinária, de 09 de março de 1894, o vice-presidente major Francisco Cassiano de Lima, depois de anunciar que o presidente lhe passara verbalmente o cargo, fez com que os problemas políticos nacionais voltassem novamente à baila, argumentando que a Câmara *“não podia ficar silenciosa, atendendo-se principalmente a que com a derrota sofrida pela Revolta (da Armada) firmaram-se de uma vez as instituições republicanas”*. Propôs-se, então, nesse momento, uma moção de felicitações ao governo da República, por intermédio do presidente do Estado, Afonso Penna, nestes termos:

“Ilmo. E exmo. Sr. – A camara municipal desta cidade hoje reunida, por unanimidade de votos e representando a opinião geral dos habitantes deste município, por tantas vezes manifestada, vem patentear-vos a satisfação indizível de que se acha possuída com a brilhantíssima vitória alcançada pelas forças leaes contra a revolta attentatoria dos brios e dignidade do povo brasileiro, que com uma maioria esmagadora contra ella se levantou.

Esta camara exprimindo o entusiasmo que invade a alma de todos munícipes, saúda o primeiro magistrado deste Estado e pede que por seu intermédio e em nome do povo deste município seja solicitado o inclyto e glorioso marechal Floriano Peixoto, cuja energia cívica, serenidade de animo e serenidade de conduta no exacto cumprimento de seus elevados deveres, salvou as instituições republicanas e tornou-se digno não só de nossos entusiasticos aplausos, como digno também dos aplausos do mundo inteiro.

Pede, pois, a v. excia. faça conhecida do digno Presidente da República a moção de felicitação que unanime lhe dirige a camara municipal desta cidade.

Monte Santo, de 19 de março de 1894. – Saúde e fraternidade. – (a) major Francisco Cassiano de Lima, vice-presidente”.

Ao terminar sua administração, Antenor Ferreira Carvalhaes e o major Francisco Cassiano de Lima, apresentavam aos monte-santenses uma cidade abaulada, nivelada e iluminada a lampiões; e à Câmara, as contas de uma gestão honesta e um saldo de 51:479\$005 réis. As principais obras públicas do período: ponte sobre o ribeirão do Sapé, abaulamento da rua Aristides Lobo (atual Coronel Antônio Paulino da Costa), serviços no Curral do Conselho, sargetamento e abaulamento da rua 15, consertos na rua Quintino Bocaiúva, consertos na ponte do Sapé, iluminação da cidade a querosene.

Nessa época (1891), chega a Monte Santo, o doutor Wenceslau Braz Pereira Gomes, advogado recém-formado pela tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, em 1890, onde passa a exercer advocacia, foi o primeiro promotor público e, depois, seguiu carreira política. Em Monte Santo, doutor Wenceslau Braz, faz logo amizade com o major Francisco Cassiano de Lima, que juntamente com o coronel Lucas Tobias Magalhães e o cônego João Osório Marcondes, o promovem politicamente, sendo eleito agente-executivo (prefeito) de Monte Santo (1895-1897). A 17 de abril de 1896, falece seu sogro, João Manoel Ribeiro de Faria, já viúvo de sua segunda esposa, dona Maria José de Almeida (1854-1890), deixando na orfandade quatro filhos menores, sob a tutela do major Francisco Cassiano de Lima, a seguir: tenente Sebastião Ribeiro de Faria (Neném Faria, 1876-1961), que em 1899, se casou com dona Rita de Cássia da Luz (Ritinha, 1880-1950); coronel Antônio Ribeiro de Faria (Tonico Ribeiro, 1878-1928), que em 1899, casou-se em primeiras núpcias com dona Amélia Rita dos Santos (1873 – 1916), em segundas núpcias casou-se com dona Maria Júlia Anacleto e em terceiras núpcias com dona Francisca de Faria (Chiquita); dona Emília Ribeiro de Faria (1881-1952), que foi a segunda esposa do major Francisco Cassiano de Lima, como veremos adiante e dona Estephânia Ribeiro

de Faria (1883-193?), que em 1904 se casou com o major Vicente Ferreira Paulino (1881-193?).

A 23 de março de 1896, é fundada em Monte Santo a Loja Maçônica “Caridade Monte-santense” e o major Francisco Cassiano de Lima é nela iniciado como irmão-maçom.

Em 1897 é fundada pela colônia italiana a “Societá Filantropica Italiana di Monte Santo”, por iniciativa dos imigrantes italianos: Italo Provincialli, Anibal Marcheroni, José Farinelli, José Grassano, Paulo Victorio Lanzoni, Vicente Arcipreti, entre outros. O major Francisco Cassiano de Lima faz a doação do prédio da sociedade, onde hoje está instalado o Centro Vocacional Tecnológico (CVI), situado na rua Doutor Pedro Paulino da Costa, número 333, tendo recebido, na ocasião, da Sociedade Italiana, o título de presidente honorário.

No dia 15 de novembro de 1898, além do normal rebuliço que toda eleição proporcionava, pairava sobre Monte Santo um clima nostálgico: a população preparava-se para homenagear o doutor Aristides da Silveira Lobo Sobrinho, que, de mudança para Passos, despedia-se da cidade.

Ao meio dia, a sala das sessões da Câmara encontrava-se apinhada de pessoas que desejavam levar-lhe o abraço, destacando-se entre elas os vereadores Amazílio Pinto de Magalhães, major Francisco Cassiano de Lima, José Bernardino Leite, Filinto Erlindo, major Isaac Soares de Moraes e João Baptista Gomes de Azevedo. Distinguiam-se ainda entre os presentes, o juiz de direito, doutor Luciano de Souza Lima, doutor Francisco Augusto Pereira Lima e Urias de Mello Botelho.

Após ouvir inúmeros oradores, doutor Aristides da Silveira Lobo Sobrinho agradeceu comovido as homenagens que lhes prestavam.

Pouco tempo depois o doutor Aristides da Silveira Lobo Sobrinho, voltaria a residir novamente em Monte Santo.

O major Francisco Cassiano de Lima, na qualidade de vereador, foi quem sugeriu a mudança do antigo cemitério para um local mais distante do centro da cidade, o que ocorreu em 1898, com a doação do chamado “Pasto do Meio”, pelo doutor Antônio Pereira de Lima, sendo inaugurado em 1901, como é sabido o coronel Lucas Tobias de Magalhães na qualidade de agente-executivo, não se interessava pela mudança mas

democraticamente aceitou o resultado da discussão sobre a lei.

Sob a presidência do doutor Francisco Augusto Pereira Lima, no dia 09 de setembro de 1899, foi fundado em Monte Santo o Club da Lavoura, com programa idêntico aos do estado de São Paulo. Sendo eleita a seguinte diretoria: presidente, coronel Lucas Tobias de Magalhães; vice-presidente, doutor Antonio Pereira Lima; primeiro secretário, major Francisco Cassiano de Lima; segundo secretário, capitão Francisco Monte Alegre e tesoureiro, coronel Fabiano Soares de Moraes.

Em 1901, incentivado pelo seu amigo particular, major Francisco Cassiano de Lima, veio de mudança para Monte Santo, o major Américo Benício de Paiva (1861-1929), para instalar o Colégio Espírito Santo, que funcionou por vinte e quatro anos e educou centenas de crianças. Sobre a mudança de São Sebastião do Paraíso para Monte Santo, um comentário de Américo de Paiva vem sendo transmitido através dos descendentes do major Francisco Cassiano de Lima: “*Vim para Monte Santo nos carros do Chico Cassiano*”.

Conhecedor do poder da educação, o major Francisco Cassiano de Lima, enquanto viveu manteve escola em sua fazenda para seus colonos.

Quando da construção da primitiva capela de Nossa Senhora Aparecida, o major Francisco Cassiano de Lima foi o doador do sino da mesma.

A 02 de janeiro de 1901 procedeu-se a eleição para presidente, vice-presidente e secretário da Câmara, sendo eleitos, respectivamente, cônego João Osório Marcondes, major Francisco Cassiano de Lima e João Bernardino de Freitas.

Neste período (1900-1904), o major Francisco Cassiano de Lima presidiu a Câmara algumas vezes.

Principais obras públicas do período: consertos na estrada dos Alves, ponte sobre o Rio Canoas, reconstrução da ponte do Sapé, compra de matérias para o novo cemitério, plantio de algumas árvores na cidade, consertos na estrada de Canoas, auxílio para a abertura de estrada para Mococa, construção de duas pontes no Guaritá, consertos no matadouro, na estrada de Posses e na ponte do Taboão, sarjeta no largo da Matriz, consertos na rua que vai à Capelinha, na rua Quintino Bocaiúva, nas pontes da Gramma e Canoas, reconstrução da

ponte do Sapé, canalização do esgoto da cadeia, inauguração do abastecimento de água de Posses.

Tem-se notícias de que os traçados das ruas de Monte Santo com canteiros no meio teriam sido construídos baseados em projetos deixados ou sugeridos pelo major Francisco Cassiano de Lima, revelando-se um urbanista de certo talento para a época, pois essas divisões venceram o tempo: não sofreram alterações e sob o aspecto urbanístico atendem as reais necessidades da movimentação urbana da cidade, com aspecto urbanístico agradável, pelas áreas verdes que apresenta e pelo traçado regular de suas ruas.

Segundo antigos depoimentos orais, por volta de 1903, quando da formatura de dona Auta Carvalhaes Bernardes da Silva (Autina, 1883-1972), no Colégio Mackenzie, em São Paulo, seu pai, o major Vicente Ferreira Carvalhaes (1836-1912), deu uma grande recepção em sua fazenda Cruzeiro, pela chegada de sua filha, que embora fosse filha natural recebeu educação esmerada, e nessa ocasião o major Francisco Cassiano de Lima executou vários números musicais, no piano inglês, que Vicente Carvalhaes havia importado para sua filha, que era também exímia pianista.

Em 1904, sua esposa, dona Fausta Cândida de Faria, faleceu e a 13 de agosto de 1904, o major Francisco Cassiano de Lima casou-se com sua cunhada, dona Emília Ribeiro de Faria (1881-1952) e desta união nasceram os seguintes filhos: João Ribeiro de Lima (Joãozinho Cassiano, 1904-2009) foi casado com dona Maria Júlia Barbosa (Piruca, 1915-1997); dona Hortênsia Ribeiro de Lima (1906-1980) foi casada com Jayme Antunes de Oliveira; Antônio Ribeiro de Lima (Tonico, 1909-1969) foi casado com dona Mariana Garcia de Oliveira e Alípio Ribeiro de Lima, falecido na primeira infância.

Ainda em 1904, o major Francisco Cassiano de Lima transferiu-se com sua família para a cidade de Poços de Caldas, onde ele já possuía um imóvel, onde é a Drogeria Rosário, sito à rua Assis Figueiredo, número 719 de hoje.

Em 1905, em uma visita a sua fazenda Retiro, em Monte Santo, o major Francisco Cassiano de Lima sofreu um acidente doméstico, deslocando o fêmur, devido à precariedade da medicina da época, embora buscando facultativos até do Rio de Janeiro, ele se tornou paralisado até a

sua morte. Este fato fez com que ele ficasse definitivamente na fazenda Retiro.

Embora condenado fatalmente ao ostracismo em sua fazenda, o major Francisco Cassiano de Lima sempre era consultado nas decisões políticas de Monte Santo pelos chefes políticos daqueles tempos, que se dirigiam até a fazenda Retiro para ouvi-lo em seus conselhos. Quando em 1914 o doutor Wenceslau Braz foi empossado presidente da República, ele não esqueceu-se do amigo montes-santense, enviando ao major Francisco Cassiano de Lima, um exemplar jornal “O Século”, autografado onde havia a notícia da posse presidencial.

Só em 1921, por ocasião do casamento de sua filha Hortênsia, é que ele voltaria à cidade de Monte Santo, onde foi recebido com festas e passaria uma semana visitando e recebendo a visita de seus antigos amigos e correligionários.

Faleceu na fazenda Retiro, a 16 de julho de 1925, sendo sua morte, noticiada no “Correio Paulistano”, de 29 de julho de 1925, nos seguintes termos:

“ – *Falleceu em sua propriedade agrícola, o sr. major Francisco Cassiano de Lima, que deixou numerosa família. Era um dos fundadores desta terra, por cujo progresso sempre trabalhou. O grande morto foi presidente da camara, por diversas vezes, juiz de paz e vereador municipal,*

tendo sido também o primeiro escrivão de paz e agente do correio desta cidade, isto em 1891. O seu enterro teve um grande acompanhamento, comparecendo a Sociedade Italiana com a sua bandeira, da qual era presidente honorário e grande benfeitor”.

Em sua missa de 7º dia, seu inseparável amigo Ítalo Provincialli fez questão de ser o organista, homenageando a memória daquele que por muitos anos exercera tal mister nos ofícios religiosos da igreja matriz.

Morto, recolhido, embora, pelo tempo ao panteon do Nada, onde tudo se cala e todos se nivelam, o major Francisco Cassiano de Lima não tem em Monte Santo uma rua ou um beco sequer e evocar à memória de quem possuía o dom dos predestinados: ver mais, adiantando-se a seu tempo, prevendo, planejando e construindo – com uma visão clara e segura do futuro. Monte Santo tem um débito a resgatar com a memória do major Francisco Cassiano de Lima.

Seu nome está gravado, de maneira marcante, na consciência de seus descendentes e de algumas poucas pessoas que ainda recordam do seu nome e de seu exemplo: como cidadão e como homem público, embora hoje esquecido pelas autoridades, fez-se ao seu tempo admirado e respeitado, como uma figura marcante da história social e política de Monte Santo de Minas.

MAJOR AMÉRICO BENICIO DE PAIVA

1861 - 1929

Américo Benicio de Paiva nasceu em Pouso Alegre, Minas Gerais, no ano de 1861. Era filho de Francisco Antonio Teixeira de Paiva e de dona Mariana Silvéria Coutinho, perdeu a mãe, ainda bebê. Foi criado por sua irmã, dona Anna Elisa de Paiva, com dez anos na época.

Eram seus irmãos: coronel José Aureliano de Paiva Coutinho, coronel Luiz Antônio de Paiva Coutinho, Fausto A. de Paiva, Gaspar José de Paiva, Ananias de Paiva Coutinho, Evaristo Herculano de Paiva, Martiniano de Paiva, Antônio Ildefonso de Paiva, Francisco Antônio de Paiva, dona Maria de

Paiva Coutinho e Anna Elisa de Paiva. Casou-se com dona Aurelízia de Paiva e Silva (? - 01.03.1927). Seus filhos: doutor José Benicio de Paiva, dona Maria Amélia de Paiva (Sinhá), doutor Júlio Benicio de Paiva, Artur Paiva, dona Elvira de Paiva, dona Alzira de Paiva, dona Florianita de Paiva Gomes, dona Zulmira de Paiva, Álvaro José de Paiva e dona Jandira de Paiva.

Américo de Paiva foi, por excelência, um educador, desde sua cidade Pouso Alegre e em outras onde residiu: São Sebastião do Paraíso e Mococa. Segundo relatos sobre sua vida pública, em

São Sebastião do Paraíso exerceu os cargos de promotor (sendo nomeado em 22 de novembro de 1892 e exonerado em 1896) e vereador nas legislaturas de 1894 – 1898/1898 – 1901.

Por decreto presidencial datado de 13 de novembro de 1892, sancionado pelo marechal Floriano Peixoto, presidente da República, foi Américo Benício de Paiva nomeado Major-Secretário-

Geral, do 82º Batalhão da Guarda Nacional da Comarca de São Sebastião do Paraíso.

Em São Sebastião do Paraíso foi membro da histórica Loja Maçonía “Fraternidade Universal”, sendo eleito venerável.

(1858 – 1925), Américo de Paiva mudou-se para Monte Santo de Minas. Sobre a mudança, um comentário de Américo de Paiva vem sendo transmitido através dos descendentes do major

Francisco

Cassiano de Lima: “*Vim para Monte Santo nos carros do Chico Cassiano*”.

Para cá transferiu o seu tradicional Colégio “Espírito Santo”, que

funcionou por 24 anos.

Era um colégio particular, localizado à rua Cel. Lucas Magalhães, com a fachada do antigo casarão voltada para o local onde hoje está a E. E. “Américo de Paiva”. O fato de o Colégio



O major Américo, na porta de sua residência, junto aos professores e alunos do Colégio Espírito Santo. Cerca de 1925.

Américo de Paiva fundou o Colégio “Espírito Santo” em 1878, em São Sebastião do Paraíso, MG, onde funcionou por 22 anos.

Em 1901, incentivado pelo amigo particular, major Francisco Cassiano de Lima

“Espírito Santo” ser uma escola particular, não impediu que Américo de Paiva, que teve uma vida dedicada à educação, acolhesse os meninos pobres que, na maioria, não conseguiam permanecer na escola. O único desses meninos,

que foi perseverante, foi Noraldino Lima, que muito impressionou o professor Américo de Paiva, por interesse e dedicação aos estudos. O Colégio “Espírito Santo” era um internato, onde os meninos moravam e estudavam. Era uma escola tradicional, muito disciplinada, onde se ensinava conhecimentos e hábitos de boa educação. Todavia, funcionava nos moldes da Escola Antiga, própria da época, sendo as falhas dos alunos severamente punidas.

Na verdade, Américo de Paiva se fazia respeitar e as regras eram realmente cumpridas. Os alunos que não se adaptavam, eram expulsos.

Foi eleito vereador à Câmara Municipal de Monte Santo, no seguintes mandatos: 01.01.1905-30.12.1907, tendo sido eleito ao cargo de agente-executivo, tomando posse no dia 01.01.1905 e renunciando ao mesmo cargo, em 20.01.1905, porém manteve-se no cargo de vereador e reelegendo-se ao cargo de vereador no período de 06.01.1919 a 04.06.1921. Pertenceu ao quadro associativo da Loja Maçônica “Caridade Monte-santense”.

Américo de Paiva também foi diretor do Grupo Escolar “Dr. Wenceslau Braz” (atual Escola Estadual “Dr. Wenceslau Braz”), de 1914 a 1916.

Américo de Paiva faleceu em 03 de fevereiro de 1929, deixando sua escola para a filha mais velha dona Maria Amélia de Paiva (dona Sinhá). Por pouco não pôde ver a Escola Normal fundada em 1932, que recebeu o seu nome, um gesto de gratidão de Noraldino Lima. O belo ato tornou-se, assim, uma homenagem póstuma àquele que fez da educação seu ideal de vida.

Em seu túmulo lê-se o seguinte epitáfio: *“Aqui jaz o espírita Américo Benício de Paiva. “Quem passou pela vida em branca nuvem, E em plácido repouso adormeceu; Quem não sentiu o frio da desgraça, Quem passou pela vida e não sofreu; Foi espectro de homem, não foi homem, Só passou pela vida, não viveu...”*

“Pai, viveste porque lutaste, mas não morreste, porque os heróis não morrem”.

DOUTOR WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

1868 - 1966

Sagacidade, prudência e grande habilidade para o diálogo eram qualidades notórias da personalidade do dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes. Filho do cel. Francisco Braz Pereira Gomes e de dona Izabel Pereira dos Santos, nasceu em 26 de fevereiro de 1868, na fazenda Bom Sucesso, em São Caetano da Vargem Grande (atual Brasópolis) que, na época, era distrito de Itajubá, Minas Gerais.

O grande homem público tinha o sangue de políticos nas veias e, desde a infância, foi criado no meio deles. Seu pai foi vereador e, depois, agente executivo Municipal de Itajubá. Foi, também, deputado à Assembléia Provincial de Minas Gerais, no biênio de 1888-1889. Reeito para o biênio seguinte, não tomou posse. O cel. Francisco Braz transmitiu ao filho os princípios rígidos da honestidade e do trabalho. Além da orientação

sábia do pai, para o caminho do bem, dona Izabel, sua devotada mãe, cuidou de sua formação cristã. Tais princípios moldaram-lhe o caráter até ao final de sua vida.

O jovem Wenceslau Braz recebeu, em sua terra natal, os ensinamentos dos mestres Ezequiel Correa de Melo e Evaristo José Rabelo. Com eles, aprendeu as primeiras letras. Em 1881, o pai matriculou-o no Colégio Moretzsohn (mais tarde Ateneu Paulista). Frequentou, depois, o Ginásio e Seminário Episcopal, onde estudou Humanidades.

Após os estudos preparatórios, em 1886, o jovem Wenceslau Braz ingressou na famosa Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Entre seus colegas, destacaram-se Delfim Moreira da Costa Ribeiro (seu primo e, mais tarde, presidente da República), Washington Luiz Pereira de Souza (que, também, seria

Presidente da República) e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (que seria governador de Minas Gerais). Em seu tempo de estudante, em São Paulo, entregou-se de corpo e alma ao movimento em prol da abolição da escravidão e do movimento republicano. Participou de encontros e manifestações públicas e na tribuna revelou-se orador magnífico. Levou para sua terra natal os sentimentos liberais e filiou-se ao Partido Republicano e Abolicionista de São Caetano da Vargem Grande, agremiação pioneira, com marcante trabalho realizado.

Durante as férias acadêmicas, o jovem Wenceslau Braz abriu, em sua terra natal, escola noturna de alfabetização de adultos, onde deu aulas e arregimentou outros professores, cumprindo um dos objetivos do Partido Republicano e Abolicionista

de São Caetano da Vargem Grande.

Em 11 de dezembro de 1890, Wenceslau

Braz formou-se em Direito. Iniciou sua carreira de advogado, em

São Carlos do Jacuí, atual Jacuí, MG. E foi seu primeiro promotor, depois da criação da comarca, em novembro de 1891.

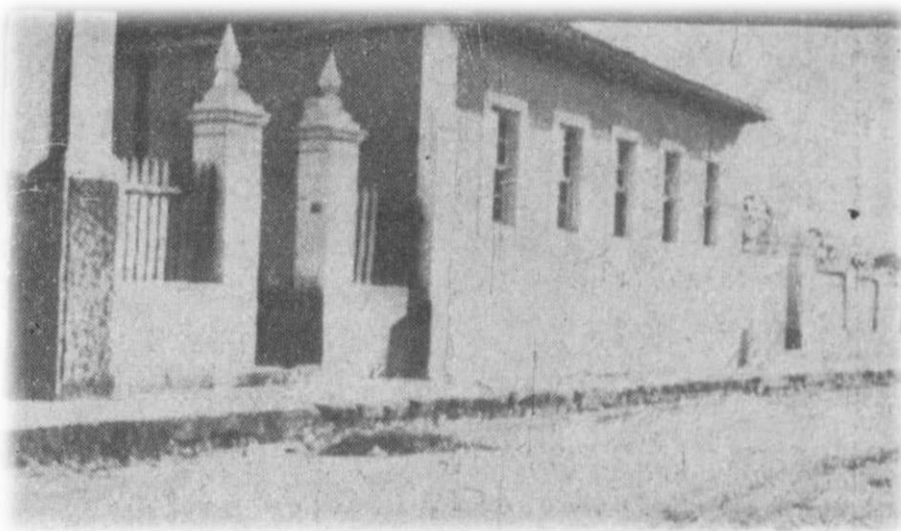
Pouco tempo permaneceu em Jacuí. Veio, no início de 1892, para Monte Santo, Minas Gerais, como 1º promotor público da nova comarca e depois como advogado. Foi eleito vereador e presidente da Câmara Municipal de Monte Santo, o que transformou o jovem político em agente executivo municipal (cargo atual de Prefeito) da cidade. Realizou trabalhos importantes no município de Monte Santo, onde incentivou a agropecuária, canalizou a água potável da cidade e melhorou as estradas municipais.

Casou-se, em 12 de setembro de 1892, em Itajubá, com dona Maria Carneiro Pereira Gomes.

O casal viria a ter sete filhos: dr. José Braz Pereira Gomes, dona Odete Braz, Francisco Wenceslau Braz, dr. João Braz Pereira Gomes, Mário Braz Pereira Gomes, dona Maria Isabel Braz e dona Maria de Lourdes Braz.

Em 1892 foi eleito deputado à Sessão Constituinte e Primeira Legislatura do Congresso Mineiro (posse em 1893). Enquanto o pai era o Agente Executivo Municipal de Itajubá, dr. Wenceslau era reeleito para Deputado Estadual (1895 a 1898), quando participou, ativamente, dos trabalhos parlamentares, revelando-se político hábil.

Foi Secretário do Interior, Justiça e Educação do Estado de Minas Gerais e, em duas oportunidades, ocupou, cumulativamente, a prefeitura de Belo Horizonte.



Casa a muitos anos demolida, onde viveu o Dr. Wenceslau Braz e sua família, no tempo em que residiu em Monte Santo de Minas. Estava localizada na antiga rua Estreita.

Na Câmara Federal, para a qual foi eleito para o mandato de 1903 a 1905 e reeleito para 1906 a 1908, ocupou a alta função de líder de sua bancada e do Governo, no quadriênio do

presidente Rodrigues Alves. Da tribuna da assembleia, agiu com muita habilidade, no apaziguamento dos ânimos, durante a chamada Revolta da Vacina, que eclodiu em 10 de novembro de 1904, no Rio

de Janeiro, diante da obrigatoriedade da vacina contra a febre amarela e combate ao mosquito transmissor, medidas tomadas pelo sanitarista dr. Oswaldo Cruz, no governo de Rodrigues Alves.

Foi presidente do Estado de Minas Gerais, entre 2 de abril de 1909 a 7 de setembro de 1910, para completar o mandato do presidente João Pinheiro da Silva, prematuramente, falecido.

Deixou o governo de Minas e foi eleito para vice-presidente da República, no quadriênio do presidente marechal Hermes da Fonseca (15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914).

Antes de finalizar o seu mandato, foi eleito para presidente da República, em 1º de março de 1914. Assumiu a presidência, em 15 de novembro de 1914.

O dr. Wenceslau Braz encontrou o país em situação financeira muito difícil. O Brasil estava com enorme dívida; o Tesouro sem recursos; a importação e a exportação abalada pela 1ª Grande Guerra; o comércio e a indústria em situações precárias.

Mesmo com todas as dificuldades, governou o País com equilíbrio e bom senso, no quadriênio de 1914-1918, período que coincidiu com o da Primeira Guerra Mundial. O torpedeamento covarde dos navios mercantes brasileiros “Paraná”, “Tijuca”, “Lapa”, “Macau”, “Acari” e “Guaíba”, em 1917, obrigou o presidente Wenceslau Braz a declarar guerra ao Império Alemão, em 26.10.1917. A participação brasileira foi feita com sacrifício financeiro. Foi enviada equipe médica para a França e seis navios colocados para patrulhar o Atlântico. Além dessa participação na guerra, vários militares brasileiros, entre os quais, aviadores, lutaram a favor da França.

Em seu governo, foi solucionada a “Guerra do Contestado” – disputa de limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, pendência interestadual anterior ao seu governo, agravada pela presença de fanáticos religiosos e jagunços.

Houve, também, durante seu governo, a devastação causada pela “Gripe Espanhola”, que ceifou milhares de vítimas, em 1918.

A Revolução Russa de 1917 repercutiu, também, no Brasil. São Paulo assistiu a um sem número de greves, com manifestações contra a carestia, contra a especulação com gêneros alimentícios e contra as condições indignas de trabalho a que eram submetidos os trabalhadores. Mas, não eram temidas manifestações bolchevistas. Eram manifestações contra as condições precárias de trabalho e contra as dificuldades sociais, reflexos da época da Guerra Mundial, em curso.

Destaque administrativo do governo do dr. Wenceslau Braz foi a aprovação do Código Civil Brasileiro. Até 1916, o Sistema Judiciário Brasileiro guiava-se pelas leis portuguesas. Eram, ainda, aplicadas as “Ordenações Filipinas”, datadas do século XVII. O dr. Wenceslau venceu a oposição e conseguiu que o Código Civil Brasileiro

fosse aprovado pelo decreto nº 3.071, em 1º de janeiro de 1917.

Tinha como passatempo predileto a pescaria. Com amigos ou na companhia de pessoas simples, gostava de realizar acampamentos às margens do Rio Sapucaí, no município de Itajubá, onde pescava, com vara e anzóis, magníficos mandis, piabas e dourados. Era muito habilidoso como pescador amador. Por isso, recebeu a alcunha carinhosa de “Pescador Estadista”. Aos amigos afirmava que era no silêncio das madrugadas, junto ao remanso das águas do seu querido Sapucaí, que meditava e tomava decisões sobre os destinos da nação, aos seus cuidados, e transformava tais decisões em ações administrativas, quando voltava ao Palácio do Catete, sede do Governo Federal, na antiga capital, o Rio de Janeiro.

O grande estadista retirou-se da vida pública, ao final de seu mandato de presidente da República. Passou a residir, em Itajubá, onde construíra uma casa sóbria, de porões elevados e sombreada varanda, cercada de jardins, bem cuidados. Era ali que recebia os amigos para conversas amenas, repletas de aconselhamentos sobre a política vigente. Em Itajubá, cuidou de seus negócios particulares, que envolviam uma fábrica de tecidos e um banco, o progressista Banco de Itajubá, hoje inexistentes.

Em 15 de maio de 1966, com idade de 98 anos, cercado pelos seus familiares, faleceu na paz do senhor, em sua residência, em Itajubá. Deixou de herança, para seus conterrâneos, o exemplo de uma vida sóbria, calcada nos princípios éticos da honestidade e do trabalho.

NOTA: O dr. Wenceslau Braz assumiu o cargo de agente-executivo, ou seja, Prefeito de Monte Santo, em 02 de janeiro de 1895, na mesma sessão em que o ex-agente-executivo Antenor Ferreira Carvalhaes apresentava seu relatório, duas comissões previamente eleitas reconheceram legítimos os diplomas de Wenceslau Braz, eleito agente executivo municipal, Fabiano Soares de Moraes, Antônio Ferreira Carvalhaes e Hypólito Gomes Ribeiro, eleitos 1º, 2º e 3º Juizes de Paz.

Elegeram-se ainda dr. Polycarpo Rodrigues Viotti, presidente da Câmara; dr. Aristides da Silveira Lobo Sobrinho, vice-presidente e Juvêncio Cornélio Alves, Secretário.

Instalada a nova câmara, uma das primeiras medidas de Wenceslau Braz foi organizar o Estatuto Municipal, pois até aquele momento eram obedecidas pela Câmara de Monte Santo as velhas posturas da antiga Intendência de Jacuí.

Aprovado o estatuto, trabalho elaborado por uma comissão composta de João Ernesto Coelho, Pierre Constantino Monte Alegre e dr. Aristides da Silveira Lobo Sobrinho, e elaborada a primeira lei do ano, orçando a receita e despesa em 40.000\$000rs. para o exercício de 1895, entregou à câmara diversos serviços que requeriam urgência.

Nessa época, uma epidemia de cólera invadiu Monte Santo, causando inúmeras vítimas fatais e demandando enérgicas providências por parte da municipalidade. Enquanto a cidade era saneada e pontes eram erguidas, criava-se, também quatro escolas rurais.

Quanto à canalização da água potável, antiga aspiração monte-santense, antevia a câmara as enormes dificuldades para sua realização. Embora se entregasse com ânimo ao empreendimento, Wenceslau Braz deparou-se com obstáculos até então imprevisíveis. Anteriormente, vira-se obrigado a despendar enorme quantia no combate à cólera; e o que sobrara nos cofres municipais, agora quase vazios, embora anexado às rendas futuras, não seria suficiente para fazer com que Monte Santo bebesse água encanada. Necessário tornou-se, então, recorrer a um empréstimo. Entretanto, devido à caótica situação financeira que dominava o Brasil nessa época, foi com dificuldade que se conseguiu 70 contos de réis que seriam pagos em prestações semestrais, no prazo de 10 anos.

A partir de abril de 1895, Wenceslau Braz se ausentaria inúmeras vezes de Monte Santo, pois, deputado estadual, via-se obrigado a estar constantemente em Ouro Preto, para os debates no Congresso Estadual.

No primeiro dia daquele mês, depois de apresentar um relatório sobre os três meses passados, dirigiu o seguinte comunicado aos membros da câmara: *“Levo ao vosso conhecimento que nesta data, retirando-me para tomar parte dos trabalhos legislativos do Congresso Estadual transmetti as funções do meu cargo ao digno Presidente dessa corporação, substituto na forma da lei em vigor”*.

Nesse mesmo dia, a Câmara recebia ainda outro comunicado, assinado desta vez pelo seu Presidente, dr. Polycarpo Rodrigues Viotti: *“Cumpre-me levar ao vosso conhecimento que em officio datado de hoje, o digno Agente Executivo deste Município, Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, visto ter necessidade de retirar-se do Município para ocupar o seu posto na Assembléa do Estado, da qual faz parte como deputado”*.

Durante a ausência de Wenceslau Braz, continuariam o abaulamento de ruas e a abertura de uma rua que, partindo do largo Cesário Alvim (Pça. Cel. Silvério de Mello), iria em direção à lagoa, possibilitando aos moradores das redondezas servirem-se daquela água, como já o faziam os da rua Aristides Lobo e Tiradentes.

Chamado constantemente aos debates no Congresso Estadual, não pôde Wenceslau Braz entregar-se a vários problemas do município; entretanto, somente o abastecimento da água potável bastaria para que permanecesse na memória dos monte-santenses.

Foi reconhecendo o valor desse ousado empreendimento (nota-se que, de todas as cidades circunvizinhas, Monte Santo foi a primeira a ter água encanada) que, a 31 de dezembro de 1897, os vereadores apresentaram a seguinte resolução: *“A Câmara Municipal de Monte Santo; considerando os grandes e inolvidáveis serviços prestados pelo Agente Executivo Municipal, Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, durante o triênio que ora finda, serviços que foram muito e muito além dos inerentes ao exercício de seu cargo; considerando o grande concurso de ilustração e patriotismo prestados à corporação, cujo mandato ora se finda no seu difícil encargo de legislar para o município, resolve que se mande lavrar na ata um voto de louvor e gratidão pelos inestimáveis serviços prestados ao Município, já referidos, e que se mande publicar a sua mensagem no órgão oficial do Estado. Sala das sessões da Câmara Municipal, 31 de Dezembro de 1897. Ass.: Aristides da Silveira Lobo Sobrinho, João Ernesto Coelho, José Grassano, José Bernardino Leite, Filinto Erlindo, Isaac Soares de Moraes, Francisco Leonel de Magalhães”*.

Antes dessa resolução, a população monte-santense já o tinha homenageado a seu modo: na eleição de 1º de novembro de 1897, reelegera-o agente executivo para mais um período.

Quadro demonstrativo do período de 02.01.1895 a 31.12.1897.

Agente Executivo Municipal, dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes; Secretário, João Nantes de Castilho; Contínuo, João Mafra; Procurador, Theóphilo Dias Branco; Fiscal, José de Souza; Arrematante da iluminação, Antônio Pereira Guimarães (1895), Francisco Nantes de Castilhos (1896/7); Conservador de ruas, Fausto Bressan (1895), Reggi Ariodante (1896), Francisco Nantes de Castilhos (1897); Zelador da água potável, Emiliano Mascheri.

Câmara: Presidente, dr. Polycarpo Rodrigues Viotti; Vice-Presidente, dr. Aristides da Silveira Lobo Sobrinho; Secretário, cap. Juvêncio Cornélio Alves; dr. Antônio Pereira Lima, Felinto Erlino, Pierre Constantino Monte Alegre, Felix Antônio da Luz, Antônio de Paula Braga, cel. Lucas Tobias de Magalhães, major Isaac Soares de Moraes, João Ernesto Coelho.

Renúncias: Pierre Constantino Monte Alegre (04.05.1895), dr. Antônio P. Lima, capitão Felix Antônio da Luz (13.05.1895).

Posses: José Grassano, capitão Francisco Leonel de Magalhães (26.06.1895), José Bernardino Leite (15.07.1896), Joaquim Theóphilo de Mello (27.07.1896).

JUÍZES ELEITOS PELO POVO:

1895 – Juiz de Paz – Fabiano Soares de Moraes.

Suplentes: - Antenor Ferreira Carvalhaes e Hypólito Gomes Ribeiro

Principais obras públicas do período: Combate à epidemia de cólera; abulamento da rua Demétrio Ribeiro; reconstrução da ponte no córrego da Sophia; consertos na estrada do Sapé; empréstimo de 70:000\$000 para o abastecimento de água; Estatuto Municipal, abertura de uma rua partindo do Largo Cesário Alvim; abertura de uma estrada no pasto grande (av. Vicente Carvalhaes); alargamento da rua Antenor Carvalhaes; consertos na casa de instrução pública; abertura da travessa do Elias Turco; abaulamento da Rua Tiradentes; inauguração do abastecimento de água potável.

Meu falecido avô materno João Ribeiro de Lima (1904 – 2009), nos contava que seu pai, o major Francisco Cassiano de Lima, fora contemporâneo e colega do dr. Wenceslau Braz, na Câmara de Monte Santo, e que quando juntos eram identificados de longe, pois o major Chico Cassiano, muito sóbrio, usava constantemente fatiota de casimira inglesa preta e o dr. Wenceslau Braz, um dândi, na época, vestia-se de acordo com o estilo inglês, sempre de costume xadrez, o que demonstrava um ar citadino se opondo ao provincianismo de Monte Santo, daqueles tempos.

Segundo consta, o imigrante italiano Pedro Lodovici, antes de se estabelecer no incipiente São João da Fortaleza, fixou-se por volta de 1890, nos Mendes, vilarejo próximo, onde instalou padaria e restaurante. Graças à cozinha toscana, logo adquiriu assídua freguesia e marcante prosperidade. Um de seus frequentadores, o dr. Wenceslau Braz, na época advogado e promotor público em Monte Santo, quem granjeou grande amizade e estima.

Em Arceburgo, o nome do dr. Wenceslau Braz, foi a primeira denominação que recebeu o então largo da Matriz, lá pelo início dos anos 1900, por força da Câmara de Monte Santo, pois até 1912 estávamos jurisdicionados a ela. Esta denominação permaneceu até 1930, quando os rumos da Revolução de 30, mudou o nome para “Praça João Pessoa”, que permaneceu até 1967, quando finalmente recebeu a denominação atual, “Praça Doutor Herculano de Paula Borges”. Em 1930, foi dado o nome de “Rua Wenceslau Braz”, a uma via pública de Arceburgo, que ainda conserva a denominação.

Fernando Antônio Xavier Brandão, Engenheiro, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e é Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Cultural de Arceburgo.

CORONEL FRANCISCO GÊ PEREIRA LIMA

1870 - 1944

No seu livro "As imaginações pecaminosas", Autran Dourado, cujas histórias se passam na sua inventada e mítica Duas Pontes, reaparecem alguns personagens que já tinham desempenhado um papel em "O risco do bordado" e voltam a aparecer em "Novelário de Donga Novais", "Armas & Corações" e "Violetas e Caracóis". Um desses personagens é Bê P. Lima, cuja fonte inspiradora foi o coronel Francisco Gê Pereira Lima. Em abono da figura cívica do coronel Gê Pereira Lima, pode-se dizer, que Gê Lima foi um homem lido e poliglota, o coronel mais culto e viajado da terra; em momento de ira sagrada, fundou o partido dos "gafanhotos" e infligiu, em primeiro de novembro de 1907, uma

acachapante derrota aos "araras" do outro grande, coronel Lucas Tobias de Magalhães, até então nunca vencido; assumiu, de 1908 a 1912, a chefia do poder municipal e, entre outros feitos, ajudou a concluir-se a Santa Casa de Misericórdia, instalou a luz elétrica em Monte Santo e em Posses, construiu e deixou pronto para funcionar o Grupo Escolar "Dr. Wenceslau Braz", assistiu e inaugurou as primeiras estações da Companhia Mogiana no município e promoveu obras públicas gerais, como o Jardim Velho e seu artístico coreto, os passeios de pedra de quase todas as ruas da cidade, até então poucos existentes, pedras essas trazidas da Serra da Dona Mazília em dezenas e dezenas de carradas de bois ajaezados, que fizeram época.

DOUTOR VALDOMIRO DE BARROS MAGALHÃES

1883 - 1944

Valdomiro de Barros Magalhães nasceu em Passos, MG, no dia 19 de abril de 1883, filho do coronel Lucas Tobias de Magalhães (1844 – 1923), propagandista republicano, e de dona Maria Cândida de Barros (1852-1928). Embora, tenha nascido em Passos, veio com seus pais, para Monte Santo, em 1887, passando aqui sua infância e juventude, onde fez o curso de primeiras letras. Estudou humanidades no Ginásio Baependi, em Baependi, MG, e prosseguiu seus estudos no Instituto de Ciências e Letras da cidade de São Paulo. Ingressou em 1902 na Faculdade de Direito de São Paulo e, durante sua vida acadêmica, exerceu atividades jornalísticas. Formou-se em 1906.

Pecuarista em Minas Gerais e posteriormente no Rio Grande do Sul, radicou-se em Monte Santo, onde exerceu a advocacia e iniciou sua carreira política. Ingressou na política filiando-se ao Partido Republicano Mineiro (PRM), do qual seu pai também fazia parte. Em 1907 foi

eleito vereador em Monte Santo e deputado à Assembleia Legislativa mineira. Em 1911, foi reeleito vereador e eleito agente executivo e presidente da Câmara de Monte Santo. Ainda em 1911, foi reeleito deputado estadual para cumprir mandato até 1914 e, como tal, foi escolhido para compor o Tribunal Especial do Estado, que tinha por função julgar os crimes de responsabilidade de desembargadores, juízes, senadores estaduais e deputados. Presidiu também a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Assembléia. Foi deputado estadual na 5ª e 6ª Legislaturas da República Velha (1907-1910 e 1911-1914).

Foi duas vezes prefeito de Monte Santo. Eleito deputado federal pelo PRM em 6 legislaturas (1915-1917, 1918-1920, 1921-1923, 1924-1926, 1927-1929, 1930) Na Câmara Federal, fez parte da Comissão de Redação, foi suplente da mesa e presidiu a Comissão de Poderes. Fez também parte da comissão executiva do PRM, do qual foi secretário de 1922 a 1926. Em 1927

representou o governo de seu estado no Congresso do Café em São Paulo. Apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República pela Aliança Liberal no pleito de março de 1930, no qual voltou a se eleger deputado federal. Participou, em seu estado, das articulações da Revolução de Outubro de 1930 que, vitoriosa, depôs o presidente Washington Luís no dia 24 desse mês e dissolveu todos os órgãos legislativos do país, interrompendo os mandatos parlamentares.

Foi um dos fundadores, em janeiro de 1933, do Partido Progressista (PP) de Minas Gerais, de cuja comissão diretora participou. Em maio desse ano foi eleito nessa legenda deputado à Assembléia Nacional Constituinte, que iniciou seus trabalhos em novembro. No mês seguinte, teve seu nome incluído numa das duas listas formuladas pelo PP e apresentadas como alternativas para ocupar a interventoria em Minas Gerais, vaga com a morte de Olegário Maciel ocorrida em setembro. A escolha do presidente Getúlio Vargas, que terminou contando com o apoio do PP, recaiu, no entanto, em Benedito Valadares, que se encontrava desvinculado de qualquer dos grupos mineiros.

Como líder da bancada mineira na Assembléia pronunciou-se, em 9 de março de 1934, contra a tendência de transformar a Constituinte em Assembléia ordinária. No mês seguinte, antes do pronunciamento oficial de seu partido, declarou seu compromisso de votar em Getúlio Vargas para presidente da República e assinou um manifesto de lançamento dessa candidatura, juntamente com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente da Constituinte.

Em maio do mesmo ano participou de reunião com as principais lideranças constituintes

para acertar uma fórmula que fixasse o calendário político eleitoral de modo a que, entre a dissolução da Constituinte e a instalação da Assembléia ordinária, não houvesse um espaço muito grande de tempo, o que obrigaria o Poder Executivo a governar através de decretos-leis, possibilidade que estava desagradando a diversas bancadas. Com a promulgação da nova Constituição (16.07.1934) e a eleição do presidente da República no dia seguinte, teve seu mandato prorrogado até maio de 1935. Nas eleições de outubro de 1934 candidatou-

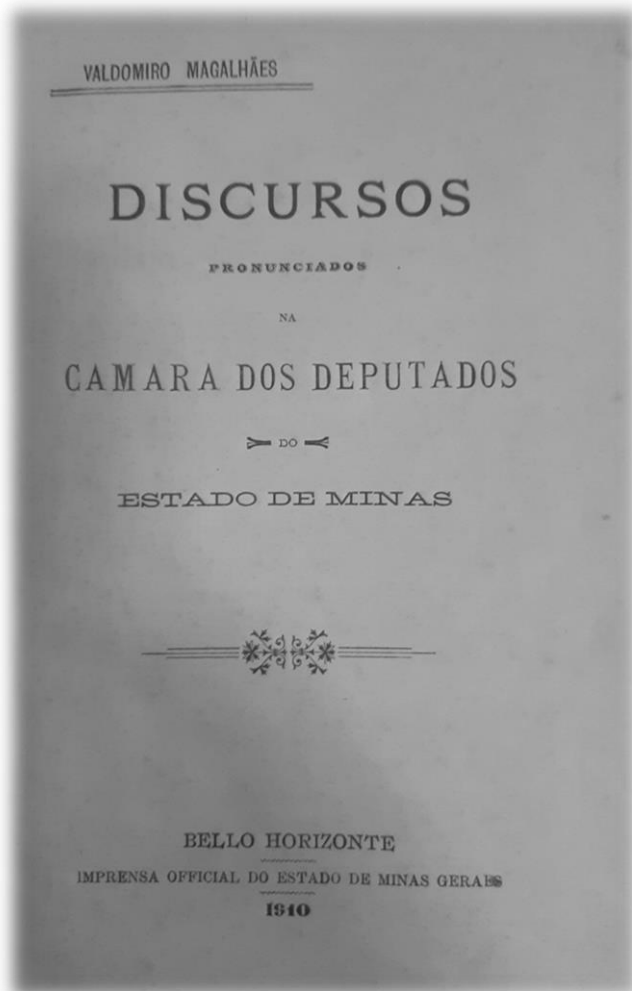
se novamente a deputado federal na legenda do PP, mas obteve apenas uma suplência. Em 1935, foi eleito senador pela Assembléia Constituinte de seu estado. Assumindo o mandato no mesmo ano, exerceu-o até o dia 10 de novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, foram suprimidos todos os órgãos legislativos do país. No Senado, presidiu a Comissão de Economia e Finanças e foi líder da maioria e presidente da Casa. Entre a proclamação da república e o Golpe de 1964 foi uma das duas pessoas a serem presidente do senado que não foi vice-presidente da República.

Após deixar o mandato de senador, tornou-se ministro-conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no Rio de Janeiro.

Colaborou em diversos jornais de São Paulo e de Minas Gerais e foi redator do Comércio e Lavoura, de Monte Santo.

Foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG).

Era casado com dona Georgina Moreira Antunes Maciel, filha do conselheiro Francisco Antunes Maciel, deputado-geral de 1881 a 1889, ministro do Império em 1883, um dos chefes do Partido Federalista do Rio Grande do Sul e deputado federal de 1906 a 1911. Sua mulher era



também irmã de Francisco Antunes Maciel Júnior, que foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1915 a 1917 e de 1921 a 1923, revolucionário em 1923, novamente deputado federal de 1924 a 1926, revolucionário em 1930 e ainda ministro da Justiça de 1932 a 1934, e de Artur Antunes Maciel,

interventor federal em Mato Grosso de 1931 a 1932. Valdomiro e sua esposa dona Georgina, não deixaram filhos.

Valdomiro Magalhães faleceu no Rio de Janeiro no dia 14 de janeiro de 1944.

DOUTOR ARISTIDES CUNHA

1888 - 1972



Dr. Aristides, sua esposa, Avelina e seus filhos reunidos.
Década de 1940.

Nasceu em Monte Santo de Minas em 31 de Maio de 1888. Era filho do Major Antônio José Barros da Cunha e de D^a Silvéria Clarinda Pimenta de Abreu Caetano Machado da Cunha. Naquele tempo, para mostrar o quão ilustre era a família, não era de bom tom suprimir nomes de seus antepassados, daí o nome extenso de D^a. Silvéria, de tradicionais famílias de Passos. Mas o Major Antônio José, que era um homem de ideias avançadas pois era republicano e abolicionista, além de cortar o Barros de seu próprio nome, registrou seu filho apenas como Aristides Cunha. O nome Aristides, foi uma homenagem que Major Antônio José quis prestar ao Dr. Aristides Lobo. Aristides Lobo, em retribuição, já na condição de Ministro do Interior do Governo de Presidente

Prudente, em 1890 criou o Município de Monte Santo e dois anos depois criou a Comarca de Monte Santo. Este curto espaço entre a criação do Município e a Comarca, é fato único no Brasil.

Aristides Cunha formou-se em farmácia em São Paulo em 1908, com vinte anos de idade. Foi para Mococa, e em companhia de seu colega Clodoaldo Figueiredo, fundou a Farmácia Santa Maria. Em Setembro de 1909 casou-se com a irmã de Clodoaldo, Anália Figueiredo. Deste casamento teve duas filhas, Haydée nascida em 12 de Junho de 1910 e Ivone, nascida em 9 de Abril de 1912. Anália veio a falecer em Abril de 1914. Morreu em consequência do parto de Antônio que também morreu. Aristides, viúvo, desiludido, vendeu sua parte da farmácia e veio para Monte Santo, onde

sua mãe cuidou de suas duas filhinhas. Em 1915, fundou o Jornal “A Notícia”. Em 1917 foi para o Rio de Janeiro estudar medicina. Como possuía o curso de farmácia era-lhe facultado o direito de entrar no terceiro ano do curso. Entrou na Faculdade de Medicina da Praia Vermelha, então a mais conceituada Escola de Medicina do País. Em 1919 formou-se em medicina e em 1920 recebeu o título de Doutor em Medicina graças à tese por ele defendida. Veio para Monte Santo onde estabeleceu sua clínica que atingia as cidades de Monte Santo, a então Arari, hoje Itamogi, Arceburgo e Cuscuzeiro, hoje Santo Antônio da Alegria . A Santa Casa de Monte Santo era incipiente para atender a todas essas localidades, razão que levou o médico a atender os seus doentes no próprio domicílio do paciente. Nunca se preocupou em entrar num palacete ou num casebre. Por isso viajava muito.

Nos tempos de seca, até 1928 viajava em seu carro, um Ford Bigode 1911, em 1928, passou a usar um Dodge. Depois da guerra teve outros carros . Sempre tinha um motorista ajudando-o. Nas águas, ia com o que lhe ofereciam:- cavalo, charrete e até carro de boi. Ao assistir o doente em seu próprio domicílio, proporcionou-lhe uma experiência que o ajudou muito no acerto de seus diagnósticos que segundo ele, era de 98%. Naquele tempo não existiam laboratórios de análises. Tratava-se de ver os hábitos domésticos do paciente, sua forma de se alimentar, de se higienizar, e o próprio ambiente social em que vivia. Conversava muito com os familiares. Os “modos vivendi” do paciente são fatores importantes no auxílio do diagnóstico, segundo Dr. Aristides. Rarissimamente, receitava remédios já formulados, como estes de hoje que compramos em drogarias. Ele próprio formulava os remédios prescritos. O Sr. Aristides Monte Alegre, farmacêutico, contemporâneo de Dr. Aristides, possuía uma rara coleção destas receitas. Este processo, proporcionava ao doente tomar as quantidades exatas de suas necessidades, dos componentes do remédio. Raramente acontecia ter efeitos colaterais. Sua cura era sempre mais rápida e bem mais barata.

Casou-se em segundas núpcias com D^a Avelina Martins da Cunha, itamojiense, filha de Manoel Martins de Oliveira (Manoel Domingos) e

de D^a. Conceição do Nascimento Furtado de Medeiros, filha do verdadeiro fundador de Itamogi, coronel José Furtado de Medeiros. Este casamento se deu em 30 de Dezembro de 1922. Desta união, nasceram:- Geraldo, falecido aos 18 anos, Alice, casada com Dr. Guido Gonçalves Cavalcanti, engenheiro. Ela é pedagoga. Gastão Roberto, médico pediatra, casado com D^a. Terezinha Espósito da Cunha. Aristides Cunha Filho, médico ginecologista e ex-deputado federal, casado com D^a. Maria José Paulino da Cunha. Ronald, engenheiro, casado com D^a. Mary Cléa Luz da Cunha, Yeda, pedagoga, viúva de Dr. Itagiba D’Ávila Ribeiro, Juiz de Direito e Roberto, economista e advogado, casado com Cláudia Cunha.

Dr. Aristides clinicou até aos 78 anos, quando parou por julgar-se deficiente auditivo, o que não inspirava mais confiança em seus diagnósticos.

D^a. Avelina faleceu em 25 de Abril de 1972. Dr. Aristides, inconformado com a perda de sua companheira de 50 anos, faleceu em 1º de Maio do mesmo ano ou seja, seu enterro, com missa de corpo presente, era a mesma missa de sétimo dia de sua esposa.

Dr. Aristides não se notabilizou somente por sua competência profissional, mas também por sua caridade e carinho que sempre tratou os seus doentes. Adotou a medicina como um sacerdócio.

Nunca perguntou a quem lhe procurasse se tinha dinheiro ou não para pagar-lhe por seus serviços profissionais. Se pudesse pagar, cobrava: senão, o tratamento era o mesmo e ainda dava o remédio ao pobre.

Uma rua em Monte Santo de Minas, guarda seu nome e o “Centro Municipal de Educação Infantil”, leva o nome de seu filho, doutor Gastão Roberto da Cunha.

Doutor Ronald Martins da Cunha, natural de Monte Santo de Minas, nascido dia 28 de julho de 1930, formou-se em Engenharia Civil, Mecânica e Elétrica, na Universidade Federal de Itajubá no ano de 1956, faleceu aos 89 anos no dia 17 de fevereiro de 2020.

CORONEL FRANCISCO GRASSANO

1888 - 1971

Um dos grandes benfeitores e chefe político no cenário brasileiro e mineiro, foi o CORONEL FRANCISCO GRASSANO ou CHICO GRASSANO, como era conhecido. O coronel Francisco Grassano, nasceu em 06 de junho de 1888, em São Pedro da Aldeia, estado do Rio de Janeiro, filho de José Grassano e de dona Maria Inês Rossi.

Veio ainda criança para Monte Santo, onde casou-se com dona Ernestina de Moraes Preto, nascendo dessa união os seguintes filhos: José Grassano Neto, dona Laura Grassano Abdala Jorge, dona Maria Inês Grassano Straicher, dona Jessy Grassano, dona Ilza Grassano Vilella e dona Terezinha Grassano Borges. Em 1916, era coletor federal em Guaranésia, MG. Foi chefe político por vários anos, militando no Partido Republicano.

Em 1947, contribuiu com o pagamento de todos os emolumentos para a oficialização do antigo Ginásio Estadual "Américo de Paiva". Nesse mesmo ano, ele indicou o dr. Domingos Luz de Faria para ser nomeado prefeito de Monte Santo, pelo governo do estado. Foi ele que conseguiu no período de gestão do dr. Daniel de Carvalho, ministro da Agricultura, a criação do posto agropecuário em Monte Santo, hoje EMBRAPA. Conseguiu também no período de gestão do dr. Abgar Reunalt, a criação da Escola Técnica de Comércio Monte-santense, fundada pelo dr. Brasiliano Santana. Na gestão do governador Clóvis Salgado, conseguiu a criação da Inspeção Regional de Ensino com sede em Monte

Santo de Minas (que depois foi transferida para São Sebastião do Paraíso, MG).

Graças aos seus esforços foi criado o Posto de Saúde e Higiene, embora a prefeitura de Monte Santo não tivesse cedido um imóvel para sediar o posto, ele cedeu uma casa para que o Posto de Saúde viesse para cá.

A Rádio Progresso de Monte Santo Limitada foi criada pela portaria número 475, de 29 de maio de 1953, expedida pelo ministro da Viação Alvaro de Souza Lima. Foi autorizado o funcionamento e os monte-santenses Wilson José Parisi, coronel Ranulpho Faria, José Ferreira Carrato, coronel Francisco Grassano, dr. Domingos Luz de Faria e José Colombino Grassano

fundaram após uma luta ferrenha a Rádio Progresso. Com muita dificuldade burocrática e porque não dizer política da época, finalmente entrou no ar a tão sonhada emissora, cumprindo o seu papel de levar a todos as informações, comunicados dos órgãos públicos, publicidades, campanhas educativas e gerando emprego. No princípio era ZYV – 41 e após muitos anos de funcionamento, por determinação governamental, obedecendo o plano nacional de radiofusão o prefixo foi mudado para ZYL – 262.

Em 21 de novembro de 1962, a Rádio Progresso Ltda., foi vendida para a paróquia de São Francisco de Paula, era pároco, o padre Hélio G. Sousa, na ocasião a Rádio estava arrendada ao Hughes Mesiara. Com a venda, a Rádio Progresso passou a ter a denominação de Fundação Charitas.



Coronel Francisco Grassano, 1888 – 1971.

Muitos foram os que percorreram os corredores da emissora e muito contribuíram para o seu funcionamento, tanto na parte técnica, como na administrativa e artística.

O “Show Infantil Progresso”, que era conduzido pela locutora, dona Zilsa Novelli (Zizi), levava ao palco auditório para apresentação de pequenos artistas, promovendo também o “Natal das Crianças e dos Pobres”, nestes festivais tomavam parte como músicos, Noraldino e Mauro Paulino da Costa.

A Rádio Progresso foi uma escola para muitos, pois através de seus microfones, na prática do dia a dia, preparam profissionais para a radiofusão brasileira; citamos Sebastião Ribeiro de Faria Júnior (Sadi), o primeiro locutor; Domingos Leone, que da Rádio Progresso foi se destacar no cenário nacional nas rádios Jovem Pan, Record, rádio e emissora de televisão Bandeirantes e Chiquinho Pequetito, que

trabalhou na Rádio Inconfidência e Rede Minas de Televisão em Belo Horizonte e Edson Martins Acácio, rádio e televisão no norte de Minas.

A Rádio Progresso vem cumprindo os objetivos de seus fundadores, pessoas que sempre

desejaram o progresso de Monte Santo de Minas.

O coronel Francisco Grassano, faleceu no dia 15 de outubro de 1971, em Campinas, SP. Por força de lei estadual de 11 de novembro de 1981 e por

Antiga sede da Rádio Progresso.

indicação do deputado estadual Luiz Vicente

Ribeiro Calicchio, foi dada a denominação de Centro de Saúde Coronel Francisco Grassano ao Centro de Saúde de Monte Santo de Minas.

Infelizmente, a história de Monte Santo de Minas é contada como existisse só os partidários do PSD que dominaram a política local por décadas. E hoje sequer há um beco a evocar a memória desse grande benfeitor.

DOUTOR PEDRO PAULINO DA COSTA

1898 – 1967

Nascido na fazenda Onça, propriedade de seus pais, sendo batizado na Igreja Matriz de São Francisco de Paula, conforme o assento que transcrevo: “Aos dous de outubro de 1898, nesta Matriz, baptizei e puz os Santos Oleos, à Pedro, com 25 dias de idade, filho legítimo de Francisco Paulino da Costa e de Marianna Rodrigues da Conceição, forão padrinhos Francisco Pereira dos Santos e Virginia Joaquina de Paula. O vigário, Conego João Ozório Marcondes”. (Livro de

Batismos, junho de 1892 a Novembro de 1900, página 427).

Fez seus primeiros estudos no Colégio “Espírito Santo”, do major Américo Benício de Paiva e o curso secundário no “Colégio Sagrado Coração de Jesus”, em Itajubá, Minas Gerais. Ingressou na Faculdade de Direito, do largo de São Francisco, onde formou-se bacharel a 13 de dezembro de 1923, tornando-se assim o primeiro monte-santense a formar-se naquela conceituada

instituição. Casou-se a 08 de outubro de 1924, com dona Yolanda Pereira Lima (1905 – 1977), filha do dr. Antonio Pereira Lima (1867-1937) e de dona Geracina Magnolia Carvalhaes (1870 – 1952), nascendo dessa união os seguintes filhos: dona Maria Thereza Paulino da Costa, casada com dr. José Furtado de Mendonça; dona Maria Aparecida Paulino da Costa, casada com dr. João Pereira Quinetti; Pedro Ivo Paulino da Costa, casado com dona Diná Pereira Castejón; dr. Francisco Paulino Lima, casado com dona Auta Bernardes de Andrade; dona Maria do Rosário Paulino da Costa, casada em primeiras núpcias com Nicolino Mazzaro e em segundas núpcias com Edson Novelli; dona Maria Rita Paulino da Costa, casada com doutor Enio Menicucci; dona Maria Antônia Paulino da Costa, casada com Délio Ferreira de Melo; dona Maria José Paulino da Costa, casada com dr. Aristides Cunha Filho; dona Maria Benedicta Paulino da Costa, casada com dr. Edson Machado Parisi e José Antônio Paulino da Costa (Zezinho),

casado com dona Zilá Veloso Santana.

Exerceu a sua profissão por pouco tempo, passando a gerente do Banco de Monte Santo, fundado por seu pai, coronel Francisco Paulino da Costa (Chico Paulino, 1853 – 1932), em 1919, que possuía mais da metade das suas ações. Em 1925 recebeu de doação de seu pai, a fazenda Cachoeira, de 90 alqueires. Candidatou-se ao cargo de juiz de paz, elegendo-se 1º suplente e tomando posse a 17.05.1927.

Desde a sua juventude, dr. Pedro seguia as orientações políticas de seu pai e de outras lideranças da época como o dr. Wenceslau Braz,

dr. Waldomiro Magalhães, dr. Dolor de Brito e dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente do estado de Minas Gerais que conheceu pessoalmente quando de sua visita a Monte Santo, em 1928. Devido à sua ativa participação na vida política da cidade e da região, principalmente naquele período agitado anterior à Revolução de 1930, grangeou simpatias entre os chefes políticos da capital, o que resultou em sua nomeação para prefeito, com base na Lei da Organização do Governo Provisório da Revolução. Assim foi nomeado o primeiro prefeito de Monte Santo, tomando posse a 20 de novembro de 1930. Restaurado o regime democrático, a 31 de julho de 1936, toma posse a nova Câmara eleita, em 07 de

junho, que seria de curta duração e no mesmo dia elegem o prefeito. A eleição para prefeito foi por via indireta, isto é, pela Câmara, que elegeu o mesmo dr. Pedro Paulino da Costa, que no caso deixava a condição de nomeado para o de prefeito eleito. Durante alguns meses exerceu o cargo de prefeito municipal, em substituição a dr. Pedro Paulino da

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
TÍTULO DE ELEITOR

Decretos n. 4.226, de 30 de Dezembro de 1920, e n. 14.658, de 29 de Janeiro de 1921.

ESTADO DE MINAS GERAES

Município de Monte Santo

Nome do eleitor Pedro Paulino da Costa

QUALIFICATIVOS

Idade 21 anos

Filiação Francisco Paulino da Costa

Estado Civil Solteiro

Profissão Fazendeiro

Numero de ordem no alistamento 1.126

Assignatura do eleitor

Assignatura do escrivão

Assignatura do juiz

Costa, o vereador Lindolpho Paulino da Costa. Mas em novembro de 1937, o golpe de estado praticado pelo próprio presidente da República, Getúlio Vargas, liquidou com os legislativos das três esferas do referido poder. Voltaram os prefeitos a serem nomeados e o dr. Pedro Paulino da Costa manteve o poder, sendo nomeado prefeito em 27.11.1937, permanecendo no cargo até 02.01.1947, quando o sistema democrático de eleições foi restabelecido.

Apesar das enormes dificuldades naqueles tempos desfavoráveis, dr. Pedro, como prefeito, trabalhou com afinco para dar aos monte-

santenses, mais água, energia elétrica, ensino, saneamento básico, além da tranquilidade política que impôs por seu espírito amigável e equilibrado.

Após sua passagem pela prefeitura, dedicou-se apenas às suas atividades políticas e à sua fazenda.

No início dos anos 1950, dr. Pedro Paulino da Costa, juntamente com sua família, transferiu sua residência para Belo Horizonte, tendo recusado diversas ofertas de posições políticas naquela ocasião, convidado pelo governador Juscelino Kubitschek, pois ele não queira se desligar da fazenda e de Monte Santo.

Nessa ocasião, foi convidado a ser um dos membros do Diretório estadual do PSD, quando

então conviveu com lideranças políticas de todo o estado como, Mello Viana, Benedicto Valadares, Israel Pinheiro, Bias Fortes, Tancredo Neves, Juscelino Kubitschek, José Maria Alckmin, entre tantos outros.

Recusando inúmeros convites para cargos públicos ou cargos de confiança, manteve sua liberdade e independência, sendo por isso mais requisitado ainda por sua integridade, honestidade e equilíbrio. Chefe político até sua morte, nunca perdeu uma eleição municipal em sua cidade natal. Dr. Pedro Paulino da Costa faleceu em Monte Santo de Minas, a 27 de maio de 1967.

DOUTOR TITO LÍVIO LAGES DA SILVA

PONTES - 1887 - 1982

Poliglota, foi talvez o homem mais culto que Monte Santo conheceu. Dele escreveu Paranhos de Siqueira (1910-1988): *“Dr. Tito foi o maior valor entre os demais valores. A humildade em forma de gente. O cultor apostolar do Direito Civil. Passou a vida inteira debruçado em livros, indagando deles os grandes segredos da vida e da natureza. Autor traduzido até nos cenáculos de cultura alemã. Nomes que constitui, no silêncio da própria Eternidade à qual se recolheu há pouco, uma legenda de sabedoria e de bondade”*. (Campinas, fevereiro de 1988).

Era filho do coronel João Mamede da Silva Pontes e de dona Mariana Luiza Lages Pontes, nascido a 02 de fevereiro de 1887, na cidade de Caeté, Minas Gerais. Foi estudar em Belo Horizonte, onde se formou na Faculdade Livre de Direito, onde hoje é a Universidade Federal de Minas Gerais. Foi jurista

renomado, editando vários livros, sendo o primeiro deles “Comentários sobre o “Código Processual Civil Mineiro”, publicado em 1927. Dentre suas obras jurídicas, destacam-se os estudos sobre Posse, bem como Tratados sobre Divisões e Demarcações de Terras, estudos sobre Atos Ilícitos em Direito Civil, Tapumes, etc.



Dr. Tito Livio Lages da Silva Pontes, 1887 – 1982.

Em 1915, já estava estabelecido como advogado em Monte Santo, onde já viviam seus parentes doutor José Patrocínio da Silva Pontes e doutor José Piedade da Silva Pontes. Casou-se com dona Georgina de Barros Magalhães, filha do major Cypriano José de Magalhães e de dona Mariana Candida de Barros, tendo os seguintes filhos: dr. Washington Magalhães Pontes (Fito), advogado; dona Maria José Pontes; José Gabriel de

Magalhães Pontes e dona Elza de Magalhães Pontes.

Em 1919 foi eleito juiz de paz.

Dr. Tito foi professor na Escola Normal Oficial “Américo de Paiva”. Foi também presidente da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, instalada em São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais.

Dr. Tito faleceu em 13 de abril de 1982, e por força da lei estadual números 9.047, de 28 de novembro de 1985, sancionada pelo doutor Newton Cardoso, governador de Minas Gerais, foi dada a denominação de “Dr. Tito Lívio Pontes” ao Fórum da Comarca de Monte Santo de Minas. É também patrono da 9ª cadeira da Academia Poçoscaldense de Letras.

DOUTOR BRASILIANO SANTANA

1915 – 2004

Nascido nesta cidade de Monte Santo de Minas, estado de Minas Gerais, aos 19 dias de agosto de 1915, filho de Brasilino Santana e de dona Maria Benedita de Jesus. Foi casado em única núpcia com dona Rejane Alves Ferreira (nascida em 19 de março de 1919 e falecida em 24 de junho de 1999), em 31 de janeiro de 1943, sendo ela filha de Laudemiro Alves Ferreira e de dona Maria Augusta Malta. Fez curso de formação para professora, no Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Belo Horizonte, onde diplomou-se em 1935 e formou-se na Escola de Belas Artes de Niterói, RJ, em 1939. Foi professora no Liceu de Belas Artes de Niterói de 1939 a 1944. Sendo que desta união nasceram os filhos:

1 - Dona Brasilmar Ferreira Santana, nascida na

cidade do Rio de Janeiro, RJ, em 26 de maio de 1945; professora, casada, falecida em 14 de janeiro de 2014, nesta cidade de Monte Santo de

Minas, deixando uma filha Brasilener Ferreira Santana Bhering e viúvo Feijó Newton Bhering;

2 - Dona Brasiljane Santana, nascida nesta cidade de Monte Santo de Minas, MG, em 26 de outubro de 1948, comerciante, casada com Mário Dean, falecido, das núpcias nasceram dois filhos: dona Rejane Santana Dean e Brasiliano Santana Dean;

3 - Doutor Brasilaude Santana, nascido nesta cidade de Monte Santo de Minas, MG, em 19 de março de 1950, advogado, divorciado, sem filhos, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, MG, onde exerce sua profissão;

4 - Doutora Brasilalves Ferreira Santana, nascida nesta cidade de Monte Santo de Minas, MG, em 03 de agosto de 1957, advogada e

professora, tendo um filho: Brasilino Ferreira Santana Tortorelli.

Doutor Brasiliano Santana começou seus estudos em 1923, nesta cidade de Monte Santo de Minas,



Dr. Brasiliano Santana, 1915 – 2004.

onde cursou o primário no extinto Colégio “Espírito Santo”. Cursou o antigo ginásio e colegial no Colégio “Paraisense”, na vizinha cidade de São Sebastião do Paraíso.

Ingressou na Universidade Federal de Minas Gerais em 1936, no curso de Direito.

Mudou-se para o estado da Guanabara, hoje, Rio de Janeiro, em 1942, onde cursou Jornalismo, História e Geografia, tendo sido professor nos Colégios “Leverge”, ministrando aulas de Língua Francesa, e no Colégio “Acadêmico”, aulas de Geografia e História.

Na cidade do Rio de Janeiro, a então capital nacional, exerceu também a profissão de jornalista, sendo o primeiro presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais do Brasil.

Como advogado, iniciou na profissão na cidade do Rio de Janeiro; depois transferiu sua inscrição para a Ordem dos Advogados de Minas Gerais, e foi um dos fundadores da Subseção 97ª da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Minas Gerais nesta cidade de Monte Santo de Minas, MG, onde ocupou o cargo de Orador Oficial e foi presidente da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, São Sebastião do Paraíso, MG.

Ainda como advogado militou por mais de cinquenta anos, nesta cidade de Monte Santo de Minas e todas as cidades próximas, até Ribeirão Preto, estado de São Paulo. Especializou-se em Direito Penal e Direito Previdenciário, como jurista, no Tribunal do Júri, fez defesas brilhantes.

Morando na cidade do Rio de Janeiro, foi convidado para ser diretor da Escola Estadual “Américo de Paiva”, por indicação política. Aceitou ao convite e mudou-se para Monte Santo de Minas, em 1948. Foi diretor da escola por duas vezes e exerceu sua função brilhantemente. Foram anos de glória aos esportistas medalhistas da Escola Estadual “Américo de Paiva”, de 1948 a 1952 e 1961 a 1965. Sempre acreditou na máxima: “Mens sane in Corpore sane”.

Foi professor titular da cadeira de geografia por trinta anos na Escola Estadual “Américo de Paiva”. Aposentou-se na década de 1970, na mesma escola.

Foi presidente do Sindicato dos Professores do Brasil por quatro anos.

Foi junto do comendador Sebastião de Sá e outros, fundador da Fundação Educacional de Guaxupé, depois, Faculdade de “Filosofia e Letras” da cidade de Guaxupé, MG, e hoje, Centro Universitário de Guaxupé. Lecionou na Fundação Educacional de Guaxupé ou FAFIG, ocupando as cadeiras de História e Geografia, bem como foi coordenador do curso de Estudos dos Problemas Brasileiros na mesma Faculdade. Foi decano da faculdade.

Lutou com outras personalidades da Educação na década de 1970 e conseguiram junto ao Governo de Minas Gerais trazer a 22ª Delegacia de Ensino, hoje, Superintendência Regional de Ensino, para a cidade de São Sebastião do Paraíso. Em ata de inauguração da 22ª SRE, do dia 16 de outubro de 1970, assina com as autoridades, como Inspetor Seccional. Foi Inspetor Regional de Ensino para a região da Delegacia de Ensino de São Sebastião do Paraíso e Guaxupé, por mais de uma década em 16 municípios da então Delegacia de Ensino.

Foi juntamente com sua esposa, dona Rejane Alves Ferreira, na década de 1950, fundador-proprietário da extinta Escola “Técnica de Comércio” de Monte Santo de Minas, com o curso de primeiro grau: Auxiliar de Escritório, e curso de segundo grau: Técnico em Contabilidade. Fundou em 15 de novembro de 1951 os mesmos cursos na cidade próxima de Arceburgo, MG (hoje é o Colégio Arceburguense), onde foi diretor e professor, bem como sua esposa foi professora nas duas escolas das duas cidades.

Foi com seu amigo pessoal, Natalino Triginelli, fundador, depois de conseguirem verba junto ao governador de Minas Gerais na época, Magalhães Pinto, para a criação da Praça de Esportes; local de lazer de todos monte-santenses, com piscinas, sauna, campo de futebol, quadra de vôlei, parque com brinquedos para crianças e restaurante. Este lindo lugar arborizado funcionou dos anos 1960 até meados de 1998, quando o prefeito da cidade cortou as árvores e transformou a área em escola municipal de concreto. (Há uma sala com o nome de “Dr. Brasileiro Santana”, aquele que foi até mesmo mestre de obras nas horas vagas, da Praça de Esportes de Monte Santo.)

Pertenceu ao Rotary Club da cidade de Monte Santo, onde ocupou vários cargos de direção.

Também pertenceu à Loja Maçônica Capitular “Caridade Monte-santense”, nº 115, onde foi iniciado no dia 07 de fevereiro de 1942, tendo ocupado os cargos de venerável, orador (por mais de 17 gestões), porta-bandeiras, porta-estandarte, presidente das comissões de Instrução do Grau e o de Finanças e Planejamento. Foi representante da Loja na Soberana Assembleia Geral da Ordem no Rio de Janeiro por vários anos. Em sessão solene do dia 27 de março de 1990 recebeu o título de

Benemérito e foi membro honorário até seu falecimento.

Foi presidente do Lar das Crianças de Kardec, por vários mandatos.

Foi co-fundador da Creche “Maria Benedita de Jesus Santana”, nome de sua genitora, funcionando inicialmente na Escola Técnica de Comércio que acabara de encerrar sua atividade depois de 1974 e serem transferidos os cursos para a Escola Estadual “Américo de Paiva”.

Faleceu em 07 de agosto de 2004.

Doutor Brasiliano Santana foi um elemento de marcante presença na vida cultural, educacional, assistencial e social de Monte Santo de Minas.

FÚLVIA CARVALHAIS DE FREITAS

1917 - 2010

Fúlvia Carvalhais de Freitas nasceu em Monte Santo de Minas, em 19 de setembro de 1917, filha de Vicente Carvalhais e de dona Rita de Paula Xavier.

Era diplomada na primeira turma de normalistas da Escola Normal Oficial “Américo de Paiva, em 1933, onde posteriormente lecionou até a sua aposentadoria.

Foi casada com Galdino de Freitas, nascendo dessa união sua filha, dona Dulce Alice de Freitas. Foi poeta, cronista, contista, professora e pianista. Participou desde cedo da vida cultural do estado, através de crônicas, contos e poemas que eram divulgados através da imprensa regional.

Foi presidente do grêmio teatral de Monte Santo de Minas, tendo participado de projetos

sociais, organizando eventos e ensaiando peças para serem encenadas em benefício de idosos e crianças carentes. Apenas em 1971 estreou nas letras com a publicação de “Versos, ainda que seja outono”. O livro, de natureza extremamente lírica, tem como temática recorrente o cotidiano e a memória.

A escritora pertenceu a diversas entidades culturais e literárias, como a Academia de Letras de Uruguaiana e a União Brasileira de Escritores e recebeu prêmios e homenagens por suas atividades culturais, beneficentes e literárias.

Fúlvia Carvalhais de Freitas faleceu em 20 de maio de 2010.

“A história ensina o bem a quem lhe ausculta o coração, no propósito desinteressado de conhecer a verdade”. (Oliveira Lima).

JOÃO BATISTA CASTEJÓN BRANCO

1919 - 1985

João Batista Castejón Branco nasceu em Monte Santo de Minas, MG, no dia 23 de março de 1919, filho do serventuário da Justiça Diomar Dias Branco e de dona Maria Castejón Branco.

Estudou no Instituto Cesário Mota em Campinas, SP e concluiu o secundário no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. No antigo Distrito Federal, trabalhou como jornalista e integrou a equipe de redação dos jornais Diário de Notícias, Jornal do Brasil e Última Hora, e das sucursais de O Estado de S. Paulo e da Folha de S. Paulo.

Funcionário do Senado Federal, transferiu-se para Brasília com a inauguração da nova capital do país em abril de 1960. Superintendente da Fundação Cultural do novo Distrito Federal, desempenhou as funções de chefe de gabinete do primeiro governador de Brasília, Israel Pinheiro. No Senado foi secretário da Comissão de Relações Exteriores e das delegações que compareceram à Conferência Interparlamentar realizada em Viena, Áustria, e às assembleias gerais da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1959, 1961 e 1965.

De volta a Minas Gerais, ocupou a diretoria administrativa da Autarquia de Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares de Minas Gerais (CARPE) durante o governo de Aureliano Chaves (1975-1978).

Iniciou a carreira política em novembro de 1978, elegendo-se deputado federal pela Aliança

Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do regime militar instaurado no país em abril de 1964. Empossado em fevereiro seguinte, fez parte das comissões de Fiscalização de Contas e de Saúde.

Após a extinção do bipartidarismo, em novembro de 1979, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), sucessor da ARENA, pelo qual foi reeleito em novembro de 1982.

Castejón Branco não compareceu à sessão de 25 de abril de 1984 em que a Câmara rejeitou a emenda Dante de Oliveira, que previa eleições diretas para presidente da República. Derrotada a proposição — faltaram 22 votos para que fosse levada à apreciação do Senado — no Colégio Eleitoral, reunido em 15 de janeiro de 1985, apoiou o candidato opositor Tancredo Neves, eleito pela

Aliança Democrática, uma união do PMDB com a dissidência do Partido Democrático Social (PDS) abrigada na Frente Liberal. Doente, Tancredo Neves não chegou a ser empossado, vindo a falecer em 21 de abril de 1985. Seu substituto foi o vice José Sarney, que já vinha exercendo o cargo interinamente desde 15 de março deste ano.

Transferindo-se para o Partido da Frente Liberal (PFL), Castejón Branco faleceu em Belo Horizonte no dia 11 de novembro de 1985.



João Batista Castejón Branco, 1919 – 1985.

DOUTOR HUMBERTO FALBO

1934 - 2015

Dr. Humberto Falbo (01.07.1934 - 22.07.2015), monte-santense, cirurgião-dentista graduado, em 1956 pela EFOA, hoje UNIFAL, Alfenas, MG. Aos 22 anos de idade, já formado passou a exercer sua profissão em Monte Santo de Minas, onde obteve grande sucesso em sua carreira profissional, pois era um profissional acreditado e muito respeitado no seu mister.

Naquele ano de 1956, como estava planejado, o dr. Humberto se casava com dona Denir Balbino. A partir desse laço matrimonial, nasceram os filhos Gisela de Fátima Falbo Grecco, dr. Humberto Amadeu Falbo, dr. César Augusto Falbo e Joseane Tarcia Falbo.

Dr. Humberto, além de exercer sua profissão como cirurgião dentista, foi professor de Educação Física, na rede estadual de ensino, e sempre será lembrado pelas caminhadas, que fazia com seus alunos, indo de Monte Santo até Itamogi, e quem não chegasse a tempo perdia o trem de volta... Ele acompanhava seus alunos em sua lambreta. Inesquecível!

A fanfarra da Escola Estadual Américo de Paiva, era ensaiada e conduzida por ele, muito exigente com todos seus alunos, exigindo respeito, ordem e comprometimento, causando a maior admiração nas pessoas que assistiam, os desfiles pelas ruas da cidade de Monte Santo de Minas.

Dr. Humberto fez carreira na política, sendo eleito vice-prefeito por dois mandatos e vereador à Câmara Municipal, por um mandato.

Ele ficou conhecido e é lembrado por todos, devido ao fato de ter sido dentista na Escola Estadual Dr. Wenceslau Braz e na Escola Estadual Lucas de Magalhães, onde era muito atencioso com

seus pacientes. Nas escolas ele tratava dos dentes de todos os alunos. No começo do ano letivo, ele iniciava os tratamentos passando por todas as turmas de alunos da escola. Ressalte-se que todos eram atendidos, sem exceção.

Sempre querendo o melhor de nossa cidade, foi um dos fundadores da Loja Maçônica Aerópago XX de Agosto, praticando trabalhos filantrópicos e sociais. Foi venerável por vários anos consecutivos e atingiu o Grau 33.

Homem íntegro, culto e muito inteligente, com tantas qualidades, ele foi fonte de inspiração aos seus filhos e netos, para serem pessoas de bem,

honestas e acolhedoras. Dois de seus filhos, dr. Humberto

Amadeu e dr. César Augusto, seguiram os passos do pai, sendo dentistas conceituados. Os netos, dra. Priscila Falbo e dr. Humberto Falbo Neto, são cirurgiões-dentistas e Humberto Amadeu Falbo Júnior é acadêmico de Odontologia, na UNIRARAS/SP (Fundação Herminio Ometto),

Seus netos, acompanharam a trajetória do avô em seu consultório sendo fonte de inspiração. E hoje são profissionais reconhecidos e lembrados pelo seu inesquecível avô.



Dr. Humberto Falbo, 1934 – 2015.

CARLOS ALBERTO PAULINO DA COSTA

1939

Carlos Alberto Paulino da Costa, nasceu em Monte Santo de Minas a 03 de junho de 1939, filho de Lindolpho Paulino da Costa e de dona Maria José Grassano.

Formou-se em Engenharia Agrônômica na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo, em Piracicaba, em 1960. Casado com dona Maria Aparecida Paulino da Costa.

Cafeicultor atuante no sul de Minas e na região do cerrado mineiro, tem se dedicado à prática do cooperativismo desde meados da década de 1970, quando passou a ser cooperado da Cooxupé em 1970. Em 1974, integrou o Conselho Fiscal da Cooperativa. Carlos Paulino foi prefeito de Monte Santo de Minas de 1983 a 1988. Foi presidente do Rotary Clube da cidade e provedor da Santa Casa de Misericórdia local. Passou também pelo Conselho de Administração da Cooperativa entre 1987 e 1990. Foi vice-presidente na gestão de 1991 até 1998. Em 1995, assumiu a presidência da AGROCREDI - Cooperativa de Crédito Rural dos Cafeicultores e Agropecuaristas em Guaxupé, cargo que ocupou até março de 2003, quando assumiu a tarefa de presidir a Cooxupé. Assumindo a presidência da

Cooxupé no ano de 2003, cargo liderado até o final do mandato de 2018.

Atuou de forma a garantir as melhoras contínuas da cooperativa, que na época congregava cerca de 11.500 associados e possuía nove núcleos, sete filiais e seis unidades avançadas, englobando área de ação formada por 220 municípios nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Empregava cerca de 1.800 colaboradores. Em 2008, foi a maior exportadora de cafés do país: recebeu 4.697.189 sacas de seus cooperados, o equivalente a 13% da produção nacional de café arábica e embarcou 1.813.519 sacas ao exterior. Carlos Paulino representou também a Cooxupé na Diretoria do Conselho Nacional do Café (CNC) e foi também membro efetivo do Conselho Diretor da OCEMG - Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais.

Integra o Conselho de Administração da Cooxupé, cooperativa fundada em 1932, mundialmente conhecida por ser a maior em café do mundo. Ao deixar a presidência, disse que: *“Concluo esta etapa com a Cooperativa muito feliz com os resultados que construímos ao longo de todos esses anos, compartilhando toda esta nossa trajetória com nossos cooperados e colaboradores, fundamentais para o sucesso da Cooxupé”*.

PROFESSOR-DOCTOR JOSÉ FERREIRA CARRATO

1914 - 1996

Um homem que dedicou sua existência a pesquisa e a divulgação da história regional e geral. Expor sua autoridade na área da educação e da pesquisa, sua bibliografia, associações científicas, seu conteúdo radialista, conteúdos teatrais, obras publicadas, pesquisas históricas gerais e regionais, como seu vasto currículo e projetos dos quais foi autor e co-autor.

É importante levar o nome José Ferreira Carrato ao conhecimento científico, para que a importância de sua obra se mantenha viva em nossa memória. O valor literário de seus trabalhos oriundos de pesquisas históricas regionais e gerais é indiscutível. Assim, citemos o texto em propaganda a uma de suas obras “AS MINAS GERAIS E OS PRIMÓRDIOS DO CARAÇA”, São Paulo, Companhia Editorial Nacional (Coleção

Brasileira, nº 317, 1963, 463 p., illus.) em coluna produzida pela FOLHA DE S. PAULO - Domingo, 10 de novembro de 1963:

“AS MINAS GERAIS E OS PRIMÓRDIOS DO CARAÇA”, de José Ferreira Carrato. O famoso colégio mineiro e a história de seu fundador num livro de grande importância cultural. Uma instituição religiosa que se transforma em colégio, com uma crônica rica de episódios e beleza. Volume ilustrado de 464 páginas, prefácio de Sérgio Buarque de Holanda Cr\$ 2.500,00. Companhia Editora Nacional”.

José Ferreira Carrato foi professor universitário e jornalista. Nasceu na cidade de Monte Santo de Minas, MG, em 1º março de 1914. Filho de Antônio Carrato e dona Aristina Ferreira. Concluiu em 1936, pela Faculdade de Teologia e Filosofia, do Seminário Metropolitano de Belo Horizonte (MG), o curso de História Eclesiástica e Filosofia. Conta-nos Roberto Campos (1917 – 2001), no seu livro de memórias “A Lanterna na Popa”, página 137, publicado em 1994 a cerca de seu colega no seminário: “... Uma outra figura interessante era o José Carrato, de prodigiosa memória historiográfica, que tirou a batina ao mesmo tempo que eu, tornando-se depois professor de História em universidades paulistas”.

Em quatro de dezembro de 1961, obteve o título universitário de Doutor, pela instituição Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Em primeiro de fevereiro de 1967, obteve o título universitário de regente, pela instituição Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo. (Concurso de Títulos para provimento da Disciplina Cultura e Civilização do Brasil Contemporâneo. Em 13 de

agosto de 1970, obteve o título universitário de Livre-Docente, com sua tese intitulada “HISTÓRIA DO COLÉGIO DO CARAÇA”, pela instituição Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.)

Em sua experiência de ensino José Ferreira Carrato participou de inúmeras atividades docentes. Entre os anos de 1934/1935 foi professor de História da Civilização, no Seminário Metropolitano de Belo Horizonte, MG. Professor

de História da Civilização e do Brasil, no Colégio “Joaquim Ribeiro”, da Prefeitura Municipal do Rio Claro, SP, em 1937/1939. Professor de Latim do Colégio Estadual do Piraju (SP), de 1938 a 1942. Professor de Latim da Escola Normal “Peixoto Gomide”, de Itapetininga, SP, em 1942/1944. Professor de História do Brasil e de Língua Portuguesa do Colégio Alemão de São Paulo e Colégio Benjamim Constant, de 1944 a 1947.

Em grau superior foi professor regente de História da Cultura, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, em regime de tempo integral, de 1958 a 1962. Professor regente de

História da Civilização Brasileira da mesma faculdade,

de 1963 a 1965, em regime integral. Professor regente de Geo-história, na mesma faculdade, em 1964/1965. Professor regente da cadeira de Cultura e Civilização do Brasil Contemporâneo, em regime integral, da Escola de Comunicações Culturais, da Universidade de São Paulo, de 1967 a 1971 (por concursos de títulos).

Redistribuído, pela reforma universitária, para a disciplina de História da Civilização Brasileira, do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, em 1971/1972. Após ter requerido sua aposentadoria de Professor Livre-Docente no Departamento de



Professor-Doutor José Ferreira Carrato, 1914 – 1996.

História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, concorreu ao concurso de Professor Titular da Cadeira de História do Brasil, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, SP e obteve a cadeira, sendo nela provido, de 1972 a 1974, quando solicitou a rescisão do contrato. Professor colaborador da disciplina Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, da Escola de Comunicações e Artes da USP, em seu Departamento de Biblioteconomia e Documentação, de 1974 a 1976. Professor Colaborador de Fundamentos Históricos do Turismo, do Departamento de Relações Públicas, Turismo e Propaganda, da Escola de Comunicações e Artes da USP, em 1974, quando exerceu a coordenação do Curso de Turismo, no mesmo departamento.

Em suas atividades jornalísticas ocupou o cargo de diretor da Revista de Administração, órgão oficial do Instituto de Administração da Faculdade de Ciências e Econômicas e Administrativas da USP, em 1947.

Chefe da sala de imprensa do gabinete do governador Lucas Nogueira Garcez (Palácio dos Campos Elísios), no ano de 1954.

Foi membro da Comissão de Redação da Revista de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, atual UNESP, no ano de 1964.

Coordenador da Comissão de Redação da Revista da Escola de Comunicações e Artes, da USP, em 1968.

Orador oficial da Ordem dos Velhos Jornalistas, em 1982/1985, subseção de Ribeirão Preto.

Publicou no Diário da Manhã, a partir de outubro de 1983, como decano da imprensa de Ribeirão Preto, a seção “História em Quadrinhos”, diariamente, até junho de 1985, de diversos artigos referentes à história de Ribeirão Preto.

A partir de outubro de 1986, todos os domingos, em “O Diário”, matutino ribeirãopretano, assinou a seção “Ribeirão, meu Amor”, com artigos sobre coisas e acontecimentos factuais da vida da cidade.

Como comunicador destacou-se em diversos trabalhos radiofônicos, como sócio-fundador, diretor, programador, coordenador e outros.

José Ferreira Carrato foi chefe da seção de radiodifusão, da divisão de rádio, do Departamento de Cultura e Ação Social da Reitoria da Universidade de São Paulo, a atual CODAC, função que o tornou o primeiro redator do primeiro programa de rádio da USP para a população de São Paulo.

Sócio-fundador da Rádio Progresso de Monte Santo, MG, a qual deu o nome, tendo sido o orientador das suas atividades de “broadcasting” no ano de 1952 a 1953.

No ano de 1954 foi detentor do Prêmio Roquette Pinto, concedido por unanimidade pela crítica especializada paulista, tendo recebido o título de “Melhor Programador Cultural Paulista do IV Centenário”.

Diretor da Rádio IX de Julho, órgão oficial da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, em 1954/1955. Programador Oficial de todas as atividades radiofônicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (UNESP), de 1958 a 1964, nas emissoras da Alta Sorocabana.

Coordenador do setor de rádio da comissão de planejamento de lazer e recreação da Universidade de São Paulo, em 1969.

Foi membro fundador da Academia Paulista de História; sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; sócio da Sociedade Brasileira de Geografia; sócio da Associação Paulista de Imprensa de São Paulo; portador da Medalha Anchieta, da prefeitura do Distrito Federal, em 1954; sócio correspondente da Academia Mineira de Letras; bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian, de Lisboa, para estudo nos arquivos, museus e bibliotecas de Portugal; bolsista do Instituto de Cultura Hispânica, de Madri, para estudos e conferências na Espanha; bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian, de Lisboa, para estudos em instituições científicas do Vaticano e da Itália; especialista em estudos sobre o século XVIII pela Universidade de Oxford, da Inglaterra, entre outros estudos, títulos e prêmios.

Como mensurar a importância da obra de José Ferreira Carrato? José Ferreira Carrato, professor, escritor, jornalista, comunicador e poeta. Um nome pouco conhecido na sua região natal dedicou grande parte de sua vida a pesquisa e a trabalhos voltados para educação. O mineiro morou na cidade de Ribeirão Preto por muitos anos, mas a terra natal, Monte Santo de Minas,

sempre esteve presente nos seus trabalhos, pesquisas e versos. Para se compreender a importância de José Ferreira Carrato, é preciso encarar sua contribuição sob os aspectos distintos, embora, alguns deles, complementares. Primeiramente, é preciso considerá-lo sob a perspectiva da literatura histórica regional brasileira, compreendendo a contribuição que o fez escritor. Suas obras e teses se encontram disponíveis no IEB – Instituto de Estudos Brasileiros – USP. Em 1963 escreveu o livro “AS MINAS GERAIS E OS PRIMÓRDIOS DO CARAÇA”. São Paulo, Companhia Editorial Nacional (Coleção Brasileira, nº 317, 1963, 463 p., ilus.), recebendo Menção Honrosa do PEN CLUB DO BRASIL de 1965. No primeiro capítulo desta obra, o autor narra desde a expedição de Fernão Dias Pais até a decadência das minas, quando se refere ao enorme fluxo humano provocado pela descoberta dos metais preciosos, aos costumes e cidades, cultura e sociedade. Os primeiros capítulos formam um verdadeiro ensaio sobre religião e a Igreja nas Minas do século XVIII. Em seu capítulo VI, “A Serra do Caraça”, o livro também nos relata a formação geológica da serra, sua fauna, vegetação, etc. Após esta análise que quase poderíamos chamar de “Casa Grande e Senzala das Minas” é possível entender a grandiosidade atribuída a esta obra. Outra importante obra de sua autoria que também consta no portal de revistas da USP “revista IEB” é “IGREJA, ILUMINISMO E ESCOLAS E ESCOLAS MINEIRAS COLONIAIS: Notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista.”

Sua outra obra “Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais” foi lançada pela Universidade de São Paulo (USP). A obra que possui 334 páginas pertence à série Brasileira e foi feita em colaboração da Companhia Editora Nacional. Trata-se de uma coletânea de ensaios sobre a história da cultura e da decadência de Minas Gerais no século XVIII. O autor fez pesquisas nos arquivos e bibliotecas do Brasil, Portugal e Vaticano sobre o assunto, e seus trabalhos, concluídos nos livros, tratam sobre os seguintes temas: “As gentes mineiras” (os

aventureiros, a diferenciação social, a consolidação dos povos); “A Igreja mineira”, (a religião popular, o clero primitivo da terra, as elites na Igreja mineira); As escolas eclesiásticas em Minas Gerais” (as escolas domésticas, o seminário de Mariana, outras escolas eclesiásticas); “O Iluminismo em Minas Gerais” (as reformas pombalinas do ensino, as escolas régias de Minas Gerais, os doutores de Coimbra em Minas Gerais); “A crise dos fins da era colonial e os doutores mineiros” (o trauma da Inconfidência, a administração e a crise, e a crise e os doutores mineiros).

Como autor José Ferreira Carrato trouxe a história de sua região, também gerou a identificação através de seus livros que contribuíram para o reconhecimento histórico de Minas Gerais. A importância da obra literária de José Ferreira Carrato se dá para os fins científicos (em colaboração com o estudo da história regional de Minas Gerais, tal como sua paisagem natural e artificial, a formação dos primeiros grupos sociais e religiosos e sua intrínseca importância para exploração das minas de metais preciosos); quanto para o senso de pertencimento e identidade cultural.

Foi um dos fundadores e redator do jornal “Folha de Monte Santo” nos anos de 1919 – 1950. Fez a editoração dos seguintes livros: Velhos Jornais de Monte Santo, que dividiu em três coletâneas, publicados pela Prefeitura Municipal de Monte Santo, em 1988. O professor José Ferreira Carrato foi um dos maiores incentivadores para a criação e instalação do Museu Municipal Doutor Joaquim Ernesto Coelho. Viveu junto a seus livros e escritos, que muito amava e escrevendo brilhantes artigos para os jornais, terminou seus dias deixando o exemplo de humildade e de amor à cultura e à história. Faleceu no dia 23 de setembro de 1996.

Otávio Bufoni Ferreira, nascido em Monte Santo de Minas, professor de História.

MONTE-SANTENSES ILUSTRES

Aristides da Silveira Lobo (Monte Santo de Minas, 27 de maio de 1905 — São Paulo, 09 de novembro de 1968) foi professor, jornalista e militante comunista brasileiro.

Por parte de seu pai, Aristides da Silveira Lobo Sobrinho, era sobrinho-neto do famoso propagandista e ministro da República, Aristides da Silveira Lobo e, por parte de mãe, dona Emília da Silveira Lobo, do poeta Alberto de Oliveira. Não usava o nome inteiro. Assinava artigos e traduções como Aristides Lobo e assim era conhecido.

Trotskista foi um dos fundadores da Oposição de Esquerda no Brasil, em 1931 e, em seguida, da Liga Comunista Internacionalista. Em 1973, após cinco da morte de Aristides Lobo, seu amigo Edson Flosi contratou o artista A. Camarotto, do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, para fazer uma escultura dele. O trabalho durou seis meses e dele participaram parentes de Aristides Lobo. Em 1994, vinte e quatro anos decorridos, a estátua foi encaminhada ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, que a mantém até hoje na sua sede, prestando, desta forma, homenagem a Aristides Lobo.

Waldomiro Freitas Autran Dourado, mais conhecido como Autran Dourado (Patos de Minas, 18 de janeiro de 1926 – Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2012), foi um advogado, escritor e jornalista brasileiro. Embora tenha nascido em Patos de Minas, passou a infância e viveu até os 17 anos na cidade, que reconhecidamente influenciou suas obras. Recebeu os seguintes prêmios:

Prêmio Goethe (1981);

Prêmio Jabuti (1982);

Prêmio Camões (2000);

Prêmio Machado de Assis (2008);

Grã-Cruz da Ordem do Mérito Cultural (2012).

Autran Dourado sempre se considerou monte-santense, porque eles residiam em Monte Santo, e seu pai era juiz de direito aqui nessa época. E foi aqui que Autran Dourado passou sua infância e juventude até aos 17 anos, quando foi para Belo Horizonte para continuar seus estudos.

Em suas entrevistas, ele fazia questão de dizer que era monte-santense.

Em várias obras, ele faz alusão a Monte Santo, ou melhor, na ficção, "Duas Pontes" (uma referência às suas pontes da antiga "Rua do Córrego"), por meio do personagem - narrador João Fonseca Ribeiro. Mas é uma de suas obras mais conhecidas e premiadas que o enredo traz nossa cidade como cenário. Essa obra é O Risco do Bordado.

A esquina do Banco Itaú (o qual ele chama de "Banco Duas Pontes") também aparece como cenário para seus contos. Ele se refere a essa esquina como "esquina do ponto " (ponto de ônibus) e era onde os monte-santenses mais velhos gostavam de se reunir para "jogar conversa fora" ou discutir o preço do café. Autran Dourado teve mais de 20 livros escritos e diversos sucessos.

Mário Américo (Monte Santo de Minas, 28 de julho de 1912 - São Paulo, 09 de abril de 1990), foi massagista da seleção brasileira de futebol nas copas de 1950, 1954, 1958, 1962, 1966, 1970 e 1974. Em Monte Santo de Minas, uma rua e a "Academia de Saúde", guarda o seu nome.

Milionário & José Rico foi uma dupla de cantores de música sertaneja do Brasil, formada por Romeu Januário de Matos, o Milionário (Monte Santo de Minas, 04 de janeiro de 1940) e José Alves dos Santos, o José Rico (São José do Belmonte, PE, 29 de junho de 1946 - Americana, SP, 03 de março de 2015). Uma das mais famosas do país, ficaram conhecidos nacionalmente com a alcunha "As Gargantas de Ouro do Brasil". Com quarenta e três anos de carreira, a dupla vendeu cerca de 35 milhões de exemplares de seus 29 discos gravados desde 1973. Além disso, gravaram dois DVDs e dois filmes, Na Estrada da Vida, de 1980, e Sonhei Com Você, de 1988.

Milton Gonçalves (Monte Santo de Minas, 09 de dezembro de 1933) é um ator, diretor, cantor, dublador e produtor brasileiro. Casado com Oda Gonçalves desde 1966, com quem tem três filhos, incluindo o ator Maurício Gonçalves. Recebeu os seguintes prêmios:

1974 - Pelo filme Rainha Diaba ganhou, num só ano, os quatro principais prêmios brasileiros de melhor ator - Troféu Candango, Air France, Governador do Estado e Coruja de Ouro.

1978 - Festival de Gramado - Melhor Ator Coadjuvante pelo filme Barra Pesada.

1981 - Prêmio Estácio de Sá, pelos serviços prestados ao teatro carioca.

1990 - Prêmio de melhor ator do festival de Natal, pelo filme Natal da Portela.

2003 - Festival de Gramado - Troféu Oscarito.

2005 - Melhor ator no Festival de Gramado - pelo filme As Filhas do Vento.

2006 - Prêmio TECO de Teatro, pelo conjunto de trabalhos.

2008 - Troféu Raça Negra - pelo conjunto de trabalhos

2009 - Festival de Teatro do Rio - pelo conjunto de trabalhos.

2010 - Prêmio Camélia da Liberdade - Pelo conjunto de trabalhos

2013 - Troféu Top of Business - pelo conjunto de trabalhos

2014 - Prêmio Cesgranrio de Teatro - Pelo conjunto de trabalhos.

2015 - Festival de Cinema CineOP - pelo conjunto de trabalhos

2018 - Troféu Mário Lago - pelo conjunto de trabalhos

Rubens Donizete Valeriano, conhecido como Rubinho (São Pedro da União, MG, 14 de agosto de 1979) é um ciclista brasileiro. Foi integrante da seleção brasileira de mountain bike masculina. Nasceu em São Pedro da União e aos três anos mudou-se para Monte Santo de Minas. Conquistou a vaga para os Jogos Olímpicos de Pequim em 2008, onde foi o brasileiro melhor classificado, ficando na 21ª colocação. Em 2012 representou o Brasil nos Jogos Olímpicos de Londres, e chegou na 24ª posição. Participou dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, e ficou em 30º lugar. Seus principais prêmios foram:

Competidor do Brasil

Jogos Pan-Americanos do Rio – 2007 - Prata;

Mountain Bike Jogos Sul-Americanos - Prata

Medellín - 2010 Mountain Bike - Prata

Santiago - 2014 Mountain Bike – Campeonato

Pan-Americano de MTB - Prata Guatemala 2010 - Elite Bronze México

2012 - Elite Campeonato Brasileiro XCO Prata

2011 - Elite Prata Campo Largo (Paraná)

2009 - Elite Prata São Bento do Sul

2008 - Elite Ouro Ouro Preto

2007 - Elite Campeonato Brasileiro

XCM Prata Caconde 2010 - Elite

2006 - Elite Bronze São Lourenço

Segundo José Paranhos de Siqueira (Tapiratiba, 18 de janeiro de 1910 - Campinas, 06 de maio de 1988), um influente jornalista, escritor e poeta brasileiro, outros monte-santenses que merecem destaque são:

*“**Michelet Navarro**, embora nascido em Muzambinho, MG, viveu parte de sua curta existência em Monte Santo de Minas. Gênio da oratória que era a arte de Cícero. Iluminou, em plena madrugada da existência, com o sol de seu talento incomparável, a paisagem multiforme da cultura monte-santense. Não era, propriamente, como feiticeiro da palavra, um orador que falasse ao gosto do povo: era um verdadeiro cenário que cantava em louvor à natureza. Faleceu aos 24 anos de idade. Dele mereceu esta frase de consagração do doutor Valdomiro Magalhães: ‘Dentre a grande quantidade de oradores que conheci, só um é comparável a Michelet – Antonio José de Almeida’.*

***José Luz de Magalhães**, companheiro meu de tertúlias guaxupeanas. Ilustrou pela cultura do cérebro e pelo equilíbrio de espírito, a Promotória Pública de Minas. Palavra fácil e envolvente que dava aos júbis de sua época, o fascínio da beleza, pela beleza do fascínio.*

***José Provinciali**, a quem chamei, certa vez, no texto de um artigo de jornal de “figura do Evangelho”. Apóstolo da benquerença e a caridade cristã. Criatura maravilhosa, pelas virtudes da alma e pelos dotes de coração. Deus o fez e jogou a forma fora para não fazer outro igual a ele.*

São vultos que, cada qual em seu setor de atividades, enobreceram, sobretudo pela honradez, pelos costumes da moral e pela moral dos costumes, a antologia humana dessa terra. Vultos ante a memória dos quais o povo se inclina e a cidade se ajoelha. Monte-santenses que levaram pelo labor do espírito, o nome de Monte Santo aos mais distantes rincões do território pátrio. Monte-santenses, portanto, que honraram, na vida, e que honram, na morte, a história inconfundível de Monte Santo”.

OS HERÓIS ESQUECIDOS DA HISTÓRIA DE MONTE SANTO DE MINAS

Não há registro na história de Monte Santo de Minas da existência de heróis. Tivemos alguns:

GUERRA DO PARAGUAI (1865 - 1870)

JOSÉ DAS CHAGAS, mulato, era nascido em Carmo do Rio Claro, MG, em 1838, mudou-se para Guaxupé e de lá para Monte Santo. Era tropeiro. Dizia que tinha estado na guerra ao lado do imperador dom Pedro I e do conde d'Eu. Faleceu em 05 de maio de 1935.

LAUREANO, NABOR E EUSÉBIO, eram escravos, morreram em combate durante a guerra. **TOBIAS**, escravo, morreu em consequência da picada de uma cobra, depois do final da guerra, às margens do rio Paranaíba, quando retornava à Monte Santo.

GERÔNIMO, conhecido como **MARIMBONDO**, negro, faleceu no Asilo São Vicente de Paulo, em 08 de maio de 1935, com mais de 100 anos de idade.

TENENTE-CORONEL FABIANO SOARES DE MORAES (1847 - 1924), ao iniciar a Guerra do Paraguai, foi mobilizado para o serviço militar, sendo designado para o destacamento auxiliar de milícias - os famosos "bate-paus", encarregados de substituir as forças policiais enviadas para a frente de batalha. Serviu até o fim da guerra, em 1870.

PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914 - 1918)

Embora a participação do Brasil na Primeira Guerra fosse modesta, cumpre destacar que ocupava a presidência da República, o doutor

WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES (1868 - 1966), com fortes ligações políticas com Monte Santo de Minas. Após o final da guerra, imigrou para o Brasil, vindo residir em Monte Santo de Minas, o italiano Primo Grotto, que havia sido combatente e condecorado como herói de guerra, pelo governo italiano.

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939 - 1945)

Segundo o memorialista, doutor Ronald Cunha (1930-2020), tivemos a participação de um único "pracinha" monte-santense a integrar a Força Expedicionária Brasileira, durante a Segunda Guerra Mundial, assim ele escreveu: *"... Na Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), tivemos um único monte-santense. Lutou na Itália. Segundo consta, nasceu no Itiguaçu. Quando voltou da guerra, prestaram-lhe homenagens no CINE THEATRO CRUZEIRO. Foi só. Era um negro. Quem iria paparicar um negro? Pelo menos foi o que se pensou na época. Foi logo esquecido. Sequer falaram-me o nome dele. 'Foi um negrinho lá do Itiguaçu', foi o que me contaram quando vim para as minhas férias escolares. Parece-me que tão, desencantado ficou que se mudou daqui, para o alívio das autoridades de então..."*

Seu nome de registro civil e batismo se perdeu nas brumas do tempo.

Monte Santo teve heróis, mas só a maioria negra foram os HERÓIS.

“Aqueles que não conseguem lembrar do passado estão condenados a repeti-lo”. (George Santayana, 1863 – 1952).

ODE A MONTE SANTO DE MINAS

Plantada na planura dum socalco imenso
Qual alvo lenço a trapejar mansinho,
Ativa e bela é da palmeira a fronde
A qual esconde a ave, o implume ninho.

As suas praças, ruas, avaridas
São revestidas de beleza natural;
Jardins tranquilos, assombrados e tranquilos
Trazem rutilos: - a luz é singular.

Tem clima estável, fresco e bom verão,
Inverno são, sem horas tiritantes:
É futura na riqueza que promete
E que reflete para o bem dos habitantes.

Suas campinas, ubertoso seio,
Em cujo meio reinam calma e doce paz.
Uma lavoura florescente e bom comércio
E que exerce-o sabe o quanto é capaz.

Em paz tranquila pasta o manso gado
Em verde prado ruma sonolento;
No horizonte as frimbrias da montanha
O vento acanha, adoçando o alento.

Tem água pura, clara, cristalina
Que fácil mina e jorra aos borbotões;
Povo pacato, acolhedor – é boa gente
Que está frequente, alegre, nos salões.

Seus nobres filhos adoram com ternura
E com altura, afoita, a internece,
Buscando as lides nos trabalhos construtores
Os seus favores, na mais fecunda messe.

Eu te saúdo pelo teu aniversário
Cujo sacrário é para todos belo manto
Onde guardamos a lembrança do passado.
Santificado é o teu nome; - Monte Santo.

Elpídio Alves

APARECIDA

Quanto é belo e outeiro da Aparecida!
Seu bairro pitoresco é um encanto.
Ali tudo é prazer! E tudo é vida!
Na visão sublime de Monte Santo.

Minha alma se exalta embevecida,
O seu deslumbramento me suplanta...
Bem Noraldino, em rima encandecida
Descreve dos montes, - beleza tanta!...
Eu quisera sempre alto pronunciar

Santa!... E gravá-la em pedras cristalinas,
Para sempre humilde, os seus pés beijar.

Aparecida! Eu me prosto ao altar
Em horas dolentes e matutinas,
E me ponho neste enlevo a cismar...

Antônio Francisco de Oliveira

A HISTÓRIA DA COMARCA DE MONTE SANTO DE MINAS



A inauguração do novo prédio do Fórum da Comarca de Monte Santo de Minas, em 1943, foram identificados: Dr. Pedro Paulino da Costa, Dr. Tito Lívio Lages da Silva Pontes, Dr. Telêmaco Autran Dourado e Dr. Felício Cintra Neto, entre outros.

A história não deve ser entendida como fatos que emergem repentinamente nas diversas localidades do globo. Na realidade, as transformações históricas são resultados de um processo, cuja existência talvez nunca cesse. Ao se tratar da Comarca de Monte Santo de Minas não é diferente. Para traçar a sua origem, se faz necessário um retrospecto até a formação da Comarca do Rio das Mortes.

São João del-Rei era, em 1713, um arraial, mas em 08 de dezembro do mesmo ano, seria elevado à categoria de vila. No ano seguinte, em 1714, a vila de São João del-Rei seria incumbida de sediar a cabeça da recém-criada Comarca do Rio das Mortes. Esta Comarca, que iria ter seu fim apenas em 1892 com a reestruturação judiciária após a Proclamação da República, abrangia uma

grande área no sul da capitania de Minas Gerais. Junto ao surgimento desta, no mesmo ano deu-se origem às Comarcas do Rio das Velhas, cuja sede era em Sabará, e a de Vila Rica, sendo a sede Ouro Preto.

As dimensões territoriais desta Comarca abrangiam a região a qual seriam fundadas várias cidades da região do Sudeste de Minas: Guaxupé, Arceburgo, Guaranésia, Monte Santo de Minas, etc. A região possuía vários quilombos, e a Câmara de São João del-Rei e o governador da capitania investiram contra estes locais, para destruí-los. Supõe-se que entre as atuais cidades de Guaxupé e de Guaranésia existia o Quilombo do Cala-Boca, que teria sido destruído pelos bandeirantes liderados por Bartolomeu Bueno do Prado (?-)

1768), em 1759, cujo principal alvo era o Quilombo do Campo Grande.

Consta-se que Jacuí teria sido fundada por Francisco Martins Lustosa, que é o fundador do arraial do Ouro Fino, quando nomeado pelo governador de São Paulo, Luiz Mascarenhas, como responsável pelas minas do Sapucaí. Consta-se que em Jacuí encontrou ouro e fundou o arraial. Supõe-se que a localidade tenha sido colonizada há muito mais tempo, pois em uma construção daquele local, já demolida, foi encontrada uma telha datada de 1725, conforme o artigo “Reminiscências da Comarca de Jacuhy”, publicado na “Revista *Archivo Público Mineiro*”, escrito por Nelson de Senna, em 1908.

Sabe-se que na localidade existiu um quilombo, chamado de Zundum, que foi destruído em 1760, talvez pela expedição de Bartolomeu Breno do Prado. O arraial fora descoberto e clamado pelos paulistas entre os anos de 1761 e 1762, em nome do bispado e da ouvidoria de São Paulo. Somente em 1764, quando o governador da capitania de Minas Gerais, Luiz Diogo Lobo Silva (1717-?), acompanhado de seu secretário de governo, Claudio Manoel da Costa (1729-1789), que fazia parte do movimento da Inconfidência Mineira, em viagem à Cabo Verde, chegou em São Pedro de Alcântara do Jacuhy e, por meio de um documento conhecido por “Bando”, constituiu o arraial em Julgado, passando, então, a pertencer a capitania de Minas Gerais. A data do documento é 24 de setembro de 1764.

Em 20 de outubro de 1799, o arraial de Campanha da Princesa fora elevado à categoria de vila, tendo sido feito um Termo que levava o nome da vila, mesmo com a constante oposição feita pela vila de São João del Rei. Já em 1800, os limites territoriais de Campanha foram alargados, passando compreender o território de Jacuhy.

No ano de 1814, precisamente no dia 19 de julho, a freguesia de São Pedro de Alcântara do Jacuhy, parte do Termo de Campanha da Princesa, consegue sua elevação à categoria de vila por meio de um Alvará Régio, tendo sido renomeada como São Carlos do Jacuhy, estando vinculada a Comarca do Rio das Mortes. A instalação da vila se deu em primeiro de novembro de 1815, com a solenidade tendo sido presidida pelo ouvidor da Comarca de São João del Rei.

Já no ano de 1820, no dia 20 de junho segundo conta-se nos anais da história, seria construída, com a autorização do Bispo de São Paulo, uma capela, marcando a fundação de São Francisco de Paula do Tejuco. O arraial esteve, na época, vinculado à São Carlos do Jacuhy.

A Comarca do Rio das Mortes, a partir do ano de 1833, passa a ser desmembrada. Uma Resolução de 30 de junho deste mesmo ano cria a Comarca do Sapocahy, que compreendia os Termos de Campanha, Pouso Alegre e Jacuhy, sendo a freguesia de Caldas a cabeça da Comarca. Alguns anos mais tarde, teve-se uma reestruturação do poder judiciário em Minas Gerais, e a lei número 464, de 22 de abril de 1850, criou a Comarca das Três Pontas, contendo os Termos de Jacuhy, Cabo Verde e Três Pontas, sendo a sede da Comarca Três Pontas.

Com o decreto número 934, de 15 de março de 1852, o Termo da vila de Passos, que acreditava-se ter sido fundada em 1823, passa a ficar reunido do Termo de Jacuhy. Contudo, em 1855, pela lei número 719, de 16 de maio daquele ano, Jacuhy, Passos e Caldas passam a configurar uma outra comarca, a do Sapocahy. O decreto número 3.180, de 07 de novembro de 1863, separa o Termos do Jacuhy do de Passos. É importante ressaltar que, em 08 de maio de 1858, o distrito de São Francisco do Tejuco Preto – antes, São Francisco de Paula do Tejuco e Aplicação de São Francisco de Paula do Tejuco (1825) – é elevado à categoria de Freguesia e Distrito de São Francisco do Monte Santo, pela Lei Provincial número 908.

Com a Lei nº 1.391, de 14 de novembro de 1866, surgiu a Comarca do Rio Grande, que incorporou os Termos de Passos, Jacuhy e Piumhi. Por um breve período, Jacuí foi contemplada como sede de município pela lei provincial número 1.611, de 15 de outubro de 1869, tendo, porém, perdido esta categoria pela lei número 1641, de 13 de setembro de 1870, que incorporou Jacuí ao território de São Sebastião do Paraíso, que havia sido elevado à categoria de vila. A instalação se deu em 12 de setembro de 1871. O Termo de São Sebastião do Paraíso compreendia, administrativamente, as freguesias de São Carlos do Jacuhy, São Francisco do Monte Santo, Nossa Senhora das Dores do Guaxupé, Santa Bárbara das Canoas, dentre outros, estando o Termo sob a jurisdição da Comarca do Rio Grande.

O distrito de São Carlos do Jacuhy seria elevado à categoria de município pela lei número 2.784, de 22 de setembro de 1881. Seu nome seria alterado para Jacuí e seu território incorporaria as freguesias de Monte Santo e de São Pedro da União, que estariam desvinculados de São Sebastião do Paraíso. Contudo, Jacuí estaria sob a jurisdição da Comarca de Passos até 1884, quando foi promulgada a lei número 3.276, de 30 de outubro, que transferiu Jacuí para a Comarca de Muzambinho e São Sebastião do Paraíso, à de Passos. Neste ínterim, aconteceria a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, com a deposição da família imperial brasileira e expulsão desta do solo brasileiro. Um contexto de reformas administrativas ocorreria. Na região, pelo texto do decreto número 232, de 13 de novembro de 1890, Jacuí é incorporado a Comarca de Passos.

Pouco depois, o decreto estadual número 243, de 21 de novembro de 1890, eleva Monte Santo à categoria de vila, desmembrando-a de Jacuí e possibilitando a instalação de uma Comarca ali. Ainda neste ano, em 22 de junho, o decreto estadual número 152 criaria o distrito de Posses, que seria incorporado vinculado à Monte Santo pela lei estadual número 2, de 14 de setembro de 1891, desmembrado de São Sebastião do Paraíso. Até a data da instalação do município, que ocorreu em 03 de janeiro de 1891, Monte Santo ficou submetida à Muzambinho. O primeiro juiz de Monte Santo foi o doutor Severino Eulógio Ribeiro Rezende, e o primeiro promotor, o doutor Wenceslau Brás Pereira Gomes (1868-1966), futuro presidente da República. O decreto número 420, de 12 de março de 1891, transferiu Jacuí para Monte Santo, desvinculando-o da Comarca de Passos. Jacuí, pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, seria elevado à Comarca e município. O primeiro fórum foi instalado em um edifício situado no encontro da rua Comendador Coelho com a avenida Governador Valadares.

Já no início do século XX, Monte Santo seria uma Comarca de primeira entrância, contando com Jacuí e Guaranésia, conforme a lei número 375, de 19 de setembro de 1903. Contudo, novamente seria elevado à categoria de Comarca Jacuí, pela lei número 663, de 18 de setembro de 1915. Guaranésia, pela lei número 879, de 24 de janeiro de 1925, sediaria comarca própria. No mesmo ano,

em 23 de setembro, a lei número 912 conferiria à Monte Santo Comarca de segunda entrância.

Em 24 de junho de 1893, foi erguida nas terras do coronel Candido de Souza Dias, com financiamento do mesmo, uma capela, marcando a fundação de São João da Fortaleza, administrativamente vinculada a Monte Santo, crê-se, desde o início do século XX. O povoado seria elevado a distrito pela lei municipal número 280, de 10 de agosto de 1901. Em 1908, o coronel Candido seria empossado pelo juiz da época, doutor João Batista da Costa Honorato, como primeiro juiz de paz eleito, tendo atuado até o ano de 1911. São João da Fortaleza seria emancipada e elevada à categoria de vila em 30 de agosto de 1911, sendo rebatizada “Arceburgo”, e em toda a sua história nunca Arceburgo sediou uma comarca, estando sujeito o município à de Monte Santo de Minas em quase toda a sua história.

Arari, antes conhecida por Posses e por São João Batista das Posses, foi elevada à categoria de vila pela lei número 843, de 07 de setembro de 1923. A instalação ocorreu em 22 de junho de 1924. Com a lei número 879, de 24 de janeiro de 1925, Arari passou a fazer parte da Comarca de Monte Santo. Já em 1935, o decreto número 155, de 29 de julho, elevou Arari à categoria de termo, anexado à Comarca de Monte Santo. No ano de 1938, o decreto-lei número 88, de 30 de março, Arari tornou-se apenas município vinculado ao Termo de Monte Santo e, no mesmo ano, o decreto-lei número 148, de 17 de dezembro, a comarca passa a abranger o Termo de Arari.

Em 1936, o doutor Pedro Paulino da Costa, prefeito, adquiriu por 25 contos de reis o terreno destinado à construção do novo fórum, doando-o ao governo do estado de Minas Gerais. Inaugurado no ano de 1943, situa-se à rua doutor Pedro Paulino da Costa, nº 193, no Centro. O prédio foi o resultado de anos de intenção de se construir um novo fórum para a Comarca.

Arari teria seu nome modificado novamente em 1943, pelo decreto-lei número 1.058, de 31 de dezembro, sendo renomeado Itamogi, e quatro anos depois, já em 1947, por força do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado, de 14 de julho, Itamogi seria elevado à Comarca. Monte Santo também teria sua nomenclatura alterada, pelo mesmo Decreto-lei, para Monsanto.

A lei número 336, de 27 de dezembro de 1948, extinguiu os termos judiciários, reorganizando o judiciário mineiro em Comarcas e Distritos. A mesma Lei rebatizou Monsanto para Monte Santo de Minas, mantendo esta denominação até os dias atuais. A lei número 336 vigorou de 01 de janeiro de 1949 até 31 de dezembro de 1953, com a promulgação da lei número 1.039, de 12 de dezembro de 1953, que, da mesma forma que sua antecessora, tratava acerca das mudanças judiciais em Minas Gerais, sendo que a Comarca compreendia até então Monte Santo de Minas e Arceburgo.

A lei número 1.098, de 22 de junho de 1954, tornou Monte Santo comarca de segunda entrância e, em 1965, com a lei número 3.344, à comarca de terceira entrância. Itamogi teria sua comarca suprimida e incorporada à de Monte Santo com a resolução número 46, de 29 de dezembro de 1970, que também conferiu à Comarca como de segunda entrância novamente. A lei número 9.548, de 04 de janeiro de 1988, Itamogi seria elevada à Comarca novamente e Monte Santo, à Comarca de primeira intermediária, até 2001, com a lei complementar número 59, de 18 de janeiro, quando seria declarada comarca de primeira entrância.

O atual juiz de direito de Monte Santo de Minas é o doutor Angelo de Almeida, que atua desde o ano de 2017 na comarca. O gerente de secretaria é o senhor Paulo Aparecido Dias de Lima. O Fórum leva o nome do doutor Tito Lívio Pontes, advogado e escritor que teve considerável participação jurídica na região.

A Defensoria Pública de Monte Santo está presente desde o ano de 1983 na comarca, tendo sido instalada por meio de um convênio com a prefeitura, que sedia um advogado para atuar como defensor público. Em 1997, houve um concurso público e foi aprovado o doutor Milton César de Lima, empossado em primeiro de julho do mesmo ano, e desde então presta os serviços jurídicos àqueles que não podem arcar com as custas processuais e contratar um advogado.

O Ministério Público da Comarca atua com a cooperação dos promotores de São Sebastião do Paraíso, contando com a atuação dos doutores Rodrigo Colombini, Promotor de Justiça em exercício das funções sem prejuízo de suas atribuições; Manuella de Oliveira Nunes Maranhão

Ayres Ferreira; Luciana Bretas Baer; e Emílio Carlos Walter.

JUÍZES DA COMARCA DE MONTE SANTO DE MINAS DESDE SUA FUNDAÇÃO E O SEU PERÍODO DE ATUAÇÃO

SEVERINO EULÓGIO RIBEIRO REZENDE (1892-?)

JOÃO BATISTA DA COSTA HONORATO

LUCIANO DE SOUZA LIMA

CUSTÓDIO DE ALMEIDA LUSTOSA

DEMOSTENES SILVEIRA LOBO

JOSÉ EDUARDO AMARAL

FIDELÍS DE ANDRADE DE BOTELHO

OLÍMPIO TITO RIBEIRO

PEDRO ANÍSIO MAIA

LUIZ EVANGELISTA DE OLIVEIRA

TELEMACO AUTRAN DOURADO (1926-1938)

JOSÉ MARIA SOARES (1946-1953)

JOSÉ DE CASTRO (1954-1956)

JOSÉ NORBERTO VAZ DE MELO (1956-1962)

GERARDO DE SOUZA MEDEIROS (1962-1967)

ZOROASTRO DE PAIVA FERREIRA (1967)

JOÃO ROBERTO LISBOA (1968-1974)

KELSEN DO PRADO CARNEIRO (1974-1978)

RANULPHO GIACOMELLI (1978-1981)

ANTÔNIO PEREIRA GATTO (1981-1984)

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS MENDES (1984-1986)

ANTÔNIO SERVULO DOS SANTOS (1987-1989)

ALBERTO DEODATO MAIA BARRETO NETO (1989-1991)

CIBELE KAHLER DE MORAIS BARROS (1991)

AFONSO CELSO DE FREITAS PATELLI (1991-1998)

PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LEITE (1999-2009)

LÚCIA REGINA VERTUAN FRESCHI LANDGRAF (2009)

FLÁVIO BRANQUINHO DA COSTA DIAS (2009-2012)

MARINA DE ALCÂNTARA SENA (2012)

BRENO REGO PINTO RODRIGUES DA
COSTA (2013-2017)

ANGELO DE ALMEIDA (2017-
PRESENTE)

*

**SERVIDORES DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DE MINAS GERAIS**

JUIZ DE DIREITO

DOUTOR ANGELO DE ALMEIDA

ASSESSORA DE JUIZ

JUSSARA APARECIDA VENTORIN BENTO

GERENTE DE SECRETARIA

PAULO APARECIDO DIAS DE LIMA

CONTADOR

DANIEL FONSECA BORGES

OFICIAIS DE APOIO JUDICIAL:

FABRÍCIO BORGES MARAVELLI

FILIPPE FERNANDES DA SILVA

KARINA TAÍS PINTO MARAVELLI

MARIA CAROLINA BUOZI

NAIMARA FIGUEIREDO VEIGA DE LARA

SIBELI FONSECA BORGES

OFICIAIS DE JUSTIÇA

JÚLIA FRANCIA VIEIRA E SILVA

JULIANA MÁRCIA FÉLIX DE LIMA GROTO

SANDRA LÚCIA DE ALMEIDA BOSQUINI

WANESSA CARLA DE SOUZA NETO

ASSISTENTE SOCIAL

ROSANE SILVA THEODOZIO BARBOSA

**ESTAGIÁRIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE MINAS GERAIS**

ISADORA PEIXOTO DIAS

LEONARDO BORGHETI MARQUES

FALARINI BELOTTI

LUCAS DIAS SÁVIO

**ESTAGIÁRIOS CEDIDOS PELA
PREFEITURA DE ARCEBURGO**

ANNA CAROLLINE DE OLIVEIRA ROBUSTI

ISABELLA DA COSTA BEVILACQUA

LUIZ FELIPE SILVA

**ESTAGIÁRIOS CEDIDOS PELA
PREFEITURA DE MONTE SANTO DE
MINAS**

GEOVANA MARTINS MOREIRA

JAQUELINE CORTEZ FRANCO VICENTE

ESTAGIÁRIA DA PÓS-GRADUAÇÃO

AMANDA RESENDE DE SOUSA

*

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE MONTE SANTO
DE MINAS**

PROMOTORES DE JUSTIÇA

DOUTOR RODRIGO COLOMBINI

DOUTORA MANUELLA DE OLIVEIRA

NUNES MARANHÃO AYRES FERREIRA

DOUTORA LUCIANA BRETAS BAER

DOUTOR EMÍLIO CARLOS WALTER

OFICIALA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CRISTINA DE FÁTIMA CRUZ E SILVA

**ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM
COOPERAÇÃO**

RAFAEL FIRMINO CORRAL

**ESTAGIÁRIO DE GRADUAÇÃO EM
DIREITO**

LEONARDO APARECIDO DA SILVA

*

DEFENSOR PÚBLICO

DOUTOR MILTON CÉSAR DE LIMA

*

TERCEIRIZADOS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVA

LOLITA HONÓRIO DOS SANTOS

RECEPCIONISTA

KAROLINE LORENA SILVA

VIGIAS

ALINE ROBERTA DE OLIVEIRA LIMA

JOSÉ BRANDÃO ALVES

VIGILANTE ARMADO

VANDERLEI APARECIDO LUIS

AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS

EUNICE DIAS LOTERIO DE OLIVEIRA

IRAÇI GOMES

Leonardo Borgheti Marques Falarini Belotti,
graduando em Direito (2016-2020) no Centro
Universitário da Fundação Educacional
Guaxupé - UNIFEG, é pesquisador de iniciação
científica da instituição e é membro do Instituto
Histórico e Cultural de Arceburgo.

MONTE SANTO

Eu te saúdo, doce terra amada,
Paraíso terrestre, meu torrão!
És a linda mansão alcandorada
Do amor, da Paz, da Luz, e do Perdão.
Quanto mais te perscruto, mais te amo,
Admirando, ainda mais, tudo o que tens!
Do teu céu, a beleza canto e clamo,
E o teu rio me embala em seus vaivéns.

Aqui vivo feliz, sem outro anseio,
Namorando tua mata esmeraldina,
Respirando teu ar, de aromas cheio.
Queira Deus, que me fez tão venturosa,
Pois ventura é nascer nesta colina,
Meus dias finda nesta terra airosa!

Fúlvia Carvalhais de Freitas

MONTE SANTO

A serra é alta, qual painel de cores
alicerçada em paredes de escora:
ali cafezais desatam flores
e grãos que viajam pelo mundo afora.

Aqui a urbe irrompe na colina
que sobreleva as vastidões do sul
e a orquestra do trabalho aflu e domina
os verdes vales sob o céu azul.

Nas noites brancas, revivendo a vida,
de alma serena sem remorsos ou mágoas
no lar paterno que os umbrais abriu.

Dr. Urias Soares de Moraes

A GUARDA NACIONAL DE MONTE SANTO

A extinta Guarda Nacional foi uma instituição política e paramilitar que existiu por quase um século, criada nos momentos incertos de transição do regime colonial para consolidação da independência do Brasil. Estava vinculada ao Ministério da Justiça, motivo inicial de conflitos e divergências com os militares vinculados ao Ministério da Guerra. Mais precisamente, foi organizada no contexto da abdicação de dom Pedro I, ocorrida em 7 de abril de 1831, quando o imperador abriu mão do trono, em favor do seu filho dom Pedro de Alcântara, futuro dom Pedro II. O evento marcou o final do Primeiro Reinado e início do Período Regencial (1831 - 1840). Nessa quadra histórica, parte das tropas existentes no Brasil permaneceu fiel à Coroa Portuguesa, ameaçando não apoiar a consolidação da independência. Houve então um acirrado combate e perseguição aos portugueses que não aceitavam o rompimento dos vínculos com os poderes reais, muitos deles foram obrigados então a deixar as principais cidades, onde estavam instalados os quartéis, para se embrenharem pelos interiores e sertões, buscando novas condições de trabalho e vida. A Guarda Nacional exerceu assim um papel de grande relevância no momento inicial da constituição da identidade nacional, participando da defesa armada contra os insurgentes, membros do antigo exército português. Os primeiros oficiais da Guarda Nacional, que temos notícias ainda no tempo do incipiente Tejuco, datam de 1831, e são eles o capitão João Pedro Coelho (1779-1838); o capitão Antônio Alves de Almeida (1771-1852), o tenente Francisco Coelho Monte Claro (1812-1861) e o sargento-mor Francisco de Moraes Preto (1808-1888).

Posteriormente o tenente Francisco Coelho Monte Claro, seria nomeado pelo imperador dom Pedro II, com a patente militar de coronel para o cargo de Comandante do Comando Superior dos Batalhões Números 77, 78 e 79 da Guarda Nacional dos Termos Reunidos de Jacuhy e Passos, estando todos os subalternos e oficiais subordinados à ele.

Por decreto imperial de 31 de julho de 1860, foi promovido o major Vicente Ferreira Carvalhaes Sobrinho, a tenente-coronel comandante do Batalhão de Infantaria número 78 da Guarda Nacional da Província de Minas Gerais do Município de Jacuí. No “Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do Anno de 1869 Para Servir no de 1870”, organizado e redigido por Antônio de Assis Martins, publicado no Rio de Janeiro, em 1870, há a seguinte relação dos oficiais da Guarda Nacional do Município da Vila de Jacuí, que era composta do distrito de Santa Bárbara, da freguesia e distrito de Nossa Senhora das Dores de Guaxupé, da freguesia e distrito de São Sebastião do Paraíso e da freguesia e distrito de São Francisco do Monte Santo, da seguinte forma:

COMMANDO SUPERIOR DA GUARDA NACIONAL DO MUNICÍPIO DE JACUHY

Estado-maior

Coronel commandante superior, Vicente Ferreira Carvalhaes.

Tenente-coronel chefe do estado maior, Manoel Joaquim Ribeiro do valle.

Major ajudante d'ordens, Jeronymo Pereira de Mello e Souza.

Dito, João Candido de Mello e Souza.

Capitão secretário geral. Vago.

Capitão quartel-mestre, Antonio Caetano Machado.

Dito cirurgião-mor. Vago.

77º BATALHÃO

Estado-maior

Tenente-coronel commandante, João Baptista Carvalhaes.

Tenente quartel-mestre, José Theodoro Pereira da Cruz.

Tenente cirurgião, José Manoel de Freitas.

Alferes secretario, Joaquim Antonio Proença.

Alferes porta-bandeira, José Bernardino Ferreira.

1ª companhia

(Parada no largo da Matriz de Jacuhy).
Capitão, Ignacio Soares de Moraes e Souza.
Tenente, Josias da Silva Chaves.
Alferes, José Ferreira Carvalhaes Junior.
Alferes Francisco Ricardino Mendes.

2ª companhia

(Parada no largo do Rosario de Jacuhy).
Capitão, Flavio Gonçalves Lopes.
Tenente, Luciano Innocencio de Queiroz.
Alferes, José Francisco Neto. Dito Vago.

3ª companhia

(Parada na ponte do Rosario de S. Sebastião do Paraíso).
Capitão, José Theodoro de Souza.
Tenente, Antonio Francisco Soares Netto.
Alferes, José Bento Soares.

4ª companhia

(Parada no largo do Rosario da freguesia de S. Sebastião).
Capitão, João Carlos Carvalhaes.
Tenente, Manoel Luiz Gomes.
Alferes, Antonio de Padua da Silva Netto.

5ª companhia

(Parada no largo da matriz da freguesia de S. Francisco do Monte Santo).
Capitão, Evaristo Ferreira Carvalhaes.
Tenente, Elizêo Coelho de Souza.
Alferes, Bernardino Gonçalves da Costa.

6ª companhia

(Parada no largo da Capella do districto de Santa Barbara).
Capitão, José Gomes Ribeiro.
Tenente, Florentino Ferreira da Cunha.
Alferes, José Furtado de Medeiros.

7ª companhia

(Parada no largo da Igreja do districto de Santa Barbara).
Capitão, Gabriel de Souza Dias.
Tenente, Antonio Custodio da Silva.
Alferes, Manoel Gomes Pontes.

8ª companhia

(Parada no largo da Matriz das Dôres do Guaxupé).

Capitão, Joaquim Norberto Ribeiro do Valle.
Tenente, João Baptista Pereira de Magalhães.
Alferes, João Alves de Moraes.

78º BATALHÃO

(Parada na freguesia de S. Joaquim).
Tenente-coronel commandante, Vicente Ferreira Carvalhaes Sobrinho.
Tenente quartel-mestre, Antonio Joaquim Rodrigues Mendes.
Tenente cirurgião, Benjamin Antunes Cintra.
Alferes secretario, José Luiz Ferreira da Cunha.
Alferes porta-bandeira, José Daniel Rodrigues Terra.

1ª companhia

(Parada no largo da Matriz de S. Joaquim).
Capitão, Ananias Fulgencio Rodrigues Terra.
Tenente, João Alves Lima.
Alferes, José Francisco Terra.

2ª companhia

(Parada no largo do Rosario da freguesia de S. Joaquim).
Capitão, Theodoro José Luiz Alves.
Tenente, Francisco Joaquim Pereira.
Alferes, José Hyppolito Machado.

3ª companhia

(Parada no largo da capella do Senhos dos Passos, de S. Joaquim).
Capitão Manoel Dias de Avellar.
Tenente, Manoel Jacintho de Carvalho.
Alferes Fortunato José Marques.

4ª companhia

(Parada no largo da cadêa de S. Joaquim).
Capitão José Francisco da Silva.
Tenente, Manoel Ferreira de Oliveira.
Alferes, Isaias Ribeiro da Silva.

5ª companhia

(Parada no largo do Rosario do arrayal de Santa Rita).
Capitão, José Aureliano de Paiva Coutinho.
Tenente, Francisco Gonçalves de Rezende.
Alferes, Constantino de Souza Vieira.

23ª SECÇÃO DE BATALHÃO DE RESERVA
Vaga.

Ficou na história a heroica atuação de seus batalhões na Guerra do Paraguai (1865 - 1870). Entretanto, após a proclamação da República, suas honrosas funções militares começaram a entrar em conflito com a atuação profissional dos militares vinculados ao Ministério da Guerra.

Tendo uma extensa organização dispersa nos mais diversos rincões do interior, reunindo sempre as lideranças regionais mais abastadas, a Guarda Nacional passou a ser muito mais uma instituição política do que militar. Diretamente vinculada aos poderes do governo central, somente os cidadãos mais abastados podiam pagar as elevadas taxas ministeriais cobradas para receber as patentes. Do passado glorioso dos primeiros tempos, a corporação funcionou para manter o poder político da Primeira República, quando os seus "coroneis" indicavam seus fiéis mandatários para os cargos eletivos, quando não havia ainda o voto secreto, cultivando práticas nem sempre republicanas. A Guarda Nacional mantinha tanto quanto possível na época, o princípio de ordem e de disciplina, suprimindo a deficiência de militarização do país e representava na organização republicana, as últimas influências psicológicas do regime monárquico, já que imitava, pelo menos nos motivos de sua criação a nobreza das cortes.

A Guarda Nacional foi transferida em 1892 para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 1893, foram nomeados os primeiros oficiais da Guarda Nacional (da era republicana), na Comarca de Monte Santo, pelo presidente da República, dr. Prudente de Moraes, como se segue:

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Directoria da Justiça

Por decretos de 21 de dezembro de 1893, foram nomeados para a guarda nacional:

ESTADO DE MINAS GERAES

Comarca de Monte Santo

Commando superior

*Estado-maior – major ajudante de ordens
Francisco Nantes de Castilho;*

Major quartel-mestre, Francisco Cassiano de Lima;

Major cirurgião-mor, Dr. Aristides da Silveira Lobo Sobrinho.

150º batalhão de Infantaria

Tenente-coronel commandante, José Cassiano Gomes;

Estado-maior – Major fiscal, Izaac Soares de Moraes;

Capitão-ajudante, Antonio de Paula Braga;

Tenente-secretário, José Villela de Freitas;

Tenente quartel-mestre, Felinto Erlino;

Capitão-cirurgião, Dr. Antonio Pereira Lima.

1ª companhia-Capitão, Aprigio Tobias de Magalhães;

Tenente, José Bernardino de Freitas;

Alferes, José Custódio Leite e Sydalino Silvino da Silva;

2ª companhia – Capitão, Juvencio Cornelio Alves;

Tenentes, Antonio Pereira de Mello e Luiz Mendes;

Alferes, Norberto Baptista da Silva e Francisco Gomes Ribeiro;

3ª companhia – Capitão, Pedro Constantino Monte Alegre;

Tenente, José Custódio Dias;

Alferes, Francisco Pereira da Luz.

4ª companhia – Capitão, Francisco Monte Alegre;

Tenente, Joaquim Theophilo de Mello;

Alferes, Tiburcio Pereira dos Santos.

151º batalhão de Infantaria

Tenente-coronel commandante, Fabiano Soares de Moraes;

Estado-maior – Major-fiscal, Ignacio Soares de Moraes e Souza;

Capitão-ajudante, Francisco Gê Pereira Lima;

Tenente-secretário, Theophilo Dias Branco;

Tenente-quartel-mestre, Eduardo Mafra.

1ª companhia – Capitão, Hyppolito Gomes Ribeiro;

Tenente, João Baptista Mafra e Domingos Custódio da Luz;

Alferes, Primo Soares da Silva e José Garcia de Oliveira.

2ª companhia – Capitão, Manoel Joaquim da Silveira Magalhães;

Tenente, Felix Antonio da Luz Sobrinho;

Alferes, José Gomes Ribeiro e Francisco Pereira Guimarães.

3ª companhia

Capitão, João Ernesto Coelho;

Tenente, Samuel de Paula Soares;

Alferes, Pedro Pereira Guimarães.

4ª companhia

capitão, Francisco Leonel de Magalhães;

Tenente, João Pedro Coelho;

Alferes, Orance Custódio da Luz.

90º batalhão da reserva

Tenente-coronel commandante, Silveira Pereira de Mello.

Estado-maior – Major fiscal, Antonio José da Cunha;

Tenente-secretário, Antonio Ataliba Silva;

Tenente-quartel-mestre, Francisco Urias Monte Alegre;

Capitão-cirurgião, Dr. João Augusto Ribeiro Guimarães;

1ª companhia – Capitão, João Antonio de Almeida;

Tenente, José Ernesto Coelho;

Alferes, Joaquim Gonçalves Netto e Cassiano de Moraes Preto.

2ª companhia – Capitão, Joaquim Antonio Pereira Quinetti;

Tenente, Hyppolito Garcia de Oliveira;

Alferes, José Maximiano Pinto.

3ª companhia – Capitão, Francisco Antonio de Oliveira;

Tenente, Miguel Antonio da Luz;

Alferes, José de Souza Teixeira Dias;

4ª companhia – Capitão, José Augusto Pereira Lima;

Tenente, Urias Ferreira Carvalhaes;

Alferes, José Ferreira de Oliveira.

Em 1896, novamente o presidente dr. Prudente de Moraes, fez as seguintes nomeações de oficiais da Guarda Nacional da Comarca de Monte Santo:

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Ministério da Justiça e Negocios Interiores

Directoria da Justiça

Por decretos de 20 de julho de 1896 mez findo:

Foram nomeados para a guarda nacional os seguintes officiaes:

ESTADO DE MINAS GERAES

Comarca de Monte Santo

15º batalhão de Infantaria

Tenente-coronel commandante, Antenor Ferreira Carvalhaes.

151º batalhão de Infantaria

2ª companhia

Capitão, o tenente Felinto Erlino.

90º batalhão da reserva

2ª companhia

Capitão, o tenente Theophilo Dias Branco.

- Foram privados dos respectivos postos, nos termos do art. 05, §1º da lei, n. 602, de 19 de setembro de 1850, os seguintes officiaes da guarda nacional:

ESTADO DE MINAS GERAES

Comarca de Monte Santo

15º batalhão de infantaria

O tenente-coronel commandante José Cassiano Gomes.

151º batalhão de infantaria

O major-fiscal Ignacio Soares Moraes e Souza.

2ª companhia

O capitão Manoel Joaquim da Silveira Magalhães.

90º batalhão da reserva

2ª companhia

O capitão Joaquim Antonio Pereira Quinetti.

Em 1897, o dr. Prudente de Moraes, presidente da República, criou uma brigada de infantaria da Guarda Nacional, na Comarca de Monte Santo, conforme o decreto que transcrevo:

DECRETO N. 2.716 – DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionais na comarca de Monte Santo, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1895, resolve decretar:
Artigo único. Fica creada na guarda nacional da comarca de Monte Santo, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de Infantaria com a denominação de 40ª, a qual se constituirá de três batalhões do serviço activo, com as designações de 118ª, 119ª e 120ª, e um do da reserva, sob n. 40, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrário.

Capitão Federal. 3 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Em 1899, o coronel Lucas Tobias de Magalhães, recebeu a seguinte nomeação:

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Por decreto de 25 de fevereiro de 1899:

Foi nomeado o coronel Lucas Tobias de Magalhães para o cargo de commandante da 40ª brigada de infantaria da guarda nacional da comarca de Monte Santo, no Estado de Minas Geraes.

Em 1904, o presidente, conselheiro Rodrigues Alves, cria mais uma brigada de infantaria da Guarda Nacional, na Comarca de Monte Santo, como se segue:

DECRETO N. 5.321 – DE 19 DE SETEMBRO DE 1904.

Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionais na comarca de Monte Santo, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo único. Fica creada na guarda nacional da comarca de Monte Santo, no Estado de Minas Geraes, mais uma brigada de infantaria, com a designação de 179ª a qual se constituirá de três batalhões do serviço activo, ns. 535, 536 e 537, e um do da reserva, sob n. 179, o que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1904, 16ª da Republica.

Francisco de Paula Rodrigues Alves.

J. J. Sebrae

Em 1905, mais uma brigada de infantaria é criada na Comarca de Monte Santo, conforme o decreto presidencial do conselheiro Rodrigues Alves, presidente da República:

DECRETO N. 5.321 – DE 19 DE SETEMBRO DE 1904.

Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionais na comarca de Monte Santo, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo único. Fica creada na guarda nacional da comarca de Monte Santo, no Estado de Minas Geraes, mais uma brigada de infantaria, com a designação de 179ª a qual se constituirá de três batalhões do serviço activo, ns. 535, 536 e 537, e um do da reserva, sob n. 179, o que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1904, 16ª da Republica.

Francisco de Paula Rodrigues Alves.

J. J. Sebrae

Em 1910, o presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, nomeia vários cidadãos de Monte Santo, Guaranésia, distrito de São João Batista de Posses e distrito de São João da Fortaleza, para oficiais da Guarda Nacional da Comarca de Monte Santo, conforme o decreto presidencial que transcrevo:

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Por decreto de 11 do mez próximo findo, foram nomeados para a Guarda Nacional:

ESTADO DE MINAS GERAES

Comarca de Monte Santo

188ª brigada de infantaria

Estado-maior – Capitães assistentes, Lucas Tobias de Magalhães Junior e Manoel Soares da Silva;

Capitães ajudantes de ordem, Emilio Forli e Theophilo Alves Barroso;

Major cirurgião, Dr. Antonio Pereira Lima.

56º batalhão de infantaria

Estado-maior – Major fiscal, Domingos Custódio da Luz;

Capitão ajudante, Lucas Caetano Vasco;

Tenente secretario, Antonio Teixeira Branco.

1ª companhia – capitão, José Gomes Ribeiro;

Tenente, Joaquim Clemente de Oliveira.

2ª companhia – Capitão, Candido Gonçalves Bastos;

Tenente, José Orestes da Luz;

Alferes, João Roberto Medeiros.

3ª companhia – Capitão, Primo Soares de Moraes;

Tenente, João Pedro Rodrigues;

Alferes, Orance Custódio da Luz.

4ª companhia – Capitão, José Pereira da Silva Júnior;
Tenente, Sebastião Ribeiro de Faria;
Alferes, Manoel da Silva Ventura.

563º batalhão de infantaria

Estado-maior-Major-fiscal, Arthur Garcia de Figueiredo.
Capitão-ajudante, Eduardo Theodoro Dias;
Tenente-secretário, Manoel Pereira da Silva;
Capitão-cirurgião, o pharmaceutico Marciano de Barros Magalhães.

2ª companhia

Capitão, Victal Leite Ribeiro (Vital Ribeiro do Valle).

Alferes, José Joaquim de Andrade.

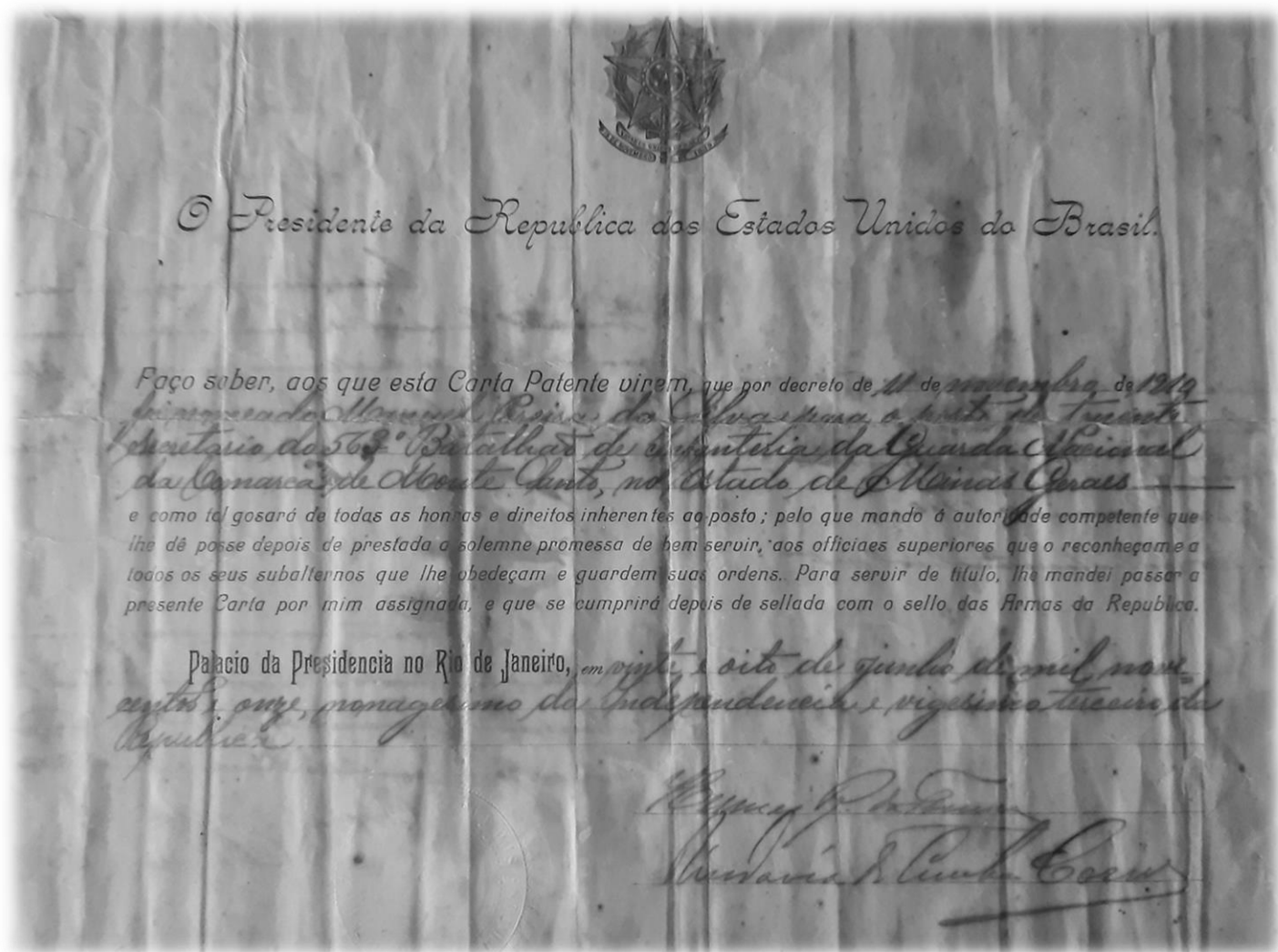
4ª companhia

Capitão, José de Lima de Souza Dias;
Tenente, Luiz Flaminio dos Reis;
Alferes, Joaquim José de Andrade.

564º batalhão da infantaria

Estado maior – Tenente-coronel commandante, João Baptista Gonçalves;
Major-fiscal, José Ferreira de Araujo Arantes;
Capitão-ajudante, Francisco Matheus;
Tenente quartel-mestre, David Longo;
Capitão-cirurgião, o pharmacêutico Demosthenes Gonçalves;

1ª companhia



Carta patente datada de 28 de junho de 1911, assinada pelo marechal Hermes da Fonseca, presidente da Republica, nomeando Manoel Pereira da Silva (Néca Pereira, 1884 – 1969) para o posto de tenente-secretário da Guarda Nacional da Comarca de Monte Santo, MG.

Tenente, Pedro Ferreira de Oliveira;
Alferes, Antonio Ribeiro de Faria.

3ª companhia

Capitão, Alvaro Pereira de Mello;
Tenente, José de Paula Braga;

Capitão, Francisco Lima de Souza Dias;
Tenente, Urias Gomes Ribeiro;
Alferes, José Branco Ribeiro.

2ª companhia

Capitão, Adolpho de Souza Caldas;

*Tenente, Francisco Fernandes Pinheiro;
Alferes, Joaquim dos Santos Villas Boas.*

3ª companhia

*capitão, João Nantes de Castilho
Tenente, Antonio Borges de Lima;
Alferes, Antonio José Barbosa.*

4ª companhia

*Capitão, Azarias Pereira da Silva;
Tenente, Affonso de Souza Figueiredo;
Alferes, Jonas Arantes.*

188º batalhão da reserva

*Estado-maior – Tenente-coronel commandante,
Pio Felix da Silva;
Major-fiscal, Antonio José Feliciano;
Capitão-ajudante, Manoel Antonio de Carvalho
Pinto;
Tenente-secretário, Augusto de Abreu;
Tenente quartel-mestre, Felix Pio da Silva;
Capitão-cirúrgico, o farmacêutico Francisco
Anacleto de Rezende.*

1ª companhia

*Capitão, José Augusto do Nascimento;
Alferes, José Vicente Barbosa.*

2ª companhia

*Capitão, Gamaliel de Souza Castro;
Tenente, Virgilio Dias de Castro;
Alferes, João Antonio Alves;*

3ª companhia

*Capitão – Ernesto Chaves;
Tenente, Vitruvio Sereno do Amaral;
Alferes, Francisco Domiciano Pereira Dias.*

4ª companhia

*Capitão, Arthur Ildefonso Caldeira;
Tenente, Plinio Ponce;
Alferes, Antonio Pereira Ribeiro.*

190º regimento da cavalaria

*Estado-maior – Tenente-coronel commandante,
Francisco Paulino da Costa;
Major-fiscal, Manoel Joaquim de Andrade;
Capitão-ajudante, Pedro de Souza Penna;
Tenente-secretário, João Baptista da Luz;
Tenente quartel-mestre, Manoel de Barros
Magalhães;
Capitão-cirurgião, Dr. Orlando Orbelando;
Alferes-veterinário, José Frazão.*

1º esquadrão

Capitão, João Jacques Carvalhaes;

*Tenente, Antonio Pereira Lima Junior;
Alferes, Saturnino Custódio da Luz.*

2º esquadrão

*Capitão, Leonel de Magalhães;
Tenente, Feliciano José Cardoso;
Alferes, Blandino de Moraes Preto*

3º esquadrão

*Capitão, Eugenio Leite Ribeiro.
Tenente, Floro José Batista;
Alferes, Joaquim José da Silva Pereira.*

4º esquadrão

*Capitão, Cincinato de Magalhães Chaves;
Tenente, Antenor Paulino da Costa;
Alferes, Augusto Paulino da Costa.*

Contava-se que era de ver-se o garbo e a elegância dos milicianos e seus comandantes todas as vezes que envergavam o soberbo uniforme, o que acontecia sempre que, falecido um oficial, prestavam-se-lhes as honras militares.

Essa missão, já pelo capricho com que a executava, já pelo gosto que sempre demonstrou no rigor e na conduta militares, foi por anos atribuída ao major quartel-mestre, Francisco Cassiano de Lima. E ele punha no desempenho tanta ordem e tanto garbo que a transformavam em uma cerimônia tocante e bela. Pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no expediente de 13 de novembro de 1918, remeteram-se: "Ao coronel delegado do Departamento das Forças de 2ª Linha do Exército no Estado de Minas Gerais, 13 patentes de oficiais da Guarda Nacional pertencentes as comarcas de Arassuahy, Formiga, Monte Santo, Prado e Uberaba". A Guarda Nacional passaria naquele ano, então a ser subordinada ao Ministério de Guerra, através da organização do Exército Nacional de 2ª Linha, que constituiu de certo modo sua absorção pelo exército. Sua última aparição pública a nível nacional foi no dia 7 de setembro de 1922, quando do desfile pela independência do Brasil no Rio de Janeiro, marcando aquele, também, o ano de sua oficial desmobilização. Apesar de sua desmobilização, o presidente da República, Arthur Bernardes, continuou a emitir cartas-patentes de oficiais da Guarda Nacional: há casos de cidadãos que prestaram compromisso de lealdade à corporação em 6 de agosto de 1924, cumprindo a determinação da carta-patente de 2 de janeiro de 1924, assinada pelo presidente da República e pelo secretário da Guerra, com o seu registro ocorrendo

na Secretaria de Estado da Guerra, em 4 de fevereiro de 1924. Diplomas estes de elevado visual artístico, feitos mesmo para impressionar a

quem a eles tivesse acesso, justificando a intenção de consolidar o poder do patenteado junto à sua comunidade.

MONTE SANTO NO TEU DIA

Monte Santo, Monte Santo
Quero em versos te saudar
Tua magia, teu encanto
Quero pra todos cantar

Monte Santo, a festa é tua
Vêm rever-te os teus amigos
Estão aí, por toda rua
Lembrando casos antigos

Monte Santo, minha gente
É terra de geração
De gente amiga da gente
De um povo de tradição

Monte Santo, nas lembranças
Ternas e tão saudosas
De quando éramos crianças

As brincadeiras fogosas

Monte Santo, na saudade
Nem te conto o meu sofrer
Distante, noutra cidade
Por destino ou por dever

Monte Santo, a tua história
Contada de pai pra filho
Mostra hoje a tua glória
Que em meus versos compartilho

Monte Santo, amigos meus
É um pedaço de chão
Neste mundo de Deus
Que trago no coração.

Nilda Machado Parisi Ribeiro

REMINISCÊNCIAS DE MONTE SANTO DE MINAS (Infância feliz na casa do vovô Juca e vovó Terezinha)

Saudades de minha terra querida, dos tempos de meninote que corria sobre avenida.

Saudades dos paralelepípedos na ausência do asfalto, das mangueiras no buracão, das carroças de leite, das roscas e dos pães .

Saudades da venda do turco Nassin, dos cavalos sendo trotados, da igreja matriz no fim do dia, da sorveteria Americana.

Saudades do mudinho pedalando sua barra forte , do Torquato na porta do clube, do Luciano recebendo no Butequim.

Saudades do consórcio panorama, da rádio Progresso, das quermesses do Seminário, de confessar no confessionário, dos cachorros correndo no pasto, dos bezerros separados no curral.

Saudades do fusquinha da polícia , da fulia de reis , dos brinquedos do Palacini recém chegados do Paraguai.

Saudades das sopas de Joanhina Bufoni, do Vito Manco e Maria do Cachimbo, de correr da Isabel Doida, de cantar na praça da igreja, de ter lembranças com levezas, de brincar de esconde esconde, de ver os cavalos beberem água na bica no centro da cidade, dos natais e carnavais ...

Que saudades das gincanas, das descobertas da juventude, dos abraços de meus avós, dos amigos que se foram, de jogar bocha na Mocoquinha, de torcer para seleção, de caminhar na garoa fina e neblina reluzente, das montanhas que cercam o coração da gente.

Do café tipo exportação, assim como hoje me encontro longe muito longe, mas as lembranças no coração!

Huxley Ivens Pontes Luz de Pádua Cerqueira

O MOVIMENTO DE ALFORRIA DOS ESCRAVOS EM MONTE SANTO

O major Vicente Carvalhaes foi, mais de uma vez, no Largo da Memória, em São Paulo, para comprar seus escravos. A operação funcionava com os senhores e as sinhás olhando, avaliando e escolhendo as "peças" mais interessantes. Aliás, não era apenas o major Vicente a comprar seus escravos, ele seguia a tradição dos senhores, já existente há séculos. Os negros vinham para as senzalas e aqui consumiam sua força de trabalho, explorada ao máximo. Desde as origens, a população escrava local foi grande. Em 1839, numa população de 2.688 habitantes, o distrito do Tejuco já mantinha 270 escravos, entre negros "de nação" (da África) e pardos e crioulos, já nascidos aqui. Eram 10% dos moradores, a mesma porcentagem dos que sabiam ler...

O primeiro fato histórico a assinalar o movimento da abolição da escravatura, em Monte Santo, aconteceu em 27 de agosto de 1872, quando o padre João Immediato, fez adornar de flores a velha pia batismal e foi ao estrugir de foguetes e ao repicar dos sinos que se celebrou o batismo do primeiro "ingênuo", que em São Francisco do Monte Santo, aproveitava a humanitária lei número 2.040, de 28 de setembro de 1872, conhecida como Lei Rio-Branco ou Lei do Ventre Livre, cujo primeiro registro inscrito no

"Livro de Baptizados de Ingênuos, de agosto de 1872 a abril de 1888", é do seguinte teor: "Aos vinte e sete de agosto de 1872 nesta Matriz de São Francisco do Monte Santo baptizei solemnemente e puz os Santos Oleos a IPHIGENIA de dous mezes de idade, filha natural de Josepha, Escrava de Felizarda Maria do Carmo forão padrinhos

Constantino Lopez do Nascimento e sua mulher Candida Maria de Jesus; todos desta Freguezia. O vigário, João Immediato".

Progredindo o movimento abolicionista, em todo o Brasil, este atingiu regiões onde o trabalho escravo era indispensável à produção agrícola, mormente cafeeira. Mesmo assim, iniciativas particulares começaram a se destacar aqui e ali, antecedendo à promulgação da Lei Áurea, pela princesa dona Isabel.

Em 1887 foi dado os primeiros passos para

a organização do Partido Republicano de Monte Santo e faziam parte de seu diretório: doutor João Augusto Ribeiro Guimarães; doutor Aristides da Silveira Lobo Sobrinho; coronel José Cassiano Gomes, major Antônio José da Cunha e coronel Lucas Tobias de Magalhães, que defendiam o ideal do sistema de governo republicano e a libertação



A ex-escrava 'Felicidade' foi uma das cativas alforriadas pelo major Balbino Soares Nogueira (1827 – 1910), dono da antiga fazenda Esmeril, uma vez liberta continuou com a família até sua morte, quase centenária, quando mormente residia com a família de dona Jandira Cândida Nogueira, neta do major Balbino. (Fotografia gentilmente cedida por dona Maria Jandira Berti Gabriel - Lola Berti).

dos escravos e, a propósito, o jornal “Gazeta Nacional”, órgão republicano, ano II, número 76, de 01 de abril de 1888, ou seja, um mês e doze dias antes da Lei Áurea, editado no Rio de Janeiro, publicou a seguinte notícia:

“MUITO BEM”!

Exultemos com a declaração que um nosso distinto correligionário acaba de enviar-nos, e dando um bravo aos dignos lavradores que a subscreveram passamos a publicá-la.

Os lavradores abaixo declarados pertencentes ao districto de S. Francisco do Monte Santo da província de Minas Geraes, libertaram os seus escravos sem condição alguma.

Coronel Lucas Tobias de Magalhães, Félix Antônio da Luz, Félix Antônio da Luz Sobrinho, Antônio de Paula Braga, José Cassiano Gomes, Raymundo de Paula Ferreira Xavier,

Urias Ferreira Carvalhaes, José de Almeida Freitas, Maximiano Custódio da Luz, Joaquim Pereira Quinetti, Balbino Soares Nogueira, Saturnino Marianno de Tolledo, Emygdio Marianno de Tolledo, José Garcia de Oliveira, Domingos Custódio da Luz, Félix Antônio Pereira Guimarães, Luciano de Mello Nogueira, José Manoel da Silva, Hyppolito Gomes Ribeiro, Francisco Nantes de Castilho, Capitão Cypriano José de Magalhães, João Manoel Ribeiro de Faria, José Furtado de Medeiros.”

Muitos desses senhores de escravos tinham suas fazendas onde hoje está o município de Arceburgo.

De certa forma esse fato constituiu acontecimento marcante na história de Monte Santo pelo seu elevado sentido humano e patriótico.

XAMBÁ

O Xambá está na cidade! Este grito fazia as mães recolherem seus filhos, as casas eram trancadas, e as ruas ficavam desertas. Até a Polícia ficava receosa. Só tinha um homem que Xambá respeitava:- era o Sr. Alfredo Donabella

Isto ocorria nos fins da década de 1940 e começo da década de 1950. Mas tudo começou na década de 1930. Logo depois da quebradeira de 29, O Sr. Elpidio de Freire olhou para os seus cafezais bem cuidados e disse para D^a Vera, sua esposa: “Mulher é um pecado a gente acabar com tudo isso. Aqui estão anos de trabalho. Mas tocar essa lavoura como, sem dinheiro!” Por sorte ficou sabendo que o Sr. Manoel Domingos de Oliveira, sogro de dr. Aristides Cunha e meu avô, apesar de ter perdido um bom dinheiro estava cuidando de sua lavoura em Arary no sistema de emparceiramento com algum sucesso.

“-Vou lá falar com o Manoel Domingos. Quero saber qual a mágica que ele está fazendo”.

Conversando com meu avô ficou sabendo que ele fizera m contrato de meação com o Sr. João Machado, família de muitas enxadas, honestíssimo. O trato era assim. O sr. Ramon Sanches abriu um crédito de prazo de safra (A conta só era paga

depois da venda do café, sem juros) O Sr. João Machado tirava no armazém tudo o que precisava. Vovô dava as casas que ele necessitava. Depois da venda do café, fazia-se o acerto de contas. O lucro era dividido pelos dois. Este sistema era novo.

O Sr. Elpidio procurou alguém que topasse fazer semelhante contrato em Monte Santo. Só achou um. E com família pequena. Precisava mais. Voltou a procurar meu avô, para ver se ele conhecia alguém mais para ajudá-lo. Meu avô então lhe disse: “Tem uma família que agora só tem dois homens, mas as mulheres trabalham muito mais que muitos marmanjos que conheço. É gente honesta. São negros. Trabalham do clarear ao anoitecer. O irmão mais velho foi assassinado o ano passado em Paraíso. Ele entrou num bar para comprar balas para suas duas filhinhas e um pinguço o chamou de Cortina de Velório. Ele meteu-lhe um murro na cara que foi parar longe. O companheiro do pinguço chegou por trás e meteu-lhe uma facada nas costas. Morreu na hora. Ambos saíram livres. Sabe como é: legitima defesa só funciona para os brancos. O pai deles trabalhou muitos anos para mim. Morreu cedo, deixou todos os filhos meninos ainda. Eu os ajudei. Fizeram

questão de me pagar até o ultimo tostão que arrumei para eles. Eu nunca cobreí nada deles. Tem um porém: não são de levar desaforo para casa. Tomou, levou na hora. O menor, ainda adolescente é o mais brigão. Só fez o primário. Na escola brigava todos os dias. Também puseram apelidos de todo o jeito:- Filhote de Cruz Credo, Chaminé do Avesso,e assim por diante. Quer brigar é só chamá-lo por apelido. Davi é o mais velho, é o chefe da casa. É com ele que você deve tratar”.Foi assim que a família Xambá veio para Monte Santo.

Tudo correu normal até no acerto de contas. Com o Sr. Elpidio, tudo certo. 50% da colheita era dele. Agora os outros 50% não chegaram a um acordo. Davi queria 30% para sua família que era maior e trabalhou muito mais que a outra que era menor e só trabalhava das sete da manhã as quatro da tarde, portanto só receberia 20%. O parceiro não concordou, era 25% para cada um. Na discussão, o parceiro começou a ofender Davi e sua família. “Trabalhar com crioulo é isto que dá, só besteira”. Saíram do terreiro e caminharam para suas casas. No caminho havia uma cerca de arame farpado. Quando o outro meeiro abaixou para passar a cerca, Davi não titubeou. Sacou da garrucha 380 que estava escondida debaixo da camisa e atirou-lhe na nuca. Morte instantânea. Davi foi condenado a 30 anos de prisão. Dr. Felício Cintra Neto, o juiz determinou que ele cumprisse a pena na cadeia local –“Se mandarmos Davi para a penitenciária, com o gênio violento eu ele tem, vamos criar um bandido da pior espécie. Aqui, conservaremos sua honestidade”. Davi cumpriu 23 anos de reclusão. Durante esse tempo especializou-se em fazer brinquedos para as crianças. A maioria dos Natais das crianças de Monte Santo era alegrada pelos brinquedos que Davi fazia. Já o João, só deu trabalho. Com a prisão de Davi, algumas mulheres continuaram com empregadas do Sr. Elpidio, outras foram trabalhar como domésticas na cidade. O João não. Vivia de serviços ocasionais. Quando vinha para a cidade era aquele Deus nos acuda. Brigava com todo mudo. Era bom de briga. Deu uma surra num outro valentão da cidade que teve de ir para Santa Casa. Para prendê-lo, precisava de no mínimo, quatro soldados, Se não, apanhavam. Já com o Seu Alfredo Donabella era um cordeirinho. Certo dia ele aprontou tantas que Seu Alfredo foi chamado. Levou para a cadeia, sozinho, sem escolta. Disse-lhe: “Xambá, hoje

você dorme aqui, amanhã cedo eu o levo lá para Serra”. Por lá ficou um bom tempo. Perguntaram ao seu Alfredo qual era o segredo para ter tanto domínio sobre Xambá. “Segredo nenhum, eu o trato como um ser humano. Sempre o respeitei, ouço suas carências que são muitas, e na medida do possível procuro ajudá-lo”. Sabendo que Enor Machado viajava muito para Mogi das Cruzes, Seu Alfredo pediu-lhe para arrumar um emprego para o Xambá. De preferência na roça. Enor arranjou com um japonês para cultivar alface. Lá, longe do preconceito (os japoneses não tem preconceito para com o negro), respeitado, reconhecido pela sua capacidade de trabalho, logo pode levar toda sua família para lá. Compraram um sítio. Progrediram. Hoje, estão na terceira geração. Tem médicos, advogados, dentistas e outras profissões que lhes dão maior status. E tudo isto porque Xambá encontrou na vida um homem como o Seu Alfredo Donabella que lhe deu o respeito, estimulou o seu amor próprio, acima de tudo, dignidade e lhe disse: - “Você é um Homem”.

NOTA: No romance “O risco do bordado”, publicado em 1970, o escritor Autran Dourado (1926 – 2012), em muitos casos do romance, nem os nomes de pessoas e lugares de Monte Santo de Minas, onde ele passou sua infância são mudados: as prostitutas notórias e os jagunços de dente de ouro, aqueles terríveis jagunços e capangas acoitados pelos coronéis têm o mesmo nome da vida real. De um deles, Xambá – um dos mitos da infância de Autran Dourado – a história foi contada. Inicialmente apresentada em sua versão infantil, a que não faltou a contribuição cheia de calor humano do médico (dr. Alcebíades) que tratou do bandido ferido, Xambá aparece como herói. O autor muda o nome, mas trata-se do doutor Aristides Cunha, o médico e a providência amiga de toda a comunidade monte-santense.

Doutor Ronald Martins da Cunha, natural de Monte Santo de Minas, nascido dia 28 de julho de 1930, formou-se em Engenharia Civil, Mecânica e Elétrica, na Universidade Federal de Itajubá no ano de 1956, Faleceu aos 89 anos no dia 17 de fevereiro de 2020.

A IMIGRAÇÃO ITALIANA EM MONTE SANTO DE MINAS



A Sociedade Philantropica Italiana, fundada em 1897, por iniciativa dos italianos Anibal Macheroni, Italo Provincialli, José Farinelli, José Grassano, Paulo Vittorio Lanzoni, Vicente Arcipreti, entre outros.

Quando aqui chegaram, os primeiros imigrantes italianos encontraram o antigo São Francisco do Monte Santo na condição de distrito de São Carlos do Jacuí. As terras do distrito eram cobertas por cafezais.

Os imigrantes italianos chegaram a Monte Santo, procedentes de várias regiões da Itália: Montemurro, Salerno, Venesia, Roma, Conzensa, Verona, Napoli, Bari, Catanzaro, Ferrara, Terni, Montova, Luca, Rovigo, Sicília, Bologna, Piza, Treviso, Ancona, Vicenza, Padova, Palermo, Calabria, Catania, Modena, Arezzo, Castagnaro, Campobasso, Torino, Como, Parma, Milano,

Cremona, Toscana, Cagliari, Messina, Ambruzzi, etc.

Os imigrantes italianos que se fixaram em Monte Santo se integraram e influenciaram na vida comunitária, não só como trabalhadores eficientes, com sua mentalidade progressista, mas também com sua cultura diferenciada, criaram novos hábitos e interferiram de forma expressiva na estrutura econômica, cultura e social de Monte Santo de Minas.

Em Monte Santo de Minas, os imigrantes italianos concentraram-se, de início, nas grandes fazendas de café: vieram substituir o trabalho escravo pelo remunerado. Houve os que se

dedicaram ao comércio e foram empreendedores, operando com grandes estabelecimentos comerciais, com suas indústrias, com pequenas oficinas, colaboraram para com o progresso da cidade.

Outros italianos, movimentando a economia em desenvolvimento na cidade, exerceram as mais variadas profissões. Como arquiteto construtor, Paulo Vittorio Lanzoni. Na década de 1880, aqui viveu o padre Antonio Savastano, vigário da paróquia, italiano, recebeu os primeiros patrícios e, foi muito mais interessado em “fare e’ America” do que em salvar vidas. Negociava e dava dinheiro a juro.

O apogeu da imigração italiana em Monte Santo de Minas – que aconteceu entre os anos de 1887 a 1910 – trazidos os primeiros imigrantes italianos, nas suas fazendas Serra, Liberia e Floresta, o esclarecido fazendeiro coronel Lucas Tobias de Magalhães (1844 – 1923). Muitas delas, depois de anos de permanência aqui, motivados por várias circunstâncias, tomaram outros rumos, no entanto, as que aqui se fixaram, adaptaram-se à nova terra e se integraram à nova vida de tal forma que, do casamento de italianos e monte-santenses, formaram-se outras famílias – famílias cujos descendentes ainda hoje mantém viva a presença do “italiano” na cidade. Chegaram da Itália os seguintes italianos: Pedro Russo (oleiro

e cervejeiro); Vicente Triginelli (comerciante e cervejeiro); Carmo Triginelli (sapateiro e seleiro); José Fichina (folheiro); João Larisca (hoteleiro); Vicente Grassano (folheiro); Cesario Paschoalini (trançador), ele foi o último imigrante italiano monte-santense a morrer; Agostinho Gheraldini (cervejeiro); José Tortorelli (oleiro); Paulo Pardini (fábrica de macarrão, padeiro); João Lamana (fábrica de macarrão); José Camarota (alfaiate); Basílio Libonatti (ourives); Tranquilo Viani (comerciante); José Donabella (comerciante e empresário de telefones); Felício Bruno (hoteleiro); Antonio Parisi (comerciante); Roque Ventura; padre Antônio Savastano; padre Braz Mazzaro; padre Celso Para; padre Paschoal Beraldo; Vicente Marino (comerciante); Vicente Lattaro (padaria); Adolfo Bressan (padaria); Emilio Forli (banqueiro); Domingos Grauss (empresário de cinema e ferreiro); Francisco Mazzaro Primo (construtor de aparelhos hidráulicos); Fausto Bressan

(construtor); Bernardino Pansard (oleiro); Caetano Santoro (fazendeiro e oleiro); Torquato Rossi

(comerciante); Henrique Pretti (cervejeiro); Ezio Pucci (sapateiro); Stefano Rigobello (padeiro); Arthur Zaghini (fábrica de veículos a tração animal); Antonio Saraceni (alfaiate e músico); Paschoal Salomoni (mecânico hidráulico); Angelo



Manifestação patriótica em um dia 20 de setembro, data comemorativa da unificação da Itália, que era festivamente comemorada pelos imigrantes italianos. Década de 1920.

Paschoal (sorveteiro); Carlos Giacomelli (comerciante); Antonio Bruschetti (oleiro); Giacomino Genari (carroceiro); Afonso Loguercio; Francisco Mazzaro (músico); Adolfo Saitini (marceneiro); Antônio e Felipe Piconi (carpinteiros); Anibal Macheroni (funcionários dos Correios); Jorge Meletti (açougueiro); Nicola Esposito (folheiro); Vicente Falbo (confeiteiro); Manoel Demasi (comprador de café); Antonio Carrato (alfaiate); Antonio Novelli (telegrafista); Italo Provincialli (farmacêutico); Adolfo Campagnoli; Francisco Campani; Augusto Triginelli (padaria); Alberto Macheroni (loja de tecidos); Serafim Corsi (loja de tecidos); Emiliano Meschieri (funcionário público e prático em hidráulica); Flaviano Augusto (comerciante); Angelo Campagnoli (comerciante); José Farinelli; José Grassano; Domingos Barotto (comerciante); Francisco Mori; Salvador Cêntola (banqueiro); Vicente Felicetti (marceneiro); Domingos Leoni; Giuseppe Palermo; Primo Grotto (foi combatente na Primeira Grande Guerra), João Marangoni, Ricardo Antonioli; Matheus Luchini; Henrique Pretti; Basílio Baldo; Pedro Boschini; Rinaldo Guidorizzi (Nando); Olimpio Boraschi; Rizieri Maravelli; Alfredo Marchesini; João Luchini; Jacomo Pelegrini; Nicola Lettieri; Antonio Seraceni; Victorino Viani; Reggi Ariodante; Paulo Pelegrini; Edmundo Foschini, Luís Bufoni e Egisto Angeli.

Todas essas famílias se fixaram em Monte Santo de Minas – uns por pouco tempo; outros, definitivamente – e criaram raízes; hoje, seus

descendentes são cidadãos atuantes na sociedade monte-santense.

Aqui chegaram, deixando parentes e amigos na Itália. A saudade da pátria tão distante era muita – apesar das dificuldades que nela enfrentaram. Assim, passaram a sonhar com a prosperidade na “nova terra”.

Para superar o desespero, passaram a conviver unidos em “società”: uma comunidade fraterna a lhes proporcionar assistência de natureza material e social, além de condições de manter as raízes italianas e consolidar as amizades. Essa “società” era, para os imigrantes, uma grande família: a língua, os hábitos e os costumes, as tradições e a culinária deveriam se manter. Dessa maneira, os “italianos monte-santenses” passaram a conviver em torno da “Sociedade Philantropica Italiana”, fundada em 1897, por iniciativa dos italianos Anibal Macheroni, Italo Provincialli, José Farinelli, José Grassano, Paulo Vittorio Lanzoni, Vicente Arcipreti, entre outros. O prédio social foi doado à colônia italiana pelo major Francisco Cassiano de Lima (1858 – 1925), sendo-lhe então concedido o título de Presidente Honorário. Com a extinção da “Sociedade Philantropica Italiana”, em 1947, o velho prédio de sua sede social fica ocioso até 1951, quando os antigos sócios remanescentes doaram o prédio para o dr. Brasiliano Santana (1914-2004), nele instalar a “Escola Técnica de Comércio Monte-santense”, que funcionou de 1951 a 1974. Atualmente, o prédio se encontra restaurado e ampliado e nele funciona a Casa de Cultura “Dr. Brasiliano Santana”, mantida pela Prefeitura de Monte Santo de Minas.

A COLÔNIA SÍRIO-LIBANESA E OS IBÉRICOS

Não se sabe ao certo o porquê da presença de tantos sírio-libaneses em Monte Santo de Minas. Chegados a partir da última década dos mil oitocentos e do início dos mil e novecentos vieram eles da Síria e do Líbano, países mediterrâneos vizinhos da Turquia ao norte, do Iraque ao oeste, da Jordânia e Israel ao sul. Procedentes por exemplo de Homs, Trípoli, Miniara, Damasco e, particularmente de Bairo Akkar, embarcaram,

provavelmente em Beirute, para a longa travessia do Mediterrâneo e do Atlântico, olhando pela última vez aquelas montanhas brancas que, por causa da abundância de rochas calcáreas, deram o nome à sua pátria: Djebel el Libnam.

Descendentes remotos dos fenícios encontraram entre nós as condições mais propícias para aderirem de pronto à atávica sedução do comércio. Começaram como mascates a levar no

lombo de burros suas mercadorias a pontos os mais distantes. Ainda com seu estoque peculiar e característica sofreguidão no trabalho, sabiam elas a arte de aumentar a clientela e de fazer amigos e assim, com o tempo, passaram a negociantes bem estabelecidos na sua nova terra de adoção.

Mas as coisas não eram sempre fáceis no São Francisco do Monte Santo. Havia também incompreensões e malquerenças, pois o espírito de hostilidade de alguns de expandia ao chamá-los “turcos”, alcunha pejorativa, felizmente sem conotação maldosa. Até meados da década de 1930, a rua Antenor Carvalhaes era conhecida como a “Rua dos Turcos”, tal era a quantidade de

Jorge Miguel, Evaristo Elias Jorge, Raphael Cury, Felipe Nicolau, João Elias Thomaz, Nicolau Abrão, João Domingos, Salomão Silva, Jorge de Jorge, Salomão Miguel Nasser, Gibrim Miguel, dr. Luiz Alberto Heluany, Tufi Elias, Tufi Antonio Nasser, Abrão Elias, José Nasser, Gibrim Abrão, Salim Nasser, Miguel Nasser, Abrão J. Farah, Antônio Abrão, Spir Nicolau, Álvaro Elias Achkar, Elias Nassim, Tuffi Sabbag, Antonio Abrão Jorge e outros mais que fizeram a história do comércio local e timbraram em agradecer e dignificar a hospitalidade do país de adoção.

Nos fastos monte-santenses, consta que o primeiro descendente de sírio-libaneses a ser eleito

para o cargo de prefeito de Monte Santo de Minas foi o dr. Miguel Abrão da Silva, que exerceu o cargo de 1963 a 1967.

Aqui os radicados definitivamente e seus descendentes passaram a ocupar com o correr do tempo, posição de destaque na lavoura e na política. E hoje não são mais “sírio-libaneses” e sim brasileiros, como todos nós.

Ao longo da história de Monte Santo de Minas, tivemos as presenças dos imigrantes

espanhóis: Ricardo Benito, Cyriaco Martinez, Diego ou Diogo Dearo, Frutuoso Saez Najarro, José Valverde Dearo, Antonio Linares e Francisco Castejon e dos seguintes imigrantes portugueses: capitão João Pedro Coelho, João Manoel Ribeiro de Faria (João Novato), Manoel Affonso de Cerqueira, Joaquim José da Cunha, Joaquim Francisco Dias Branco, José Esteves Pereira, Manoel da Silva Verdura e Antonio José da Cunha, entre outros.



lojas de sírio-libaneses. Com a “quebradeira de 1929”, aos poucos, muitos destes comerciantes migraram para outras paragens.

Tem-se notícias dos seguintes imigrantes sírio-libaneses: Tufi Nicolau, João Abrão da Silva, Nicolau Jorge, Vicente Nasser, Miguel João, Felipe Nicolau, Elias Jorge, João Elias, Miguel da Silva, Espiridião Abrão, Demétrio Sayeg, Barbosa Mecca, José Fadul, Salem Thomé, Sarkis João, Pedro Jacob da Silva, Elias Jacob (Elias Turco), Nicolau Antonio, Jacob Elias Jorge, João Sabba,

RELAÇÃO DOS CAPELÃES, VIGÁRIOS, PÁROCOS E ADMINISTRADORES DA PARÓQUIA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA (1820-2020), DE MONTE SANTO DE MINAS – MG

Monte Santo de Minas nasceu católico na invocação de São Francisco de Paula como seu padroeiro. Numa homenagem aos guias espirituais que passaram pela vida de Monte Santo de Minas buscando resguardar a alma de seus filhos e a moral de sua gente, registramos a seguir os nomes de todos os padres, e as épocas em que exerceram o sacerdócio frente aos destinos da paróquia.

A relação dos capelães e vigários de Monte Santo de Minas está desorganizada: no primeiro Livro do Tombo à página 50 v. – 51 encontramos uma lista, e revendo os livros de batizados da paróquia encontramos outra. Procuramos, ao rever as duas, a do primeiro Livro do Tombo e a dos que assinam os Livros de Batizados adotarmos a mais provável:

A – CAPELÃES

- 1 – Padre Manoel Machado da Assumpção – 1820 - 1841.
- 2 – Padre Francisco Moreira de Carvalho – 1832.
- 3 – Padre Antonio Joaquim Gonçalves – 1834.
- 4 – Padre Manoel Coelho Vital – 1845 – 1850.
- 5 – Padre João da Fonseca Mello – 1850 - 1855 (viviu em companhia de sua irmã, "Siá" Margarida, cega, que apesar disso, bordava, tecia e dançava a fazer maravilha. Foi um padre popular, estimado e cumpriu com singeleza os deveres de seu curato.
- 6 – Padre João de Moraes Balbino – 1855 (a data não confere).
- 7 – Padre Amancio Joaquim Gonçalves – 1853 – 1857;

B – VIGÁRIOS, PÁROCOS E ADMINISTRADORES PAROQUIAIS

- 1 – Padre Antonio Xavier da Costa – 1843 – 1870.
 - * Padre Francisco de Paula Fernandes Fialho – 1852.
 - * Padre Cunha – 1852.
 - * Padre Manoel Marques de Abreu – 1852.

2 – Padre Amancio Joaquim Gonçalves – 1853 – 1857 (faleceu como capelão de Posses de Monte Santo).

3 – Padre Antonio Xavier da Costa – 1857 – 1869.

* No livro de Batizados é assinado por:

* Padre João da Fonseca Mello – (pela 2ª vez) – 1858 – 1861 (como vigário desde 1859).

4 – Padre Antonio Xavier da Costa – 1861 – 1869.

5 – Padre Thomaz d’Affonseca e Silva – 1869 (pela 1ª vez).

6 – Padre Antonio de Sant’Anna Ribas Sandrim – 1869 – 1872.

7 – Padre João Immediato – 1872 – 1878.

8 – Padre Marciano Pereira da Fonseca – 1878 – 1881 (faleceu em 18 de fevereiro de 1916, em Passos).

9 – Padre João da Fonseca Mello – 1881 (pela 3ª vez).

10 – Padre José Thomaz Ancassuerd (interino) 1881.

11 – Padre Zacarias Pinto Tavares – 1882 – 1884.

12 – Padre Antonio Savastano – 1884 – 1886.

13 – Cônego Thomaz d’Affonseca e Silva – 1886 – 1887 (pela 2ª vez. Faleceu em São Tomás de Aquino).

14 – Cônego João Ozorio Marcondes – 1887 – 1902.

* P.S. No 5º Livro de Batizados o vigário, cônego João Ozorio fala de um incêndio no cartório de Jacuhy, anos atrás, onde alguns documentos relativos a Monte Santo foram destruídos.

15 – Padre Braz Mazzaro (interino) – 1902 (pela 1ª vez).

16 – Padre Joaquim Pinto Fraissat – 1902 – 1908.

*Coadjutor – Padre Pedro José da Silva Brito.

* Coadjutor – Padre Salvador Morelli – 1903.

17 – Padre Braz Mazzaro – 1908 – 1910 (pela 2ª vez. Faleceu e está sepultado na Igreja Matriz).

*Cônego Oscar Sampaio (interino), 1910.

18 – Padre Manoel Lopes da Costa – 1910 – 1911.

19 – Padre Innocencio Reidick – 1911 – 1913.

* Padre Carlos Augusto dos Santos – 1911 (encarregado na ausência do padre Innocencio Reidick).

* Cônego José Felipe da Silveira – 1911 (encarregados na ausência do padre Innocencio Reidick).

* Padre David da Motta Pinho – 1911 (pela 1ª vez. Encarregado na ausência do padre Innocencio Reidick).

* Padre José Bussetti, coadjutor, com sede em Arceburgo – 1912.

20 – Padre David da Motta Pinho – 1913 – 1914 (pela segunda vez).

21 – Padre João Pedro Sofforgue – 1914 – 1915.

* Padre Doutor Eduardo Baptista – 1915 - 1916.

* Padre Adolfo Carneiro – 1916.

* Monsenhor Theophilo Guimarães – 1916.

* Padre Antonio d'Almeida – 1916.

22 – Cônego Herisberto Goettersdorfer – 1916 – 1917.

23 – Padre Domingos Roque do Nascimento – 1917 – 1919.

24 – Padre João Cunha – 1919 – 1920.

25 – Padre Manoel de Brito Franco – 1920 – 1924.

* Padre José Augusto da Silva – 1921.

* Padre Exupério A. Corrêa – 1922.

26 – Padre Celso Para – 22.02.1924 – 19.01.1933.

27 – Monsenhor José Maria Pereira – 1933 – 1946.

*Padre Frei Atanásio Maria de Pircacicaba, Ofm. Cap. Vigário Ecônomo – 1946.

* Padre Gerardo Naves, Vigário Ecônomo – 1946.

28 – Padre Gerardo Naves – 1946 – 1947.

* Padre Roberto Cavour G. Carletto – Vigário Substituto – 1947.

* Cônego Ricardo Grella – Vigário Ecônomo e Substituto – 1948.

* Padre Aurélio Uiyara Tomagnini – Vigário Cooperador – 1949.

29 – Padre Gerardo Ferreira Reis – 1949 – 1955.

*Padre Roque Colombo – Vigário Encarregado – 1955 – 1970

30 – Padre João Pedro Sarto – 1857 – 1958.

31 – Padre Mário Manieri – 1958 – 1959.

* Padre Antonio Fusari – Vigário Cooperador – 1958 – 1959.

32 – Padre Luiz Girotti – 1959 – 1962.

* Padre Léo Damiani – Vigário Cooperador – 1955.

* Padre Egídio Dóldi – Vigário Cooperador – 1958.

* Padre José Dias da Costa – Vigário Cooperador – 1960.

* Padre Pedro Cérri – Vigário Cooperador – 1960.

* Padre André Agazzi – Vigário Cooperador – 1961.

* Padre Nelson Leocádio – Vigário Cooperador – 1962.

* Padre Jefferson Ildefonso da Costa – Vigário Cooperador – 1962.

* Padre Jair Abreu Lemes – Vigário Cooperador – 1962.

33 – Padre Hélio Grande Pousa – 1962 – 1963.

34 – Frei Gabriel S. O. F. M. – 1962 (não foi pároco, apenas esteve em Monte Santo de Minas no ano de 1962 em Missões).

35 – Padre Alfonso Cattaneo – 1963 – 1967.

* Padre Hélio Grande Pousa – Vigário Substituto – 1963.

36 – Padre Léo Damiani – 1964 – 1967.

37 – Padre José Hermano Torres Portugal – 1967 – 1969.

38 – Padre Domingos Guglielmino – 1969 – 1976.

São Francisco de Paula

Tombada pelo Decreto Municipal nº 38/2005
de 18 de Março de 2005.



Prefeitura Municipal
Monte Santo de Minas
Aqui começa uma nova cidade

MINAS GERAIS

IEPHA
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

PATRIMÔNIO
CMS
CULTURAL



Imagem pertencente à Paróquia São Francisco de Paula Diocese de Guaxupé.

* Padre Nelson Rodrigues Rabelo – Vigário Substituto – 1976-1977.

– Padre Luis Tavares de Jesus – 1977 – 1982.

* Padre Luiz Januário dos Santos – Vigário Substituto – 1982.

39 – Padre Egídio Marcelo Rosa – 1982 – 1983.

* Padre Ernesto Boff – Vigário Substituto Camiliano – 1983 – 1984.

* Padre Elias José Zago – Vigário Cooperador Camiliano – 1983 – 1984.

40 – Padre Luiz Gonzaga Lemos – 1984.

* Padre Ernesto Boff – Vigário Cooperador Camiliano – 1983 – 1985.

* Padre Elias José Zago – Vigário Cooperador Camiliano – 1983 – 1985.

41 – Padre Antonio Carlos Maia – 1985 – 1986.

42 – Monsenhor Enoque Donizetti de Oliveira – 1986 – 1997 (A paróquia é entregue aos cuidados dos religiosos camilianos, no dia 06.03.1997).

43 – Padre José Patrício de Souza – 1997 – 1999.

* Padre Roberto Moreira da Silva – Vigário Substituto – 1999.

44 – Padre Ângelo Pasqual Filho – 1999 – 2002.

45 – Padre Elias José Zago, MI – 2002 – 2012.

46 – Padre Juliar Nava, MI – 2012 – 2014.

47 – Padre José Maria dos Santos, MI – 2014 – 2016 (entrega da paróquia à diocese de Guaxupé, em 19.10.2016).

48 – Padre Francisco Clóvis Nery – 2016 – 2019.

49 – Padre João Ademir Vilela – 2020.

C - VIGÁRIOS COOPERADORES CAMILIANOS

Padre Luiz Gemelli, MI.

Padre Camilo João Monaro, MI.

Padre Américo Pinto de Cristo, MI.

Padre Francisco de Lélis Maciel, MI.

Padre Raimundo Santos dos Santos, MI.

Padre Carlos Toselli, MI.

Padre Aristeu Ferreira de Medeiros, MI.

Padre Tadeu dos Reis Ávila, MI.

D – SACERDOTES NASCIDOS EM MONTE SANTO DE MINAS

Frei Arcanjo Maria de Monte Santo, OFMcap, foi o primeiro sacerdote filho de Monte Santo de Minas, celebrando sua primeira missa no dia 24.06.1942.

Padre José Marques (nascido e batizado em Itamogi).

Padre Luiz Januário dos Santos, MI.

Padre Ariseu Ferreira de Medeiros.

Padre Francisco Albertin Ferreira.

Padre José Hamilton de Castro.

Padre Marcelo Valentim de Oliveira.

Padre Denis Nunes de Araújo.

Padre Lucas Rodrigo da Silva, MI.

Padre Marcelo Valentim de Oliveira, MI.

Padre Geovani Antonio Dias, MI.

OBSERVAÇÃO:

A respeito dos primeiros capelães e vigários desta paróquia, esta pesquisa foi copiada do primeiro Livro do Tombo. Entretanto, as datas não conferem com as assinaturas dos respectivos vigários nos livros de batizados da época.

A observação feita pelo 14º vigário: padre João Osório Marcondes talvez explique alguma coisa. Daí em diante as datas seguem normalmente e só voltam a complicar nos anos de 1955 até 1976, quando os padres sacramentinos aqui estavam.

Quaisquer uns dos padres do seminário podiam vir celebrar na paróquia e davam as devidas orientações aos fiéis e como não havia tomada de posse, os fiéis ficavam sem saber quem era o vigário.

Pesquisa feita por: Lucas Duarte de Paula.

Referências bibliográficas:

Livro do “Tombo” I, II e III, de Monte Santo. Paróquia São Francisco de Paula, Monte Santo de Minas – MG. 1887/1942/1985.

“Vem, para subirmos no telhado e, lá do alto, nosso olhar consiga ultrapassar a torre da igreja para encontrar os horizontes que nunca se vêem, nesta cidade onde estamos presos e livres, soltos e amarrados”. (Caio Fernando Abreu).

O BAÚ COM LIBRAS ESTERLINAS

Primeiro, veio um jovem advogado. Comprou um terreno no largo da capela de São Francisco de Paula, ao lado da casa do padre Antonio Xavier da Costa (depois da ida do padre Manoel Machado da Assumpção para a ainda não incipiente São Sebastião da Boa Vista (nome primitivo de Mococa, São Paulo, veio para o Tejuco, o padre Antônio Xavier da Costa, por volta de 1843).

O padre Antônio Xavier da Costa foi o segundo capelão e parouquiu até 1870, quando foi embora, e segundo dizem levou farto pecúlio em barras de ouro e prata, a ponto de o cargueiro, no primeiro dia de viagem, cair esfalfado com o peso. Faleceu o padre Xavier em Lençóis, estado de São Paulo, pouco tempo depois, desaparecendo o tesouro talvez devido ao seu peso... dizem.

Ano de 1858. Providenciou, então, o transporte do material de construção para uma casa de alvenaria. Naquele tempo, só tinha uma construção daquele tipo no lugar. As outras 50 casas existentes eram de taipa. O material veio de carro de boi, lá de Casa Branca. A casa, enorme para os padrões da vila, ficou pronta no começo de janeiro de 1860. Para o largo, a casa tinha apenas uma grande janela ricamente adornada. Um muro bem alto completava e cercava todo o terreno. Um portão de madeira, todo trabalhado, largo o suficiente para passar uma carruagem, era a única forma de acesso à moradia. A porta principal ficava no meio da longa casa. O acesso se dava por uma escada dupla, onde no topo uma graciosa varanda, permitia entrar-se na casa.. Face norte, os quartos eram iluminados por janelas que davam para o leste. As janelas do lado oeste arejavam as salas e áreas de serviço. Em decorrência do desnível do terreno, do meio da casa até a face sul a parte inferior servia de acomodações para os serviçais, depósitos e outras serventias, como abrigo aos animais e carruagem. A casa foi pintada com a cor de rosa. Fechado o portão nada se via da casa. Em Março de 1860 chegou, causando grande alvoroço no povo da vila, uma rica carruagem puxada por quatro bestas iguaizinhas. Na boléia, um casal de negros muito bem vestidos, sobre o teto da carruagem e na parte traseira quatro grandes

canastras Preso por um cabresto, um belo cavalo acompanhava a carruagem. Com as cortinas abaixadas, o povo não viu quem estava dentro do veículo. Entrou pelo portão que foi imediatamente fechado. Após algumas horas, o advogado despediu-se dos poucos conhecidos que fizera e sem dizer quem eram os donos da casa, foi embora da vila.

No Domingo o casal foi à missa. Ele, alto, cabelos louros, olhos azuis, usava suíças. Vestia um fato negro de cara confecção. Bengala com castão de ouro, cartola de seda negra. Via-se que seus trajes eram importados. A mulher, porte elegante, toda de negro chapéu elegante tinha a face oculta por um véu também negro. Finda a missa, voltaram para a casa, sem falar com ninguém apesar da tentativa de alguns moradores da vila tentarem uma aproximação.

Na segunda-feira, montado em seu cavalo dirigiu-se à casa de Manoel Abraão Soares, uma espécie de banqueiro do lugar, onde trocou uma libra esterlina pelo dinheiro corrente. Manoel conseguiu umas poucas informações do cavalheiro. Chamava-se Everardo dos Reis Pimenta. Sua esposa, Maria das Graças e vieram da corte em busca do clima e sossego muitos necessários à saúde dela. Quem fazia as compras da casa era Esmeralda, a escrava, que sabia ler escrever e falava francês. Quando era perguntada pelo casal, calava-se. Joel, o escravo, marido de Esmeralda, também tinha o mesmo grau de cultura da esposa. Era cocheiro, tratador dos animais, e servia de mordomo da casa.

A rotina do casal era assim: Domingo, missa. Segunda feira visita à casa de Manoel para trocar uma libra esterlina por moeda corrente para as despesas. Quando havia quermesse no largo, o casal permitia-se ficar algumas horas na janela que dava para o largo apreciando o movimento. Joel ia até as barracas e comprava alguma prenda, arrematava alguma coisa e levava para casa.

Quando Monte Santo, já era esse o seu nome, passou a ser paróquia, o povo houve por bem construir uma igreja no próprio largo, em frente a capela. Uma comissão foi até a casa de Everardo, pedir uma colaboração. Everardo os

recebeu fidalgamente. Ofereceu-lhes um raro vinho do Porto, e quando solicitado, pediu licença, retirou-se da sala por alguns instantes. Os membros da comitiva puderam admirar a riqueza e o bom gosto da decoração da sala. Nada se igualava na vila àquele luxo e beleza. Everardo voltou com um pequeno saco de camurça nas mãos e entregou ao chefe da comitiva. Continha, como depois foram verificadas, 50 moedas de libra esterlina do mais puro ouro.

Estes acontecimentos provocaram comentários em toda a comunidade:

- Eram nobres, donos de grande fortuna que haviam caído em desgraça na corte. Estavam fugidos.
- Tratava-se de pirata que abandonara sua vida de crimes e procuravam refúgio para usufruir o lucro de sua vida criminosa.
- Milionários excêntricos cuja mulher em estado terminal de doença, procuraram o sossego de uma pequena vila para viver em paz os seus últimos momentos.

Mas a fama do casal extrapolou o povoado. Foi parar em outras povoações. De Jacuí, sede do município vieram autoridades se informar. A fama do casal deixou de ser um assunto local. Era regional. Despertou a cobiça de malfeitores.

Finalmente aconteceu a tragédia. Dois bandidos, durante a noite, invadiram a casa e mataram todos os ocupantes, menos o negrinho filho do casal de escravos. Este fugiu e pediu socorro na casa paroquial. O pároco acionou o sino da igreja e alertou toda a população. Os marginais foram alcançados na altura da Fazenda Três Posses de José Ferreira, que com seus homens matou os assassinos. No poder dos meliantes encontraram

apenas baixelas de ouro e prata. Nada das libras esterlinas.

O advogado, avisado, voltou a Monte Santo. Fez um levantamento dos bens do infeliz casal e providenciou a remoção dos bens móveis para o Rio de Janeiro. Everardo tinha um primo que herdou todos os seus bens, A casa foi vendida para a Professora Isaltina. O negrinho ficou sob a custódia do padre. Tinha o apelido de Colete. O advogado procurou pelas libras esterlinas. Ninguém deu notícias. Segundo ele, o casal trouxera para Monte Santo um baú grande cheio daquele dinheiro. Soube-se então que Everardo foi uma espécie de aventureiro, andou por todo o mundo e acumulou considerável fortuna. Conheceu Maria no Rio de Janeiro. Casaram-se. Com a saúde de Maria abalada, conheceu alguns tropeiros de Franca, no porto do Rio de Janeiro, que lhe falaram da excelência do clima de Monte Santo. Foi essa a razão de sua mudança.

E o baú? Muitos julgam que ficou enterrado no quintal da casa. Em algum compartimento secreto no subsolo. Hoje é impossível saber. No lugar da casa foi construído um seminário.

Doutor Ronald Martins da Cunha, natural de Monte Santo de Minas, nascido dia 28 de julho de 1930, formou-se em Engenharia Civil, Mecânica e Elétrica, na Universidade Federal de Itajubá no ano de 1956, Faleceu aos 89 anos no dia 17 de fevereiro de 2020.

“O conhecimento do passado é indispensável à formação de cidadão. Além de funcionar como exemplar lição sobre o elo entre causa e efeito, permite rememorar episódios e personagens que recolocam em seus devidos lugares valores perenes e universais, mas que ultimamente andam esquecidos e até mesmo ignorados”. (Luiz Gonzaga Bertelli).

REMINISCÊNCIAS DA ARTE DE FAZER NADA...

O passatempo do canivete tirando caracóis de tábuas de pinho era praticado pelas figuras mais conspícuas de Monte Santo, cultivado nos seus vários lugares de reunião, da farmácia Carvalhaes, do Soí, ao Ponto. Uma deliciosa arte de fazer nada, que consistia em ficar com um canivete bem afiado, tirando de um toco de pau longas aparas, finíssimos caracóis, até reduzi-los a uma coisinha de nada. Conta-se que um sitiante, passou anos lavrando tábuas de pinho Jacaré, guardando, dia a dia, os gravetos da féria, com que acendia fogo em casa: a única herança que deixou para a viúva foram três grandes sacos, cheinhos de gravetos... No Ponto, aliás, deu-se um episódio ainda mais notável, que passou para a crônica pitoresca de Monte Santo. E foi que, na esquina do Banco de Monte Santo, do Chico Paulino, hoje Banco Itaú, havia um poste de luz, de madeira muito macia, logo descoberta pelos amadores da grande arte, que começaram dia a dia a desbastá-la pachorrentamente, enquanto falavam de todos os assuntos imagináveis, das altas e baixas do café, aos podres e escândalos da vida alheia. E o poste foi se afinando, e se inclinando perigosamente, de tal maneira que a Companhia Sul-Mineira de Energia Elétrica resolveu protegê-lo com uma larga cinta de lata, exatamente na altura em que os sublimes artistas monte-santenses

trabalhavam. A providência da concessionária da luz e força foi considerada pelos praticantes da nobre arte como uma afronta aos brios e à honra dos moradores de Monte Santo. Um dos maiores da terra, um homem desabusado que não era de aceitar desacato nem de levar desaforo para casa, foi buscar uma picareta e arrancou a cinta metálica. A honra de Monte Santo estava salva e a Companhia Sul-Mineira de Energia Elétrica ficou sabendo que com os brios dos monte-santenses não se brinca. Foi então que se plantou em Monte Santo o primeiro poste de ferro e de concreto, aspiração geral de todos para substituir os postes de madeira pelos de cimento, em todas as ruas. Este caso hilariante aparece com outras cores e nomes no romance Ópera dos Mortos, de Autran Dourado, publicado em 1967.

Agora, a história dessa originalíssima arte monástica de não fazer nada e de seus exímios praticantes (entre os quais, Autran Dourado põe o seu avô materno Osório de Freitas, Gê Pereira Lima, Adolpho Santana, Jorge Lima, José Preto, Gêzinho Pereira Lima, José Coelho de Souza, José Bernardino de Freitas, Placidio Pinto de Magalhães, José Orestes da Luz, Júlio Ferreira Lopes, entre tantos outros) é contada em "Os mínimos carapinas do nada", que está no seu livro Violetas e Caracóis, publicado em 1987.

“A vida vale a pena ser vivida, apesar de todas as suas dificuldades, tristezas e momentos de dor e angústia. O mais importante que existe sobre a face da terra é a pessoa humana. E surpreender o homem no ato de viver é uma das coisas mais fantásticas que Deus nos permitiu”. (Érico Veríssimo).

REMINISCÊNCIAS DAS COMEMORAÇÕES DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DE MONTE SANTO DE MINAS, EM 26 DE JUNHO DE 1920.

Era o dia 26 de junho de 1920, ao amanhecer, a população monte-santense foi despertada pelos repiques dos sinos, pelos vibrantes acordes da banda de música "Santa Cecília", regida pelo Francisco Mazzaro e o estrugir das bombas e morteiros. A cidade apresentava um aspecto festivo. A velha Monte Santo, completava naquele dia 100 anos, desde quando dois habitantes do SAPÉ, FRANCISCO MENDES CARNEIRO e FRANCISCO LEAL ALEMÃO, requereram e obtiveram de dom Matheus de Abreu Pereira, bispo de São Paulo, uma provisão datada de 26 DE JUNHO DE 1820, que permitia-lhes erigir uma capela sob a invocação e o nome de SÃO FRANCISCO DE PAULA DO TEJUCO, nascendo assim o incipiente povoado, embrionário da atual cidade de MONTE SANTO DE MINAS.

As escolas e o comércio fecharam e às dez horas houve missa cantada pelo padre Manoel Brito Franco, estando o antigo templo da Igreja Matriz repleto.

Às 15 horas, na sala do prédio do Fórum (onde hoje é o prédio do antigo Sindicato, ao lado do Museu Histórico), onde também se realizavam as sessões da Câmara Municipal, estando a sala repleta de senhoras, senhoritas e cavalheiros, todas as autoridades locais, os vereadores: Álvaro Pereira de Mello, José Orestes da Luz, Américo Benício de Paiva, José Pereira da Silva Junior, Antonio José Feliciano, Isaac Soares de Moraes, Francisco Paulino da Costa, Theóphilo Dias Branco e Pedro Bernardino da Costa, foi realizada uma sessão cívica presidida pelo então chefe do município, coronel Lucas Tobias de Magalhães, que passou a presidência ao doutor João Baptista da Costa Honorato, que era o juiz de direito da comarca. Todos os municípios da região enviaram representantes. O orador oficial foi o doutor

Joaquim Leonel de Michelet Navarro, que proferiu um belíssimo discurso, sendo ao final muito aplaudido.

Na atual praça Coronel Joaquim Bernardes - o Jardim Velho, naquele tempo praça Marechal Deodoro -, que estava todo embandeirada, foi erguido um pedestal onde foi colocada uma urna: contendo a ata assinada por muitas pessoas da cidade e das cidades vizinhas, fotografias de pessoas e de diversos prédios e algumas moedas. Em 07 de setembro de 1922, dois anos após, durante as comemorações da Independência do Brasil, o monumento do centenário, foi aumentado, dando-lhe a forma de um obelisco, que se conserva até os dias de hoje.

Nessa ocasião, falou o doutor Pedro Saturnino Vieira de Magalhães, poeta e tido como grande orador, que residia em Muzambinho e que tinha vindo especialmente para assistir os festejos do centenário. Foi também plantando um carvalho, num dos canteiros do jardim, falando nesse momento, o doutor Telêmaco Autran Dourado, que era o promotor público. Consta que mais de mil pessoas assistiram à inauguração do monumento, e entre eles sabemos do doutor Valdomiro de Barros Magalhães, doutor Othon de Figueiredo Baena, Arthur de Paiva, doutor Tristão Tavares de Lima, Marciano de Barros Magalhães, Álvaro Benício de Paiva, Francisco Grassano, João Ernesto Coelho, Antonio Parisi, Emílio Forli, Antonio de Oliveira Pontes, Virgínio de Carvalho, Domingos Custodio da Luz, Miroveu de Souza Vieira, Sebastião Ribeiro de Faria (Nenê Faria), Alfredo Donnabella, Tranquilo Viani, Manoel Demasi, Salvador Centola, Sebastião Feliciano, doutor José Luz de Faria, Francisco Teixeira Branco, Olyntho Coelho, Arnaldo Preto, Benedicto Elias de Oliveira, João Baptista dos Santos, Melchiades Alves Moreira, João Abrahão da Silva,

José de Campos Cardoso, Joaquim Alves Mafra, Luiz Parisi, doutor Tito Lívio Lages da Silva Pontes, Lucas Luz de Magalhães, Lucas de Magalhães Júnior, Orestes Macheroni, Jacomo Pellegrini, Nicola Lettiere, Miguel Eugênio da Luz, Francisco Eugênio da Luz, João Nantes de Castilho, João Nantes Júnior, Fausto Bressan, Joaquim Machado, Antonio Seraceni, Caetano Leone, Victorino Viani, Paulo Pellegrini, Antonio

Magalhães Sobrinho, João Luchini, José Sant'Ana, José Custodio de Assumpção, Alfredo Marchesini, Ezio Pucci, Gonçalves de Souza, Francisco Goulart, José Maria Mazzaro, João Ribeiro de Lima.

A noite, na Igreja Matriz houve solene Te Deum e várias manifestações festivas que abrilhantaram o PRIMEIRO CENTENÁRIO DE MONTE SANTO.

REMINISCÊNCIAS DA VISITA DO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS A MONTE SANTO DE MINAS, EM 1928

De todas as ocorrências importantes da história de Monte Santo de Minas, talvez a que mais destaque mereça, seja a visita do então presidente do estado de Minas Gerais – assim chamado o governador do estado naquele tempo –

o dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Foi o primeiro governador do estado que a cidade teve a imensa satisfação de abrir as suas portas para receber. Constituiu, sem dúvida, um dia histórico para Monte Santo de Minas. Dr. Antonio Carlos chegou aqui no dia 21 de abril e permaneceu no dia 22 de abril, quando partiu no final da tarde para Itamogi. A população promoveu a mais entusiástica e carinhosa das

manifestações ao ilustre hóspede e sua comitiva, e a municipalidade, que sempre esteve à frente das festividades, não dispensou nenhum elemento, na

altura de seus esforços, para que a homenagem tivesse o máximo do brilho possível, de que aquela digna e importante personalidade era merecida.

Do elemento de escolha e mais representativo local, foram organizadas diversas

comissões,

que gentilmente se encarregaram de todo o movimento festivo, tendo o Antonio Paulino da Costa, posto à disposição o seu palacete – um dos salões era ricamente mobiliado a Luís XV – onde o governador do estado esteve hospedado juntamente com sua ilustre



Foi nessa casa, no dia 22 de abril de 1928, que o dr. Antônio Carlos assinou dois decretos estaduais: autorizando a criação do segundo grupo escolar, que foi denominado de “Lucas Magalhães” e expediu o decreto regulamentando a lei que estabeleceu o voto secreto em Minas Gerais.

comitiva, então composta dos senhores: dr. Djalma Pinheiro Chagas, secretário da agricultura; dr. Raul de Almeida Magalhães, diretor da saúde pública;

dr. Abílio Machado, diretor da Imprensa Oficial; tenente-coronel Oscar Paschoal, assistente militar. Ali, receberam-no os senhores: dr. Pedro Paulino da Costa, coronel Francisco Paulino da Costa, dr. Valdomiro de Barros Magalhães, dr. Dolor Brito Franco, coronel Theodoro Paulino da Costa (prefeito), dr. Telemaco Autran Dourado, deputado Valladares, dr. Thomé de Freitas, Columbano Duarte, dr. Antonio Pereira Lima, dr. Tito Livio Lages da Silva Pontes, dona Maria Amélia de Paiva, dr. José Caetano da Cunha e Plínio Silva, de Mococa, S.P. e diversos outros dignos e importantes pelos seus méritos e títulos.

À noite, no salão do fórum foi-lhe oferecido, pela municipalidade, um banquete de 120 talheres, servido pela “Sociedade Aliança de S. Paulo”. O salão estava amplamente iluminado e decorado com arte. Durante a refeição, a orquestra, regida pelo maestro Vespasiano de Cerqueira Luz, tocou escolhidas peças musicais. Às 23 horas, iniciou-se o baile oferecido ao governador e comitiva. Os salões do fórum, engalanados com raro capricho e gosto, regurgitavam de famílias monte-santenses e de inúmeros convidados das cidades vizinhas de Guaxupé, Guaranésia, Arceburgo, Itamogi, Jacuí, São Sebastião do Paraíso e Mococa. As danças correram animadíssimas, abrilhantadas por esplêndido “jazz-band”, até às 05 horas da manhã. O serviço de “buffet” foi irrepreensível e farto.

No dia seguinte, 22 de abril, o dr. Antônio Carlos assistiu à missa das 10 horas, celebrada pelo padre Celso Para, na Igreja Matriz.

Após a cerimônia, o governador visitou o Grupo Escolar “Dr. Wenceslau Braz” e a Santa Casa demoradamente.

Dr. Antônio Carlos observou todos os nossos elementos de progresso, tendo em seus discursos, deixado bem frisante, a sua boa impressão no tocante ao grau de desenvolvimento material e adiantamento moral de Monte Santo.

Como lembrança de sua passagem e muito apreço à população monte-santense, dr. Antônio Carlos deixou na sua pasta, dois decretos estaduais, autorizando a criação do segundo grupo escolar, que foi denominado de “Lucas Magalhães” e expediu o decreto regulamentando a lei que estabeleceu o voto secreto em Minas Gerais. E ficou a promessa de um estabelecimento secundário, que só seria concretizada quando o governador Olegário Maciel, decretou a criação a instalação a 16 de maio de 1932, da Escola Normal Oficial “Américo de Paiva”. Daqui o dr. Antônio Carlos seguiu em trem especial com destino a Itamogi.

Grande foi, pois, a gratidão do povo monte-santense ao governador mineiro, pois o dr. Antônio Carlos demonstrou ser um paladino da democracia, difundindo com ardor, o princípio liberal, que o caracterizou sempre como descendente da tradicional família dos Andradas.

A COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO (1913-1971)

ESTAÇÃO MONTE SANTO

Fepasa (1971- c.1990)

Município de Monte Santo de Minas, MG Ramal de Passos - Km 47,307 (1938) MG-1536

Altitude: 894

Inauguração: 09.03.1913

Uso atual: sendo restaurada

Data de construção do prédio atual: 1913

O ramal de Passos foi inaugurado em seu primeiro trecho de 15 quilômetros ligando

Guaxupé a Guaranésia, em 1912. Foi sendo prolongado aos poucos, chegando a Passos, onde

terminava, somente em 1921. Em fevereiro de 1977, o tráfego de passageiros foi eliminado, sobrando os cargueiros, que, com o tempo, passaram a atender somente ao carregamento de cimento da fábrica de Itaú de Minas, e vindo não por Guaxupé, mas por São Sebastião do Paraíso, ali chegando pela antiga linha da São Paulo-Minas. Com isso, o trecho entre Guaxupé e São Sebastião do Paraíso foi abandonado, e teve os trilhos retirados por volta de 1997. O trecho entre Paraíso e Itaú de Minas ainda tem seus trilhos, mas as cargas de cimento deixaram de circular já há anos e o abandono da linha é total. O trecho final até Passos teve também os trilhos retirados.

A ESTAÇÃO: Através da lei número 276, de 18 de setembro de 1899 (que não teve efeito, porque o conde Ribeiro do Valle, assinou em Campinas, SP, com Bento Quirino, diretor da Companhia Mogiana, o contrato malfadado que desviou os trilhos da estrada de ferro, que já

de maio de 1911, o governo do estado de Minas Gerais concedeu ao coronel Lucas Tobias de Magalhães, no dia 31 de maio de 1911, o direito de construção da estrada de ferro. Pelo direito de concessão, coronel Lucas Tobias de Magalhães pagou ao estado a quantia de quatro contos e quatrocentos mil réis.

A instalação desta estrada de ferro colaborou muito para o desenvolvimento do município, atraindo uma série de investimentos. O agente executivo, dr.

Valdomiro de Barros Magalhães, promulgou a lei datada de 23 de outubro de 1912, autorizando a abertura de duas avenidas ligadas do centro do município à estação ferroviária. Enfim, no dia 09 de março de 1913, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro inaugurou o trecho que chegou à Monte Santo de Minas. Esse ramal incluía as estações localizadas nas fazendas Catitô, Itiguaçu, Vicente Carvalhaes e a estação sede.



demandavam os rumos de Monte Santo... na ocasião, somente um grande monte-santense se apercebeu do prejuízo irreparável que sofriamos) e da lei número 534, de 27 de setembro de 1910 e de conformidade com o decreto número 3183, de 29

Por alguns anos, de 1944 e 1948, teve, por determinação do CNG, o nome (tanto dela como da cidade) alterado para Monsanto, revertendo no final deste período para Monte Santo de Minas.

A estação foi desativada depois da passagem do último trem de passageiros, em 19 de março de 1976. Os trilhos foram retirados lá por 1997.

"Eu e minha família nascemos em Monte Santo e lá diziam alguns moradores que certa noite dois meninos, irmãos, que moravam perto dos trilhos, sumiram e foram encontrados mortos nos trilhos com dois furos no pescoço e sem um pinga de sangue no corpo. No local onde morreram, erigiram uma capela para eles. Muitos anos depois, o Linha Direta, programa da Rede Globo, exibiu uma matéria sobre esse caso com o título O Vampiro de Monte Santo..." (Milton Junior, 07/2001).

A situação em 2001 do prédio não era tão boa: *"O prédio foi dividido em dois, uma parte servindo como moradia, e a outra como uma tornearia mecânica. Muros foram construídos tapando a passagem nas duas entradas frontais que servem à tornearia, estragando completamente a bela fachada, mas aparentemente, por razões de segurança. Seu estado de conservação não é dos piores; é um prédio grande, imponente. Os trilhos já não existem mais. Meu pai lembra que era nesta estação que se fazia o carregamento de aves vivas e ovos na região, em vagões especiais, abertos, e por isso nos dias de carregamento a plataforma se enchia de penas!"* (Rossana Romualdo, 07/2001).

"Meu avô, e depois meu pai, tinham uma serraria bem em frente à estação e eu tinha um prazer enorme em ver os trens chegando. Quando tinha uns 12 anos, minha prima e eu comprávamos um bilhete até a estação Itaguaçu, que era na fazenda do pai dela, lá descíamos e caminhávamos até a sede para passar o dia. Jamais vou me esquecer da viagem numa cabine, de Monte Santo até São Paulo. Hoje, a antiga estação é uma grande tristeza, pelo grau de desprezo com que as autoridades trataram um marco histórico na história do ciclo do café em Minas e São Paulo. Os móveis, os banheiros que possuíam pias maravilhosas, as maçanetas das portas eram extremamente elaboradas, bem como os bancos de madeira, o relógio que marcava a chegada e saída dos trens, tudo foi perdido num grande mar de descaso que as autoridades brasileiras possuem com a memória histórica" (Maria Tereza Paulino Costa, New York, EUA, 04/2003).

"Passei muitas férias escolares na minha infância e juventude na residência de meus avós que eram vizinhos desta estação, e eu e meus primos curtíamos muito quando o trem passava apitando e buzinando, pois estava chegando à estação, ou quando passava pelo trevo. Havia um maquinista que já nos conhecia e às vezes buzina para nós, que ficávamos admirando a composição passar da horta de meus avós. Eu me lembro que existia uma composição que passava por volta das 15:00 pontualmente todos os dias e um de meus primos sempre comentava que era hora de tomar o café da tarde, claro com aquele bolo de fubá e ou de laranja que havia acabado de sair do forno" (Waldir P. Roque Jr., São Paulo, SP, 09/2004).

"A estação já deu lugar à Escola Estadual Américo de Paiva nos anos 1980, quando a escola passou por reformas. Nesta ocasião, tive oportunidade de sentar nos bancos da estação ferroviária e ainda menino, contemplar a beleza daquele local" (Antonio Carlos Machado Junior Brasília, DF, 11/2007).

Em 2010, o prédio estava totalmente depredado, segundo Ana Maria Ferreira, do Patrimônio Histórico da cidade. Em 2016 estava habitado.

O prédio da antiga Estação Ferroviária do Distrito Sede, localizado a praça da Estação, número 500, pertenceu a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro até o ano de 1971, quando a FEPASA (Ferrovia Paulista S.A.) assumiu a propriedade dos bens. Atualmente, faz parte do acervo não operacional da extinta Rede Ferroviária Federal S.A.

O prefeito Paulo Sérgio Gornati, não têm medido esforços para que o patrimônio histórico, cultural e artístico de nossa cidade seja preservado, perpetuando a história de seu povo.

No dia 09 de novembro 2017, o Diretor de Cultura e Turismo, Pedro Roberto da Silveira, esteve em uma reunião na cidade de Belo Horizonte, defendendo o Projeto de Revitalização, Reforma e Restauração da Estação Ferroviária, bem tombado pelo município. Esta proposta foi elaborada pela Secretaria de Obras, através da Arquiteta e Urbanista Flávia Avelino.

Após aprovação da referida proposta o município recebeu a quantia de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para iniciar as obras

na Estação, sendo este destinado a troca e renovação do telhado.

Esta foi uma primeira conquista que trará frutos e benefícios para a nossa cidade, pois o local encontra-se fechado. Assim, num futuro próximo o imóvel passará a abrigar a Estação da Cultura que contará com uma biblioteca, um anfiteatro, salas de oficinas culturais e de artesanato, espaço para músicas e um pequeno museu dedicado à história da ferrovia, além de espaços de convivência.

Atualmente, está na sua segunda fase de revitalização a Estação Ferroviária - Bem Tombado do Município de Monte Santo de Minas, em constante movimento.

No local é perceptível ver como ficará o auditório, a implantação dos banheiros, a salas de cursos, a biblioteca, a secretaria e a sala de reuniões.

Nesta etapa acontece também a restauração e revitalização das portas e janelas.

Tudo acompanhado de perto, assim nossa Estação vai ganhando forma e demonstrando sua importância para todos os munícipes.

Mesmo em fase de revitalização, obra inacabada dá para ver o brilho aos olhos dos monte-santenses que visitam o local e sonham ver o espaço utilizado pela nossa rica cultura.

LOJA MAÇÔNICA “CARIDADE MONTE-SANTENSE”

Fundada em 27/03/1896 – Cadastro nº 499 junto ao GOB-Grande Oriente do Brasil.

adotou o nome de “Caridade Monte-santense” em clara alusão à “Caridade Mocoquense”.



O terreno e o prédio da Loja Maçônica “Caridade Monte-santense” foi doação do coronel Francisco Gê Pereira Lima.

Todos os fundadores da Loja “Caridade Monte-santense” eram membros ativos da Loja Capitular “Caridade Mocoquense” e nela permaneceram sempre, tanto é que, o título distintivo da Loja então fundada em Monte Santo,

Até os dias de hoje, a Loja Capitular “Caridade Monte-santense” considera a Loja Capitular “Caridade Mocoquense” como sua Loja-mãe e, por conseguinte, a Loja Capitular “União Mocoquense”.

Relação dos membros, ramos de atividade, data de iniciação na “Caridade Mocoquense”

Afonso Sicília – Artista – Italiano – 15/06/1893;

Bernardino Pansardi – Proprietário – Italiano – 26/03/1895;

Francisco Fernandes Pedrosa – Negociante – Brasileiro - 31/10/1894;

Francisco Gê Pereira Lima – Fazendeiro – Brasileiro – na 29/01/1896;

João Bernardino de Freitas – Fazendeiro – Brasileiro – 25/10/1895;

José Pinto da Cunha Junior – Artista – Brasileiro – 25/10/1895;

José Bruno – na Negociante - Italiano – 07/11/1889 (*)

(*) – Esta data se refere à sua iniciação na Itália; regularizou-se na “Caridade Mocoquense” em 14/08/1895.

Em 07/03/1896, foi iniciado na Loja “Caridade Mocoquense”, Wenceslau Braz Pereira Gomes. Nesta mesma data, foi exaltado ao Grau de Mestre Maçom (grau 3.º).

Participou da fundação da “Caridade Monte-santense”, sendo eleito orador, cargo que ocupou enquanto residiu em Monte Santo.

“Ata de instalação da Loja Maçônica Caridade Monte-Santense

Aos vinte e sete dias do mês de Março de mil oitocentos e noventa e seis, nesta cidade de Monte Santo, às sete horas e meia da noite, em sala reservada, presentes os Iir.: José Bruno, gr.:18, Francisco Gê Pereira Lima, Gr.:3., João Bernardino de Freitas, gr.:3., Francisco Pedrosa, gr.:3., Bernardino Panjardi, gr.:3., José Pinto da Cunha Junior, gr.:3. e Wenceslau Braz Pereira Gomes, gr.:3. para o fim de instalar a Loja provisória – Caridade Monte-Santense, munido todos os Ir.: dos documentos exigidos pelo art. 99 do Regulamento Geral, assumindo a presidência por acordo unânime dos Iir.: o Ir.:Francisco Ge Pereira Lima, ocupando o lugar de 1º. Vigilante, o

Ir.:José Bruno, o de 2º. Vigilante o Ir.:João Bernardino de Freitas, o de orador o Ir.:Wenceslau Braz Pereira Gomes, o de Secretário o Ir.:Francisco Pedrosa, o de Tesoureiro o Ir.:José Pinto da Cunha Junior e o de cobridor o Ir.:Bernardino Panjardi, na forma do Art. 99 do Regulamento Geral. Pelo presidente foi declarado estar instalada provisoriamente a Loja Maçônica – “Caridade Monte-Santense” – e mandou que fosse lavrada esta em que todos os Ir.:assinam.

Eu Francisco Pedrosa secretario que escrevi e assino

O Venerável interino Francisco Ge Pereira Lima, Gr.:3.:

1º. Vigilante interino José Bruno, Gr.:18.:

2º. Vigilante interino João Bernardino de Freitas, Gr.:3.:

Orador interino Wenceslau Braz Pereira Gomes, Gr.:3.:” (sic)

Antonino Silva, mocoquense, professor.

PEQUENA HISTÓRIA DO CARNAVAL DE MONTE SANTO

O carnaval existe em Monte Santo desde o século XIX, na forma do entrudo como os portugueses o trouxeram para o Brasil no início da colonização, mesmo porque a população inicial da cidade era de origem portuguesa. Segundo o costume português, eram confeccionadas bolas finas de cerca com água-de-cheiro dentro. As bolas eram lançadas nas pessoas. Chamavam-se “limões-de-cheiro” ou laranjinhas-de-cheiro. O entrudo até as primeiras décadas do século XX, com o uso dos limões de cheiro e com o costume de jogar água nas pessoas, quando passavam debaixo de alguma janela, por ocasião dos festejos anteriores à quaresma. Esse tipo de brincadeira tornou-se desagradável, quando algumas pessoas colocavam

líquidos mal cheirosos nos limões, o que provocou o seu desaparecimento.

Com o surgimento dos primeiros automóveis na década de 1910, teria surgido o Corso de automóveis enfeitados, com as capotas de lona descidas. Os automóveis levavam foliões e quando um veículo cruzava com outro, eles jogavam confetes e serpentinas e um tipo de perfume guardado em uma bisnaga de vidro, provavelmente o vidro lança-perfumes. Os próprios donos dirigiam os carros e nas capotas abaixadas iam sentadas duas ou três moças bonitas. Quem quisesse, podia acompanhar o Corso. Formava-se alguns blocos pequenos, que iam atrás do Corso. Esses desfiles e as batalhas de confetes na rua eram

interessantes tanto para os participantes, como para as pessoas que assistiam nas calçadas. O Corso durou até o início do século XX.

Havia também desfiles a cavalo, eram comuns durante o carnaval. Sobre a participação das pessoas montadas a cavalo em festejos de carnaval, Faria (Dr. Domingos Luz de Faria, cidadão monte-santense, antigo folião, entrevistado em agosto de 2005) conta um fato que acabou virando piada:

O pai de Magalhães Pinto (este governador de Minas Gerais) veio a passeio, a Monte Santo e participou do desfile de carnaval a cavalo. Passando pela atual Rua Dr. Wenceslau Braz, descendo já no terceiro quarteirão, mais ou menos

Essa história é bastante antiga, ainda no tempo do Corso.

Bailes carnavalescos de salão também existiam. Eram realizados no Hotel Bruno somente para adultos e contavam com a participação de grande número de pessoas, que apresentavam muito bem vestidas, com trajes sociais ou fantasias.

Conforme Faria (entrevista, agosto 2005):
Houve um ano que choveu demais, teve enchente. A cidade ficou sem luz nos dias do carnaval. Os bailes do Hotel foram realizados à luz de lampiões e velas. Levaram um automóvel e o colocaram, funcionando, com as rodas de trás suspensas. Tiraram os pneus e puseram correias e usando um dínamo, produziram eletricidade para iluminar o



Da esquerda para a direita, Celuta Nasser, a rainha do carnaval de 1937 e Noêmia Luz Castro Moscardi. Os demais não foram identificados.

no meio da quadra, do lado esquerdo havia um terreno, onde tinha uma cisterna. Ele entrou com o cavalo no terreno e, não se sabe como, a garupa do cavalo, com o cavaleiro ainda montado, caiu na cisterna, ficando ali meio enlatado, com as patas dianteiras para cima. Juntou uma porção de gente, que tirou ambos da cisterna, o cavalo e o cavaleiro.

Hotel. E teve o baile de carnaval. A música era executada por uma ou mais clarinetas. As músicas tocadas eram marchinhas carnavalescas. Até o final da década de 20, não existiam na cidade, entidades carnavalescas. Os blocos formavam-se nos dias, cada qual com meia dúzia de pessoas ou um pouco mais.

No início da década de 30, o carnaval iniciava-se com a chegada do Rei Momo, ao

escurecer. Ele chegava de trem. Embarcava na estação ferroviária de Itiguaçu (propriedade rural) e vinha descer na estação de Monte Santo, onde os blocos já fantasiados iam recebê-lo. Da estação todos desciam dançando e seguiam até o Jardim Velo. Soltavam-se fogos de artifício para receber o Rei Momo.

Os instrumentos utilizados pelos foliões eram caixas de percussão e os adereços de brincadeira eram serpentinas e lança-perfumes. Depois passou a existir uma pequena orquestra que tocava na rua. Eram poucos músicos e entre os instrumentos já existentes, apareceu o saxofone.

Coelho (Dr. Joaquim Ernesto Coelho foi médico monte-santense) afirmou em artigo escrito para o Anuário de Monte Santo, em 1942:

Monte Santo, pelo gênio comunicativo de sua gente, dá um “que” todo singular nos festejos, pois há aqui aquele carnaval individual dos grandes centros, em que cada um brinca quase que isoladamente em meio de um turbilhão de foliões, ou com grupos de amigos.

De modo todo diferente é organizado nosso tradicional carnaval, pois ele é aqui uma festa pública, embora não seja oficializado, e para a qual toda a população contribui com satisfação; é, portanto uma festa popular e todos têm a sua parte de compensação.

O carnaval de rua era animado com a presença de blocos pequenos que iam surgindo ou se organizando antes das comemorações. Alguns blocos eram mais refinados, outros eram mais simples, porém todos já demonstravam o gosto dos monte-santenses pelo carnaval.

Coelho (1942) explica:

Muitos são os blocos que apaixonam os aficionados da festa estonteante e dentre elas, dois se sobressaem para disputar primazia nas colocações, não só de carros alegóricos como em fantasias, o que são feitos com o maior gosto artístico e estes sem deixar nada a dever, quer pelo gosto, quer pela riqueza de adornos.

Para tanto, a cidade se divide em duas partes, sem que haja outro objetivo senão defender as cores de seu bando.

“Flor de Liz” e “Coração do Belém” são os grandes competidores nessa corrida anual e outros como “Flor do Sertão”, “Última Hora”, etc., completam a alegria monte-santense no tríduo do Momo.

Na história do carnaval em tempos mais remotos, observa-se a distância social existente entre “popular”, representado pelo carnaval de rua e a “elite”, que se divertia nos bailes selecionados dos melhores salões da cidade.

Isso explica Coelho (1942), ao afirmar:

Quando aludimos ao carnaval de rua, queríamos dar apenas uma ideia de que aqui também se faz o carnaval externo, porém a nota de relevo é dada pelo gosto na organização dos bailes nos salões mais amplos que a cidade possui. É nos salões que se pode apreciar a presença da família monte-santense na sua maioria, como diz o rifão – “E ali que ela entra na dança”.

Apenas dois blocos antigos sobreviveram. Surgiram em 1934 os dois blocos que existem até os dias atuais: “Flor do Braz” e “Coração do Belém”. É bastante interessante a origem desses blocos.

Monte Santo era uma cidade muito pacata e com pouca opção de lazer. Havia chegado um parque de diversão na cidade e instalou-se no largo da Matriz, cuja construção estava começando. O dono do parque era um italiano, que não media esforços para atrair a população. Não se pode negar que estava em jogo o interesse financeiro. E como todo italiano era um mafioso, o dono do parque decidiu promover um concurso de beleza, com o objetivo de atrair as pessoas e arrecadar mais dinheiro. Para a realização do concurso, ele dividiu a cidade em três partes e cada qual apresentaria sua candidata à rainha da cidade. A divisão era a seguinte: da Casa Braga, loja situada numa esquina da rua Presidente Vargas (atual Dr. Pedro Paulino da Costa) até ao jardim Velho, compreendendo uns dos quarteirões em linha reta e adjacências, isto é, ruas paralelas, seria o Belém. O nome Belém foi dado em virtude da existência da Igreja Velha localizada nesse setor da cidade e dizia-se que Belém era a porta do Céu. Da rua da Santa Casa (atual Dr. João Ribeiro) até a praça da Matriz e adjacências era a outra parte: o Braz, setor onde morava a maioria dos italianos que haviam se estabelecido em Monte Santo. E entre o Belém e o Braz estava o Centro, a terceira parte.

Oliveira (Graciano de Oliveira, o sr. Fiúca, cidadão monte-santense, antigo folião, entrevistado em junho de 2005), afirma:

O italiano do parque era inteligente, fez o Braz maior que o Belém, era apenas dois quarteirões.

Atrás do Jardim Velho era o beco da Porteira, com poucos moradores. O bairro, onde é hoje o Jardim Magnólia, era um pasto grande, pertencia ao dr. Antônio Pereira Lima, herdeiro do major Vicente, que foi o primeiro chefe da cidade (Chefe Executivo). A parte do Braz era a rua da Santa Casa inteira, a rua do Caetano (Caetano Camarota, comerciante, filho de italianos), até na igreja e depois no quarteirão da Igreja e a Mocoquinha (rua Isaac Soares). As casas em roda da Igreja eram tudo Braz. Eram vendidos bilhetes

Existe uma outra versão sobre a origem do carnaval do Braz e do Belém. Alguns atribuem o início e a criação dos blocos a Natalino Triginelli e Odoni Viani, sendo que este aprendia a profissão de alfaiate em São Paulo e residia no bairro do Belém, enquanto aquele, residente no bairro do Braz, era advogado na capital paulista. De volta a Monte Santo, teriam fundado os blocos, cujos nomes escolhidos seriam os dos respectivos bairros em que moravam em São Paulo. O nome de Caetano Camarota, filho de italianos, aparece



Componentes do Braz, no carnaval de 1937.

para o concurso de beleza para ele ganhar o dinheiro. O Belém lançou como candidata Edith Magalhães. Edith Magalhães era bonita, mas não era uma beleza de chamar atenção. Maria Lanzoni, que era descendente dos italianos do Braz, já era outro tipo de beleza, era bonita, vistosa. Ela era animada, dançava nos bailes de roça, no baile da Serra. E a Marieta Magalhães já era mais velha, já tinha uns quarenta anos naquele tempo. A Maria Lanzoni venceu o concurso de beleza. Até os moços do Belém votaram na candidata do Braz. Cada um conta uma história, mais isso é o que eu gravei bem.

também nesse início.

Todavia, monte-santenses como Oliveira (o sr. Fiúca) e Faria (o dr. Domingos), que presenciaram a criação dos dois blocos e participaram dos mesmos desde o começo, apontam como verdadeira a origem histórica a partir do parque de diversões.

Em 1935 saiu à rua o Zé Pereira (que surgiu no Brasil em 1848) ao som de bate-caixa e bate-lata, anunciando o desfile dos blocos carnavalescos: Braz e Belém. O Belém saía do Jardim Velho e o Braz saía da matriz. As fantasias eram muito simples. Foi nesse momento que

apareceram os foliões pioneiros de um e outro lado. E a rivalidade também.

Entre os pioneiros antigos, antigos foliões, além de organizadores, podem ser citados Odoni Viani; José Lattaro de Oliveira; Alberto Marino; Roque Marino (vais velhos) e também a ala jovem da época: Graciano de Oliveira, Nahor Luz de Faria, Domingos Luz de Faria, Sebastião Ribeiro de Faria Júnior (Sadi), Pedro Luz, José Luz, Elias Abrahão, Domingos Luz, Laércio Silva, Elio Luz, Otacilio Luz, Odilon Luz, Edwar de Oliveira, Osmar Gomes de Paiva, José Espósito, Otávio

Santos, Iolanda Paulino, Yole Salotti, Argentina Leone, Janyra Godoy, Dijanira Valini, Ruth Valini, Eunice dos Reis, Aparecida Luz, Maire Luz, Doris Parisi, Neide Parisi, Anita Ribeiro, Elza Gregghi, Ermengarda Gregghi, Joana Netto, Elza Netto, Júlia Netto, Nair Marinzechi, Geralda Luz, Nilva Luz, Nair Rigobello, Aparecida Rigobello, Maria José Ribeiro, Cleufe Oliveira, Elia Paiva, Raquel Rigobello, Hortensia Ribeiro de Lima e outras. Isaura Luz era do Belém, ajudava bastante, mas não desfilava.

Do lado do Braz, os pioneiros foram:



Componentes do Belém, no carnaval de 1939.

Meda, Fabiano Soares, José Donabella Filho, Waldemar Ribeiro, Benedito Marques, Oríode Viani, Olímpio Viani, Jorge Ribeiro, Alcides Santana, Ary Magalhães, Joel Paulino, Wilson José Parisi, Sebastião Parisi, Nicola Espósito, Noraldino Paulino, José Coelho, Manoel Ribeiro, Alberto Luz e outros, do Belém (1935).

Entre as jovens do Belém, da época, destacavam-se Ada e Anísia Viani, Olga Freitas, Arminda de Souza, Lourdes Mazzaro, Edith Magalhães, Zizi e Diva Magalhães, Sebastiana

Natalino Triginelli, Caetano Camarota, José Larisca, José Salomoni, Natalino Piccinini e outros.

As moças do Braz da mesma época eram: Celuta Nasser, Magnólia Pereira Lima, Noêmia Luz, Maria Lanzoni, Maria Demasi, Dirce, Nirce, Alifonsina Braga e Alda Braga, Maria, Rosa, Filomena e Aparisina Parisi, Vanda Pereira Lima, Alice e Fausta Armond e outras.

Há quem diga que as moças da família Braga pertenciam ao bloco da Cidade, mas acabaram indo para o Braz.

O farmacêutico José de Campos Cardoso, era grande incentivador do carnaval e participava do Bloco do Belém.

O Centro, que também era chamado Cidade, por ser o miolo de Monte Santo, não tinha bloco grande, mas pequenos blocos de seis a oito pessoas, grupinhos como o “Bando da Luz”, “Banda Estrela”. Eram luxuosas e existiam à parte, separados do Braz e do Belém.

A respeito do bloco Bando da Lua, Oliveira (entrevista, jun. 2005), comenta:

O Chico Cebola vivia trancado em casa. Suas sobrinhas eram muito bonitas e tinham vozes maravilhosas. O Braz não quis se unir com elas.



Sociedade Recreativa Belém.

Então formaram o Bando da Lua. Era lá do alto da caixa d'água, um bloco pequeno, com oito ou dez pessoas, que cantavam no meio da rua. Existia também o bloco “Flor do Sertão”, que fazia baile na Operária (Sociedade Operária). Era alinhado, formado quase só de gente da roça, um bloco simples, mas bonito. Ainda havia o bloco “Última Hora”, de Giovanni Tortorelli e José Felicetti.

Os blocos do Braz e do Belém contavam com a participação de famílias distintas da cidade, de classe média, tanto na sua organização, como contribuição com trabalho, ajuda para a confecção de fantasias, mas no geral, os participantes pertenciam à classe operária. A duração dos festejos carnavalescos era de três noites.

Oliveira (entrevista, jun. 2005), constata:

O carnaval era feito pela classe média e pela classe operária. As famílias mais ricas não participavam. Alguns ajudavam um pouco.

Com o tempo os desfiles de carnaval começaram a evoluir, tomaram maior vulto e passaram a ter mais expressão. A turma da Cidade, passou a participar também, porém quase sempre do lado do Braz, que aumentou ainda mais o número de participantes.

Na segunda metade da década de 30, o carnaval monte-santense apresentava-se por três noites. Cada noite com uma fantasia diferente. As fantasias eram simples. Uma camisa listrada já era uma fantasia. Geralmente deixava-se para a última noite a melhor fantasia. As fantasias mudavam de ano para ano. Por exemplo: um ano o Belém saía com fantasia de cigano e o Braz saía de pirata.

Carros alegóricos davam um toque especial aos desfiles chamando a atenção do público, pois eram muito enfeitados, traziam jovens bonitas fantasiadas, além de mostrarem a habilidade de muitas pessoas que gostavam de apresentar novidades, usando criatividade e técnica.

Oliveira (entrevista, jun. 2005) explica:

Os carros existiam desde o início dos blocos. Em 1937, o carnaval melhorou bastante.

Os carros foram melhorando, progressivamente. Os carros do Braz eram melhores, mais elaborados. Nessa questão, o Belém não competia com o Braz.

Sobre os carros, Faria (entrevista, ag. De 2005), observa:

Teve um ano (provavelmente em 1938) que Sizinho (Tarsízio Luz), Paulão (Paulo Romeu Luz), Bertinho Luz (Alberto Luz), Nahor (Nahor Luz de Faria) e eu (Domingos Luz de Faria), passamos a noite trabalhando no carro do Belém. Era o carro principal e trazia César no trono de Roma e Cleópatra a seus pés. Tinha uma escolta de soldados romanos, escravos e muitas alegorias. Um escravo abanava o César. O chapéu de César foi feito por Isaura Luz. E à noite, quase que o carro não saiu, porque a luz da cidade apagou.

Um outro ano, quando Zizi Magalhães foi rainha do Belém, o Joaquim Luz fez um carro em formato de flor, que abria e fechava. A Zizi foi no carro. E o Bertinho inventou de fazer um dragão enorme, que quase não virava a esquina. O Bertinho e o Roque Marino faziam carros muito bem feitos. Os tios da família Luz também ajudavam. Toda a família Luz participava ativamente do Belém, não só fazendo parte dos desfiles, como também ajudando também na organização, na criação e elaboração dos carros alegóricos. Paulo Luz e Tarcísio Luz gostavam de trabalhar na confecção dos carros.

Havia também as famosas marchinhas de

carnaval, que animavam os foliões e os desfiles. O Belém trouxe o Tigani para Monte Santo, para tocar no Belém. Ele era pistonista. E como tinha profissão de tipógrafo, montou aqui, o Estabelecimento Gráfico Tigani.

O Braz sempre exibiu carros alegóricos muito bons, bem iluminados. Eram feitos por pessoas que entendiam do assunto e que possuíam técnica necessária.

Costa (Maria Benedita Paulino da Costa, cidadã monte-santense, foi figurinista do Braz), em entrevista realizada em novembro de 2005, faz comentários sobre os carros do Braz:

Natalino Piccinini era quem confeccionava os carros alegóricos, cuidava de toda a parte elétrica e iluminação. Seu filho, José Ângelo, continua com o trabalho em que o pai foi pioneiro.

Os blocos do Braz e do Belém apresentavam belas rainhas. Cada ano, um e outro bloco escolhia uma rainha entre as mais belas moças da época. Suas fantasias eram especiais e geralmente desfilavam nos carros, em lugar de destaque.

Faria (entrevista, ag. 2005), comenta:

Em 1938, a rainha do Belém foi Samira Abrão e em 1939, a rainha foi Ada Viani. No Braz destacaram-se belas rainhas como: Celuta Nasser, Noêmia Luz e Toti.

A tradição oral traz à tona lembranças de casos e episódios do passado que marcaram determinados anos, talvez face à rivalidade existente entre o Braz e o Belém. Muitas pessoas

mais velhas, que participaram do carnaval ou que conheceram os blocos na juventude, gostam de contar alguma passagem curiosa.

Faria (entrevista, ag. 2005), lembra alguns fatos acontecidos no carnaval do Belém:

Provavelmente em 1939, surgiu um boato que o Belém recebeu um aviso que não deveria passar do ponto (o ponto era ali na “divisa”, onde hoje está a panificadora “Ao pão gostoso” e a residência da Maria Benedita Paulino da Costa). E ficou aquele clima de desconfiança. Os homens de responsabilidade do Belém foram na frente dos blocos sisudos, com as mãos para trás e abriram caminho para o Belém. Houve o desfile e eles levaram o bloco até a Igreja. Esses homens eram José Custódio Luz, Nenê Faria, Chiquito Magalhães, Antônio Parisi. Quando o assunto era dinheiro, o Antônio Paulino abria a lista do Belém todo ano.

Foi na primeira fase de existência dos blocos, quando estavam em plena atividade, que algumas divergências aconteceram provavelmente passageiras, próprias dos dias de carnaval.

FARIA (entrevista, ag. 2005) relata:

Uma outra coisa interessante foi um encontro: O Belém saiu do Jardim Velho e o Braz saiu da Praça Silvério de Melo. Encontraram no ponto. Um queria passar para cá, o outro queria passar pra lá e quase que saiu briga. Os foliões



Escola de Samba do Braz.

jogavam terras nos olhos uns dos outros (a atual rua Dr. Pedro Paulino da Costa não era calçada). Misturou gente de todo nível e virou uma confusão.

Após o término dos festejos, sobravam os comentários sobre pontos positivos e negativos, críticas, elogios, enfim passavam-se vários dias até que o assunto se esgotasse.

Outro caso relatado por Faria (entrevista, ag. 2005), é o seguinte:

Numa quarta-feira de cinzas teve uma briga na estação. Gente que vinha de trem para voltar, que morava fora embarcou para seguir viagem. Havia tocado no carnaval uma orquestra de São Sebastião do Paraíso. De repente formou um “fuá”, que eu provoquei sem querer. “Meti o pau” na orquestra. Eles quiseram me bater e o Belém reagiu. O trem teve que andar devagar, quase parou fora da estação.

O fato é que a rivalidade entre os dois blocos realmente existia, era ferrenha, muito mais forte no passado do que na atualidade.

Sobre a rivalidade, Costa (entrevista, nov. 2005), comenta:

Meu pai (Dr. Pedro Paulino da Costa) dizia que na esquina de casa, onde era o “ponto”, encontravam-se os dois blocos e o “pau comia”. Mas aquela rivalidade monstruosa, eu combati muito. A rivalidade diminuiu muito, melhorou.

O curto período do carnaval era reservado à alegria. Era um momento de diversão esperado por todos que desejavam comemorar, desligar-se dos afazeres do cotidiano, estar em companhia de amigos ou pessoas queridas. O que era importante era preparar a “brincadeira”, contanto, cada bloco com a maior ajuda possível, para o sucesso de seu desfile.

Oliveira (entrevista, jun. 2005), afirma:
O Belém toda vida teve um carnaval alegre, pra divertir. Diziam que os ricos eram de cá, mas os ricos daqui não ajudavam. O carnaval era feito por gente pobre. A unidade daqui (a turma do Belém) é que fazia nosso carnaval. A união de todos, porque entre o nosso povo (do Belém), todos trabalhavam. E hoje continua sendo assim. Chega no carnaval, todos no Belém se unem. Vital Paulino, Noraldino Paulino, Orlando Paulino e Joel Paulino sempre foram do Belém. Quem mais contribuía era a D^a Maria Paulino, mãe de Joel. Tito Paulino também contribuía muito. Todos eles moravam nesse pedaço (no Belém). No Braz, a

Zarita (Maria do Rosário Paulino da Costa) trabalhou demais pelo bloco. Hoje, a Dita (Maria Benedicta Paulino da Costa) também trabalha muito pelo Braz. Acho o Egmar (atual presidente do Braz) espetacular e o José Piccinini também.

As rivalidades políticas desapareceram no carnaval. Alguns daqui (do Belém) pendiam para o Braz e vice-versa. Naquela época (1934 a 1939) não existia samba-enredo, eram cantadas marchas. Aproveitava-se para uma marcha carnavalesca e fazia-se a paródia. O “Abre Alas” é uma paródia de uma marcha de carnaval chamada ‘Turista’ e foi feita por Chiquinho Magalhães; ficou como um hino do Belém, todo ano canta e nunca deve parar.

Interessante, eu que participo desde o começo, posso dizer. O Belém pode estar desanimado para sair, toca o Abre Alas, parece que o povo reanima. Só tem um problema: Monte Santo tem um povo de memória curta, não dá valor no carnaval que tem.

Ô Abre Alas

Que eu quero passar;

Sou do Belém e venho farrear.

A nossa turma não pode haver outra igual

Deixa saudade em todo carnaval.

Já vi carnaval por aí

Hi! Hi!

Já vi carnaval

Lá no Braz

Az, Az!

E mesmo que visse cem,

Nenhum carnaval

Seria igual do do Belém.

O “Abre Alas” tornou-se o hino do Belém. Tem o poder de animar o bloco todo. Quando se faz ouvir, todos os foliões já sabem que devem estar a postos porque chegou a hora. É o bloco que pede passagem, se faz anunciar. O público também sabe que aquele é o momento. Corações batem acelerados. A expectativa é geral. Começa o rufo dos surdos, soa a voz do samba e no embalo do “Abre Alas”, surge a Escola do Belém, ostentando o vermelho e branco na bandeira.

No Braz, de acordo com Ribeiro e Costa, destacou-se o samba “Nas Ruas de Monte Santo”, letra e música de Adylson Godoy, 1976.

Nas ruas de Monte Santo de Minas

É hora do nosso bloco cantar

A tradição, a riqueza das pedras do Imperador.

*Do sangue inconfidente, a liberdade nasceu.
Que os filhos de Monte Santo se lembram do vai e vem
Seja Braz ou Belém.
Das águas do Pinheirinho, da bênção do nosso rei,
Do carnaval, do folclore, a Folia de Santos Reis.
É Braz, é Braz, é Braz.
Branco e preto nossas cores nas terras de Minas Gerais.
A flor, a flor de Liz*

Tradição do nosso bloco, do povo desse país.

No ano de 1940 não houve carnaval. Os blocos não desfilaram. O carnaval de rua de Monte Santo parou. Há quem diga que o motivo foi a Segunda Guerra Mundial, que começou em 1º de setembro de 1939, causando tensão em todo o mundo.

Houve um tempo, possivelmente dos anos 50 aos anos 70 (não é possível precisar a data exata), período em que o Braz e o Belém pareciam estar extintos, que um mineiro, do norte do estado (Antônio Carlos Braga) da cidade de Curvelo, e radicado em Monte Santo, fazia um carnaval de rua, no estilo do nordeste, parecido com os carnavais de Olinda e Recife, muito popular, simples e criativo. Foi daquela região que ele trouxe a inspiração. Era o carnaval do Braguinha. O povo saía à rua para ver o Bloco do Braguinha.

Ferreira (Rosemeire Braga Ferreira, monte-santense, filha do Braguinha) relata em entrevista realizada em novembro de 2005, como seu pai organizava o bloco:

No bloco tinha o boi, que era feito de bambu e coberto de pano de chita estampada. Uma pessoa entrava naquela armação, que parecia uma cesta grande. As pernas ficavam livres para andar e dançar, mas o pano que cobria o boi chegava até o chão e o corpo da pessoa, da cintura para baixo, ficava aparecendo sobre um lombo do boi. A cabeça do boi era modelada em jornal molhado e ficava perfeita. Era colocada a rédea e a figura que carregava a fantasia ficava como se tivesse montada. Colocava o chapéu e parecia um “cavaleiro”. Havia também fantasia de burrinho, no mesmo estilo do boi, com a mesma técnica. A molecada gostava de puxar o rabo do burrinho e o rabo do boi. Então punha alfinetinho no rabo dos animais. Aí ninguém puxava mais.

O traço mais parecido com o carnaval do Recife era a presença dos cabeções, que apesar de modestamente preparados, faziam sucesso, despertando a curiosidade do público, que achava muita graça nessas figuras. O boi, típico das festas do Norte (Amazonas e Pará) e do Nordeste (Maranhão) também chamava atenção do público, pela originalidade e pela característica folclórica.

Ferreira (entrevista, nov. 2005), explica como eram feitos os cabeções:

Além do boi e do burrinho, os cabeções chamavam atenção nos blocos. Eram também feitos de jornal. Ia molhando o jornal e modelando os cabeções. Depois eram pintados com piche. No meio do cabeção, no lugar do pescoço, era colocado um bambu para segurar. Sempre usava um pouco de cola, que era feita de farinha de trigo, porque não dava para comprar. A chita cobria o bambu até se arrastar no chão e eram os braços, também de chita. Uma pessoa entrava na roupa e segurava no bambu para carregar o boneco.

Os foliões do Bloco do Braguinha divertiam-se de modo diferente. Não era desenvolvido um tema. As fantasias não representavam personagens históricos, sociais ou políticos. Saíam à rua para se divertirem e divertir o público, com muitos figurantes. Ferreira, entrevista, nov. 2005), relata:

Os homens se vestiam de mulher e as mulheres se vestiam de homem. Adultos, jovens e crianças participavam do bloco. Era muito animado, pois não tinha outra coisa, então o povo saía para ver o Bloco do Braguinha. Tempos mais tarde, o Corridinha começou a sair junto com o bloco. O Luizão começou a tocar. Eu fui porta-bandeira do bloco e meus irmãos saíam de burrinho.

O Braguinha era figura popular na cidade, muito conhecido, gostava de carnaval. Há comentários de que fez mais de quarenta anos de Carnaval em Monte Santo. Promovia também bailes de Salão.

Sobre os bailes, fala Ferreira (entrevista, nov. 2005):

Aqui tinha três clubes. O Minas Clube que era dos ricos, a Associação Comercial que era da classe média e a Sociedade Operária que era dos pobres, das quengas. Quem ia lá eram essas mulheres “assim”, ne?! Meu pai tinha o bloco de rua e fazia bailes de carnaval na Operária. O sr.

Vital (Vital Paulino da Costa), que era prefeito, deu à Sociedade Operária para meu pai fazer os bailes. Nesse tempo a prefeitura dava uma ajudazinha, tanto para esses bailes, como para o bloco. Depois meu pai perdeu a Operária.

E Ferreira (entrevista, nov. 2005), conclui:

Teve um ano em que o Belém (O Belém e o Braz já haviam recomeçado os desfiles), fez homenagem para meu pai. Apresentou uma ala da escola, a Ala do Boi, lembrando o Bloco do Braguinha.

A homenagem ao Braguinha aconteceu no ano 2000, quando o Belém apresentou o tema “A História foi assim”, tema este que homenageou a cidade, contando sua história, isto é, os aspectos principais do passado de Monte Santo.

Histórias e mais histórias, lembranças e mais lembranças... Ah! “Aqueles carnavais” têm história e deixaram saudade.

Todavia, como diz o vulgo popular “tudo o que é bom dura pouco”, assim também foram os carnavais de outrora. A primeira fase do Braz e do Belém encerrou-se por volta de 1940, para renascer mais de trinta anos depois.

Na verdade, empregar o termo renascer seria demasiado forte, pois ambos os blocos eram especiais demais para acabar. Não chegou a acontecer a sua extinção, uma vez que sua história foi muito bem guardada na memória e no coração dos participantes, que, saudosos, não deixam de repetir aos descendentes, centenas de vezes, histórias do Braz e do Belém.

Na década de 1970, reiniciaram-se os desfiles carnavalescos do Braz e do Belém.

Piovesani (Maria de Fátima Jorge Piovesani, monte-santense, foi presidente do Belém e hoje ocupa o cargo de vice-presidente) conta em entrevista realizada em agosto de 2005:

Jovens e famílias do Braz e do Belém participavam da gincana do Minas Clube. Parece que uma prova da gincana era sobre o carnaval. Um grupo de jovens se mobilizou para trazer o carnaval de rua. Realizou-se uma reunião com a participação do João Abrão e de outros jovens, com grande incentivo ao sr. Antônio Carlos Alcântara, que era gerente do Banco do Crédito Real. Conseguiram atingir seu objetivo. E, na década de 70, parece que em 1975 ou 1976, Braz e Belém voltaram a desfilar. É lógico que as equipes apoiaram os dois blocos. Do lado do Braz,

estavam: Celuta Nasser, Paulinho Veloso, Márcio Paulino. Do lado do Belém: Mércia Paulino, Cidinha Paulino, Terezinha Lima, Teodora Oliveira Vitória, Maria Zélia M. Pereira de Melo, Ana Donabella, Dirce Luz e outros. Mas o carnaval de rua é cíclico, tem fases. Teve ano que saiu, ano que não saiu. Depois parou. Em 1985, 1986 e 1987, tanto o Braz como o Belém desfilaram. Em 1985 e 86, o Belém trouxe estilista (o Dudu) de São Paulo e em 1987, veio o Cláudio, do Rio de Janeiro. Por um ou dois anos o Braz saiu e o Belém não. Em 1992, o Belém desfilou. Em 1996 e em 1997, o Belém saiu com o Blocão. Em 1998 não saiu. Em 2001. O Belém estava sem dinheiro, meio desestruturado, não deu para sair o bloco. O Braz saiu sozinho.

Muitos talentos são canalizados para o carnaval e outros afloram ou são aperfeiçoados em função dele, produzindo um verdadeiro show de arte, um espetáculo de bom gosto. Lideranças também são definidas e habilidades de pessoas dos dois blocos são aproveitadas. Foi assim que surgiram os carnavalescos e figurinistas, costureiras, bordadeiras, organizadores de alas, letristas, elaboradores de arranjos musicais, construtores de temas.

Piovesani (entrevista, ag. 2005), explica:

Quando os dois blocos saíam regularmente às ruas, era o João de um lado (Belém) e o Egmar (Braz) do outro. Eles são dois símbolos, dois carnavalescos que marcaram época, seguindo a linha de luxo e da ostentação. Na fase dois, tivemos na diretoria do Belém: Waldemar Salgado de Oliveira Filho (presidente), Graciano de Oliveira, o Fiúca (vice-presidente), João Batista Jorge (diretor social), Célio Marcio Lanza (tesoureiro) e outros componentes. O Egmar continua até hoje como carnavalesco do Braz. O João ficou 15 anos na diretoria do Belém. Faleceu em 2000, mas preparou o Adriano, a Ana Paula, eu mesma, Fátima Abrão. Ele foi delegando, dividindo funções com outras pessoas. Mesmo assim, após o falecimento dele, o pessoal apanhava. O Toninho (José Antônio Alvarenga) aprendeu com ele a trabalhar com os carros e é muito dedicado.

Todo o trabalho com figurino, confecção das fantasias, que são ricamente bordadas, elaboração de adereços, alegorias, carros, enfim tudo é feito na cidade, pelas pessoas das duas

escolas de samba, embora o material seja comprado em São Paulo e um pouco em Ribeirão Preto. Isso se deve à divisão das responsabilidades.

Sobre isso, explica Piovesani (entrevista, ag. De 2005):

No Belém, não há uma centralização na mão de uma pessoa ou um líder forte. O trabalho é dividido e há equipes de trabalho. A Ana Paula (Ana Paula Pereira de Melo Ramalho) é a estilista. A Nilda Parisi faz o samba-enredo, trabalho que começou ainda na época do João. A Nilda também já fez tema. A D^a Marlene (Marlene Félix Pucci Palacini) trabalham com o tema. D^a Marlene e a Sílvia Faria (Sílvia Maria de Faria Castejón) prepararam juntas a comissão de frente por vários anos. Depois pararam. Foi a vez da Thelma Parisi e da Cidinha do Caburé (Maria Aparecida de Freitas Donabella) se encarregarem da comissão. A Cléa também se responsabilizou um ano pelas fantasias dos rapazes da comissão. E atualmente a D^a Marlene retomou e a Sílvia passou a preparar os destaques do bloco do Ricardinho. A Fátima Faria (Fátima Regina de Faria Lanza) e a Nenê (Cleudenir Longo Pereira Lima) são responsáveis pela bateria. A madrinha da bateria depende de um trabalho individual; já foi responsabilidade de Maria Zélia; agora é da responsabilidade da Cléa Faria, pois a madrinha é a própria filha, que foi rainha do Belém por quatro anos e agora em 2006 já é o segundo ano que sai nesse posto. Existem três casais de mestre-sala e porta-bandeira: adulto, juvenil e infantil. A principal porta-bandeira é a Cristina Pereira de Melo Moreno há 15 anos e a responsável por sua fantasia é a sua mãe, a Maria Zélia. A Dora, a Angélica, a Fátima, a Cleuza, a D^a Elza e a Madalena tomam conta dos blocos das crianças e da juventude. A Imaculada é a responsável pelas baianas. O Rick dirige um bloco de jovens. A Toninha (Maria Antonia Alvarenga Palacini) e a Ana Cláudia (Ana Cláudia Lima) tomam conta dos passistas. A Ana Paula João tem o bloco dela. As senhoras e os casais também. Os destaques principais contam com pessoas e equipes distintas, responsáveis, como Paulinha João, a Maria Zélia, a Vânia Luz, a Luciana, o Luís Henrique, a Negia. Os carros ficam com o Toninho, a Nilda e a Luciene. Em geral saem dois ou três carros, dependendo da situação financeira. Cidinha Paulino, Maria Nilza, Júnia, Dirce, Ana Donabela, Diva fazem todas as

cabeças das baianas e dos destaques, reúnem-se na “casa das cabeças”, todas as noites por um período de um a dois meses antes do carnaval. D^a Marlene já fez muita cabeça, principalmente dos destaques. Ela é muito habilidosa. Enfim, no geral todos ajudam também nas promoções (almoços, bingos, bailes, jantares, festas), para angariar fundos.

As escolas de samba necessitam de uma boa estrutura econômica, organizada, uma vez que o custo anual dos blocos é alto. Cada bloco reúne, no mínimo, 450 figurantes, lembrando que um dos blocos já saiu com 700 componentes. Isso é um dos motivos responsáveis para que o carnaval seja cíclico. Nos últimos anos, o empenho em prol dos desfiles é intenso. Prova disso é o que conta Piovesani (entrevista, ag. 2005):

Em 2002, 2003, 2004 e 2005, tanto o Braz como o Belém saíram. Nesses anos houve mais apoio da prefeitura, que estimulou os dois blocos, oferecendo verbas, através da Montfest, enfim subsidiando o carnaval. A iluminação da Rua Dr. Pedro foi melhorada e a rua foi asfaltada.

O espírito carnavalesco desses blocos de Monte Santo que hoje já constituem verdadeiras escolas de samba é tão forte, que mesmo diante das maiores dificuldades, não se deixa abater, não se extingue. Continua vivo em cada coração, tanto, que nos dias de carnaval as diferenças desaparecem, sejam elas sociais, culturais ou políticas.

Mais de um mês antes do carnaval, os preparativos aceleram-se: fantasias, carros, ensaios das baterias. O assunto é carnaval. E as perguntas mais comuns, ouvidas em todos os cantos da cidade são as seguintes: “você é Braz ou Belém”? “Você vai sair”? “Onde”?

No mês de janeiro, enquanto pessoas bordam, enfeitam, confeccionam as fantasias, elaboram os carros, as baterias ensaiam. A animação é geral. Os ensaios atraem grande número de pessoas que comparecem para ouvir o samba-enredo e o som da batucada de cada uma das escolas. O gingado do samba é um grande atrativo desde os ensaios. Nos dois blocos existem pessoas que sambam bem. Têm o dom, enquanto outros têm a técnica nos pés. Ao som das baterias oferecem verdadeiros shows de samba, primando pelo molejo, pela leveza e pela graça com que se deixam conduzir pela batucada e pelo samba-

enredo, que é cantado pelos puxadores e pelos elementos do bloco.

Nas últimas noites que antecedem aos desfiles, as baterias saem às ruas. As calçadas ficam cheias de gente e muitos acompanham o ensaio cantando ou dançando.

O trabalho é intenso tanto no barracão do Braz, como na sede do Belém.

Ribeiro (Egmar Garcia Ribeiro, monte-santense, presidente do Braz) relata em entrevista realizada em agosto de 2005:

Em 1974 eu participava da gincana do Clube e numa prova solicitada um equipe fez O Braz e o Belém. O povo entusiasmou e em 1975, os blocos reiniciaram os desfiles de rua. Cada bloco fazia uma fantasia, alegorias. Quem tomava conta do Braz naquele tempo eram a Marta Paulino e a Regina Salgado.

Nesse despertar do Braz, pessoas de antigas famílias que participavam, foram se interessando por essa nova fase do carnaval.

Costa (entrevista, nov. 2005), lembra:

Celuta Nasser também fazia parte junto com a Marta e a Regina, do reinício do bloco, mas foi o Nanau quem encabeçou. Nessa época da Celuta, no ano de 1976, o Pedro Luís, da Rosas de Ouro fez os desenhos. Eles telefonaram para o Joãozinho Trinta, queriam que ele fizesse o figurino, mas ele não pôde e indicou o Pedro Luís. Essa fase durou de 1976 a 1978.

O clima do carnaval de rua voltou a contagiar os foliões e os organizadores. As expectativas passaram a ser cada vez maiores.

Ribeiro (entrevista, ag. 2005) relata:

Os blocos saíram por três anos. Em 1978, o Braz saiu. Depois parou. No início da década de 80 parte dos figurantes do Braz e parte do Belém uniram-se no bloco “Coração de Liz. Nos anos seguintes, um grupo de pessoas assumiu a responsabilidade pelos desfiles do Braz. Em 1984, os responsáveis foram a Zarita, o Márcio Paulino e o Paulinho Veloso e nos anos de 1985. 1986 e 1987, passaram a fazer parte dessa equipe a Celutinha, o Edson, a Mariângela, o Antônio Augusto Rigobello e eu (Egmar).

Há muitos anos uma dupla dirige o Braz: o Egmar (Egmar Garcia Ribeiro) e a Dita Paulino (Maria Benedita Paulino da Costa). Trabalham muito, sempre bem assessorados por amigos

dedicados, formando uma equipe que faz o carnaval do Braz.

Ribeiro (entrevista, ag. 2005) explica:

Em 1993 assumi o Braz, junto com a Dita Paulino e acabei me tornando figura administrativa, presidente e carnavalesco. A Dita e eu assumimos e formamos uma equipe, do qual participam: Gislene Furlan, Teresa Rossi, Fátima Melo, Edson Soares e outros. O José Ângelo Piccinini é responsável pelos carros, especialmente a parte técnica, iluminação. As roupas da porta-bandeira, madrinha da bateria, destaques, são feitas nas casas. No barracão são feitas fantasias de blocos, os costeiros, plumeiros, ombreiras, alegorias. Por exemplo: determino o dia dos costeiros. Todos que vão usar fantasias com costeiros, vão ao barracão e eu ensino como fazer. Antes, eu fazia todos, mas agora é assim que acontece, a gente vai ensinando os componentes do bloco a trabalhar. Quanto à escolha das fantasias, quem quer participar vai ao barracão; lá mostramos os desenhos e eles (jovens e adultos) escolhem. Mas colocar o bloco na rua é muita responsabilidade. A gente cansa, fala que vai deixar, já entreguei a presidência, mas me devolveram. Enfim, faz-se tudo por amor ao bloco. O carnaval não pode acabar.

Os temas variam bastante de ano para ano, tanto no Braz como no Belém. Temas desenvolvidos pelo Belém: “Festa Cigana” e “Ritmos Brasileiros” (1976); “Ai que saudades que eu tenho” (1977); “Belém de 1000 a 2000” (1984); Para viver um grande Amor” (1985); “Belém e Revista” (1986); “Em Noites de Lua Cheia” (1987); “O Mundo é Todo Teu” (1993); “Da Magia à Alegria, os Passos da Dança” (1994); “Um dia de rei” (1999). “A História foi assim” (2000); “No final do arco-íris, um paraíso tropical” (2002); “Em busca de uma fortuna” (2003); No Murmúrio das Águas... O Canto da Vida” (2004); “No Rastro da Vassoura” (2005). E Verso e Reverso” é o tema de 2006.

Temas desenvolvidos pelo Braz: “A Rainha de Sabá na corte do Rei Salomão” (1976); “Os Jogos” (1977); “Caribe em festa” (1984); “O Reino de Angola na Corte de Nassau” (1985); “O Arco-íris da ilusão” (1986); “Espumas flutuantes” (1987); “As Viagens de Marco Pólo” (1993); “O Braz nas telas de Hollywood” (1994); “Braz, Axé!” (1999); “E o fim do Mundo vai ficando pra depois”

(2000); “Os heróis da Inconfidência” (2001); “Sem limites pra sonhar” (2002); “A Flor de Liz” (2003); “Nosso Braz Brasileiro” (2004); “O Brasil nas Olimpíadas” (2005). E “Quem canta seus males espanta” é o tema de 2006.

O carnaval de Monte Santo possui características peculiares diferentes dos de outras localidades.

Costa (entrevista, set. 2005), afirma:

O carnaval monte-santense é diferente dos outros porque aqui quem dirige é a sociedade. Mas há uma coisa que nos desanima: o povo da cidade não dá valor”.

O carnaval de Monte Santo tem raízes, memória viva, desde seu início, nas fases pelas quais passou, nos temas, nas músicas, nas pessoas que fazem questão de conservar essa festa que se tornou atração turística, chamando a atenção de pessoas das cidades vizinhas e de grandes centros, que vêm especialmente para assistir ao carnaval. Há anos, pessoas de Monte Santo que moram em São Paulo, Ribeirão Preto e outras localidades costumam vir passar o carnaval aqui e acabam trazendo amigos, parentes, não apenas para assistir, como para participar.

No último carnaval, pessoas do Rio de Janeiro vieram para Monte Santo no carnaval.

Uma curiosidade foi a presença de um inglês no carnaval de 2005. Com a esposa monte-santense, estava entusiasmado, filmando a concentração dos foliões do Belém no Jardim Velho, inclusive quis ser fotografado ao lado de vários destaques. Parecia estar gostando muito. Depois filmou todo o desfile do Braz, parecendo encantado com o que assistia. Com certeza, outros ingleses tiveram oportunidade de conhecer o carnaval de Monte Santo através desse filme.

A memória histórica do carnaval de Monte Santo também se preserva pela Genealogia. Muitas famílias fizeram história no Belém e no Braz e contam com descendentes da terceira ou quarta geração que participam dos blocos, mantendo a tradição. Muitos jovens que participam hoje, já são do Belém ou do Braz, desde seus bisavós, como é o caso das famílias Magalhães, Luz, Faria, Paulino, Marino, Parisi, Alvarenga, Oliveira, Pereira de Melo, Bruno, Lopes, Falbo e outras, do Belém. E do Braz as famílias mais tradicionais são: Piccinini,

Camarota, Triginelli, Paulino, Melo, Tortorelli, Braga, Neves, Nantes, Larisca, Pereira Lima e outras.

E são mais os graus de parentesco e não a antiga

divisão da cidade que definem, atualmente, quem é Braz e quem é Belém. Isso vale para as famílias mais antigas. Porém, há quem escolha este ou aquele bloco por simpatia ou porque se identifica mais com o Braz ou com o Belém ou ainda porque seus amigos estão em um ou outro por tradição familiar, participam ano no Braz, ano no Belém. Existe certa mobilidade. Afinal, a diversão é o que conta.

Dias antes do carnaval é realizado o sorteio para saber qual das duas escolas deve iniciar o desfile no sábado e qual deve fechar na segunda-feira.

No sábado de carnaval, o Belém começa o desfile do Jardim Velho e termina na Praça da Matriz. O Braz inicia na Praça da Matriz e termina no Jardim Velho. Os dois blocos não saem ao mesmo tempo. Sai um, depois o outro e essa ordem também é determinada pelo sorteio. Já na segunda-feira, cada qual sai do lado contrário, para encerrar o seu desfile em seu território.



Escola de Samba Anastácia

Quando chega, afinal a hora do desfile, é que pode ser apreciado o resultado de todo esforço.

Primeiro os fogos de artifício iluminam a noite, sinal que a escola está pronta para iniciar o desfile. As alas vão se formando, a bateria começa a tocar. Os puxadores do samba começam a cantar, os cantores acompanham. E o bloco sai. Animação, luxo e beleza fazem o espetáculo. É um momento de esplendor, quando som e samba ocupam espaço da avenida. Ambas escolas vivem esse momento de magia, que a cada ano parece ser único.

Os monte-santenses, principalmente os organizadores do evento, muito se orgulham da magnitude do seu carnaval.

Prova disso são os comentários a seguir:

Melo (Maria Zélia M. Pereira de Melo, paraense, adotou Monte

Santo com sua cidade; é estudiosa da história local e atua no bloco do Belém) concedeu entrevista à Revista Atitude, 2003, na qual fez uma bela comparação sobre o carnaval:

Foi uma semente bem plantada porque formou uma árvore lindíssima que floresce anualmente no carnaval.

Nogueira (Adriano Jorge Nogueira, monte-santense, folião, puxador de samba e atual presidente do Belém) assim definiu sua escola:

O Belém é a minha vida, a minha paixão.

Braga (José do Carmo de Paula Braga, monte-santense, atual prefeito da cidade) foi entrevistado pela Revista Destaque, 2003 e afirmou:

O carnaval hoje pode ser considerado o primeiro passo para o desenvolvimento turístico em nosso município. As administrações precisam olhar com bons olhos este evento e dar o suporte necessários para as Escolas trabalharem e continuarem com a festa que virou tradição. Gostaria de deixar evidenciado aqui o meu

comprometimento com as escolas Braz e Belém. Precisamos mostrar que a nossa Monte Santo é de grande potencial. Nosso carnaval pode ser comparado ao do Rio de Janeiro e São Paulo, mas com um diferencial: aqui nós brincamos o carnaval com segurança e tranquilidade. Não podemos deixar de exaltar também a beleza das mulheres de Monte Santo. Estas se diferenciam pela simpatia e carisma e, como se não bastasse, são privilegiadas com um corpo “esculpido pelos deuses”. Os visitantes não se cansam de elogiar e

enaltecer a virtude de nossas folionas. E aos líderes das duas escolas, o meu sincero respeito e admiração...

Lutam e administram os problemas com sabedoria. A estas pessoas que, com pedaços de panos, alguns adereços e muita criatividade, tem

o poder de transformar sonho em realidade, permitindo-nos acreditar na possibilidade de um mundo mais promissor, em nome do povo monte-santense, nossos agradecimentos.

Reis (Sílvio Henrique Reis), jornalista, Revista Atitude, 2004), faz um comentário interessante:

Toda concorrência é saudável quando gera crescimento profissional entre os competidores e o público sai ganhando em termos de qualidade. No carnaval de Monte Santo a disputa é bem acentuada. Mas tudo em perfeita harmonia, já que não há vencedores: as duas escolas são sempre campeãs. Mesmo assim, todos os anos o Braz e o Belém buscam se superar na criatividade e no profissionalismo. O objetivo é fazer o melhor e mais bonito desfile na avenida, além da nota 10 no quesito organização. Fantasias luxuosas, sensualidade e muita animação, tudo faz parte da competição.

E continua Reis:



Escola de Samba Unidos do Boas Novas.

Na verdade, ambas estão em pé de igualdade desde que foram criadas. Dependem uma da outra para brilhar.

NOTA: uma novidade aconteceu em 2013, quando foi criado um evento chamado “Us Mininus”, organizado por José Tortorelli Marques (Zezinho), Caio Ferreira e Gustavo Machado. O evento foi criado pelos amigos para divertimento próprio e a partir de 2014, resolveram expandir vendendo abadás, visando lucro financeiro. O evento fundado por eles é totalmente diferente dos blocos do Braz e do Belém, pois, são realizados shows de ritmos variados no Minas Clube, sem qualquer ligação com os desfiles dos blocos tradicionais. O público alvo são os foliões em geral, tanto de Monte Santo de Minas, como das cidades vizinhas de Minas Gerais e também do estado de São Paulo.

Em 2014, o bloco Unidos do Boas Novas também foi criado e desfilou pela primeira vez nas ruas de Monte Santo Minas. Esse bloco, segundo o atual presidente Carlos Aparecido Perlotti, veio pra somar e alegrar a cidade juntamente com o Braz e o Belém. Em 2015 toda a documentação do bloco foi registrada em cartório.

No dia 12 de fevereiro de 2016 com toda dedicação e grande amor ao samba e aos negros, Daniel Magrão e sua equipe conseguem o coração da escola: a bateria e assim inicia o primeiro ano de sua celebração com o novo bloco carnavalesco que decidiram batizar como Grêmio Recreativo Escola de Samba Anastácia, em homenagem a uma Negra de olhos cor do céu. Oju Orun, negra africana trazida ao Brasil e batizada como Anastácia. Guerreira que sempre lutou pela igualdade e liberdade de seus irmãos, e no ano de 2017 faz o seu primeiro desfile na Avenida.

Cléa Lúcia da Silva Faria, monte-santense, educadora, professora de História, pós-graduada em metodologia do ensino de História, historiadora e autora de muitos projetos voltados para a cidadania, realizados em escolas. Foi foliã no carnaval da cidade, é Belém por tradição e colaboradora atuante.

BREVE HISTÓRICO DO SAMBÓDROMO "SEBASTIÃO ANTÔNIO DA SILVA" - "TERREIRÃO DO SAMBA"

Por volta de novembro de 2006 iniciou-se o processo de canalização do córrego do Tijuco, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Monte Santo de Minas, ainda na gestão do ex-prefeito José do Carmo de Paula Braga, mais conhecido como Cacau. Logo em seguida, deu-se início a construção do projeto que era nomeado como “Centro de Lazer”, o atual Sambódromo "Sebastião Antônio da Silva", sendo o primeiro sambódromo do estado de Minas Gerais. O projeto tinha como objetivo criar um conjunto integrado com uma praça de alimentação, banheiros públicos, boxes comerciais e camarotes. Além da passarela, destinada aos desfiles dos blocos carnavalescos do

município. Tudo dentro dos padrões de praticabilidade e higiene exigidos.

A cidade tem um carnaval com muita tradição, - mais de 90 anos de história - em desfiles de Escolas de Samba, os quais eram realizados na rua principal da cidade, rua Dr. Pedro Paulino da Costa, no entanto, com o passar dos anos a festividade foi tomando outra forma e por consequência expandiu-se, tornando um evento de grande porte, por esta razão, surgiram questões como segurança e conforto a serem oferecidos ao povo monte-santense e aos turistas. Portanto, se idealizou o espaço suficiente para servir a população com a possibilidade de um desfile mais

técnico, devido a pavimentação da passarela, iluminação, sonoplastia e acústica. Com espaço para montagem de arquibancadas e palco para shows. O prédio muito espaçoso, com ampla praça de alimentação, sanitários nas duas extremidades do prédio, com todas as condições de higiene. No piso superior onde localizam-se os camarotes com capacidade para quatrocentos e cinquenta pessoas, dois sanitários e instalação para bar. Pela dimensão da obra, ela foi executada por etapas, tendo início em 2006, no mandato do ex-prefeito José do Carmo de Paula Braga, mais conhecido como Cacau, que permaneceu no poder até o ano de 2008, quando a ex-prefeita Sandra Cecílio Aparecida Silva foi eleita.

Durante uma entrevista com o ex-prefeito Cacau, ele disse que a construção de um centro de lazer que poderia ser utilizado por todos era um sonho muito antigo, desde antes de se tornar prefeito. Até que surgiu a possibilidade de criar um espaço grande com intuito de divertimento e comunicação para toda população. A ideia, desde o conceito até o projeto em si foi do Cacau, o prédio foi construído aos poucos com recurso próprio.

A base para o projeto era o carnaval, mas o prédio e o "Terreirão" deveriam ser utilizados durante todo o ano, como um centro cultural. Ele pretendia disseminar o carnaval, passando de uma festa da elite, para uma festa do povo.

Foi a melhor forma de valorizar a cidade, profissionalizar o carnaval e fortalecer o turismo de Monte Santo de Minas.

O sambódromo já é uma referência regional no sul de Minas, e interior de São Paulo e pretende-se expandir a uma referência estadual. Após eleita, Sandra deu continuidade as obras do sambódromo, inclusive as primeiras festas realizadas no local, foram em seu mandato, em 2008, 2009 e 2010.

No ano de 2008, a Prefeitura Municipal promoveu a festa dos 188 anos de Monte Santo de Minas no "Terreirão", o município contou com 4 dias de festa, com grandes atrações, artistas de nível nacional, como a Banda Mel e as duplas sertanejas Matheus Minas e Leandro e Salim e Zé Vitor, além de diversas duplas e grupos de pagode da cidade. Em 2009, o carnaval foi transferido para o "Terreirão", e em junho, no aniversário da cidade foi novamente no "Terreirão", denominado como "Montfest 2009". Mais uma vez, o carnaval foi comemorado no "Terreirão" em 2010, no mandato de Sandra Cecílio, porém ela teve seu mandato interrompido em junho de 2010, e então, com a

entrada do ex-prefeito

Militão

Paulino de Paiva, as festividades mudaram de local

novamente, retornando

para a rua Dr.

Pedro

Paulino da Costa. Em junho de 2013, o ex-prefeito

Militão fez a instalação de equipamentos

de ginástica e de palmeiras

em pequenas manilhas na passarela do "Terreirão do Samba", a construção ficou inacabada e sem investimento da administração no período de sua gestão, se tornando um verdadeiro "elefante branco" por motivo de briga política. As palmeiras foram plantadas de forma esporádica, sem consulta



Vista aérea do Sambódromo Sebastião Antônio da Silva – Terreirão do Samba.

de profissionais do ramo ambiental, danificando o solo, e causando problemas de infiltração no piso.

Com o tempo, a população foi descobrindo neste espaço outras formas de utilização durante todo o ano, como caminhadas, ciclismo, jogos de basquete, skate, entre outras modalidades esportivas. Em 2017 começa a gestão de Paulo Sergio Gornati, atual prefeito do município. Desde sua campanha, já tinha propostas para o sambódromo. Em seus primeiros dias de mandato, o "Terreirão" e toda a estrutura foram lavados, e em seu primeiro ano de mandato já começaram as inúmeras intervenções, reformas e adaptações. Inúmeros eventos são e já foram realizados no espaço, tais como: terreirão "food truck"; aniversário da cidade; folia de reis; ciência móvel etc. A população também aproveita do espaço no dia a dia, praticando atividades de lazer, como

caminhadas, passeios de bicicleta, patins, jogos de basquete, danças, entre outras atividades. No dia 21 de fevereiro de 2019, foi oficialmente inaugurado o Sambódromo "Sebastião Antônio da Silva" - "Terreirão do Samba", pelo prefeito Paulo Sérgio Gornati. Em 28 de novembro de 2019, os membros do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Monte Santo de Minas, sob a presidência de dona Luciene Aparecida de Lima Bressan, se reuniram e consideraram que o bem cultural Sambódromo "Sebastião Antônio da Silva", vulgo "Terreirão do Samba", com suas características arquitetônicas e estilísticas, por seu valor histórico, cultural e sentimental, era declarado tombado, sendo inscrito no Livro do Tombo Histórico, segundo o número 05 e sujeito a proteção especial de acordo com a lei municipal número 1.726, de 19 de novembro de 2010.

O MUSEU MUNICIPAL DR. JOAQUIM ERNESTO COELHO

Nas palavras de dona Fúlvia Carvalhais de Freitas (1917 - 2010), professora, escritora e pianista monte-santense: *"... Um fato, porém é necessário aqui ressaltar: a ideia da criação de um museu em Monte Santo, ideia está que está sendo entusiasticamente levada avante, nos dias atuais, não é nada realidade muito recente. Ela foi lançada, há muitos anos, pelo dr. Brasiliano Santana, quando assumiu ele a direção de nosso principal educandário. E os corredores de nossa escola testemunharam o interesse que tal ideia despertou na alegre juventude que por ali passava. Foi nessa época (1952), por conseguinte, o lançamento de tão preciosa semente, que só agora, anos e anos depois, começa a germinar..."* ('A história do museu', artigo publicado na Folha de Monte Santo, ano I, número 06, página 03, em 30.08.1985).

A ideia da construção do museu municipal ganhou força de fato num jantar no dia 28 de outubro de 1986, oferecido pela Prefeitura, em homenagem aos professores. Neste evento

estavam presentes o prefeito municipal, Carlos Alberto Paulino da Costa e o professor-doutor José Ferreira Carrato (1914-1996), que aproveitou a ocasião para registrar em ata a importância de tal obra.

Com aval e apoio incomensurável do prefeito Carlos Alberto Paulino da Costa, iniciou-se a reforma do prédio destinado ao museu. Sua inauguração aconteceu em 26 de junho de 1988, através de uma exposição histórica denominada ACERVO CULTURAL DAS GERAÇÕES MONTE-SANTENSES. Foi graças ao professor José Ferreira Carrato, que doando grande número de documentos, jornais, cartas e fotografias, tudo de valor incalculável para o nosso município, e que ele vinha obtendo e guardando desde a década de 1940, com muito zelo, é que se pode, iniciar o patrimônio histórico do Museu Municipal, a que se seguiram doações importantes das antigas famílias monte-santenses. Cumpre-nos ressaltar o dedicado trabalho das senhoras dona Nilda Machado Parisi Ribeiro, dona Maria Zélia Mafra Pereira de Mello,

dona Marlene Félix Pucci Palacini (1ª presidente da diretoria do Museu Municipal), dona Fúlvia Carvalhaes de Freitas, dona Maria Estela Ernesto Espósito e dona Teodora Victório.

No ano seguinte, a consolidação do museu se deu através do projeto-lei número 903, de 15 de junho de 1989, sancionada pelo prefeito Sebastião de Castro Teixeira (1926-2000) e a abertura a visitação pública aconteceu no dia 25 de junho de 1989. Foi escolhido para patrono do museu o "Dr. Joaquim Ernesto Coelho". O museu continuou aberto por alguns anos, quando a administração pública da época resolveu fechá-lo para utilização do prédio para outros fins. O museu só seria reaberto em 22 de dezembro de 2016, com utilização apenas dos espaços da parte superior do prédio. A administração do prefeito Paulo

Sérgio Gornati, viu a necessidade de reorganização do espaço, catalogação dos documentos e de todo acervo. Devido a isto foi reaberto no dia 08 de setembro de 2017 e se encontra à disposição da população para visitação e pesquisa.

Dr. Joaquim Ernesto Coelho nasceu em Monte Santo de Minas, filho de João Ernesto Coelho (farmacêutico formado em 1888, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro) e de dona Stella Gomes Ribeiro. Foi batizado no dia 30 de maio de 1897, com 78 dias de idade. Iniciou seus estudos no Colégio Espírito Santo, do major Américo Benício de Paiva e após o término dos estudos em Monte Santo de Minas, seguiu para

Itajubá, MG onde concluiu o ensino secundário. Ingressou na Faculdade Federal de Medicina, do Rio de Janeiro, onde formou-se em medicina, em



Dr. Joaquim Ernesto Coelho, patrono do Museu Municipal.

1918. Retornou a Monte Santo e abriu seu consultório médico, onde atendia a todos indistintamente. Porém, foi na educação que se dedicou a maior parte de sua vida. Foi professor quando da criação da Escola Normal Oficial "Américo de Paiva", em 1932, (posteriormente assumiu a direção desse estabelecimento de ensino, permanecendo no cargo nos anos de 1947 e 1948 e encerrando sua carreira no magistério em 1952). A partir de 1939 atuou também como colaborador efetivo do jornal "O Monte Santo (Nova Fase)", onde era colunista e divulgava suas produções, levando aos leitores credibilidade dos fatos ancorados numa visão de um

mundo real. Era um intelectual, conhecedor profundo da realidade do nosso povo, um leitor voraz e

especial por temas relacionados a literatura, valendo-se disso, em 1942, juntamente com Elpidio Alves e José Tigani, redigiram e publicaram o Anuário de Monte Santo, trabalho muito bem escrito, com muitas informações diversificadas e fartamente ilustrado sobre os municípios de Monte Santo, Arari (hoje Itamogi) e Arceburgo. Em 23 de julho de 1945, tomou parte na fundação do Partido Social Democrático. Foi casado com dona Ondina Luz, deixando geração desse consórcio.

“Uma nação somente é grande quando seus filhos sabem cultivar seus antepassados e seus feitos, conhecendo sua história para nela inspirarem-se Para fazerem o futuro da pátria é necessário conhecer primeiro a história do seu torrão natal”. (Anônimo).

HOMENAGEM A LUIZ ANTONIO NOVELLI



Luiz Antonio Novelli, além de ser o historiador de Monte Santo, artista plástico é hábil desenhista e ilustrador, tendo sido vencedor do I Grande Concurso de Histórias em Quadrinhos (HQ) promovido pela Editora Brasil-América (Ebal) para comemorar os 150 anos da Independência do Brasil, em 1972. Sua HQ – Uma Estória na Independência – foi escolhida por unanimidade por um júri de alto nível, composto pelos editores do Pasquim, Millôr Fernandes, Ziraldo, Jaguar, Henfil e Sérgio Augusto. Nas palavras de Ziraldo, o quadrinista Luiz Antonio Novelli "desenha como um anjo".

Nossa homenagem, gratidão e reconhecimento de Monte Santo de Minas a este grande monte-santense. Com grande caráter,

cultura, e erudição, graças ao grande trabalho de pesquisa e divulgação que o historiador Luiz Antonio Novelli tem feito há décadas, grande parte da informação sobre Monte Santo de Minas e sobre a sua história, deve-se à iniciativa deste grande monte-santense. À custa de muito sacrifício e muitas despesas pessoais, editou o primeiro e único livro sobre a história de Monte Santo de Minas, da qual se podem ler extratos em muitos sites e livros de história de cidades do sul de Minas Gerais. Embora radicado na Alemanha, Luiz Antonio Novelli ama apaixonadamente a sua terra, onde tem residência e visitando-a regularmente. Registramos aqui a nossa gratidão e numa justa homenagem e o reconhecimento a este cidadão que tanto contribui com nossa história.

MONTE SANTO DE MINAS, PARTE DE MIM



Sempre soube que sou um pouco de tudo que já vivi, um pouco de onde e com quem andei, se assim não fosse, nas mais de quatro décadas como educadora, não teria me preocupado tanto com o bem-estar

das crianças e jovens, com o desenvolvimento de suas virtudes e com as boas relações intra e interpessoais no âmbito escolar. Tenho certeza de que o tempo escolar é inesquecível, parte da formação de cada estudante, o que implica responsabilidade dos educadores.

Eu sou muito dos meus pais, um tanto dos meus demais familiares, dos meus filhos – com quem tanto aprendo - e dos amigos. Sou um pouco das músicas que hoje teimam em me emprestar saudade, dos meus livros e dos filmes a que assisti, das palavras dos professores e dos pensadores que me fazem refletir.

Há alguns anos, saí de Monte Santo de Minas, mas Monte Santo de Minas não saiu de mim. Sou um bom bocado de Monte Santo de Minas. Nessa cidade, constituí minha família, vi meus filhos crescerem e construírem amizades, e fui feliz. Monte Santo de Minas me deu a oportunidade de conhecer a Américo de Paiva e a Wenceslau Braz, instituições educacionais que tanto dignificam a história da cidade. Fui Diretora da Escola Estadual Dr. Wenceslau Braz, pioneira em ensino de 1º grau, e lá fiz as mais sinceras amizades, com as quais até hoje mantenho contato.

Em Monte Santo, fui despertada para a importância de trabalhar em favor da comunidade, por isso, apresentei Monte Santo ao Deputado Estadual Dr. Jorge Eduardo que, como eu, criou laços de carinho com a cidade. Além da assessoria que lhe prestava, levando ao seu conhecimento as

demandas locais, fui Vereadora - três mulheres, pela primeira vez, na Câmara Municipal.

Ao ser indicada para o cargo de Diretora da Superintendência Regional de Ensino, com sede em São Sebastião do Paraíso, cuja circunscrição de 16 municípios abarca Monte Santo de Minas, minha primeira providência foi conhecer a situação da EE de Educação Especial Padre Paschoal Berardo, cuja construção do novo prédio estava paralisada. Os primeiros recursos liberados na minha gestão foram destinados ao seu término, atendendo aos reclamos de tantas famílias e valorizando o trabalho de qualidade desenvolvido pela Direção e quadro de funcionários.

Eram tempos difíceis, o governo anterior ao de Itamar Franco deixara o Estado, especialmente a Secretaria de Estado de Educação, com muitas dívidas, o que demandou acordos com os credores - inclusive com os prefeitos -, contando com a imprescindível cooperação da equipe do órgão regional. Isso feito, conhecendo suas necessidades, pude interceder por reformas, ampliações e construção de quadras das escolas da região, entre elas, as escolas estaduais de Monte Santo de Minas e de Milagre.

Pude também propor a permuta do prédio da Escola Estadual Américo de Paiva pelo prédio da Escola Estadual Lucas Magalhães – com a municipalização das turmas dos anos iniciais, o prédio da Escola de Curso Normal fora doado ao Município. Mediante uma consulta pública acertada entre a SRE e a Prefeitura Municipal, o povo decidiu pelo retorno da comunidade escolar Américo de Paiva ao seu endereço de origem. As turmas da rede municipal foram então para o imóvel da antiga Escola Estadual Lucas Magalhães, onde a comunidade monte-santense, sob a liderança do Diretor João Abrão, já construía mais duas salas de aula para acomodar os alunos.

Em Monte Santo, principalmente como Orientadora Educacional, pude ratificar e renovar diuturnamente meu encanto pela Educação, junto de colegas educadores de alta competência. Lá também conheci dons artísticos dos mais variados;

quanta criatividade! Festividades em Monte Santo são singulares, inusitadas, sempre surpreendentes!

A população monte-santense tem orgulho de sua terra e de suas belezas, o que é traduzido por seus cantores, pela coreografia de suas Escolas de Samba e dos alunos da tradicional Academia Espaço Livre, pelas apresentações das escolas públicas e particulares e pelas manifestações religiosas. Os trabalhos manuais são de impressionar por sua técnica e bom gosto – quadros a óleo e aquarela, pinturas em cerâmica, as peças de tricô, crochê e os mais diferentes bordados. Os historiadores e poetas de Monte Santo também honram sua terra natal e o fazem

com uma sensibilidade ímpar. As gincanas de férias reúnem a juventude que ali reside, bem como jovens que vivem em outras cidades em virtude de estudo e trabalho.

No sentido de prestar auxílio e oferecer amparo aos mais necessitados, a sociedade se organiza, sem haver quais dissensões em relação às competições do carnaval ou da política. Solidariedade! Todos num só partido!

Sara Maria Caixeta de Oliveira, professora em Poços de Caldas, MG.

OS SÍMBOLOS HERÁLDICOS DE MONTE SANTO DE MINAS: A BANDEIRA, O BRASÃO E O HINO

A bandeira e o brasão do município de Monte Santo de Minas foram desenhados por Alberto Lima, do Rio de Janeiro, em 1970, sob encomenda do prefeito Vital Paulino da Costa (1916 – 1997) e foram regulamentados pela lei número 2.210, de 18.09.2019, como segue:

Lei Nº 2.210/2019

“DISPÕE SOBRE A FORMA E APRESENTAÇÃO DOS SÍMBOLOS DO MUNICÍPIO DE MONTE SANTO DE MINAS E DÁ OUTRAS PROVINCÊNCIAS”.

A Câmara Municipal de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais, por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal em exercício, sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São símbolos do Município de Minas, de conformidade com o §2º, do Art. 13 da Constituição Federal e ainda Art. 2º da Lei Orgânica do Município de Monte Santo de Minas:

- I – O Brasão Municipal;
- II – A Bandeira Municipal;
- III – O Hino Municipal;

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I

Dos símbolos em geral

Art. 2º - Consideram-se padrões dos Símbolos Municipais os modelos compostos de conformidade com as especificações e regras básicas estabelecidas nesta Lei.

Art. 3º - No site institucional da Prefeitura Municipal de Monte Santo de Minas www.montesantodeminas.mg.gov.br, Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Cultura e Turismo e Câmara Municipal serão conservados exemplares padrões dos símbolos municipais, no sentido de servirem de modelo obrigatório para a respectiva confecção, constituindo-se em elementos de comparação para a comprovação da correta reprodução dos símbolos, sejam eles confeccionados pela iniciativa pública ou privada.

Art. 4º - O Logotipo da Prefeitura de Monte Santo de Minas será o Brasão Municipal para quaisquer fins de identificação e corresponderá ao modelo apresentado no Anexo I da presente lei, podendo ser instituída uma logomarca extraoficial, em caráter excepcional, nas comemorações centenárias do município.

Art. 5º - O Brasão do Município de Monte Santo de Minas será usado obrigatoriamente nos papéis de

expediente da Prefeitura, Departamentos e Secretarias Municipais.

Art. 6º - O Brasão Municipal será reproduzido em clichês, para timbrar os documentos, papéis e publicações oficiais do Município de Monte Santo de Minas, com a representação iconográfica das cores, em conformidade com a Convenção Heráldica Internacional, quando a impressão é feita a uma só cor, em impressões monocromáticas e com a obediência das cores heráldicas, quando a impressão é feita em policromia.

§1º - Poderá ser utilizado o Brasão como logotipo em todos os seus impressos institucionais, assim entendidos materiais publicitários para veiculação em mídias e peças de veiculação institucional referentes a eventos e campanhas de utilidade pública na cor típica, admitindo-se ainda, o uso em preto e branco ou em escala de cinza, conforme Anexo I desta Lei.

§2º A reprodução do Brasão Municipal poderá ser feita por meio audiovisual, impresso ou digital, nas diferentes mídias, levando-se em consideração as dimensões, a tipologia, as cores e as áreas de preservação necessárias para a inclusão de texto institucional.

§3º - Objetivando a divulgação municipalista, o Brasão Municipal poderá ser reproduzido em decalcomanias (técnica de colagens de gravuras ou impressões em cerâmicas ou outros materiais), placas para fachadas, flâmulas, clichês, distintivos, medalhas, selos adesivos e outros materiais, bem como a objetos de arte ou de uso pessoal em campanhas cívicas, assistenciais, culturais ou de divulgação turística, atendendo as normas desta Lei, quando por particulares heráldicas.

Art. 7º - O Brasão Municipal deverá ser aplicado na lateral dos veículos automotores e máquinas pertencentes à frota da Administração Pública Municipal.

Art. 8º - O Brasão do Município também poderá ser usado:

I – Na fachada dos edifícios públicos;

II – No Gabinete do Prefeito Municipal ou na Sala das Sessões da Câmara Municipal e no Gabinete de seu Presidente;

III – Nas identificações dos Servidores Públicos Municipais como crachás, uniformes.

Seção III

Da Bandeira Municipal

Art. 9º - A Bandeira Municipal de Monte Santo de Minas, feita e descrita nos termos da Heráldica Municipalista, traz faixas ou “retângulos” constituídos de duas cores: branco e goles (vermelho), com o Brasão Municipal ao centro, obedecendo o modelo estabelecido

no Anexo II desta Lei com as seguintes Representatividades:

I – O Branco representa a paz;

II – O Vermelho (goles) identifica a situação mineira do Município;

III – O Brasão de emblema heráldico é um dos símbolos oficiais do Município.

Art. 10 – Para cálculo das dimensões tomar-se-á as regras heráldicas e a Bandeira Municipal terá as dimensões oficiais adotadas para a Bandeira Nacional, levando-se em considerações o comprimento do retângulo:

I – Primeira faixa ou retângulo vermelho (goles): medindo 10 de largura;

II – Segunda faixa ou retângulo branco: medindo 25 cm de largura;

III – Terceira faixa ou retângulo vermelho (goles): medindo 10 cm de largura.

De acordo com a LEI Nº 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971, as bandeiras podem ter tamanhos diversos e podem ser classificadas em tipos:

- Tipo 1 (bandeira cujo pano possui 45 cm de largura);
- Tipo 2 (bandeira cuja largura do pano ou outro material possui 90 cm. A bandeira de tipo dois possui o dobro da largura da bandeira do tipo 1);
- Tipo 3 (bandeira cuja largura possui 135 cm). A bandeira do tipo três possui o triplo da largura da bandeira do tipo 1 e assim por diante, ou seja,
- Tipo 4, quatro panos de largura;
- Tipo 5, cinco panos de largura;
- Tipo 6, seis panos de largura;
- Tipo 7, sete panos de largura;

§1º - Os tipos enumerados são os normais e poderão ser fabricados tipos menores ou intermediários, conforme as condições de uso, mantidas as devidas proporções.

§2º - A Bandeira Municipal poderá ser reproduzida em bandeirolas de papel, nas comemorações de efemérides, observando-se sempre os módulos e cores heráldicas.

§3º - Para se determinar esses valores, devemos realizar as seguintes etapas:

1 – Dividir a largura medida da bandeira por 14. O valor encontrado será considerado uma medida ou módulo (M);

2 – A esse módulo serão multiplicados fatores que nos darão as outras medidas que a bandeira deve ter. Essas proporções das medidas que a bandeira deve ter podem também ser observadas no Anexo II.

Art. 11 – Na faixa branca serão colocados os seguintes símbolos que compõem o Brasão Municipal:

I – Escudo português (ibérico). Em campo de blau (azul) um cruzeiro de ouro, sainte de um monte de sable (negro), parte de um conjunto do mesmo esmalte, tendo

em cada um dos picos, em faixa, três besantes de ouro, formando uma campanha de sinople (verde), separado por uma faixa ondada, de prata, em chefe, também de prata, como peça honrosa, um triângulo de goles (vermelho).

II – Como suportes, duas hastes de cafeeiro, frutados na sua cor, surgindo a destra (direita), e, a sinistra (esquerda) de um listão, de prata, ostentando os seguintes dizeres em sable (preto); 1820 – MONTE SANTO DE MINAS – 1890

Conjunto encimado pela coroa mural de prata, de cinco torres, que é da cidade.

Art. 12 – A Bandeira do Município de Monte Santo de Minas, em tecido, para repartições públicas, escolas públicas e particulares municipais, será confeccionada observadas rigorosamente, suas proporções, obedecendo ao previsto no artigo 10º desta Lei.

§1º - A confecção da Bandeira Municipal somente será executada mediante determinação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo e com autorização especial escrita, quando a execução for efetuada por conta de terceiros, observadas as disposições desta lei Municipal. §2167 – Por se tratar de Símbolo confeccionado com tecido, a Bandeira não comporta metais.

Subseção I

Do Registro Oficial

Art. 13 – No Departamento de Cultura e Turismo será mantido um livro especial para registro de todas as Bandeiras Municipais mandadas confeccionar, por conta do Município ou de terceiros mediante autorização especial.

Parágrafo único – Para autorização, o solicitante deverá fazer pedido através de requerimento protocolado na Prefeitura Municipal.

Art. 14 – Quando da inauguração de cada Bandeira Municipal, poderá ser efetuada solenidade, podendo ser designados padrinhos e madrinhas, procedendo-se bênção da Bandeira e, em seguida, seu hasteamento, ao som da marcha batida ou Hino Municipal.

Parágrafo único – Após o hasteamento, os padrinhos farão o juramento, que poderá ser acompanhado por todos os presentes, com o braço direito estendido e mão espalmada para baixo, nas seguintes palavras: “JURO HONRAR, AMAR E DEFENDER OS SÍMBOLOS DE MONTE SANTO DE MINAS E LUTAR PELO ENGRANDECIMENTO DESTA MUNICÍPIO COM LEALDADE E PERSEVERANÇA”. O acontecimento será consignado em ata e registrado no livro próprio.

Subseção II

Da Destinação Final das Bandeiras

Art. 15 – As bandeiras velhas ou toras serão registradas no livro especial, inclusive sua destinação.

§1º - A Bandeira do Município, quando não estiver em uso, deve ser guardada em local digno.

§2º - As bandeiras em mau estado de conservação (rasgadas ou desbotadas) devem ser entregues à corporação militar, para serem incineradas no dia 19 de novembro, dia da Bandeira.

§3º - Não será incinerada, mas recolhida ao Museu Municipal Dr. Joaquim Ernesto Coelho, o exemplar da Bandeira Municipal ao qual esteja ligado fato de relevante significação histórica do Município.

Subseção III

Da Utilização das Bandeiras

Art. 16 – A Bandeira Municipal deve ser hasteada de sol a sol, sendo permitido o seu uso à noite, uma vez que se encontre convenientemente iluminada; normalmente, far-se-á o hasteamento às 8 horas e o arreamento às 18 horas.

§ 1º - A Bandeira Nacional é hasteada no mastro central ladeada pela Municipal à esquerda e a Estadual à direita, colocando-se a Nacional em plano superior às demais.

§2º - Quando a Bandeira Municipal é distendida e sem mastro, em rua ou praça entre edifícios ou em portas, será colocada ao comprido, de modo que o lado maior do retângulo esteja em sentido horizontal e a coroa mural voltada para cima.

§3º - Quando aparecer em sala ou salão, por motivo de reuniões, conferências ou solenidades, ficará a Bandeira Municipal distendida ao longo da parede por trás da cadeira da Presidência ou, do local da tribuna, sempre acima da cabeça do respectivo ocupante, observando-se o disposto no §1º deste artigo, quando colocada em conjunto com as Bandeiras Nacional e Estadual.

§5º - Hasteia-se a Bandeira Municipal facultativamente, observados os termos desta Lei, por quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado ou ainda por particulares, como expressão do sentimento patriótico e nas hipóteses do §1º deste artigo.

Art. 17 – A Bandeira Municipal deve ser hasteada:

I – nos dias de festa ou de luto municipal, estadual ou nacional obrigatoriamente na Sede dos Poderes Legislativos e Executivo;

II – nos estabelecimentos de ensino público e particular, em ato solene, durante o ano letivo, pelo menos uma vez por semana;

Subseção IV

Das Demais Utilizações da Bandeira

Art. 18 – Em funerais de autoridades municipais, para hasteamento, será a Bandeira Municipal levada ao topo do mastro, antes de ser baixada a meia adriça ou meio mastro, e subirá novamente ao topo, antes do arriamento.

§1º - Sempre que conduzida em marcha ou cortejo fúnebre, o luto será indicado por um laço de crepe na cor preta atada junto à lança.

§2º - Quando distendia sobre esquife mortuário de cidadão que tenha direito a esta homenagem, ficará a tralha do lado da cabeça do morto e a coroa mural do Brasão à direita, devendo ser retirada por ocasião do sepultamento.

§3º - Considera-se lado direito, nas janelas, portas, sacadas e balcões, o lugar que fica à direita do observador nesses pontos, de frente para a rua. Observar-se-á a critério análogo para a determinação do lado direito em qualquer outro caso.

Art. 19 – A Bandeira do Município pode ser apresentada:

I – Hasteada em mastro ou adriças, nos edifícios públicos ou particulares, templos, campos de esporte, escritórios, salas de aula, auditórios, embarcações, ruas e praças e em qualquer lugar em que lhe seja assegurado o devido respeito;

II – Distendida e sem mastro, conduzida por aeronaves ou balões, aplicada sobre parede ou presa a um cabo horizontal ligando edifícios, árvores, postes ou mastro;

III – Reproduzida sobre paredes, tetos, vidraças, veículos e aeronaves;

IV – Distendida sobre ataúdes, até a ocasião do sepultamento.

Art. 20 – Os estabelecimentos de ensino municipal deverão manter a Bandeira Municipal em lugar de honra, quando não esteja hasteada, do mesmo modo procedendo-se com as Bandeiras Nacional e Estadual.

Subseção V

Do Hino Municipal

Art. 21 – A composição “Monte Santo de Minas”, letra atribuída a Noraldino Lima e música a Maria de Ruth Luz, passa a ser o Hino Oficial do Município de Monte Santo de Minas, conforme Anexo III desta Lei.

§1º - O Hino retrata as belezas naturais, a grandeza e o potencial do povo monte-santense.

§2º - Para qualquer alteração no Hino Municipal, deverá o Poder Executivo instituir concurso próprio entre compositores para este feito, seguindo regulamento específico estabelecido para este fim.

Art. 22 – É recomendável a execução do Hino Municipal em todas as sessões cívicas, de caráter oficial ou particular, e ainda:

I – Em continência à Bandeira Municipal, ao Prefeito Municipal e aos Vereadores, quando reunidos em atos cívicos locais;

II – Na abertura ou encerramento de sessão e solenidades de caráter cívico local;

III – No início dos eventos desportivos.

IV – Nas cerimônias em unidades escolares, esportivas e culturais;

V – Nas cerimônias e ocasiões festivas promovidas por entidades particulares de datas festivas da cidade;

VI – Em cerimônias civis, militares ou religiosas a que se associe sentido patriótico ao município de Monte Santo de Minas ou exprima regozijo público.

§1º - Torna obrigatória a execução do Hino Nacional e Municipal, uma vez por semana, nos estabelecimentos de ensino municipais e nos demais, facultativamente;

§2º - O Hino estadual deverá ser entoado nas escolas públicas e particulares do Município, pelo menos uma vez a cada mês.

Art. 23 – Nas cerimônias em que houver o hasteamento simultâneo das Bandeiras Nacional, Estadual e Municipal, o Hino Oficial do Município de Monte Santo de Minas será executado, facultativamente, após o Hino Nacional Brasileiro.

§1º A execução será instrumental ou vocal de acordo com o cerimonial previsto em cada caso.

§2º - Durante a execução do Hino Oficial do Município de Monte Santo de Minas, todos devem tomar atitude de respeito, de pé e em silêncio.

§3º - Não será permitida a execução de arranjos artísticos instrumentais do Hino Oficial do Município de Monte Santo de Minas que não sejam autorizados pelo Prefeito Municipal, ouvida a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 24 – Haverá na sede da Prefeitura Municipal de Monte Santo de Minas, Secretaria Municipal de Educação e Departamento de Cultura e Turismo, exemplar-padrão de uma gravação em arquivo digital acompanhada da respectiva Letra e Partitura Musical do Hino oficial do Município de Monte Santo de Minas, a fim de servir de modelo obrigatório para a respectiva feitura, cópia ou reprodução, constituindo-se instrumento de confronto para a aprovação de exemplares destinados ao público.

Parágrafo Único – Os exemplares reproduzidos do Hino Oficial do Município de Monte Santo de Minas não podem ser postos à venda, nem distribuídos gratuitamente sem que tragam o nome de seus autores, bem como a Lei Municipal que o instituiu.

Art. 25 – É obrigatório o ensino do canto e da interpretação da letra do Hino Oficial do Município de Monte Santo de Minas em todos os centros e estabelecimentos educacionais, públicos ou particulares, e ensino infantil, fundamental e médio, no município de Monte Santo de Minas.

Parágrafo Único – Incumbe ao Departamento de Cultura e Turismo organizar e promover a reprodução das partituras de orquestras do Hino Oficial do Município de Monte Santo de Minas, adaptando-as para bandas e fanfarras, disponibilizando-as a músicos e interessados.

CAPÍTULO III

DA APRESENTAÇÃO DOS SÍMBOLOS MUNICIPAIS

Da reprodução, uso, apresentação e execução dos símbolos do Município:

Art. 26 – A reprodução, uso, apresentação e execução dos símbolos do Município dependerá de autorização do Prefeito Municipal, do Presidente da Câmara

Municipal, ou daqueles atos aos quais for delegada tal atribuição quando por conta de terceiros, será indispensável autorização expressa pelo Chefe do Executivo, e observação, em tudo o que lhe for aplicável, as disposições da Lei federal nº5.700, de 1º de setembro de 1.971.

§1º - Exemplares reproduzindo os símbolos do Município poderão ser distribuídos pelo Executivo Municipal, mediante prévia autorização do prefeito Municipal.

§2º - Os exemplares dos símbolos do Município, cuja reprodução estiver em desacordo com as descrições constantes desta lei, serão apreendidos e incinerados pelo Poder Público Municipal, sem que os transgressores possam alegar qualquer direito de indenização, independente das contravenções penais em que possam ser inculcados.

Art. 27 – Quando as reproduções do Brasão ou da Bandeira Municipal forem feitas por conta de terceiros, o beneficiário deverá fazer prova de peça reproduzida, com o arquivamento um exemplar no setor competente da Prefeitura Municipal, que será examinado para a constatação de sua correção.

Parágrafo Único – Não se aplica à Bandeira Municipal confeccionada em tecido a exigência do arquivamento; a apresentação será feita para simples verificação e registro no livro próprio.

Art. 28 – É obrigatório o ensino na rede municipal do significado e reprodução do Brasão, da Bandeira Municipal e do canto do Hino Nacional. Em todas as suas festividades cívicas, o Brasão com suas cores heráldicas, deverá ser usado em todos os papéis e prédios municipais, podendo, neste caso, ser em metal, madeira ou pedra, sem o colorido.

Seção II

Das Proibições

Art. 29 – É proibida expressamente a reprodução do Brasão, do Hino e da Bandeira Municipal, para servirem de propaganda política ou comercial.

Art. 30 – É terminantemente proibido o uso da Bandeira Municipal para servir de pano de mesa em solenidades, devendo ser obedecido o previsto nesta Lei.

Art. 31 – É proibido o uso e hasteamento da Bandeira Municipal em locais considerados inconvenientes pelos Poderes competentes, e ainda é vedado colocar, aplicar, inscrever ou alterar, por qualquer forma ou processo, quaisquer inscrições sobre os símbolos do Município.

Art. 32 – É terminantemente proibida qualquer modificação no Brasão tal como distorções; alterações no tamanho deverão ser efetuadas, de forma proporcional.

CAPÍTULO IV

DAS CORES OFICIAIS

Art. 33 – As cores oficiais do Município de Monte Santo de Minas e seus significados são:

I – OURO (amarelo) – força;

II – PRATA (cinza) – candura;

III – GÓLES (vermelho) – intrepidez;

IV – BLAU (azul) – serenidade;

V – SINOPE (verde) – abundância;

VI – SABLE (preto) – sabedoria.

Art. 34 – A identificação dos veículos, máquinas e equipamentos municipais faz-se mediante afixação de destaque do Brasão; na traseira serão afixadas a Bandeira do Brasil, Bandeira de Minas Gerais e Bandeira do Município, vedado o uso de quaisquer outros símbolos.

Art. 35 – As cores oficiais do Município de Monte Santo de Minas poderão ser usadas:

I – Como adorno, em todas as manifestações festivas que comportem, ou não, a apresentação da Bandeira Municipal;

II – Em conjunto com as cores nacionais e estaduais;

III – Em uniformes de instituições escolares e desportivas, filhas, laços, rosetas, laços, rosetas, lenços, etc;

IV – Em palanques, postes, árvores, tribunas e sacadas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36 – Fazem parte da presente Lei:

I – Anexo I;

II – Anexo II;

III – Anexo III:

Art. 37 – Os impressos do Município, atualmente em uso, continuarão a sê-los até sua extinção normal.

Art. 38 – O uso dos Símbolos Municipais ora instituídos, com infração dos dispositivos desta Lei, sujeitará o infrator à multa a ser arbitrada por decreto do Executivo, e bem assim, à apreensão dos exemplares e objetos em que estiverem impressos ou apostos, sem quaisquer ônus para os cofres municipais.

Art. 39 – O Poder Executivo Municipal no âmbito do Município fará ampla divulgação da presente lei, principalmente na rede municipal, estadual e particular de Ensino.

Art. 40 – Revoga-se a Lei 375, de 27 de janeiro de 1971.

Art. 41 – esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Santo de Minas/MG, aos 18 de setembro de 2019.

(a) Paulo Sérgio Gornati

Prefeito Municipal

Significado do Brasão de Monte Santo de Minas

Torres: representa a colonização portuguesa.

Faixas branca com triângulo vermelho: representa a localização do município no Estado de Minas Gerais, trazendo a bandeira de Minas.

Fundo Azul: representa o céu brasileiro como na Bandeira Nacional.

Cruz: representa a origem cristã da cidade, que surgiu em torno de uma capela (a primeira capela de pau-a-pique, coberta de folhas de coqueiro indaiá), sob a invocação de São Francisco de Paula (o padroeiro), localizada no local onde hoje está a E.E. Américo de Paiva”. Em torno dessa capela surgiram as primeiras casas. Foi ali que a cidade começou.

Elevações em forma triangular (cor preta): representam as três serras do município: ao centro a serra de Monte Santo de Minas, onde está edificada a cidade; a leste a serra da Bocaina e a oeste a serra do Baú.

HINO DE MONTE SANTO DE MINAS

No planalto majestoso e altaneiro
Sombreado pela Mantiqueira,
Tu surgiste ufano e fagueiro
Para orgulho da gente mineira.

Bandeirantes, heróis, lutadores
Imbuídos de nobres ideais,
Descobriram essa terra de amores
Com ajuda de braços leais.

Monte Santo de Minas!
De ti não esqueço jamais,
Teus rios e colinas,
Tesouros sem iguais.
A todos encantas e fascinas,
Salve, salve Monte Santo de Minas!

Grandes vultos construíram nossa história
Nos albores da nacionalidade,
E o passado coberto de glórias
Nos faz plenos de felicidade.

Eu que sou filho desse rincão,
Onde a força maior é o labor,

Besantos (círculos na cor amarela): representam o ouro e as riquezas minerais procuradas pelos bandeirantes.

Faixa sinuosa abaixo dos triângulos pretos (cor prata): representa o córrego do Tijuco, às margens do qual se estabeleceram antigos habitantes.

Parte verde abaixo do córrego: representa a vegetação nativa do local (mata ciliar).

Ramos de café: representam em geral, a agricultura, base econômica do município como também a riqueza do café, o “ouro verde”.

1820: é a data da fundação da cidade de São Francisco do Tijuco (hoje Monte Santo de Minas).

1890: emancipação de Monte Santo de Minas como cidade.

Hei de ter sempre em meu coração,
Essa terra de paz e esplendor.

Monte Santo de Minas!
De ti não esqueço jamais,
Teus rios e colinas,
Tesouros sem iguais.
A todos encantas e fascinas,
Salve, salve Monte Santo de Minas!

Letra atribuída a Noraldino Lima. Música atribuída a Maria Ruth Luz.

A referência à serra da Mantiqueira (na letra do hino de Monte Santo) provavelmente considerando-se algumas ramificações de relevo dos últimos braços da Mantiqueira. No município de Monte Santo as denominações das serras são: Serra de Monte Santo, onde está edificada a cidade, Serra do Baú e Serra da Bocaina.

Cléa Lúcia da Silva Faria, monte-santense, educadora, professora de História, pós-graduada em metodologia do ensino de História, historiadora e autora de muitos projetos voltados para a cidadania, realizados em escolas.

NORALDINO LIMA

1885 - 1951

Noraldino Lima nasceu em 12 de janeiro de 1885, em São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais. Era filho de Francisco Martimiano de Souza e América Brasileira de Souto Souza (ou América de Souto Lima). Consta em alguns arquivos que o sobrenome Lima lhe foi colocado, em homenagem à parente da família Ana Jacinta de Lima. Seu pai era funcionário fiscal do estado de Minas gerais. Noraldino era de origem humilde. Começou a trabalhar muito cedo para ajudar no sustento da família. Desde os dez anos de idade ensinava as primeiras letras às crianças da fazenda Araras, em São Tomás de Aquino, Minas Gerais.

Veio para Monte Santo ainda adolescente, quase um menino. Fez curso primário em São Sebastião do Paraíso e o curso secundário no Colégio ‘Espírito Santo’, escola de propriedade do major Américo de Paiva. Nessa escola recebeu as bases de sua educação em direção a uma carreira de grande sucesso. No Colégio “Espírito Santo” destacou-se pela brilhante inteligência, ocupando sempre os primeiros lugares. Escreveu seu primeiro livro, “Albores”, em 1903, aos 18 anos, quando ainda morava em Monte Santo.

Mudou-se, em 1905, para Juiz de Fora, onde continuou os estudos no Colégio Granbery, conquistando todos os prêmios destinados aos primeiros alunos em sabedoria e aplicação. Para custear os estudos, trabalhou como inspetor de alunos e foi redator chefe do jornal “O Granbery”. Diplomou-se em Farmácia em 1910.

Em Juiz de Fora foi também primeiro secretário da Liga Literária. Publicou, nessa época, o livro Meridianas (livro de versos). A partir do ano de 1910, muitos acontecimentos marcaram a vida de Noraldino Lima. Nesse ano, mudou-se para Belo Horizonte, sendo nomeado escrevente da Prefeitura Municipal. Logo depois foi convidado para um cargo comissionado no gabinete de Wenceslau Braz, então presidente do Estado de Minas. Aprovado em concurso público, foi nomeado escriturário da Secretaria de Finanças do estado, chefiada por Artur Bernardes.

Em 1910 casou-se com dona Dejanira Aquino Vieira (15.04.1891 – 13.05.1972), filha de Elói José Vieira e de dona Ana Aquino Vieira e constituiu família. Teve dois filhos: doutor Paulo Augusto de Lima, casado com dona Iônica Giffoni, com descendência e Carlos Augusto de Lima. Tendo fixado residência em Belo Horizonte, Noraldino Lima foi professor, ministrando aulas de geografia em importantes escolas: Colégio Izabella Hendrix, Colégio Dom Viçoso, Instituto Fundamental, escola de Comércio. Em 1914 formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, mas continuou seu trabalho de escriturário até 1915, quando tornou-se secretário particular e, posteriormente, oficial de gabinete de Teodomiro Carneiro Santiago, secretário de Finanças do governo Delfim Moreira.

Noraldino Lima era político e poeta, conhecido como “o Poeta da terra natal”. A obra “Vésperas” (1919), uma coletânea de sonetos e valiosa produção poética, foi admirada pela comunidade literária de Belo Horizonte. Essa obra mostra seu estilo literário ajustado ao tempo e ao contexto social em que vivia. Pelo grande valor dessa obra, o poeta foi admitido como membro da Academia Mineira de Letras. Noraldino vivia um tempo de realizações no trabalho. Sua trajetória política e literária e a vida de grande estudioso caminhavam concomitantemente. Produziu ainda as obras: “No Vale das Maravilhas” (prosa – 1925); “Elogio dos Mortos (prosa – 1926); “O Momento Pedagógico” e “Discursos” (1934), nas quais reuniu suas peças de oratória; “O Café no Estado Nacional (1944); “Pela Educação”.

Ocupou ainda os seguintes cargos:

- Suplente de deputado estadual de Minas Gerais (1919-1920);
- Membro do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte (1920-1922);
- Deputado estadual (1922);
- Chefe da Imprensa Oficial e Redator-chefe do jornal “Minas Gerais” (1922 – 1924);

- Secretário particular do presidente de Minas, Olegário Maciel (1924), mantendo também os cargos na Imprensa Oficial, onde trabalhou até 1926;
- Diretor de Instrução Pública do Estado de Minas Gerais (1927), cargo que deixou para lecionar e exercer a advocacia.
- Novamente Diretor da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais (1930-1931);
- Secretário de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais (1931-1933);
- Membro da Comissão Executiva do Partido Progressista (1933);
- Deputado Estadual (1935 – 1937);
- Membro do Conselho Diretor do Departamento Nacional do Café (1937 – 1944);
- Membro do Partido Social Democrático. Foi eleito deputado federal da Assembleia Nacional Constituinte (1945), mas não exerceu o mandato;
- Diretor da Caixa Econômica Federal no Rio de Janeiro (fevereiro a novembro de 1946);
- Interventor do Estado de Minas Gerais (17/11 a 12/12/1946);
- Membro do Conselho Superior de Guerra das Caixas Econômicas Federais (dezembro/1946-1948);
- Vice-presidente do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais no Rio de Janeiro e depois diretor de sua Carteira Imobiliária.
- Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais;
- Presidente da Federação das Academias de Letras do Brasil.

Quando foi Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, Noraldino Lima contribuiu para a educação, ampliando o ensino oficial, com a construção de várias escolas em Belo Horizonte e cidades do interior do estado. Em São Sebastião do Paraíso fundou as escolas “Cel. José Cândido”, “Francisco Daniel” (Guardinha) e “Termópolis”.

A terceira escola de Primeiro Grau (hoje Ensino Fundamental) de São Sebastião do Paraíso, construída em 1950, foi denominada “Interventor Noraldino Lima” em sua homenagem.

Em Monte Santo de Minas, com a iniciativa do Dr. Noraldino Lima, a influência do Dr. Valdomiro de Barros Magalhães, o apoio do presidente de Minas Olegário Maciel e também do prefeito Dr. Pedro Paulino da Costa, foi fundada em 16 de maio de 1932, a Escola Normal Oficial “Américo de Paiva” (atual Escola Estadual “Américo de Paiva”), cujo prédio foi tombado em 26 de agosto de 1988 pela lei municipal nº 1254, sendo o tombamento publicado em 16 de março de 2005.

O próprio Noraldino escolheu o nome de “Américo de Paiva”, para a Escola Normal, em homenagem ao seu grande professor, demonstrando assim sua gratidão ao antigo mestre. A obra cultural de Noraldino Lima estendeu-se à cidade de Arceburgo, onde ele criou o Grupo Escolar “Cel. Lucas Magalhães” (atual Colégio Arceburguense).

Noraldino Lima faleceu em 30 de novembro de 1951, no Rio de Janeiro. Seu nome ficou gravado na história de São Sebastião do Paraíso, Monte Santo de Minas, Arceburgo e Belo Horizonte.

“Sabemos apenas que vivemos para morrer aos poucos; dias há, no entanto, em que morremos demais, morremos muito, morremos tanto e tanto, que temos dentro de nós a sensação exata, perfeita, quase concreta, dos desabamentos definitivos” (Noraldino Lima).

Fontes: “Paraíso História e Tradições” (Luís Ferreira); “História de Minas” (João Camilo de Oliveira Torres); “Obra Poética de Noraldino Lima” (comentários de Luiz Carlos Pais); Ata de fundação do Colégio Arceburguense cedida pelo professor Sander Rogério Ribeiro Pereira, informações da professora Shirley Preto Gomes, de São Sebastião do Paraíso.

Cléa Lúcia da Silva Faria, monte-santense, educadora, professora de História, pós-graduada em metodologia do ensino de História, historiadora e autora de muitos projetos voltados para a cidadania, realizados em escolas.

LIGAÇÃO DE NORALDINO LIMA COM MONTE SANTO DE MINAS

Noraldino Lima considerava a cidade de Monte Santo de Minas como sua segunda terra natal, pelos anos que aqui viveu e pela oportunidade de estudar no Colégio “Espírito Santo” de Américo Benício de Paiva. O Colégio “Espírito Santo” era uma escola particular. Percebendo a inteligência de Noraldino, Américo de Paiva permitiu que ele estudasse gratuitamente. Nas horas vagas, Noraldino ajudava em algumas tarefas.

Assim, Noraldino amava esta terra e tinha pelo professor Américo de Paiva enorme gratidão. Por isso deu o nome de Américo de Paiva à Escola Normal, fundada em 1932. A letra do hino a Monte Santo é, muito provavelmente, uma de suas poesias adaptada ao formato de letra de música. Nos versos, é evidente o amor pela cidade de Monte Santo, exaltando suas belezas naturais, fazendo

referência aos riscos e colinas. Noraldino fez também referência à história da cidade, lembrando os bandeirantes que vieram à procura de ouro.

Destacou ainda o passado histórico de Monte Santo construída por grandes homens, no caso fundadores e homens de relevante importância para a história da cidade. A letra é também uma homenagem a Monte Santo.

Cléa Lúcia da Silva Faria, monte-santense, educadora, professora de História, pós-graduada em metodologia do ensino de História, historiadora e autora de muitos projetos voltados para a cidadania, realizados em escolas.

MARIA RUTH LUZ

1928 - 2010

Maria Ruth Luz nasceu em 07 de dezembro de 1928, em Monte Santo de Minas, onde passou sua infância e iniciou seus estudos. Era filha única de Francisco Antônio Gomes da Luz (1884 – 1967) e de Ana Custódia da Luz (1884 – 1931).

Em 1954, casou-se com seu primo Paulo de Cerqueira Luz (1915 – 19.04.1978). Foram morar em Tatuí, SP, onde residiram até o fim de suas vidas. Em 16 de agosto de 1954, Maria Ruth participou da primeira reunião para a fundação do Conservatório de Tatuí, criado em 13.04.1951, por lei estadual. Ainda no ano de 1954, o Conservatório Dramático Musical “Dr. Carlos de Campos” foi instalado num antigo casarão pertencente à família Guedes.

Maria Ruth destacou-se como professora de Educação Artística e musicista, ministrando aulas

de solfejo, música e artes no Conservatório, onde trabalhou por 11 anos, sendo ainda a fundadora do primeiro coral dessa instituição. Em 1960, Maria Ruth foi eleita para o Conselho Técnico Administrativo, junto com Yolanda Rigonelli e o maestro Spastaco Rossi, entre outros membros.

Maria Ruth lecionou em várias escolas de Tatuí e outras cidades. Músicos importantes e cidadãos tatuianos foram seus alunos. Maria Ruth foi notável compositora e professora de música, sempre dedicada e exigente em seu trabalho.

Com o tempo, uma creche fundada na cidade recebeu o seu nome. Compareceram à cerimônia de inauguração e homenagem, três dos quatro filhos de Maria Ruth Luz e Paulo Cerqueira Luz: Paulo Afonso de Cerqueira Luz, João Gualberto de Cerqueira Luz, Antônio Sérgio de

Cerqueira Luz, ainda noras, netos e sobrinhos do casal.

Maria Ruth e Paulo eram um casal artístico. Paulo era negociante, também autodidata, tornando-se pintor e músico amador. Tocava alguns instrumentos de corda: violão, cavaquinho e banjo. Eles são autores da obra “Tatuí, cidade ternura” (1961), música de Maria Ruth Luz e letra de Paulo de Cerqueira Luz. Em 10.08.1964, a Câmara Municipal de Tatuí aprovou o projeto de lei do vereador Aido Luiz Lourenço, que estabeleceu a música “Tatuí”, Cidade Ternura” como hino do município de Tatuí. Em 10.08.1964, o prefeito Paulo Ribeiro promulgou e sancionou a lei em solenidade pública realizada no salão nobre da Escola Industrial “Salles Gomes”, encerrando a Semana da Música Organizada pelo Conservatório.

É muito provável que a música do Hino de Monte Santo de Minas seja uma composição de Maria Ruth Luz, sendo a letra uma adaptação de um poema de Noraldino Lima. Outras obras do casal Maria Ruth Luz e Paulo de Cerqueira Luz: Hino de Caconde, Hino da E. E. José Tomás Borges; Os Meninos Cantores; Treze de Maio, Criança, Criança e Caridade. Maria Ruth faleceu em Tatuí em 31.10.2010, aos 81 anos, tendo oferecido grande contribuição à história de Tatuí, durante os 56 anos em que viveu naquela cidade.

RESSALVA IMPORTANTE

Até o presente momento, a autoria da letra e música do Hino de Monte Santo de Minas é,

respectivamente, atribuída a Noraldino Lima e Maria Ruth Luz, pela tradição oral de muitos anos, fonte histórica aceita e considerada de valor legal para a historiografia. Porém, a pesquisa sobre a origem do Hino a Monte Santo continua. Futuramente, caso novas fontes ou documentos mais convincentes, dignos de credibilidade, sejam encontrados e comprovados, poderá ser feita correção.

Podemos afirmar com segurança, que só alguém com conhecimento literário e portador de bagagem cultural poderia ter escrito a letra do hino, como também só uma pessoa culta, conhecedora de música poderia ter feito esta composição musical. Esta observação é um dos argumentos que apontam para Noraldino Lima e Maria Ruth Luz.

Fontes que contribuíram para a produção deste texto: informações obtidas no site da Prefeitura de Tatuí, Wikipédia Enciclopedia Livre, postagem de Henrique Autran Dourado e informações de Sander Rogério Ribeiro Pereira.

Cléa Lúcia da Silva Faria, monte-santense, educadora, professora de História, pós-graduada em metodologia do ensino de História, historiadora e autora de muitos projetos voltados para a cidadania, realizados em escolas.

“... É impossível negar que em suas naturais e suavíssimas predileções o coração distingue sempre entre todos os distritos, cidades e diversos pontos do país o torrão limitado do berço pátrio; pobre ou mesquinho, esquecido ou decadente, agreste ou devastado é sempre amado por nós e sempre grato para nós”. (J. M. de Macedo).

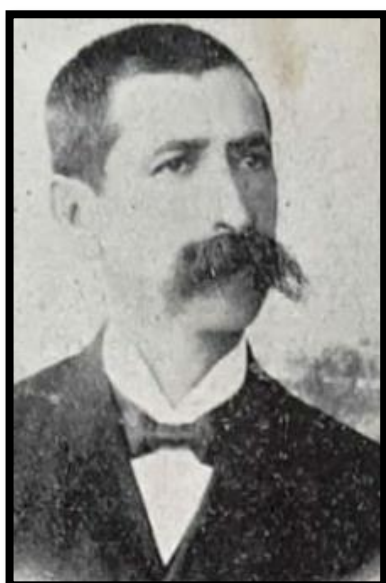
MEMORIAL DOS PREFEITOS DE MONTE SANTO DE MINAS

Intendente



1 – João Coelho Monte Alegre
(03.03.1891 – 03.03.1892)

Agentes-Executivos:



2 – Doutor Aristides da Silveira Lobo Sobrinho (08.03. a 03.07.1892), (1898: 55 dias alternadamente), (21.01 a 01.09.1905 / 25.02 a 31.03.1906)



3 – Major Isaac Soares de Moraes (03.07. a 02.10.1892), (1899: 17 a 31 de janeiro, 26.02 a 05.03, 20 a 31.08, 12 a 23.12); (1900: 01º a 15.02, 20 a 26.03), (nos anos de 1914 a 1915, substituiu alternadamente o doutor Valdomiro de Barros Magalhães, no exercício do cargo de agente-executivo)



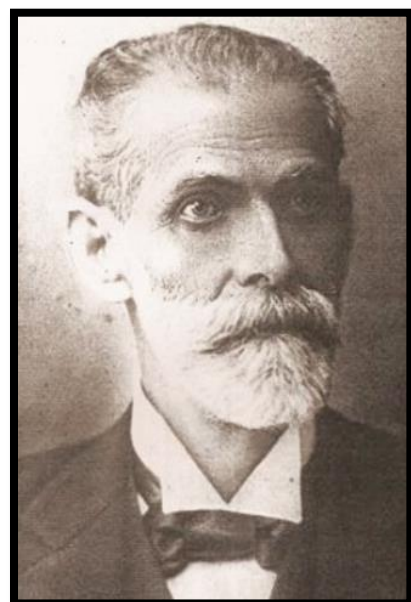
4 – Antenor Ferreira Carvalhaes (19.11.1892 – 08.03.1894/10.03.1894 02.01.1895)



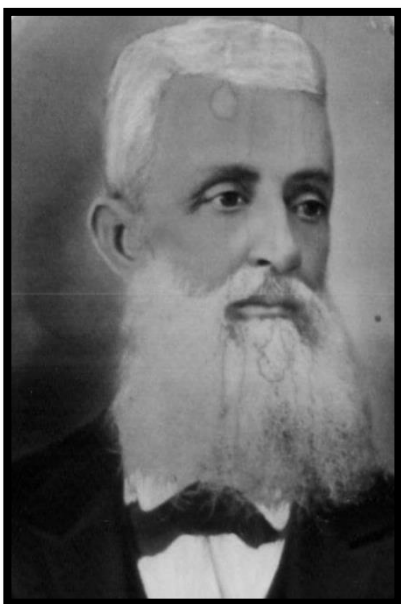
5 – Major Francisco Cassiano de Lima (09.03.1894), (02.08 a 30.09.1904)



6 – Doutor Wenceslau Braz Pereira Gomes (02.01.1895 – 31.12.1897), (01.01.1898 – 28.09.1898)



7 - Doutor Polycarpo Rodrigues Viotti (substituiu alternadamente o doutor Wenceslau Braz, nos anos de 1895 e 1897)



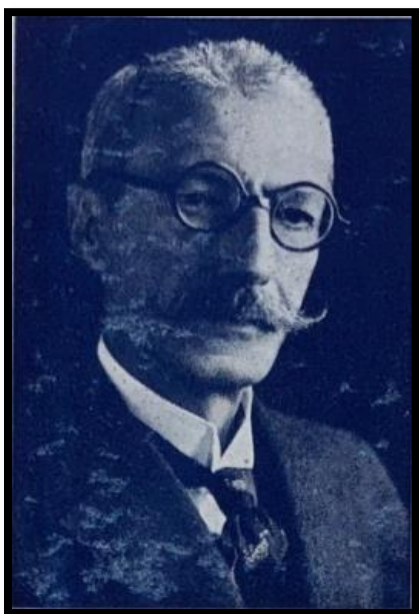
8 – Coronel Lucas Tobias de Magalhães (01.01.1898 – 129 dias alternadamente; - 1899 - 3º trimestre, com exceção de 20 a 31 de agosto; 4º trimestre; 1900: 01º trimestre, com exceção de 01ª a 15 de fevereiro e de 20 a 26 de março); (02.01. a 08.10.1901), (23.11.1901 – 31.12.1904) e (06.01.1919 – 31.12.1922)



9 - Amázilio Pinto de Magalhães (22.11 a 10.12.1898)



10 – Cônego João Osório Marcondes (08 a 22.10 e 23.11 a 11.12.1901)



11 – Major Américo Benício de Paiva (01 a 20.01.1905)



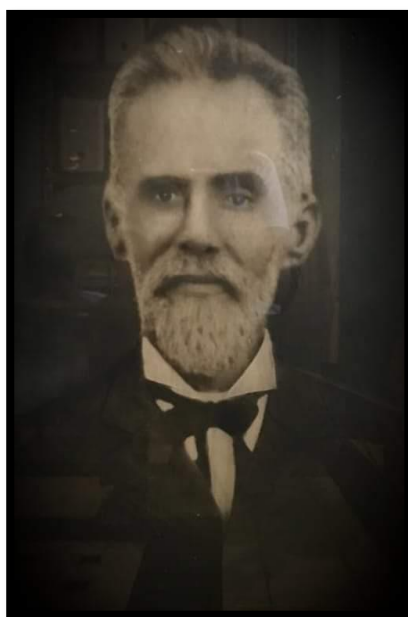
12 – Tenente-Coronel Fabiano Soares de Moraes (01.09.1905 – 30.12.1907)



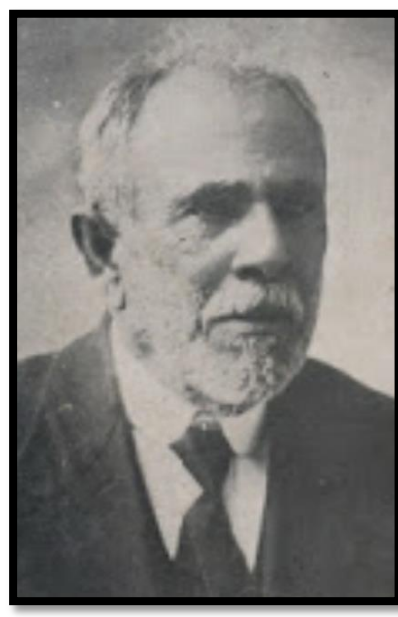
13 – Coronel Francisco Gê Pereira Lima (11 a 24.02.1906), (01.01.1908 – 31.05.1912)



14 – Doutor Valdomiro de Barros Magalhães (01.06.1912 a 31.12.1915), (empossado a 22.03.1924, renunciou no mesmo dia)



15 – Coronel José Cassiano Gomes (02.10. a 18.11.1892), (substituiu alternadamente o doutor Valdomiro de Barros Magalhães, nos anos de 1912 a 1914, quando faleceu no exercício do cargo de agente-executivo)



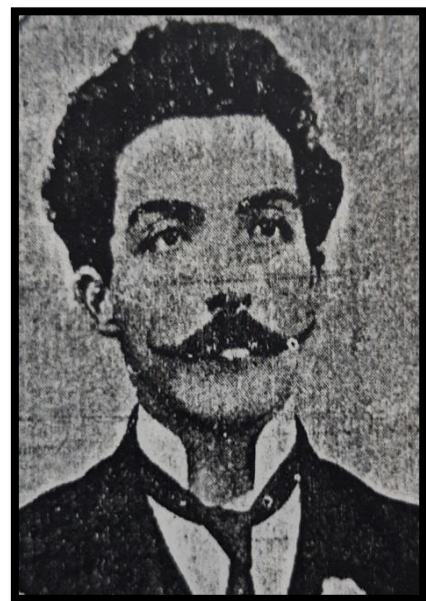
16 – Coronel Francisco Paulino da Costa (01.01.1916 a 31.12.1918)



17 – Capitão Álvaro Pereira de Mello (01.01 a 01.04.1923 e 01.06.1923 – 05.01.1924)



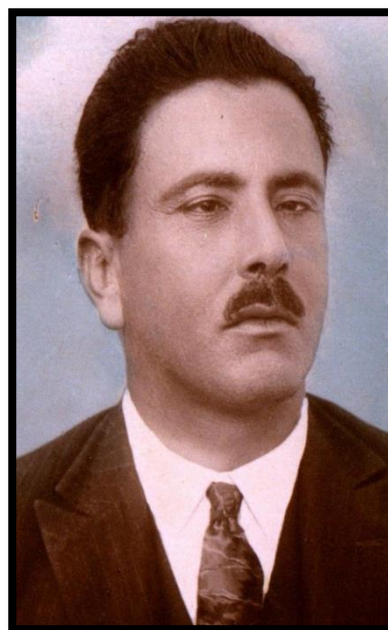
18 - Doutor Antonio Ernesto Coelho (01.04 a 31.05.1923)



19 - Capitão Theophilo Dias Branco (18.01 a 22.03.1924)



20 – Coronel Joaquim Bernardes da Silva (22.03.1924 – 13.10.1926, quando faleceu no exercício do cargo de agente-executivo)

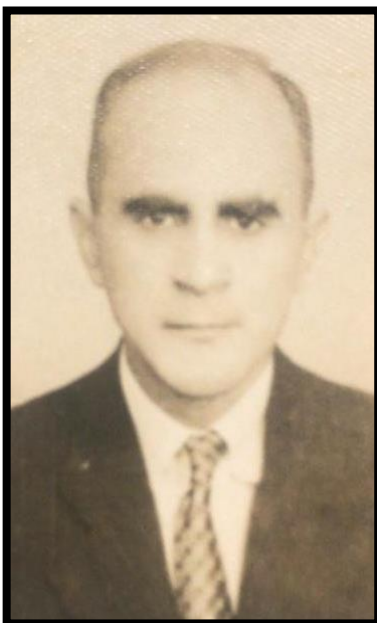


21 – Coronel Theodoro Paulino da Costa (13.10.1926 – 16.05.1927 a 20.11.1930)

PREFEITOS NOMEADOS



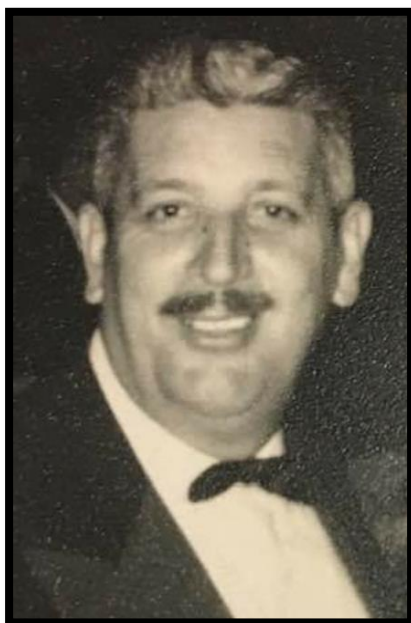
22 – Doutor Pedro Paulino da Costa (20.12.1930 – 07.06.1936 - Prefeito nomeado), (07.06.1936 - 27.11.1937 - Prefeito eleito), (14.12.1937 a 02.01.1947 - Prefeito nomeado)



23 - Lindolpho Paulino da Costa (durante alguns meses de 1936 exerceu o cargo de prefeito em substituição ao doutor Pedro Paulino da Costa)



24 – Oswaldo Otavio Provincialli (02.01.1947 – 04.04.1947)



25 – Doutor Domingos Luz de Faria (04.04.1947 a 08.12.1947)

PREFEITOS ELEITOS



26 – Doutor José Pereira Quinetti (08.12.1947 – 06.02.1951, foi o primeiro prefeito constitucional eleito)



27 – Doutor Humberto Lattaro (07.02.1951 – 31.01.1955)



28 – Vital Paulino da Costa (01.02.1955 – 31.01.1959), (01.02.1967 – 31.01.1971), (01.02.1973 – 31.01.1977)



29 – Olyntho Paulino da Costa (01.01.1959 – 31.01.1963)



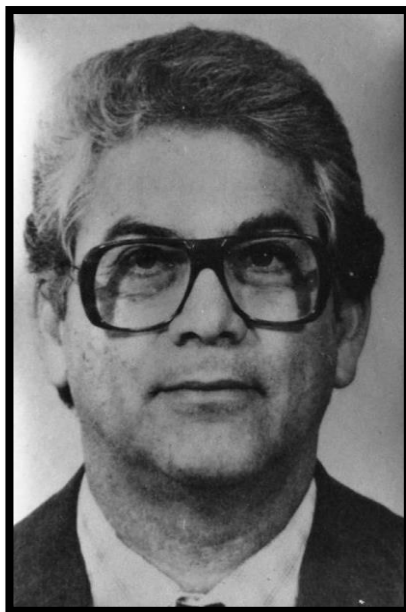
30 – Doutor Miguel Abrão da Silva (01.02.1963 – 31.01.1967)



31 – Marcio Wamilton Magalhães (01.02.1971 – 31.01.1973)



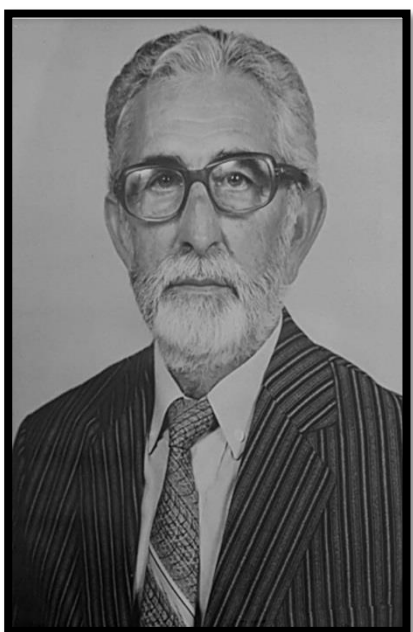
32 – Luiz Alberto Paulino da Costa (01.02.1977 – 31.01.1982), (01.01.1993 – 31.12.1996)



33 – Forte José da Silva (01.04 a 01.11.1981)



34 – Carlos Alberto Paulino da Costa (01.02.1983 – 31.12.1988)



35 – Sebastião de Castro Teixeira (01.01.1989 – 31.12.1992), (01.01.1996 – 22.04.2000, quando faleceu no exercício do cargo de prefeito)



36 – Laudevino dos Santos (22.04 a 31.12.2000)



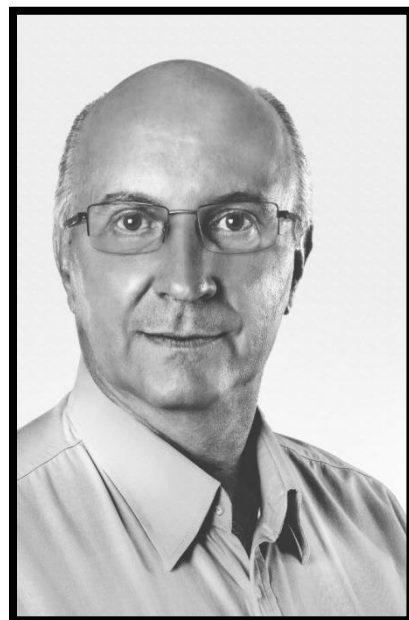
37 – José do Carmo de Paula Braga (01.01.2001 – 31.12.2004), (01.01.2005 – 31.12.2008, foi o primeiro prefeito reeleito constitucionalmente para dois mandatos consecutivos)



38 – Sandra Aparecida Cecílio Silva (01.01.2009 – 26.05.2010, foi a primeira mulher eleita a exercer o cargo de prefeita)



39 – Militão Paulino de Paiva (26.05.2010 – 31.12.2012), (01.01.2013 – 31.12.2016)



40 – Paulo Sergio Gornati (01.01.2017 – 11.03.2019 / 03.03.2019 – 31.12.2020)



41 – Maria de Fátima Jorge Piovesani (11.03 a 03.03.2019)

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DE MINAS

VEREADORES DA 13ª LEGISLATURA (2017 - 2020)



Adauto Guerzoni



Geovane dos Reis Silva



Hugo Zotti Rotta



Jean Lucas Biaggio



Jhonny Alexandre Marques



Dr. Paulo Rubens C. Donnabella



Paulo Sérgio Naves



Dra. Priscila Maria Paulino Santos



Renato Vitor Marçal



**Dra. Sandra Soares de
Moraes Ferreira**

Sebastião Pereira



APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DO DISTRITO DE MILAGRE



A Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres teve sua construção iniciada em 1920 e foi inaugurada em 19 de dezembro de 1945.

Em face dos poucos dados históricos disponíveis, a fundação do distrito de Milagre tem início com o documento encontrado no 1º Livro do Tombo da Paróquia de São Francisco de Paula de Monte Santo de Minas, página 04, que transcrevo: “... *Declaração, Eu abaixo assignado, vigário da Freguesia de S. Francisco de Monte Santo, declaro que recebi, em moeda corrente do Império, a quantia de quatrocentos e cincoenta mil reis do Snr. Graciano Marçal Sobrinho; quantia esta que, do mesmo Snr. Foi entregue pela liberta Thereza, sendo pela doante imposta a condição de erigir na Igreja desta Freguezia um oratório, em lugar determinado pelo Vigario, afim de depois da morte da doante, nesse oratório, ser collocada a imagem de N. Senhora do Milagre, que se acha em poder da mesma, e, caso essa imagem seja defeituosa, será collocada uma nova, porém, da mesma invocação. Esta declaração fica também no Livro*

do Tombo desta Parochia. Monte Santo, 26 de fevereiro de 1888. O Vigario Joao Ozorio Marcondes”.

Supõe-se, pela tradição oral, que uma pequena capela foi construída nos arredores de onde hoje se encontra a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres, e houve a doação de terras para constituir o patrimônio pelos senhores: Graciano Marçal Sobrinho; José Maria de Souza; José Cardozo da Silva; dona Maria Joana Cardozo; dona Francisca Cardozo e dona Ana Cardozo, que supostamente totalizaram uma área de cerca de 25 alqueires. Até o presente não foi encontrada a escritura de doação dessas terras. Essa pendência só seria resolvida entre a Câmara Municipal de Monte Santo e a Fábrica Geral da Diocese de Guaxupé, sobre os patrimônios de Monte Santo, em novembro de 1919, pondo termo a essa questão e evitando, assim, futuras dúvidas.

Entre os proprietários de terras que estavam estabelecidos próximos ao distrito sabemos dos seguintes: capitão Joaquim Antonio Pereira Quinetti; capitão Hipólito Gomes Ribeiro; Ismael Pereira Quinetti; Plínio Antonio Pereira; José Honório Pereira; tenente João Pedro Rodrigo; José de Oliveira Forte; Braziel Garcia de Oliveira; Manoel Paulino de Souza; José Cândido de

avenida Plínio Pereira Quinetti era a única entrada que ligava Monte Santo de Minas ao estado de São Paulo e outras cidades da região.

Os italianos chegaram nos primeiros anos do século XX e entre as famílias de imigrantes pode-se citar: Pietro Ferracin; Giovanni Ferracin; Jerônimo Piovan; Tito Piovan, Matteo Sandroni, entre outras.



Banda Antoniana, era maestro Antonio Masceo e músicos Joti Piovan, Natal Piovan, Florindo Pazzoto, Jovino Leão, Hermeto Leão, Anacleto de Pieri, Tomaz Prícoli, Atilio Zamarian, Luiz Gregório e Pedro Piovan. Cerca de 1925. Acervo do comendador José Olívio Ferracin de Andrade.

Oliveira; Brasiliano Feliciano da Silva; Francisco Custódio Júnior e Francisco Crispim.

Contava-se que a primeira casa foi construída pelo baiano Francisco Cardozo da Silva, secundados pelos contrerrâneos Eustázio Secundo dos Santos, Ernestino Leão, Antonio Joaquim de Carvalho, entre outros. Esses migrantes chegaram fugindo da seca, muitos vieram a pé. A atual

O primeiro farmacêutico foi o Oliveiros Coelho de Moraes, estabelecido por volta de 1912.

Em 1914, Matteo Sandron, Jerônimo Piovan e Fioravante Ferracin promoveram a construção da capela de Santo Antonio de Pádua e Matteo Sandron fundou a Confraria de Santo Antônio, que relevantes serviços assistenciais e espirituais prestou naqueles tempos.

Pela provisão de dom Antonio Augusto de Assis, bispo de Pouso Alegre, datada de 26 de dezembro de 1915, a capela de Nossa Senhora dos Milagres foi desmembrada da paróquia de Monte Santo, conforme se lê: *“D. Antonio Augusto de Assis, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de Pouso Alegre. Aos que esta nossa Provisão virem, saúde e bênção no Senhor – Fazemos saber que, atendendo a necessidades espirituais dos habitantes do Bairro dos “Milagres” –*

Havemos por bem desanexar da paróquia de Monte Santo e anexar a paróquia da Villa de Arceburgo, quanto não mandar-nos o contrario: recomendando ao respectivo encarregado que procure atender do melhor modo possível as necessidades

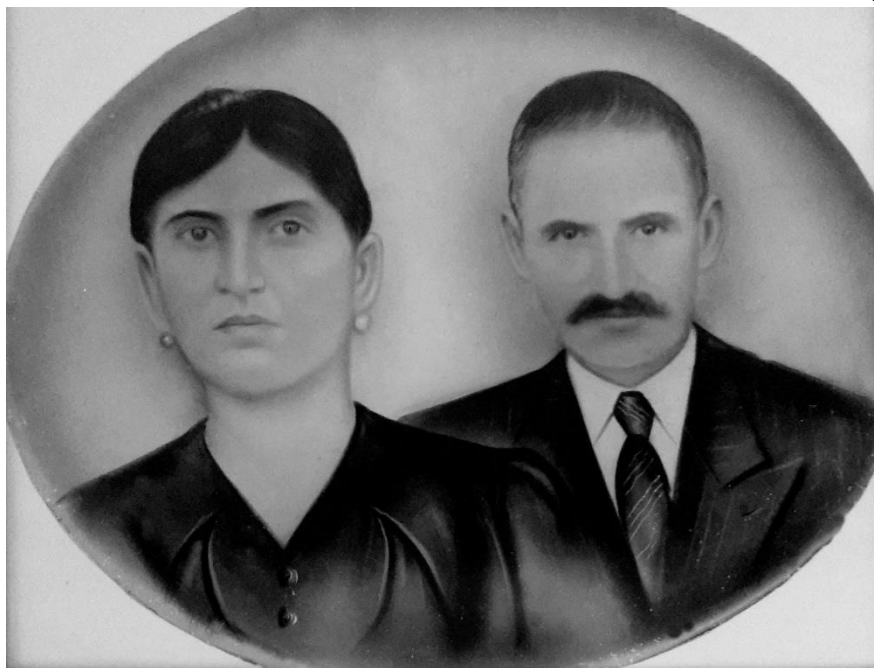
espirituais dos fieis naquele Bairro da capella de N^a Senhora dos Milagres, prhegando-lhes a palavra de Deus, administrando-lhes os Santos Sacramentos, providenciando sobre o ensino religioso das crianças e fazendo o mais que lhe inspirar o seu zelo. Está deverá ser lida na Estação da Missa e registrada no Livro do Tombo de Arceburgo. Dada e passada na Camara Ecclesiastica em Guaxupé, sob o nosso signal e o sello de nossas armas aos 14 de Dezembro de 1915. Eu, P. Braz Raffa, secretário da Curia a escrevi: + Antonio. Certifico que dei cumprimentos a tudo que se refere a presente provisão e tomei posse da capella. Arceburgo, 26 de Dezembro de 1915 – Padre Paschoal Manoel Quércia – Vigário”.

O primeiro sub-fiscal do povoado de Nossa Senhora dos Milagres, mantido pela Câmara de Monte Santo, que se tem notícias foi Gualtério Joaquim de Carvalho, em 1916.

Em 1919 eram comerciantes no povoado de Milagres os senhores: Antonio Ibba, Jorge Miguel e Rosário Fioretto.

Com o aumento populacional do povoado de Nossa Senhora dos Milagres, os senhores capitão Hipólito Gomes Ribeiro, José de Oliveira Forte, os irmãos Ismael Pereira Quinetti e Plínio Antônio Pereira solicitaram do doutor Valdomiro de Barros Magalhães (1883 – 1944), deputado estadual, sua interferência junto ao governo do

Estado de Minas Gerais, para que o povoado fosse elevado à categoria de distrito, o que ocorreu através da lei número 843, de 07 de setembro de 1923, artigo 5º, parágrafo LIX, sancionada pelo governador Raul Soares de Moura, que transcrevo: *“... que criou o distrito de Milagres, com as seguintes confrontações: LIX – de Milagres, no*



Os imigrantes italianos Marco Ferracin (1876 – 1931) e dona Paschoa Greggio (1877 - 1929). Acervo do comendador José Olívio Ferracin de Andrade.

povoado do mesmo nome, município de Monte Santo, com a seguinte divisa: partindo da confluência do ribeirão Macaúbas com o Areias a divisa sobe por este até o Córrego Marçal e por ele acima até a nascente deste; daí em linha reta, ao pico do morro Sete Cabeças e, na mesma direção, à nascente do Córrego Fundão; depois por este abaixo, até o Macaúbas, pelo qual desce, afinal até o ponto de partida – confluência do ribeirão Macaúbas com o Areias”. Entretanto, devido a disputas políticas a instalação do distrito de Milagres só aconteceria muitos anos depois, como veremos.

Em 21 de junho de 1925, foi dada a seguinte notícia sobre o distrito de Milagres:

“Os fazendeiros do distrito de Milagres, à frente dos quais se colocaram os prestantes cidadãos srs. Adolfo Santana, Ismael Antonio Pereira, José de Oliveira Forte e Plínio Antonio Pereira, acabam de reunir-se para custear a construção de uma estrada de automóveis que ligará aquele distrito a

esta cidade. Essa estrada, partindo da cidade, irá até a fazenda do Campo Redondo, do cel. Adolfo Santana, numa extensão de 6 km e aí, bifurca-se a um ramal, atravessando as terras dos srs. Ismael Antonio Pereira e José de Oliveira Forte, na fazenda do Taquaral, o arraial de Milagres, e a fazenda de Macaubas, do Sr. Plinio Antonio Pereira, irá entroncar-se na estrada de Arceburgo a Mococa".

Entre os anos de 1920 a 1928, deu-se a construção da atual Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres pela comissão formada pelos senhores: Amadeu Bacci, Gregório Ferracin, Constante Ferracin, Oliveiros Coelho de Moraes, entre outros, ficando faltando apenas a torre sineira. Em frente à Igreja foi construído um coreto, posteriormente demolido.

Concomitantemente à construção da Igreja, havia sido levantado um cruzeiro, aos pés do qual se acendiam velas votivas, pelas promessas cumpridas nas graças alcançadas. Segundo a tradição oral, o primeiro casamento realizado na capela de Nossa Senhora dos Milagres aconteceu em 09 de abril de 1931, quando casaram-se dona Maria Crispim e Hipólito Gomes Ribeiro Netto, sendo celebrante o padre André Sierkiewicz.

Em 1930, tem-se notícias dos seguintes estabelecimentos no distrito de Milagres: José de Alencar Coelho (dentista); José Zamarco (negociante de gêneros, bebidas, artigos inflamáveis, corte e barbearia); Joaquim Ayres de Montenegro (dentista); Jerônimo Piovan (táxi); Miguel João (negociante de fazendas); Marcos Ferracin (máquina de café, máquina de arroz, caminhão e automóvel) e Oliveiros Coelho de Moraes (farmacêutico).

Nessa época, muitas dificuldades surgiram, em consequência da crise de 1929, das revoluções

de 1930 e 1932. O preço do café caiu, lavouras escassas e muitas famílias foram obrigadas a migrar para outras regiões que oferecessem melhores opções de trabalho. Os estados do Paraná e de São Paulo foram os dois locais mais escolhidos para a migração. Incentivou-se, então, a cultura do algodão, do milho, do arroz, do feijão e da batata, além de novos cafezais. Ao mesmo

tempo, a pecuária visava principalmente à produção de leite, melhorando seus rebanhos. Com o passar dos anos, houve uma reação, no sentido de valorizar a lavoura cafeeira, com a recuperação dos cafezais existentes e com o plantio de novos. O café voltou, assim, a se impor como cultura predominante em nossas atividades agrícolas, graças ao comportamento dos antigos produtores, que preservaram suas lavouras, nos momentos difíceis vividos pelos cafeicultores – momentos ocasionados pela crise de superprodução ocorrida



Casal de imigrantes italianos Gregório Ferracin (1877 – 1959) e dona Joana Campioli. Acervo do comendador José Olívio Ferracin de Andrade.

em 1929.

Em 31 de março de 1934, graças aos esforços do dr. Noraldino Lima, então Secretário de Educação e Saúde Pública, por decreto de Benedicto Valadares Ribeiro, governador de Minas Gerais, foi criado o Grupo Escolar “Getúlio Vargas”, que também teve as denominações de Escola Reunida e Escola Combinada “Getúlio Vargas”, sendo nomeada sua primeira diretora, dona Florianita de Paiva Gomes e professoras as dona Terezinha de Paiva Piovan e dona Francisca Rebeck, posteriormente teve sua denominação alterada para Escola Estadual de Milagre, que conserva atualmente.

Em 1952, o Grupo Escolar “Getúlio Vargas” era dirigido por dona Florianita de Paiva

Gomes, sendo professora dona Jandira e era inspetor escolar, José Donabella Filho.

O desenvolvimento da educação no distrito de Milagre tem um nome que também não pode ser esquecido: professora Maria Cássia Ragazzi de Castro, que em 1972, iniciou suas atividades e de professora passou à coordenadora, depois diretora da escola e

também

diretora da creche. Foi

durante sua participação na vida escolar da comunidade

que o distrito

ganhou um

novo prédio

para a Escola

Estadual de

Milagre, em

1978. Outra

grande conquista

foi a autorização

das extensões das

séries (5ª e 8ª) em

fevereiro de 1981, pelo governador do estado, Francelino Pereira dos Santos, a pedido do deputado João Baptista Castejon Branco. Anos mais tarde, veio a instalação do Ensino Médio e o desmembramento do ensino infantil e a municipalização do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries). Em 1998 veio o prédio da Escola Municipal “Florianita de Paiva Gomes”. Em 2000, Cássia deixou a direção da Escola Estadual de Milagre, sendo sucedida pela professora Marli Aparecida Correia de Oliveira, que conseguiu recursos estaduais para a realização da reforma do prédio, instalação de novas salas, muros, equipamentos de acessibilidades e construção da quadra poliesportiva, muitas dessas conquistas deve-se também à professora Sára Maria Caixeta de Oliveira, diretora da Superintendência Regional de Ensino de São Sebastião do Paraíso, junto ao governo do estado de Minas Gerais.

Durante muito tempo a polêmica surgiu entre vários estados do país no que diz respeito às divisas de seus territórios. São Paulo e Minas Gerais não escaparam desse confronto, e até Monte Santo de Minas, Arceburgo e Mococa, durante

algum tempo, viveram num entrevo para solucionar o impasse criado pela divergência. Então, em julho de 1932, o capitão Adolpho de Souza Caldas, prefeito de Arceburgo, encaminhou um ofício à Comissão Revisora da Divisão Administrativa do Estado de Minas Gerais, sob a presidência do doutor Pedro Aleixo, que registrou

o fato na data da reunião realizada em 18 de outubro de 1932, em Belo Horizonte, que transcrevo em partes:

“Na ordem do dia, o dr. Arthur

Eugênio Furtado

apresenta o

trabalho abaixo,

sobre o município

de Arceburgo,

peça esta que

havia sido

convertida em

diligência na

sessão de 23 de

Agosto último, por deficiência de dados na carta geográfica respectiva. DISTRIBUIÇÃO N. 7 – MUNICÍPIO DE ARCEBURGO.

Relatório

O processo de Arceburgo contém as seguintes peças:

a) Resposta do Prefeito à circular de “5 de Abril” do corrente ano, informando que o povoado de Milagres, elevado a distrito pela lei n. 843, mas não instalado, deve ser transferido para este município de Monte Santo, pelas razões seguintes:

1º) distancia desse povoado á séde de Arceburgo é muito menos do que a séde do município a que pertence, sendo as estradas para Arceburgo incomparavelmente melhores do que as de Monte Santo;

2º) os enterramentos, casamentos e serviços religiosos e registro civil são todos feitos em Arceburgo, pela dificuldade de comunicação com a séde de Monte Santo;

3º o escoadouro natural da produção agrícola de Milagres é feito pela estação de Canôas, ramal de Mocóca, bem como todo o comércio desse povoado é feito por intermédio da estação via Arceburgo;



Casal de imigrantes italianos Pietro Ferracin e Margherita Pillon.
Acervo do comendador José Olívio Ferracin de Andrade.

4º) a assistência médica e serviço postal são feitos em Arceburgo;

5º) finalmente, a população de Milagres já manifestou o desejo de ser aquele povoado incorporado definitivamente ao município de Arceburgo;

O município só tem um distrito, o da sede.

A população desse povoado (Milagres) é calculada, segundo informa o prefeito, no total de 6.000 habitantes, mais ou menos.

A renda arrecada nos três penúltimos anos foi a seguinte: em 1928 – 134:220\$820; em 1929 – 124:954\$575 e em 1930 – 760:012\$650.

Informa ainda o prefeito que as linhas divisórias do município com os vizinhos de Monte Santo e Guaranésia não estão bem definidas e indica razões dessas dúvidas, e qual a melhor maneira de fixar essas divisas.

Acompanham essas informações num memorial e um “croquis” do município feitos pelo engenheiro-agronomo Mathias Barbosa.

b) Um ofício do Prefeito remetendo cópia proferido pela Comissão que, em 1921, estudou as questões de limites entre Arceburgo e Monte Santo.

c) Cópia da lei n. 556, de 1911, sobre as divisas do antigo

distrito de São João da Fortaleza e das novas divisas de Arceburgo com os municípios de Monte Santo e Guaranésia.

d) Um pequeno mapa do município de Arceburgo.

e) Informação do Serviço de Estatística do Estado, por onde se vê a renda do município, foi: - em 1928... 152:717\$820; em 1929 – 124:954\$576 e em 1930, de 77:312\$650; que tem uma dívida flutuante de 38:800\$000; uma área de 162 quilômetros quadrados e uma população de 10.061 habitantes; finalmente, que o município de Monte Santo discorda da linha pública no “Minas-Gerais” de 18 de janeiro de 1927, linha essa organizada pelo Serviço de Estatística Geral do Estado, sob a alegação de que as divisas legais são as da lei n. 556, de 1911, art. 7 n. XXXIX e 9 n. L.

f) Informação do Serviço Geográfico do Estado sobre as dúvidas existentes nas divisas do município com as de Monte Santo e Guaranésia.

g) Mapa organizado pelo Serviço Geográfico do Estado,

compreendendo o novo distrito de Milagres.

Assim relatado, passo o processo ao 1º revisor.

Belo Horizonte, 23 de agosto de 1932.

- (Arthur

Eugenio Furtado, relator).

- Visto, 24-8-932 – (Hildebrando Clark, 1º revisor).



O farmacêutico Oliveiros Coelho de Moraes, sua esposa dona Maria Bacci e seu filho, Francisco Coelho de Moraes (Chiquito), que foi prefeito de Mococa nos anos de 1973 a 1977. Década de 1910.



Antiga residência e farmácia de Oliveiros Coelho de Moraes.

- Visto,
25-8-932 (Feu de
Carvalho, 2º
revisor).

MUNICIP
IO DE
ARCEBURGO –
DISTRIBUIÇÃO
N. 7

Parecer

Comissão
Revisora da
Divisa
Administrativa do
Estado de Minas
Gerais, tendo em
consideração as
informações do
Prefeito de
Arceburgo, é de
parecer que seja mantido este
município, com as abaixo
descritas:

Embora o desejo
manifestado pelo Prefeito deste
município no sentido de ser
transferido para este o distrito de
Milagres, não foi possível a
Comissão atender essa justa
aspiração, não só porque muitos
dos motivos apontados como
justificativas dessa transferencia
desaparecem com a instalação
efetiva do distrito de Milagres,
como ainda é o próprio prefeito
quem declara, como se vê a fls. 5
do processo que “o município de
Arceburgo pleitea e até já entrou
em negociações e entendimento
com a Prefeitura de Monte Santo
– é uma linha que exclue do seu
território o distrito de Milagres. A
Comissão aceitando esta linha,
retificada num pequeno trecho, e
tendo em vista a pequenez da área,
procurou melhorar a configuração
geográfica do município, sem
grandes sacrifícios dos seus
municípios vizinhos e com esse



**Natal Piovan, dona Eugênia Ferracin e filhos. Acervo do
comendador José Olívio Ferracin de Andrade.**



**Olivio Ferracin (1903 – 1984), dona
Maria Toffoli (1904 – 1999), dona Elça
Gomes de Andrade (1930 – 2004) e
dona Joana Campioli. Acervo do
comendador José Olívio Ferracin de
Andrade.**

critério traçou as
seguintes divisas:

DIVISAS
MUNICIPAIS

LINHA
DIVISÓRIA COM
O MUNICIPIO DE
MONTE SANTO: -

Partindo do alto
do Morro do
Pedregulho entre
cabeceiras do
Corrego da Grama
e Ribeirão do
Guaritá, atinge as
mais altas
nascentes deste
ultimo ribeirão,
pelo qual desce até
sua confluencia

com o Ribeirão Macaúbas
até sua foz no Ribeirão das
Arêas, nos limites com o
Estado de S. Paulo.

LINHA DIVISÓRIA COM O
ESTADO DE S. PAULO –
Parte da foz do Ribeirão
Macaúbas, no Ribeirão das
Arêas e desce por este
ultimo até sua confluencia
no Rio Canôas, sóbe pelo
Rio Canôas até o ponto em
que faz barra o Corrego da
Barreira, seu afluente da
margem direita.

LINHA DIVISÓRIA COM O
ESTADO DE GUARANÉSIA
– Começa na confluencia do
Rio Canôas com o Corrego
da Barreira nos limites com
o Estado de S. Paulo; sóbe
pelo Corrego da Barreira
até sua cabeceira; continua
por espigões rodeando a
cabeceira do córrego que
passa na Fazenda da
Cachoeira e desagua na
margem esquerda do
Ribeirão da Onça, junto à

Fazenda da Tapera; e confrontando também a cabeceira de um pequeno córrego que deságua no Ribeirão da Colonia do Meio, segue por espigões em direção á barra deste ultimo córrego no Ribeirão da Onça; sóbe por este ribeirão até a confluencia do Corrego da Gordura; deste ponto sóbe o espigão ganhando o divisor de águas dos Ribeirões da Onça e da Grama e continua por este divisor até defrontar as cabeceiras do Ribeirão da Grama.

Sala das Sessões, em Belo Horizonte, 18 de outubro de 1932.

aparece constituído do distrito sede não figurando o distrito de Milagres.

Em 31 de dezembro de 1945, o cônego Gerardo Garcia SantAnna escreveu o seguinte registro no 2º Livro do Tombo da Paróquia de São João Batista de Arceburgo, conforme transcrição abaixo:

“Milagres – Sob um vivo entusiasmo do povo desta Capela terminamos a restauração interna e externa da nossa Matriz, como chama o povo deste bairro. Constando do término da torre, construção de um passeio em volta da capela, troca de portas,



Capela de Santo Antônio de Pádua construída em 1914, por iniciativa de Matteo Sandron.

Arthur Eugenio Furtado, relator) Hildebrando Clark, primeiro revisor). – (Feu de Carvalho, segundo revisor). – Pedro Aleixo) – Benedito Quintino dos Santos).

Nada mais havendo a tratar levanta-se a sessão.

A solução do problema só ocorreria no dia 09 de abril de 1937, que a pendente Monte Santo de Minas, Arceburgo e Mococa chegou ao seu final, quando foi erigido nas pontes do rio Canoas e na do ribeirão das Areias os respectivos marcos divisórios entre os estados Minas Gerais e São Paulo. Arceburgo, apesar de tentar, não conseguiu anexar ao seu território o distrito de Milagre.

Em divisões territoriais datadas de 31.12.1936 e 1937, o município de Monte Santo,

limpesa a têmpera, feitio do presbitério e um altar novo, adquirido do Apostolado da Oração de Arceburgo. Orçando tudo isto em Cr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros). Aqui fica bem patente quanto de gratidão devo ao povo de Milagres e permitame destacar ou estampar o nome do sr. Floriano da Silva e sr. Eustazio Secundo dos Santos. Aquelle fiscal das obras e este Tesoureiro. Milagre teve a honra inaudita de receber no dia 19 de agosto deste ano (1945) a visita do ilustre Prelado: D. Hugo Bressane de Araújo. Sua Excia. Revma. chegou pela manhã para celebrar o Santo Sacrifício da Missa. À porta da Capela de Santo Antonio foi sua Excia. Saudado pelo Professor Floriano da Silva. Ahi aguardava a chegada de D. Hugo o Povo de Milagres, as Escolas Reunidas e

os srs. *Prefeito de Monsanto (dr. Pedro Paulino da Costa) e de Arceburgo (capitão Adolpho de Souza Caldas). O Sr. Bispo em breves palavras satisfaz ao povo. Após a Missa o Sr. Bispo visitou a Capela de S. N. dos Milagres brevemente restaurada e depois foi-lhe oferecido um lauto almoço no salão das Escolas Reunidas. Às 2 horas, S. Excia. ministrou o Crisma à 580 crianças e logo partiu partiu para Guaxupé. Arceburgo, 31 de Dezembro de 1945. O Paroco Cônego Gerardo Sant'Anna*".

Em 1948, o padre José Maria Luz adquiriu uma casa paroquial com camas, colchões, roupas de cama, mesa, cadeiras, copos, xícaras, etc. E comprou também um motor à óleo diesel "International", com o qual se iluminou a capela, a casa paroquial e a praça Nossa Senhora dos Milagres. Nessa época foram fundadas as associações leigas católicas: Apostolado da Oração, Pia União das Filhas de Maria, Liga Católica Jesus, Maria e Cruzada Eucarística.

As festas religiosas mais festejadas em Milagres eram a de São Sebastião, Mês de Maria (maio) e Santo Antônio. As folias de Reis continuam sendo realizadas com muita devoção.

Atualmente em Milagre, Alceu de Lima Alves é um dos responsáveis pela preservação da tradição das folias de reis. Folião dedicado, há cerca de 70 anos ele dá sua contribuição para manter a tradição das folias de reis. Com essa dedicação, o distrito de Milagre conseguiu manter duas Companhias de Reis: a Estrela Guia – coordenada por Luiz Rosa e João Justino; e a Ouro, Incenso e Mirra – coordenada por "Gavião" e "Tito". Graças a essas pessoas, essa manifestação da cultura popular se manteve viva em nosso meio.

Com o aumento populacional e urbano, o povoado de Milagres é criado distrito com a

denominação de Milagre (singular), de acordo com a lei número 336, de 27 de dezembro de 1948, sancionada pelo dr. Milton Soares Campos, governador do estado de Minas Gerais, cujo teor é o seguinte: "*Distrito de Milagre – Município de Monte Santo de Minas – Entre os distritos de Milagre e Monte Santo de Minas: Começa na foz do córrego Guaritá, no ribeirão das Macaúbas; continua por este ribeirão acima, até a confluência do córrego das Pedras, sobe por este, até a confluência do córrego do Sapé; continua por este córrego acima, até a foz do córrego da fazenda do Campo Redondo; daí sobe o espigão e prossegue*

pelo divisor de águas da margem direita do córrego do Sapé, até atingir o ponto fronteiro à lagoa do Sapé, próximo ao Cruzeiro; daí segue em rumo à foz do córrego que vem do alto da fazenda do Gordura, no ribeirão das Areias, nos limites com o Estado de São Paulo". O Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Distrito de Milagre só seria instalado em 16 de janeiro de 1950, sendo nomeado como primeiro oficial, Euripedes Barsanulpho da Luz (1920 – 1989) e oficial substituto Odélio Bento da Silva e o primeiro juiz de paz a tomar posse do cargo foi o Elmano Secundo dos Santos, funcionando até 1977, quando foi transferido para a cidade de Monte Santo de Minas. Em 08 de setembro de 1977, o

cartório retomou suas atividades no distrito de Milagre, sendo nomeada como primeiro oficial, dona Maria Inez da Silva Ferracin (até o presente) e atualmente, são seus oficiais substitutos, Haroldo Fernando Silva Ferracin e Bráulio Laerte Silva Ferracin.

Um dos primeiros vereadores dito "especiais" que representou o distrito de Milagre



Professora Florianita de Paiva Gomes (dona Anita, 1898 – 1990). Foi professora no distrito de Milagre de 1915 – 1955.

na Câmara Municipal de Monte Santo de Minas foi Ismael Pereira Quinetti (1951).

O Cemitério Distrital de Milagre teve seu primeiro sepultamento realizado em 14 de abril de 1950, e pela lei municipal número 219, de 05 de maio de 1962, sancionada pelo prefeito Olyntho Paulino da Costa, a Câmara Municipal de Monte Santo de Minas autorizou a reconstrução dos muros do cemitério. Sabe-se que desde 1950 até maio de 2014, havia 74 pessoas sepultadas no local. Entretanto, a desativação do cemitério resultou no sumiço de todos os restos mortais lá sepultados, sem que houvesse resposta sobre qual destino foi dado aos restos mortais das pessoas que lá estavam sepultadas, e se houve, na época da remoção dos despojos, autorização judicial para aberturas dos túmulos e remoção das ossadas. Sem o cemitério próprio, as pessoas falecidas em Milagre são enterradas nos cemitérios de Arceburgo, Monte Santo de Minas, Mococa ou São Benedito das Areias.

A paróquia de Nossa Senhora dos Milagres foi criada canonicamente em 02 de julho de 1950, pelo decreto episcopal número 501/01, de dom Hugo Bressane de Araújo, bispo diocesano de Guaxupé. No período de 1915 a 1972, a paróquia alternadamente pertenceu sob orientação espiritual e administrativa dos párocos da paróquia de São João Batista e de São Francisco de Paula. Cumpre ressaltar o incansável trabalho das irmãs da Congregação das Filhas da Cruz: irmã Agnes; irmã Maria Paula e irmã Ana Maria, que muito trabalharam e contribuíram materialmente e espiritualmente para o crescimento da paróquia, nos anos em que residiram no distrito. Há no distrito de Milagre,

também a capela de Santos Reis, que foi construída em local considerado pela Prefeitura Municipal de Monte Santo de Minas como área institucional.

Em 1953 tem-se notícias das seguintes pessoas estabelecidas no distrito de Milagre: Angelo Ferracin, Eustázio Secundo dos Santos e Mário Gomes de Andrade (comerciantes); Alberto de Souza Lima, Ismael de Oliveira Forte (fazendeiros); Elmano Secundo dos Santos (lavrador) e Juarez Travasso (funcionário público).

Pelo censo demográfico de 31 de dezembro de 1955, a população do distrito de Milagre era composta de 392 pessoas.

Em 1959 escreveu o padre Adolfo Morán, no 2º Livro do Tombo da Paróquia de São João Batista, as seguintes linhas de interesse para a história de Milagre, que transcrevo: “... *Em Milagre foi construída a nova e confortável Casa*



A parteira Josephina Sandron (dona Pina, 1901 – 1993).

Paroquial um verdadeiro palacete, residência bem construída, sólida, com alicerce de ferro e concreto, vitrês, janelas em venezianas, instalações sanitárias e esgotos, tacos, mosaicos, etc., pintura a óleo os forros, as portas, janelas, os vitrês e o portão da casa... Nos dias 20, 21 e 22 de janeiro do corrente 1959, além da já relatada Festa de São Sebastião celebrada nesta Paróquia, foi realizada a Festa de São Sebastião em Milagre e nos dias acima referidos compareceu S. Excia. Revma. Dom Inacio João Dal Monte, D. D. Bispo Diocesano a fazer a visita pastoral, a administrar o sacramento

da crisma e inaugurar a Casa Paroquial, por ele benta, na presença de concorrida multidão, ocasião em que se fizeram ouvir diversos oradores

ressaltando o trabalho da nova e moderna Casa Paroquial construída pelo pe. Adolfo Morán; discursaram a jovem Santina Passoto, ressaltando o trabalho do Padre Morán e hipotecando eterna gratidão; o snr. Alceu Rodrigues de Carvalho que fez constar o progresso desenvolvido pelo Padre Morán tanto em Milagre, construindo a nova Casa Paroquial, reformando a igreja Santo Antonio etc. como Arceburgo construindo um novo hospital, acabando a igreja de São Vicente de Paulo no asilo e reformando a Casa Paroquial de Arceburgo, falou ainda para prestar contas dos donativos o pe. Adolfo Morán agradecendo a colaboração finalmente usou da palavra o Sr. Bispo agradecendo o trabalho da construção da Casa Paroquial e congratulando-se com este

tomar conhecimento do lugar dos moradores, da Igreja, do estado da casa que deveria servir de residência paroquial, tomar os entendimentos preliminares com pessoas dali: Quanto à paróquia, como também quanto a organização dos trabalhos pela reforma da pequena construção para adaptá-la à função de Casa Paroquial; e no mesmo tempo para avisar que, a partir do Domingo seguinte, de 09 de janeiro, teria ido a celebrar a Missa Vespertina todos os domingos, até o dia em que a execução dos trabalhos da reforma da casa permitisse de poder transferir a residência permanente na sede paroquial. Feito conhecimento com diversas pessoas do lugar, (a dizer: de algumas pessoas da Comissão das Obras Paroquiais); feita a visita a Igreja Paroquial;



Vista aérea atual da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres, que tem como pároco o padre Carlos Virgílio Saggio.

grande melhoramento”.

Os primeiros televisores chegaram em Milagre entre os anos de 1962/1964 e foram de dona Florianita de Paiva Gomes, Irineu de Moraes e Orlando Custódio de Carvalho.

Em 1972, o padre Omero Campanelli escreveu as seguintes notas no 2º Livro do Tombo da Paróquia de São João Batista, que transcrevo: “... Pela manhã do dia três de janeiro de 1972, o escrevente, no seu munus de Vigário Econômico de Milagre, dirigiu-se para aquele povoado a fim de

tomado também conhecimento do abandono e decadência da pequena construção, que deveria fazer da Casa Paroquial, e tomados os primeiros entendimentos quanto aos respectivos trabalhos de executar, e sendo encarregado aquelas pessoas de avisar os fieis quanto as celebrações das Missas Vespertinas nos Domingos, o Vigário voltou para a residência paroquial de Arceburgo...”.

O padre Campanelli fez uma pertinente observação sobre os bens da paróquia, relatando o seguinte caso: “... Como aconteceu não muito

tempo atrás na Capela de Santo Antônio de Milagre, em que alguns fingidos compradores ou admiradores de antiguidades, inesperadamente e sem culpa alguma dos zeladores, de noite arrombaram uma janela e roubaram uma imagem de um Cristo Crucificado, de madeira entalhada e esculpida de um certo valor, que foi trazida cá da Itália por algum dos primeiros imigrantes que vieram para cá”.

Os primeiros postos telefônicos foram instalados nas casas de Antônio Secundo dos Santos, secundado por Martins Ferracin. Em maio de 1982, o farmacêutico Paulo Ribeiro Bouças, que

A assistência às parturientes do distrito de Milagre foi prestada por parteiras práticas, ou melhor, curiosas. Josephina Sandron (Dona Pina), que ao longo de 64 anos, ajudou muita gente vir ao mundo, assistindo grávidas e as ajudando a dar à luz. Dona Pina tinha o aval do doutor Humberto Lattaro, médico residente em Monte Santo de Minas, que, inclusive, ajudou a melhorar os trabalhos da parteira, no acompanhamento das grávidas e na condução dos nascimentos. Dona Pina fazia tudo de forma voluntária e não cobrava pelos partos que ajudava a realizar – ao contrário de médicos, hospitais e maternidades atuais que,



Capela Sagrada Família, pertencente a José Olívio Ferracin de Andrade e sua esposa, dona Selma Barbosa Ferracin de Andrade, inaugurada em 09.09.2003.

era vereador, comprou ações da Telemig e saiu vendendo os primeiros números de telefones automáticos, num total de 35 linhas.

Em 15 de agosto de 1982 foi inaugurado no distrito de Milagre, o Posto de Saúde Mário Magalhães Mafra, que contou com a participação de inúmeras pessoas e, dentre elas, os senhores: dr. José Magalhães Mafra, alto funcionário da autarquia INAMPS; Luiz Alberto Paulino da Costa, prefeito; deputado estadual dr. Luiz Vicente Ribeiro Calicchio; deputado federal João Baptista Castejon Branco; Carlos Alberto Paulino da Costa e Plínio Pereira Quinetti.

mesmo públicos, cobram do Sistema Único de Saúde (SUS). Contam os moradores mais antigos do distrito que Dona Pina realizava os partos a qualquer hora do dia ou da noite. Bastava que fosse chamada. Sob chuva ou sol, frio ou calor, ela não se intimidava. Andava quilômetros para atender pacientes em sítios e fazendas da região. Os registros da época são poucos e as histórias ficaram mesmo é na cabeça dos moradores mais antigos. E assim, com dedicação e discrição, Dona Pina foi parteira até 1993, quando faleceu, aos 92 anos de idade. Pelo trabalho de ajuda na formação da comunidade de Milagre, a prefeitura de Monte

Santo de Minas, sendo prefeito, José do Carmo de Paula Braga (Cacau), em 2004, a homenageou, atribuindo seu nome do Posto de Saúde, onde há uma placa com sua fotografia.

Entre os farmacêuticos que residiram em Milagre, um houve que se dedicou com paciência e disposição, trata-se de Paulo Rodrigues Bouças, que vindo da região de Alfenas, Minas Gerais, aqui chegou em 1957, aos 22 anos de idade, onde estabeleceu sua farmácia para atender os moradores de Milagre e São Benedito das Areias. Em reconhecimento ao seu trabalho e dedicação, destacando-se como um líder do distrito de Milagre, foi eleito vereador da Câmara Municipal de Monte Santo de Minas por três mandatos: 1964/1968; 1976/1982 e 1992/1996, graças ao seu prestígio social e amizades em realizações, sendo estes os fatores para os seus sucessivos mandatos. Paulo aposentou-se do comércio em 1994 e já é falecido.

Em 1980 havia cerca de 53 casas no distrito de Milagre, com uma escola e uma cadeia.

Em maio de 1982, o prédio da antiga delegacia de política foi reconstruído e foi instalado o destacamento policial. Na história de Milagre há notícias de ter exercido o cargo de delegado de polícia os senhores: Jô, Eustázio Secundo dos Santos, Divino Félix da Silva, Hipólito José dos Santos, Alvino Piovan (Dida) e Paulo Gomes Ribeiro.

A área onde se localiza o campo de futebol “Milagre Futebol Clube” foi oficialmente doada pela Prefeitura de Monte Santo de Minas, através da lei municipal número 873, de 22 de junho de 1988, na gestão do prefeito Carlos Alberto Paulino da Costa. O “Milagre Futebol Clube” havia sido fundado em 25 de março de 1988. Em outubro de 2013, o “Milagre Futebol Clube” teve sua denominação alterada para “Estádio José Olívio Ferracin de Andrade”, em homenagem a esse grande benfeitor do distrito de Milagre.

A capela Sagrada Família é um oratório particular, propriedade do comendador José Olívio Ferracin de Andrade e dona Selma Barbosa e está localizada na fazenda Taquaral, no distrito de Milagre. A capela foi inaugurada em 09 de setembro de 2003, sendo solenemente benzida pelo padre Celso de Abreu Jesus, pároco da paróquia Santa Luzia, de Mococa, diocese de São João da Boa Vista, estado de São Paulo. A capela Sagrada

Família, segundo o casal, foi construída em homenagem especial aos seus avós maternos Olívio Ferracin e dona Maria Tóffoli e a todos os Ferracin. Nela já foram realizados: casamento, batizados e missas. Assim que anoitece, uma grande imagem de Nossa Senhora ao lado da capela é automaticamente iluminada. Na época do Natal, quando um colar de luzes é aceso ao seu redor, fica mais bonito ainda. Tornou-se um cartão postal de Milagre, juntamente com os três sinos programados para tocar de 3 em 3 horas, diariamente, a partir das 6 até a meia-noite. Todo o distrito ouve esse badalar. Dessa forma, segundo os seus proprietários, José Olívio e dona Selma, “esta capela também pertence aos milagrenses”.

Pela lei municipal número 1644, de setembro de 2008, sancionada pelo prefeito José do Carmo de Paula Braga, foi instituído o “Dia Oficial do Distrito de Milagre”, segundo o texto, este dia será sempre “na sexta-feira que antecede o quarto domingo do mês de maio”. Embora não tenha fixado uma data específica, ficou estabelecido que “a sexta-feira será destinada a atividades cívicas, festividades e comemorações locais”.

A lei observava ainda que o quarto domingo do mês de maio é voltado às comemorações religiosas em louvor à Nossa Senhora dos Milagres, padroeira da paróquia e do distrito.

Um dos grandes nomes do distrito de Milagre é o de José Mateus de Castro Ribeiro (Teteu), que é um dos três maiores adestradores de cavalos do Brasil, é um dos destaques da atividade hípica e um requisitado profissional desta área. Em 2012 foi homenageado pela rainha da Inglaterra, Elizabeth II, pelo trabalho que realizou, sobretudo, “pelos extraordinários esforços para eliminar a violência no treinamento de cavalos”, dizia o certificado. A homenagem veio pouco tempo depois de Mateus atuar de Monty Roberts – adestrador que prepara cavalos para a rainha. Teteu desenvolveu seu trabalho em parceria com o Centro de Treinamento Equestre, da Haras Monte Santo, propriedade bastante conhecida no cenário do hipismo, localizada em Milagre e conquistou centenas de títulos.

Em novembro de 2013, o distrito pôde contar com o “Jornal de Milagre”, informativo mensal, apoiado pela ‘Associação dos Moradores de Milagre’, cuja razão social é o Conselho

Distrital de Desenvolvimento de Milagre, e que havia sido fundado em 03 de novembro de 1994. O informativo foi patrocinado pelo casal de benfeitores José Olívio Ferracin de Andrade e dona Selma Barbosa de Andrade. Em seu primeiro editorial, o Jornal de Milagre se propôs ser um canal informativo a fim de melhorar a informação sobre cultura, esporte, saúde, educação, assistência social, segurança, agricultura, economia, lazer, eventos, religiosidade, tradições, enfim, sobre a vida cotidiana do povo que faz esta terra. E realmente, enquanto circulou, por cerca de dois anos, o Jornal de Milagre levou a todos, independentemente da classe social, religião, etnia o que tem de melhor nos moradores de Milagre – sua beleza, união, participação na comunidade, suas reivindicações e suas conquistas.

O distrito de Milagre tem atualmente uma população de 2.630 pessoas, um ramo econômico muito promissor para o distrito de Milagre seria o turismo, se contasse com um “marketing” e apoio mais efetivo da prefeitura, a exemplo dos encontros de Folia de Reis. Ele está localizado na região sul/sudoeste (mesorregião) do estado de Minas Gerais, sua economia gira em torno da agricultura, sobretudo nas plantações de café, apresentando características fortemente rurais no que tange à economia, cultura, formação social, entre outras. Com a mecanização das lavouras de café a partir da década de 1980, houve intensa migração da população rural para a área urbana do distrito, com consequente criação de novos bairros na sua periferia.

LAMENTÁVEL DESASTRE (1939)

Janeiro, dia 03, de 1939. Trágico acidente de automóvel abala a cidade. Oliveiros Coelho de Moraes (com 46 anos de idade) e seus filhos:

Francisco
(com 21 anos de idade),
Ofélia (com 08 anos de idade);
Helvécio
(com 05 anos de idade) e
Maria Isabel
(com 03 anos de idade) e o motorista
Hypólito
Gomes
Ribeiro Netto,
dirigiam-se de Milagre a Arceburgo, quando ao tentar atravessar a ponte do rio Macaúbas,

desprovida de balaustradas, projetou-se em águas revoltas.

Dos sete ocupantes do veículo salvou-se

Francisco que, ao ser projetado para fora, sofreu apenas ligeiras lesões.

Francisco Coelho de Moraes foi casado com dona Jandira Felício e anos mais tarde foi eleito prefeito de Mococa – S.P. Oliveiros era irmão do farmacêutico Sátyro Coelho de Moraes, residente em Arceburgo. Era farmacêutico em Milagre e membro de tradicional família radicada em Arceburgo. Era casado com



Sepultamento de Oliveiros Coelho de Moraes e seus quatro filhos no Cemitério Municipal de Arceburgo.

dona Maria Bacci, deixando na orfandade os jovens Francisco (já mencionado), José, que se casaria com dona Terezinha Giordano e dona Beralda Coelho de Moraes. Era filho do então já falecido Francisco Coelho dos Santos e de dona Beralda Cândida de Moraes, falecida em 1950, aos 98 anos de idade. Todos os filhos já são falecidos.

O motorista Hypólito Gomes Ribeiro Netto, membro da conceituada família Gomes Ribeiro, de Monte Santo de Minas, deixou viúva, dona Maria Chrispim e na orfandade três filhas então menores: Cleuffe Gomes Ribeiro de Souza Dias (Tati), casada com o falecido doutor Gabriel de Souza Dias, residente em Arceburgo; Cleuza Gomes Ribeiro Bouças, casada com o farmacêutico Paulo Rodrigues Bouças e srta. Cleide Gomes Ribeiro, solteira, residentes em Milagre e um filho Clasmelindo Gomes Ribeiro (já falecido), que foi casado com dona Clarinda Ferracin.

Os médicos locais da época, doutor Herculano de Paula Borges e doutor Arthur De Lucca Netto, prestaram o seu concurso e atenção de maneira mais solícita possível, quer no local do desastre, onde se transportou imediatamente o doutor Herculano de Paula Borges, tendo-se

encarregado do tratamento urgente ao jovem Francisco, o doutor Arthur De Lucca Netto.

Os cadáveres das vítimas, com exclusão do motorista, Hypólito Gomes Ribeiro Netto, foi transferido para Milagre e posteriormente sepultado no cemitério municipal de Monte Santo de Minas. Vieram para Arceburgo, onde ficaram em casa de dona Beralda Cândida de Moraes, mãe de Oliveiros. (Esta casa já demolida, é hoje propriedade de Andréia Piovan Jayme Resende).

Arceburgo recebeu com profundo pesar os corpos de Oliveiros e seus filhos, que mereceram as devidas reverências de sua gente com realização de missa de corpo presente em sua Igreja Matriz, celebrada pelo então pároco, monsenhor Felipe Abrão de Oliveira (padre Salim).

Esta ocorrência foi alvo de destaque na imprensa da região, inclusive no jornal “O ARCEBURGO”, em sua edição nº 402, de 08 de janeiro de 1939, propriedade de Ovídio Vieira de Carvalho e redator, Nicolau Balbino.

No Rio de Janeiro, então capital da República, foi notícia no Jornal “A NOITE” e na Rádio Nacional, ganhando grande consternação e repercussão.

A ENERGIA ELÉTRICA EM MILAGRE

A energia elétrica só chegaria em Milagre em 1954, graças aos esforços do coronel Adolfo Santana, do doutor Domingos Luz de Faria, doutor Pedro Paulino da Costa, doutor José Pereira Quinetti, doutor Humberto Lattaro e José Feliciano da Silva, conforme podemos constatar nesse artigo publicado no jornal “Fôlha da Monte Santo”, de 26 de setembro de 1954, que transcrevo:

A luz elétrica em Milagre é um assunto que desde muito tempo vem sendo discutido. Todos os políticos, principalmente do situacionismo falam em resolvê-lo nas vésperas das eleições.

Eleitos, nem admitiam falar sobre o assunto. Faz mais de 40 anos que o rico e próspero distrito de Milagre vem pedindo aos poderes municipais de Monte Santo para solucionar esse tão importante problema para os milagrenses. Até em 1º de maio de 1953 não havia nada de concreto.

Em 15 de maio de 1953, o Exmo. Sr. Cel. Adolfo Santana, vice-presidente da Câmara Municipal e membro do Diretório do P.R. entrou com um projeto-lei que abria um crédito de Cr\$80.000,00 em favor da Cia. Sul Mineira de Energia Elétrica desta cidade, a fim de ser instalada energia elétrica no Distrito de Milagre. Essa tão importante iniciativa do Cel. Adolfo Santana foi aprovada por unanimidade pelos ilustres vereadores da nossa Câmara Municipal.

A Empresa Força e Luz local aceitou a proposta apresentada pelo eminente chefe político do P.R. Logo tratou a Empresa de solicitar licença para o Governo Federal para concretizar o desejo de todos. Oficiou-se para o Ministério da Agricultura. A solução não vinha. Mediante esta demora o povo de Milagre solicitou do Governo Federal por intermédio da Prefeitura Municipal de Arceburgo a autorização para a Empresa de Mococa fornecer luz para aquele Distrito.

O povo pediu a intervenção do operoso Prefeito de Arceburgo, coronel Ranulpho Faria, porque estava cansado de dirigir aos poderes municipais de Monte Santo e não ser atendido. Eis aqui na íntegra o memorial enviado ao Governo por intermédio da Prefeitura de Arceburgo:

‘Exmo. Sr. Dr. Presidente da República.
Rio de Janeiro.

Nós, infra-assinados, moradores, comerciantes, proprietários, lavradores, arrendatários, funcionários e demais pessoas deste distrito, vêm expor a Vossa Excelência o seguinte:

escola primária que temos é insuficiente, e sem meios para tratar de nossa saúde.

A promessa de luz e água encanada é tão velha que os velhos do nosso distrito já não creem mais nas palavras das autoridades de nosso município. A escola primária aqui existente não tem capacidade para alojar um terço de nossos filhos. Mais de dois terços das crianças deste distrito ficam analfabetos por falta de expediente das autoridades municipais.

O nosso distrito é riquíssimo. É o que mais concorre para os cofres públicos de Monte Santo



Casa onde funcionou uma antiga ferraria, sendo um dos seus proprietários o baiano Algemiro Rodrigues da Silva (Lico). Na esquina o único transformador do distrito, ponto de encontro nos finais de tarde. Fonte: Revista Atitude Interior, número 11, abril de 2004.

Desde muito tempo que vimos solicitando dos poderes competentes do município de Monte Santo de Minas, a melhoria deste rico distrito e não temos tido apoio nos nossos justos pedidos.

Faz mais de 40 anos que o povo de Milagre vem solicitando aos chefes políticos e Prefeitos de Monte Santo de Minas um tratamento condigno aos honrados cidadãos deste distrito, no entanto, até a data presente só temos tido promessas e mais nada. O tempo passa e, com tristeza, vemos que as promessas não se realizaram e Milagre continua nesta situação tremenda sem nenhum conforto.

Este distrito tem mais de 50 anos de existência, contando da sua fundação, entretanto, não temos energia elétrica (luz), água encanada, a

de Minas. A nossa água é uma das melhores desta região mineira. Estamos cercados de redes de luz elétrica e, no entanto, os poderes e chefes políticos municipais nada fazem por nós.

Por isso, mediante a nossa exposição acima pedimos a V. Excia. se digne solucionar este nosso grande problema que é a luz em nosso distrito.

Certos de que V. Excia. fará todo esforço junto às autoridades competentes nesse sentido, agradecemos a V. Excia. penhoradamente.

Distrito de Milagre de Monte Santo de Minas, 4 de abril de 1954’.

(Este memorial está assinado por trezentos e onze pessoas residentes e domiciliado naquele distrito conforme documento que se acha em poder

do sr. José Feliciano da Silva, agrário especializado que encabeçam este movimento).

Em resposta ao memorial acima encaminhado, os Srs. signatários receberam o seguinte comunicado da Presidência da República: “Gabinete Civil.

Srs. José Feliciano da Silva, agrário especializado e outros.

O SECRETÁRIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA cumprimenta e tem o prazer de comunicar que o seu pedido endereçado ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, a fim de ser examinado, foi remetido ao Ministério da Agricultura, protocolado sob nº PR-047.458. Rio de Janeiro, 2-8-1954. Ilegível”.

Logo que o processo foi encaminhado para o Ministério da Agricultura, o Diretório do PR local solicitou a intervenção do deputado Daniel de Carvalho, ex-Ministro da Agricultura, a fim de ser solucionado com a maior rapidez possível o caso da luz em Milagre.

Com a mudança de Governo Federal, foi nomeado para Chefe da Casa Civil do Presidente da República o Exmo. Sr. Dr. José Monteiro de Castro, dd. Deputado da U.D.N., de Minas Gerais. Com isso foi reforçado o pedido pelo diretório da U.D.N. de Monte Santo para a instalação imediata da luz em Milagre.

No dia 10 de setembro o Diretório da U.D.N. de Monte Santo recebeu do deputado federal dr. José Monteiro de Castro, Chefe da Casa Civil do Sr. Presidente da República, o seguinte comunicado:

‘Diretório da U.D.N. Municipal de Monte Santo de Minas – M.G.

Comunico-vos prazerosamente que o vosso pedido foi atendido pelo Sr. Presidente da

República, assinando decreto autorizado a Cia. Sul Mineira Energia Eletrica a construir linha de transmissão entre o Distrito de Milagre, município de Monte Santo de Minas e distrito São Benedito das Areias, pertencente a Mocóca, Estado de São Paulo. Saudação, a) J. Monteiro de Castro, Chefe da Casa Civil’.

Com a aprovação da lei apresentada pelo vereador Cel. Adolfo Santana, membro de destaque do Diretório do P.R., a qual abriu crédito de Cr\$80.000,00 para instalação da luz elétrica em Milagre, as atividades dos partidos políticos locais, principalmente o P.R. e a U.D.N., e a atitude do povo milagrense, enviando ao governo o memorial acima com mais de 300 assinaturas é que forçou as autoridades competentes a atender as justas reclamações do povo milagrense.

Mais uma vez os partidos políticos da oposição de Monte Santo concorreram para o bem estar único e importante distrito de Milagre. Por isso, o povo milagrense deverá eleger nas próximas eleições de 3 de outubro os candidatos da coligação U.D.N., P.R., P.S.P., porque eles continuarão atendendo os desejos da ativa e honrada população de Milagre”.

Não se registrou com exatidão a data em que se acendeu a primeira lâmpada elétrica no distrito de Milagre. Ficou, porém, na memória coletiva que houve uma grande comemoração regada a muito “chopp” com gelo, distribuído à população.

Visto assim, quando tudo era mormente difícil, rendamos nossa homenagem aos homens públicos daquele tempo, que com grande dificuldade lutaram para que a população de Milagre, gozasse do privilégio da energia elétrica até os dias de hoje.

O FORNECIMENTO DE ÁGUA EM MILAGRE

A população de Milagre buscava água nas nascentes, a parte alta da sede do distrito usava o sistema de cisternas, sendo que em algumas a água era salobra. Até 1969 não existia água canalizada em nenhuma residência. A primeira rede de água encanada, com a instalação de captação e distribuição foi implantada por iniciativa de Antônio Barreto (Fiuca). Naquele ano foi construída a casa de bombas, onde foi instalado os compressores para a retirada da água do poço

artesiano e iniciaram as montagens dos equipamentos para o bombeamento de água até o reservatório.

Em primeiro de julho de 1970 foi inaugurado o primeiro poço artesiano que levaria água até o reservatório. A construção desse poço deve-se ao Romeu Miranda e apoio da prefeitura de Monte Santo de Minas, sendo prefeito Vital Paulino da Costa.

Antônio Barreto, atento às necessidades da população, fez a instalação da torneira na lateral do reservatório de água para facilitar e evitar o longo trajeto até a nascente. Nesse tempo, a rede de água estava em fase de construção para a distribuição – as valas para as tubulações eram feitas de amianto e de ferro galvanizado e o solo era aberto por enxadão. Foi em meados de 1971 que a água canalizada jorrou nas casas dos milagrenses. Com a morte de Antônio Barreto (1983), sucedeu-o seu filho, Rafael Barreto, no trabalho de fornecimento de água.

Em 2002, a administração dos sistema de água passou à responsabilidade da COPASA, e Rafael Barreto continuou seu trabalho, pela empresa, somando ao todo 37 anos de dedicação.

Com a COPASA, através de novas tecnologias, foi substituído o velho reservatório (o primeiro) por um novo que está localizado ao lado do Posto de Saúde “Josephina Sandron” e foram feitas trocas das tubulações com melhor qualidade e durabilidade.

Milagre dispõe de excelente serviço com rede estendida por todo o distrito e a COPASA mantém um bem equipado escritório.

UM PEDAÇO DE MONTE SANTO DE MINAS CHAMADO MILAGRE

Milagre é um Distrito de Monte Santo de Minas, sudoeste mineiro, com aproximadamente 131 anos, e está localizado a 13 quilômetros de Monte Santo, sentido estado de São Paulo.

Com uma pequena população de pouco mais 3.000 habitantes, uma certeza pode ser percebido, Milagre é o mais globalizado dos distritos mineiros, porque está na divisa entre os dois Estados, e toda a sua história tem a marca de muitos povos, e muitas culturas.

Recompor sua história não é tarefa fácil, os dados são poucos precisos, e nasceram muito mais de histórias faladas do que histórias escritas, de qualquer forma vamos às elas.

Milagre, Distrito do Município de Monte Santo de Minas surgiu em 1889 com as doações de terra de 3 famílias:

Maria Joana Cardozo doou 6 alqueires de terra em nome da família Cardozo;

José Maria de Souza que doou 13 alqueires e Graciano Marçal Sobrinho que doou mais 6 alqueires.

Com 25 alqueires de terra começou então a formação da Vila, que até então não apresentava nenhum nome.

Porém, um pouquinho antes dessa história das doações, temos um outro pedacinho da história que nos levará ao nome atual do Distrito de Milagre.

Na página 4 do primeiro livro Tombo da Paróquia Francisco de Paula, em Monte Santo de Minas, temos o registro que no dia 26 de fevereiro de 1888, o Vigário João Marcondes, recebeu uma quantia de 450 mil reis, do Sr. Graciano Marçal Sobrinho.

Esse valor de Graciano era uma doação de uma mulher liberta por ele, que se chamava Thereza, que naquela ocasião pediu que fosse erguida um oratório, em qualquer local determinado pelo Vigário João Marcondes.

A ex-escrava Thereza tinha uma imagem de Nossa Senhora dos Milagres, e pediu que após a sua morte, ela fosse colocada na Capela que seria erguida com o dinheiro doado, e a Thereza ainda, com um coração cheio de amor e devoção à Nossa Senhora dos Milagres, pediu que caso a imagem sofresse algum dano, ela deveria ser substituída por outra da mesma devoção.

Esse carinho da ex-escrava por Nossa Senhora dos Milagres, começou provavelmente com alguma família portuguesa por onde passou em seu tempo de escravidão, uma vez que a devoção à Nossa Senhora dos Milagres foi trazida pelos portugueses.

Sua generosidade fez com que sentisse em seu coração a necessidade da construção da Capela à Nossa Senhora dos Milagres.

O Vigário João Marcondes, convencido com certeza, por Graciano Marçal, resolve construir, a capela pedida por Thereza, e nas terras doadas por Graciano, Maria Joana Cardozo e José Maria de Souza.

Com a Capela construída, Nossa Senhora dos Milagres batiza esse pedacinho de terra, e a deixa marcada, como uma terra filha da Mãe dos Milagres.

No começo, Milagre, chamado a princípio por Milagres, começa com uma pequenina população.

Primeiro, foi a chegada da família de José Cardozo da Silva, que veio da Bahia, pela forte seca que estavam passando no Nordeste, e em seguida, vieram o senhor Ernesto leão e Jerônimo Piovan.

Após eles, chegam as famílias italianas como os Ferracin, e algumas outras que foram se unindo ao povo que iam se formando pelo trabalho árduo e a vontade de fazer a vida valer a pena.

Já no final do século XIX vieram para Milagres, o senhor Alfredo Rodrigues da Silva, José Paulino de Souza, os irmãos Brasiel e Hipólito Garcia de Oliveira, Plínio Quinete, e Hipólito Gomes Ribeiro, casado com dona Maria Ancassuerd, de origem alemã.

Hipólito Gomes Ribeiro era irmão do Coronel José Cassiano Gomes, que participou diretamente da emancipação de Monte Santo de Minas, quando essa foi elevada de freguesia para município.

O café e a agropecuária são as grandes razões para que pessoas da Itália adviessem para esse pedacinho de terra. E o povo baiano tinha o desejo de construir povoados. E com a constante chegada de pessoas e povos, Milagre vai se tornando um pouco mais habitada, porém sempre com uma característica de lugar tranquilo.

Em 1915 Américo Benício de Paiva envia sua filha Florianita de Paiva Gomes para Milagre para assumir a educação dos filhos daqueles imigrantes, que aqui trabalhavam de sol a sol. Florianita casada com João Gomes Ribeiro, filho do Coronel José Cassiano Gomes, fica responsável pela educação do Distrito por 40 anos, até 1955.

Também, em 1915, começou a construção da igreja para Santo Antônio de Pádua, uma devoção muito forte entre os italianos, que fizeram suas doações com mão de obra e dinheiro para

construção. Os italianos que ajudaram foram Jerônimo Piovan, Fioravante Ferracin e Mateus Sandron.

Então até 1915 já temos uma mistura de vários povos e várias famílias: Paiva Gomes, Gomes Ribeiro, Piovan, Rodrigues da Silva, Cardozo da Silva, Brasiel, Marçal, Piovan, Ferracin, e assim foi seguindo, baianos, italianos, portugueses, alemães, e deste povo lutador vai surgindo um povo bom territorialmente mineiro, e desta forma, podemos enxergar, que mesmo com tantas diferenças, todos encontram-se em um único objetivo, um único sonho: um futuro melhor. Desejo comum de “ganhar a vida”.

Mas o que pode ser considerado vida melhor, ou ganhar a vida? Vamos deixar que o resto da história nos responda.

Em 1926, começou a construção da hoje Matriz Nossa Senhora dos Milagres, que foi finalizada em 1928. Construída por Policarpo Bacci, Amadeu Bacci, Gregório e Constante Ferracin,

Há registros de que em 1927 haviam 22 residências, todas das famílias citadas acima. Porém, o Distrito vai ganhando forma e encorpa mais um pouquinho pessoas e em seus anais, e em 1935 é inaugurada a Escola Estadual de Milagre, onde a Florianita, chamada carinhosamente pelo povo de dona Nita ainda lecionava, nesta época, chega, e se une ao povo de Milagre, família de origem japonesa, para compor a cultura do povo deste Distrito.

Chegamos em 1957, Milagre tem 98 residências, e a escala populacional vai aumentando em 10% por ano, e assim, até os dias atuais, onde Milagre registra aproximadamente 700 habitações que comporta os 3000 habitantes. Porém, deste então muitas coisas foram compondo esse Distrito, nas décadas de 80 e 90 houve a chegada do povo nordestino, pernambucanos, cearenses, baianos e até paraibanos, que trouxeram à vontade de trabalhar nas lavouras de cana de açúcar, e assim, de cultura em cultura Milagre vai formando sua própria identidade.

Junto com a sua diversidade de povo, também, há a diversidade religiosa, com templos evangélicos e, também, com uma devoção, bem especial que conquistou ao povo que são as Companhias de Reis. Uma devoção com total influência europeia, ganhou uma característica

totalmente peculiar com esse povo milagrense, que mistura tantas culturas.

Hoje, as Companhias de Reis unem desde jovens até velhos na mesma mesa, na mesma partilha do pão (ou melhor, do arroz e feijão), algo tão folclórico que atraem para suas Bandeiras dos Três Reis Magos, curiosos, devotos, ateus, que de todas as formas são filhos de Deus, é assim que eles pensam, e desta forma, divulgam de casa em casa o que acreditam, o que a fé de seus corações escolheu para ser de Deus.

Milagre é totalmente administrada pelo Município de Monte Santo de Minas, mas tem vida própria, seu povo, continua tentando “ganhar a vida” na lavoura, de café e laranja, alguns têm maior emancipação financeira com suas atividades agropecuárias ou com suas almas empreendedoras, para uma cidade de pouco mais de 3000 habitantes 3% da sua população atuam nos comércios do Distrito. Os números que circundam Milagre principalmente nas dimensões financeiras, mostra o que é que significava vir para Milagre e ganhar a vida.

E em Milagre, acontece muitos Milagres? Há resposta é sim, e todos os dias. Ao nos deparar

com as encostas verdejantes, que rodeiam esse Distrito podemos dizer com ousadia, que a gênese se deu aqui, a primeira pincelada do mundo foi aqui, o sol quando se põe se despede com majestade, deixando estrelas no céu puro, e o sol quando nasce acorda o povo com suavidade. Em Milagre toda a natureza sussurra de alegria, em tudo ela canta um canto de paz. Tudo é vida, tudo se transforma em vida.

Aquele povo que no final do século XIX chegou aqui com o objetivo de ganhar a vida, nos deixou um legado, a vida se ganha vivendo, com amor, com paixão, com música, com alegria e com trabalho suado. E em comum aquele povo com esse povo de Nossa Senhora dos Milagres e dos Santos Reis, há uma única certeza de que a vida se ganha com muita devoção.

Eliete Gomes, escritora, consultora financeira e de desenvolvimento humano, coach, atua como apoio em Grupos de Reflexão as Perdas e Orientadora Espiritual.

COMENDADOR JOSÉ OLÍVIO FERRACIN DE ANDRADE (1953)

Nascido em 09 de julho de 1953, no sítio Taquaral – hoje fazenda Canadá –, distrito de Milagre, município e comarca de Monte Santo de Minas, estado de Minas Gerais, sendo filho de Mário Gomes de Andrade e de dona Elça Ferracin de Andrade. Iniciou seus estudos no Grupo Escolar “Getúlio Vargas”, saindo dessa escola aos 9 anos de idade, quando sua família transferiu residência para São Paulo.

Na capital paulista, José Olivio começou a trabalhar com a idade de 11 anos, quando teve sua primeira cadeira profissional registrada, trabalhando nos mais variados empregos e funções, sempre trabalhando durante o dia e estudando à noite. Por fim, foi trabalhar em instituições

financeiras (bancos), onde permaneceu por 30 anos, passando por todas as atividades e segmentos bancários.

Casou-se com dona Selma Barbosa de Andrade, professora em escolas públicas e particulares, nascendo os seguintes filhos: Alexandre, Luana, Camilla e Andressa.

Com esforço e dedicação, fundou o grupo SCOR, em 1997, empresa voltada para prestação de serviços ao sistema financeiro.

Preocupado e zeloso com sua terra natal, em novembro de 2013, José Olívio e dona Selma fundaram o “Jornal de Milagre” com a finalidade de preservar a história e divulgar o distrito de Milagre, na sede da “Associação dos Moradores

de Milagre”. Enquanto circulou, por cerca de dois anos, o Jornal de Milagre levou a todos, independentemente da classe social, religião, etnia o que tem de melhor nos moradores de Milagre, concomitante a isso José Olívio e Selma, filantropicamnet e custearam as obras de reconstrução do “Estádio Milagre Futebol Clube”, em 2013, que



O casal José Olívio Ferracin de Andrade e dona Selma Barbosa Ferracin de Andrade.

justificativamente passou a ser nomeado oficialmente como “Estádio José Olívio Ferracin de Andrade”.

Realizou e patrocinou vários eventos no distrito de Milagre: dia das Crianças, festejos natalinos com distribuição de presentes, brinquedos e cestas básicas, tudo patrocinado por José Olívio e dona Selma.

José Olívio e dona Selma patrocinaram a reforma da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Milagres, do Salão Paroquial e da Capela de Santo Antônio de Pádua, doando vários equipamentos para a paróquia.

Através de suas fazendas, José Olívio e dona Selma geram muitos empregos diretos e indiretos para os moradores do distrito de Milagre.

Nos anais da história de Milagre, há de ficar assinalada a data de 07.10.2006, pois nesse dia, José Olívio e dona Selma realizaram, na fazenda Canadá, um evento para todos os

membros da “Família Ferracin”, que estavam radicados no Brasil, onde reuniu e

contou toda a história dessa família de imigrantes italianos: naquela ocasião reuniram-se 1.250 pessoas oriundas dos Ferracin.

Atualmente, José Olívio e dona Selma residem na fazenda Canadá, onde se dedicam à criação de gado de corte, deixando as empresas sediadas em São Paulo sob a administração de seus filhos.

“Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis”.(Bertold Becht).

O Correio de Monte Santo teve sua primeira edição em 05.08.1894, sendo o primeiro jornal editado em Monte Santo de Minas. Era seu diretor José Vilela de Freitas.

CORREIO DE MONTE SANTO

ORGAM POPULAR

Director : Jose Vilela de Freitas

Redactores : Diversos

ESTADO DE MINAS

PUBLICAÇÃO SEMANAL

BRAZIL

Anno I

Monte Santo, 5 de Agosto de 1894.

Numero 1

Assinaturas :

Para a cidade, um anno, 10\$000
Para fóra, um anno, 12\$000

Pagamento adiantado

AVISO

Aquelle que receber esta folha e não devolvê-la no prazo de 8 dias, será considerado assignante.

Não accetamos artigos anonymos e nem de diffamação.

Correio de Monte Santo

Com o presente numero vem o *Correio de Monte Santo* solicitar um assento no convivio da imprensa mineira.

O seu apparecimento obedece a nobilissima suggestão : propugnar pelo engrandecimento e progresso desta zona, fazendo sentir as necessidades e chamando sempre a attenção do Governo para tudo que for concernente aos melhoramentos moraes e materiaes da mesma zona.

O *Correio de Monte Santo*, orgam consagrado pois á defesa dos interesses fundamentais desta zona, não se subordinará, consequentemente ás exigencias de partidos em que se subdivide a familia mineira, e antes, superior á elles, não duvidará em combatel-os, sempre que por seus desvios dos principios de justiça fôrem causa do retardamento em attingir esta zona seus altos destinos.

Agindo, porém, em esphera independente, nenhuma dubiedade manteremos quanto á defesa destes interesses.

Um orgam de publicidade pôde não filiar-se á partido algum e o *Correio de Monte Santo* de ninguém receberá vóz de commando. Deixar, não obstante, á revelia da opinião os negocios desta zona, não é digno da imprensa livre e criteriosa.

O debate que se instituir sobre os negocios desta mesma zona hade inspirar-se em principios e ideias aproveitaveis.

O *Correio de Monte Santo*, portanto, no exame a que tiver de sujeitar á acção dos poderes pu-

blicos, obedecerá, moderado mas intransigente ao principio e regras á que se impõe de não se descuidar para que as comarcas desta zona se elevem á altura dos seus destinos.

A' consecução deste *desideratum* prendem-se questões da mais relevante oportunidade. Sobreleva, entre todas, a que entende com a riqueza e produção da zona.

A lavoura e o commercio são a vida, e sel-hão por muito tempo a dupla manifestação de nossa vida nacional. Por isso empenhar-nos-hemos para que estas duas grandes classes encontrem da parte do governo, solução immediata dos seus justos reclamos. E fal-o-emos com tanta maior sinceridade, quanto, é certo, não nos deteremos diante de preocupações de ordem individual ou interesseira.

Não nos illudimos, contudo, quanto a fraqueza de nossas forças. Sobra-nos, porém, tenacidade no trabalho.

Aos homens de boa vontade, ás intelligencias esclarecidas, não fecharemos nossa officina. Que elles secundem nossos esforços, substituindo por longo subsidio intellectual o que possuímos de perseverança, e o *Correio de Monte Santo* não será um orgam inutil.

Collaboração

GUTTENBERG

E' este cujo nome emcima estas linhas que, mesmo com sua simples memoria levanta hoje o brado de sua descoberta n'esta cidade.

Producto de uma vasta intelligencia e sentimento, esperança e sonho que são gemeos, aspirações que são irmãs, segredos que estremecem no dorso vitreo das aguas e no azul incommensuravel dos horisontes.

O infinito paira sobre o crystal das aguas, irradia-se na corrente dos ventos e lampeja com a magestade do talento.

A intelligencia é um poder creador : cumpre adorá-la, respeitá-la e servi-la ; os seus combates são a embriaguez da alma ;

os seus triumphos um espectáculo augusto, que nos colhe o espirito em ondas de gozos incalculáveis e celestes, onde tudo é santo, arrebatador e fecundo.

Tudo estremece e palpita ao sopro ingente do talento humano : o ar anima-se, a luz avelluda-se de amorosos toques, a paixão vive na mudez do marmore e nas côres cambiantes da tella, o mar, o lago, as flôres. os rochedos sorriem-se e entoam canticos ás mil que formam o grande concerto da harmonia universal.

O homem é no dizer de Lammennais, composto de dous seres o animal e o anjo : combater um para que o outro predomine, eis o trabalhar incessante da intelligencia.

Glorifiquemol-a, pois ; ha uma idéa de uniformidade na visão melancolica da alma, que se despede do viver : a arvore dos tumultos debruçando-se, triste sobre a lagôa humedecida das campas, derrama luz de envolta com as perolas de orvalho que humedecem gottá a gottá a pedra candida da morte. Aqueile em quem um dia scintillou a chyspa divina do talento, esse nunca ha de morrer, a sua sombra passeia sobre o dorso dos tempos.

Assim, pois, parabens a esta cidade tão grandiosa no nome (Monte Santo) quanto no prodigio que dia a dia manifesta.

Parabens á seu povo sedento do progresso, que pressuroso chama para seu seio o que lhe pôde ennobrecer, pacificamente esperando, como quem espera os destinos da sorte um apito locomotor que lhe diga :

Aqui tens o resto.

Parabens, finalmente ao immenso estado de Minas Geraes a cuja prodigiosa arvore pertence o gigante-co galho denominado, Monte Santo.

HONORATO.

CORREIO DE MONTE SANTO

E' sob esta denominação que hoje apparece em Monte Santo o primeiro numero de um jornal, trazido a publicidade pelos ingentes esforços de nosso amigo José Vilela de Freitas, auxiliado pelo louvavel zelo de alguns moços entusiastas, do progresso desta terra.

A necessidade da imprensa entre nós se havia tornado palpitante, e á sua criação, deu os parabens, como apreciador que sou, desse motor de civilização.

Em todos os Paizes e especialmente no Brazil muito tem conseguido a imprensa séria e disciplinadora. A sociedade inclina-se respeitosa perante o seu poder e tem-na como uma egide, quando ella sabe desempenhar a sua elevada missão.

O fim a que se propõe o *Correio de Monte Santo* é nobre e alevantado, vem auxiliar o desenvolvimento material e moral d'esta já florescente Cidade, que dia a dia caminha.

Amparado por adestrados redactores, dedicados o conduzirão na senda do dever e a generosa população de Monte Santo, apertando-o em seus braços, não lhe negará o seu apoio.

Caminhae pois dasasombrado. A data de hoje perdurará em nossos corações, por onde ainda não passou o facho da descença e jubilosos exultamos com a realisação da nossa aspiração.

Parabens pois ao Monte Santo, cidade aprazível e importante pelo seu exuberante solo e que com mais esse factor para o seu engrandecimento, caminha rapidamente ao lugar elevado que o destino traçou-lhe no sul de Minas.

E. M.

Variedade

A TEMPESTADE

O ceo estava limpo e o sol brilhava com todo o esplendor dardejando seus dourados raios sobre as quietas e limpidas aguas do lago, onde brincavam dezenas de passaros selvagens ostentando garbosa e belleza de suas plumagens num vai vem continuo. Eu e mais dois companheiros depois de uma longa correria pelos campos em busca das saborosas perdizes e codornizes, assentamos a beira do lago debaixo de um velho e frondoso jequitiba, que pela sua apparencia parecia contar mais de seculo de existencia e a sombra d'elle contemplamos admirados as bellezas da natureza, que se estendia diante de nossos olhos. Pouco a pouco o Occidente cobriu-se de nuvens negras, o sol começou a empallidecer-se, o brilho das aguas desappa-

receu, cobrindo-se de uma cor sombria, e os passaros amedrontados, occultavam-se entre as bravias canas que cercavam o lago, saltando e apressando-se. O firmamento cobriu-se de uma nuvem negra, e trovão retumbou atrojando os ares com o seu medonho estampido. Procuramos um abrigo no curramanchão fronteiro ao nosso primitivo abrigo, e dahi vimos o raio quebrar e deitar por terra como se fosse uma tenra plantinha o colosso que ha pouco admiravamos. Nuvens carregadas de electricidade rolavam pelos ares, e tombavam em torrentes sobre a terra. Tudo bramia, o trovão, as montanhas, as florestas, os ventos e o lago, e todos esses ruidos juntos formavam um concerto infernal, que parecia anunciar a destruição do mundo. Levantou-se um forte vento do oriente levando em sua veoz carcira a «impetude», que dissippou-se como por encanto. Então vimos brilhar mais puro e bello o sol, e ouvir os cantos alegres das aves, saudando ao seu Creator, terem escapado de tão medonha borrasca.

Então voltamos aos nossos lares com os nossos corações cheios da grandeza do Omnipotente e da magestade da natureza.

J. M.

✕

Sem antagonismo ou opposição não ha movimento nem acção.

Ha certos exemplos que são piores do que os crimes.

Advogando os direitos feminis, dizia uma senhera: Onde estaria o homem se não existisse a mulher? Eu sei acende, disse um homem. Acende? perguntou ella. Ora essa... no Paraizo!

A liberdade não é uma conquista, mas um direito; somente é preciso ser maior para o exercer.

E' um bom symptoma para um homem publico, o ser injuriado pelos seus inimigos.

A maior desgraça que se pôde desejar a um inimigo, é que elle ame sem ser amado.

O homem não luta contra os perigos, mas tambem não recua.

A cruzada é planta que só floresce na estufa da sinceridade.

Só se deve tocar no inimigo, para lhe fazer curvar a cabeça.

O amor é uma gotta de orvalho que os céos verte no calice da vida, para corrigir-lhe o amargor.

ROCHESTER.

Nunca é a fraqueza a causa da queda de um homem, mas sim a força da tentação.

O homem deve agir como se pudesse tudo e resignar-se como se nada pudesse.

A paciencia é o apoio da fraqueza; a impaciencia a ruina da força.

A virtude e o bem estar procedem da direcção que damos a nós mesmos.

Todo desejo energico se realisa. A proposição parece ousada; mas é consoladora e é verdadeira.

Fallecimentos

Após sete dias de horroresos padecimentos, motivados por graves queimaduras, falleceu e foi inhumada no dia 31 do passado, a menina Amelia, filha do sr. José Alves da Costa. Nossos peza-

mes.

Tambem falleceu a innocente filha do nosso amigo Emmanuel Le Penchal. Respeitamos a sua dor.

Colonisação

Acabamos de ler o officio do secretario da agricultura do nosso Estado, em resposta ao da nossa Camara em que estipedia para o municipio sessenta familias de imigrantes agoranos que, com pouca demora devem chegar ao porto de Santos. Facilita o governo a sua remessa até a Mococa, encarregando-se a Camara do seu alojamento aqui e de sua subsequente distribuição. Nós que conhecemos bem de perto as difficuldades da lavoura e a necessidade de trabalhadores, applaudimos essa tentativa de nova colonisação e só temos palavras de animação e louvor para todos que empenham seus esforços em prol do municipio. Auguramos feliz resultado n'essa tentativa.

Casamento

Consortiaram-se no dia 30 do mez passado, em oratorio particular logo após o acto civil, o nosso amigo, Alferes Francisco Gomes Ribeiro e a Exma. Sra. D. Rita Margarida de Rezende. São filhos do Tenente-Coronel José Cassiano Gomes e de Dr. Juiz de Direito da Comarca, Severino Eulógio de Rezende.

Foram paranympas, do noivo o Tenente Felix da Luz Sobrinho e da noiva a Exma. Sra. D. Maria das Dores de Carvalho Almeida e o Dr. João Augusto Ribeiro Guimarães. Muitas felicidades.

Organisação musical

Devido à iniciativa de alguns moços, constituiu-se aqui um grupo musical, sob a direcção do projecto professor Major Francisco Nantes de Castilho, tendo havido já alguns agradáveis ensaios que auguram em breve periodo o preenchimento de uma lacuna por demais sensivel. Avante, moços.

Furto de café

Pelo nosso amigo Gê Lima foi preso na noite de 1 para 2 do corrente, na fazenda do seu sogro Tenente Coronel Vicente Carvalhaes, o italiano de nome Antonio Rossi, que alli foi encontrado furtando café. Já foi feita a denuncia á autoridade competente e o criminoso está recolhido a cadeia.

O dinheiro parecendo dar tudo, não pôde dar a felicidade; é necessario pedir-a ao trabalho e á virtude.

Fallecimento

Victimado por pertinaz enfermidade falleceu no dia 31 do mez passado, nesta cidade o jovem Antonio de Lima Medeiros, filho do nosso amigo o Capitão Manoel Lemos de Medeiros e sobrinho dos Drs. Francisco Augusto Pereira Lima, José Augusto Pereira Lima, Antonio Pereira Lima e Theodolindo Augusto Pereira Lima.

Viera da vizinha cidade de Passos em busca de alivio á seus soffrimentos e a morte o colheu ainda na flor da idade.

Nossos sinceros pezares a sua Exma. familia.

Concerto de ruas

Continuando a concorrer para a hygiene e embellezamento da cidade, o agente executivo, attendendo ao pedido dos moradores da rua Antenor Carvalhaes, ex-Ruy Barbosa, resolveu chamar concorrentes para o abastecimento da mesma e mais as duas travessas que ligam aquella á rua Quintino Bocayuva. E' de crer que em menos de seis mezes teremos essa rua em condições de bem servir á população.

E' o caso de felicitaçoes a nossa Camara pelos seus valiosos serviços a esta cidade.

Dr. Alfonso Penna

Consta-nos que este preclaro filho do nosso Estado, ao deixar a 7 de Setembro, a presidencia do Estado, será indicado para obter os suffragios do povo mineiro a uma cadeira do Senado estadual.

GERADAS

As directas e as avessas no texto—1.

Adverbio, adverbio, pronome é ave—1—1—1.

A arma antiga e o pronome, é docença—2—1.

Artigo contração na musica é herva—1—1—1.

As directas e as avessas no corpo—2.

Adverbio, pronome e verbo é ave—1—1—1.

Animal artigo de cortiça—1—1.

Artil no leão é cataceo—2—1.

A preposição e o adverbio é locução adverbial.

As directas e as avessas é rio—2.

O PROFESSOR ARFAM.

Licença

Foram concedidos tres mezes de licença ao Exmo. Sr. Dr. Severino Eulógio Ribeiro de Rezende, digno Juiz de Direito desta Comarca.

Immigração

A commissão de agricultura, colonisação e immigração da Camara dos deputados de S. Paulo apresentou projecto autorizando o governo a introduzir no Estado 600 familias de imigrantes suíços residentes na Republica Argentina com profissão agricola.

Juiz Substituto

Ha dias foi removido, á pedido, o Dr. João de Lima Rodrigues, juiz substituto da Comarca de S. Rita de Cassia para esta.

Parabens por esta nomeação que vem preencher uma grande falta, pois que existe muitos processos preparados sem que possam encerrar-se.

GOVERNO BIAS FORTES

Consta que será chamado para secretarios de Estado do nosso Presidente de Minas Dr. Bias Fortes, os distinctos deputados Francisco Salles, Henrique Diniz e Amador Costa Senna.

A nova marinha

O Sr. General Costallat, encarregado do expediente do ministerio da marinha nomeou uma commissão incumbida de apresentar o mais rapidamente possível um projecto de reforma completa de nossa marinha de guerra.

E' presidente desta importante commissão o almirante Jeronymo Francisco Gonçalves.

MADEIRA DE COMERCIO

Foi solennemente inaugurado em Juiz de Fora este instituto de ensino profissional.

Além do Exmo. Dr. Affonso Penna que proferiu o discurso official fallaram os Drs. Affonso Arinos, G. Quesnel, Ambrozio Vieira Braga, José Ayres do Nascimento, Luiz Detsi e Americo, Lobo representando diversas corporações.

No curso preparatorio, unico que por enquanto está funcionando, acham-se matriculados 23 alumnos.

Imposto de café

Ao Sr. Ministro da fazenda foi apresentada uma proposta sobre a arrecadação do imposto de café em campos, de accordo com o plano do governo. Esta proposta é assignada por acreditado commerciante do Rio de Janeiro.

«carracão» «riachuello»

O «carracão» «riachuello» já recebeu novas caldeiras, mastros militares e demais reparos que carecia. O possante vaso de guerra será artilhado com 24 canhões de 23 centímetros nas duas torres, 6 de 12 centímetros de tiro rapido nos reductos e muitos outros melhoramentos. O «carracão» «riachuello» deve estar prompto do fim da anno e ficará sendo uma das mais poderosas e modernas machinas de guerra das melhores marinhas.

Anarchistas

A policia franceza acaba de descobrir uma conspiração em que tomam parte anarchistas de Marseilha e de Lyon, com o fim de assassinar Casimir Perier, actual presidente da Republica Francesa.

Nos Estados Unidos esses inimigos da sociedade incitam os operarios a greve, ao roubo, ao incendio e á pilhagem. Tem-se dado diversos conflictos com a policia, resistindo os grevistas aos mantenedores da ordem.

Em Londres acaba de ser fundada uma sociedade, cujo fim especial é a guerra ao anarchismo.

Sorteio do Jury

Para a terceira sessão do Jury grande desta cidade, foi designado o dia 17 de Setembro proximo, e sahiram sorteados os jurados seguintes: Juvencio Coelho Alves, Samuel de Paula Soares, Vicente Rêchinho, João Nantes de Castello, Serafim Costa, Manoel Soares da Silva, Luiz Pagano, Felix Antonio de L. Z. de Bruiho, Domingos Luiz Henrique Onofre da Cunha, Alanciel Evaristo de Paula Xavier, Jo-e Gomes Ribeiro, Joaquim Theophilo de Mello, Joaquim Antonio Pereira, Francisco Pereira da Luz, Francisco de Paula Braga, Maximiano Custodio da Luz, João Antonio d'Amorim, Venerando Gomes d'Almeida, B. B. de S. N. Guerra, José Garcia d'Oliveira,

Astolpho Soares, José de Oliveira, Francisco Urias Monte Alegre, Francisco Palroza, José Grassano, Dr. Polycarpo Rodrigues Viotti, Caetano Santoro, Hypolito Garcia d'Oliveira, João Jacques Carvalho es.

Correcional

Para o Tribunal Correcional foram sorteados os vogues seguintes: José Custodio Leite, João Ernesto Coelho, José Pinto da Cunha Junior, João Baptista Mafra, Gabriel Antonio da Luz, Isaac Soares de Moraes, Isaac Lopes de Siqueira, Hypolito Gomes Ribeiro, José Bernardino de Freitas, Victor Coelho de Souza, José Cassiano Gomes e Theophilo Dias Branco.

E terá lugar as sessões logo que que tome posse o Dr. Juiz substituto, já nomeado.

ANNUNCIOS

Grande Liquidação

Ednardo A. Pereira, estabelecido nesta cidade, com loja de fazendas, roupas feitas, chapéus, calçado, armarinho, ferragens etc.

Tendo de annullar-se desta cidade e não convindo levar seu sortimento resolveu fazer a mais radical redução nos preços; convida pois, a todas as pessoas que queirão fazer compras, a visitar o seu estabelecimento e aquelles que fizerem compras para mais de cem mil reis offerece com 10 % sobre as facturas.

Outro sim: Pede á seus amigos e freguezes a virem saldar suas contas, de cujo favor anticipa seus agradecimentos.

Monte Santo, 1 de Agosto de 1894.

AVISO

O abaixo assignado, pretende fazer novo sortimento para a sua casa commercial, pede por isso aos seus amigos e freguezes entrarem com a importância das suas contas até o fim de Agosto corrente. Outro sim fiz sciante que desta data em diante só venderá a dinheiro com grande redução nos preços.

Monte Santo, 4 de Agosto de 1894.

N. Roberto Baptista da Silva.

Denari per l'Italia

Chi deve spedire denari per l'Italia per Vaglia Postali e Telegrafice si diriga in questa città all'.

«Pendula Mincira»

de Annibali & Alberto Macheroni

MORAES, COELHO & COMP.

Commissarios de café e outros generos do paiz

SANTOS

SOCIOS

Bento Pupo de Moraes.

Astolpho Baptista Carvalhaes.

Placido Borges Campos.

Azarias Coelho de Souza.

Todo e qualquer negocio com a nossa casa pôde ser tratado no interior com os socios Azarias Coelho, em Monte Santo, e Astolpho Carvalhaes, em Santa Barbara das Canoas.

WUVA ANDRONICO & COMP.

Negociantes e commissarios

Deposito de assucar, sal, kerozene, etc. etc.

PREÇOS MODICOS

MOCOCA

Nicoláo, Simões & Comp.

COM

Grande deposito de assucar, arroz, sal

Farinha de trigo

Kerozene e arame farpado

Recebe-se qualquer genero á consignação

VENDAS POR ATACADO

Compra-se café

MOCOCA

LARGO DA MATRIZ

MAGALHÃES & FILHO

Negociantes de seccos e molhados

ESPECIALIDADE EM FUMOS

TYPOGRAPHIA

DO

CORREIO DE MONTE SANTO

Imprimem-se cartões de visita, parti-
cipações de casamento, facturas, recibos,
circulares, avulsos, rotulos, convites para
enterro etc.

Nitidez na impressão

Promptidão

E

Preços modicos

MONTE SANTO

Dr.

José Baptista Costa Honorato

ADVOGADO

Pode ser procurado n'esta
cidade a qualquer hora para
negocios concernentes a sua
profissão.

Na casa

DE

Edmundo Foschini

Praça Cesario Alvim

Encontra se fumo reado,
papel cosmopolita, arroz
Iguape, Japão, fubá, farinha
de milho e de mandioca, café,
assucar, sal, kerozene, vinho
Rocha Leão e outros molha-
dos, massa de tomates,
conservas e molho in-
glez, marmellada de
Lisbôa, fructas em
calda, manteiga,
azeite doce, vinagre,
cordas, vellas,
etc.

Preços modicos

PAULA XAVIER & PIERRE

**Grande e variado sorti-
mento de fazendas, arma-
rinho, Chapéos, roupas
feitas, Generos do
paiz, etc.**

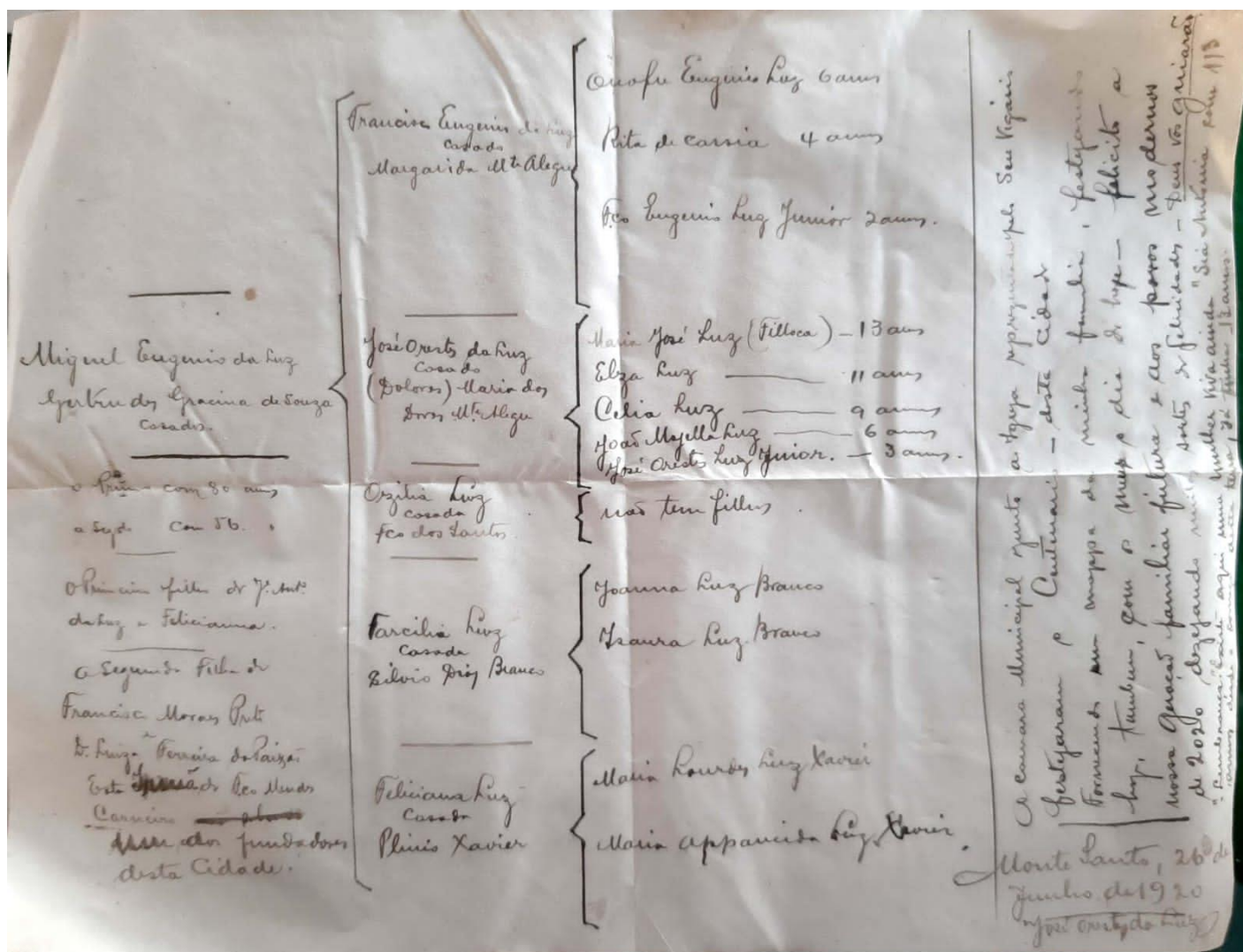
VENDAS POR ATACADO E A VAREJO

MONTE SANTO

ABERTURA DA PEDRA FUNDAMENTAL DO OBELISCO DO 1º CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DE MONTE SANTO DE MINAS, 1920/2020



No dia 26 de junho de 2020, após 100 anos, a pedra fundamental do obelisco da praça Coronel Joaquim Bernardes foi oficialmente aberta na presença do prefeito Paulo Sérgio Gornati; dos secretários municipais, dentre eles, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Desenvolvimento, representada por seu titular, Pedro Roberto da Silveira, e o Departamento de Cultura, Turismo, Indústria e Comércio, representado pelo seu diretor, Bruno Tripoloni Balista, dos vereadores da Câmara Municipal de Monte Santo de Minas, de outras autoridades, dos conselheiros do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Monte Santo de Minas e dentre eles, dona Marlene Félix Pucci Palacini e algumas pessoas, pois a cerimônia foi restrita ao público por conta da pandemia do COVID-19. De dentro do obelisco foram retirados alguns manuscritos do major Américo Benício de Paiva, de José Orestes da Luz, de Miroveu de Souza Vieira, dentre outras pessoas daquela época. Junto aos papéis acondicionados em garrafas de vidro foram encontrados jornais, folhetos, a ata do evento centenário com assinaturas dos presentes e o discurso do orador Michelet Navarro. Todo o material histórico foi recolhido e depositado no Museu Municipal Dr. Joaquim Ernesto Coelho. Guarda viva lembrança do fato, dona Noêmia Luz Castro Moscardi, nascida em 11 de abril de 1913, na época com 07 anos de idade e hoje ainda perfeitamente lúcida aos 107 anos de idade.



Um dos manuscritos mais sugestivos encontrados junto à pedra fundamental do Obelisco do Primeiro Centenário da Fundação de Monte Santo de Minas foi o escrito por José Orestes da Luz, que foi casado com dona Maria das Dôres Monte Alegre (Dolores, 1881 – 1927), onde está descrita sua árvore genealógica, remontando a um parentesco com Francisco Mendes Carneiro, um dos fundadores da cidade. Para a geração atual ele deixou a seguinte mensagem, que transcrevo: “A Câmara Municipal junto à Igreja representada pelo seu Vigário festejaram o Centenário – desta cidade. Fornecendo um mappo da minha família, festejando hoje, também, com os meus o dia de hoje – felicito a nossa geração familiar futura e aos povos modernos de 2020, desejando muita sortes de felicidades. Deus vos guiarão. Lembrança: Existe aqui uma mulher viva ainda Siá Antonia com 113 annos, desde o começo desta terra, já tinha 13 annos. Monte Santo, 26 de junho de 1920. (a) José Orestes da Luz.

[illegible]

Marcel Vieira Honoré

Angelo de Otagento Pietro Maria Cassiano Francesco
A. Antonio Joa. e un.

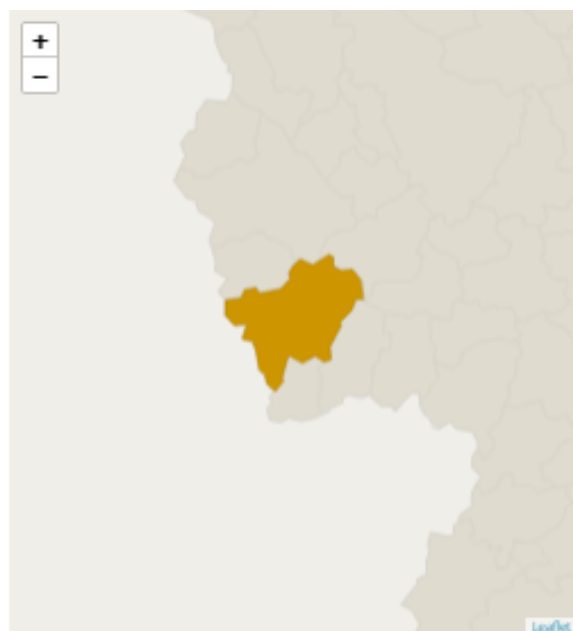
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Velhos Jornais de Monte Santo - coletânea organizada por José Ferreira Carrato, 1986 e 1988;
- Nação Brasileira, diretores: Alfredo Horcades e Théo Filho, anos variados de 1925 a 1942;
- Anuário de Monte Santo, diretores redatores: Doutor Joaquim Ernesto Coelho, Elpídio Alves e José Tigani, 1942;
- Monte Santo de Minas, História e Atualidade. Luiz Antonio Novelli, 1978;
- Cronistas monte-santenses. Organizado por L. A. Novelli, 2012;
- Itamogi: Caminhos de sua História, Terezinha Barbosa Guimarães, 2010;
- História de Arceburgo. Orlando Lodovici, Sebastião Campos e Sander Rogério Ribeiro Pereira, 1993;
- Eu e Minha Família, Francisco Paulino Lima;
- São Pedro da União: História e Política. Sander Rogério Ribeiro Pereira e Edino Alves Pacheco;
- Lanterna na Popa. Roberto Campos, 1994;
- Livros do Tombo da Paróquia de São Francisco de Paula, Monte Santo de Minas, diocese de Guaxupé, MG;
- Livros do Tombo da Paróquia de São João Batista, Arceburgo, diocese de Guaxupé, MG;
- Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional;
- Acervo digital do Arquivo Público Mineiro;
- Acervo do Museu Municipal Histórico Doutor Joaquim Ernesto Coelho;
- Acervo do Instituto Histórico e Cultural de Arceburgo;
- Site Estações Ferroviárias do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Aqui estão registradas, com fidelidade, as informações que consegui obter de viva voz e as que colhi nos arquivos, cartórios, registros paroquiais e outras fontes. Sou sobremaneira grato às seguintes pessoas pelos mais variados favores: Maria José Neves Falbo; Alcides Monteiro da Silva Neto; Raul Monte Alegre Netto; Sérgio Salgado de Oliveira; José Antônio Paulino da Costa; doutor Francisco Paulino Lima; Tiago Ambroscevicus Monte Alegre; Edson de Faria; Ataliba Pereira Lima; Vera Christina Sampaio Luz de Faria; Gladstone Marck de Pádua Monte Alegre; Dinoherci Romanini Maravelli; Tânia Maria de Souza Lopes; doutora Brasilalves Ferreira Santana; doutora Priscila Maria Paulino dos Santos; Lucas Duarte de Paula; Maria Inês Silva Ferracin; Maria Anita de Carvalho Ferracin; Adriana Ferracin; Marli Aparecida Correia de Oliveira; Eustázio Secundo dos Santos Neto; Marlene Félix Pucci Palacini; Maria Zélia Mafra Pereira de Mello; Ricardo Luz Cunha; doutor Lysias Paulino Luz; José Olívio Ferracind e Andrade; Selma Barbosa Ferracin de Andrade; Cleuffe Gomes Ribeiro de Souza Dias; Fátima Aparecida Silva Savioli; Cecília Galvani Guidorizzi David; Amélia Aparecida Trindade Cilli; Antonino Silva; padre João Ademir Vilela; Cidinha Grotto; doutor Jairo Navarro Magalhães (in memorian); Wilson Remédio Ferraz; padre Hiansen Vieira Franco; Otávio Bufoni Ferreira; Cléa Lúcia da Silva Faria; Eliete Gomes; doutor Fernando Antônio Xavier Brandão; Leonardo Borgheti Marques Falarini Belotti; Sara Maria Caixeta de Oliveira; Nilda Machado Parisi Ribeiro; José Ferreira Carrato (in memorian); José Paranhos de Siqueira (in memorian); Fúlvia Carvalhais de Freitas (in memorian); Noraldino Lima (in memorian); Elpidio Alves (in memorian); Hebe Mary Navarro Pontes Campos (in memorian); Huxley Ivens Pontes Luz de Pádua Cerqueira; Antonio Francisco de Oliveira (in memorian); Paulo Aparecido Dias de Lima, doutor Angelo de Almeida, doutora Manuella de Oliveira Nunes Maranhão Ayres Ferreira; Lilian Saldanha; doutor Milton César de Lima; Ana Regina Angeli e doutor Urias Soares de Moraes (in memorian).

DADOS ATUAIS DO IBGE DE MONTE SANTO DE MINAS



Prefeito PAULO SERGIO GORNATI (2017)

Gentílico monte-santense

Saiba mais no portal Cidades@

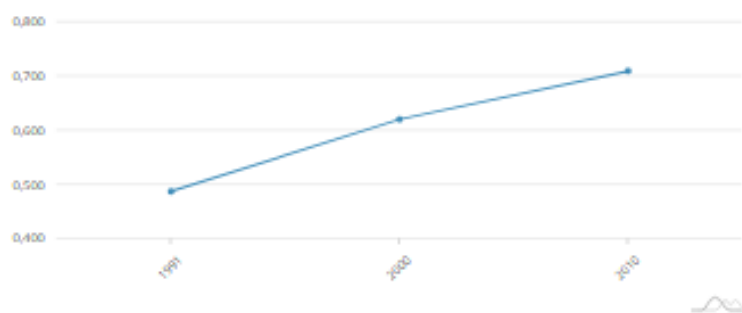
Área Territorial 594,632 km² (2010)

População estimada 21.513 pessoas (2020)

Densidade demográfica 35,71 hab./km² (2010)

Escolarização 6 a 14 anos 98,3 % (2010)

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal 0,710 (2010)



Mortalidade infantil 14,35 óbitos por mil nascidos vivos (2017)

Receitas realizadas 48.801,60968 R\$ (+1000) (2017)

Despesas empenhadas 43.342,51696 R\$ (+1000) (2017)

PIB per capita 16.287,85 R\$ (2017)

CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS

A topografia de Monte Santo de Minas é predominantemente ondulada com formações de serra e planaltos elevados principalmente na parte leste e norte do município, sendo a “Serra do Monte Santo” o final extremo noroeste da Serra da Mantiqueira. Parte do município é de terreno acidentado com algumas formações de colinas e morros, sendo os “Dois Irmãos” os mais marcantes e conhecidos. A vegetação é de transição da Mata Atlântica para o Cerrado apresentando grande variedade de espécies e de biótipos, se este estiver em uma área montanhosa, vale ou chapada.

Não há grandes áreas florestais contínuas no município, somente pequenas parcelas fragmentadas de florestas que dependem basicamente dos produtores rurais para sua preservação. Outrora, era comum a caça de perdizes e codornas nos campos de altitude, pastos e cerrados do município, acompanhada da criação de cães perdigueiros, atividade hoje proscrita. Dos anos de 1930 a 1960, caçadores costumavam extrair até cem codornas, em uma só surtida, tal era a abundância dessa ave. O falecido Amílcar Melleti, foi um dos principais envolvidos com essa atividade predatória. O clima é subtropical de altitude e ameno. Em algumas áreas do município a temperatura chega a ser bem fria durante a noite, ocorrendo formação de geada esporádica no inverno. No verão o clima é úmido, quente e agradável.

A temperatura média anual é de 20,6 graus. A precipitação média anual é de 1690 mm concentrando-se principalmente entre os meses de dezembro e fevereiro.

SUMÁRIO

Mensagem do Prefeito.....	3
Mensagem do Presidente da Câmara dos Vereadores.....	4
Mensagem do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico.....	4
Mensagem da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Desenvolvimento.....	5
Mensagem da Secretaria Municipal de Finanças.....	6
Mensagem da Secretaria Municipal de Saúde Pública.....	7
Mensagem da Secretaria Municipal de Administração Geral.....	8
Mensagem da Secretaria Municipal de Assistência Social.....	8
Conselheiros do Conselho Municipal de Cultura.....	10
Conselheiros do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico.....	12
Apresentação.....	13
Monte Santo (Minha Terra) – Hebe Mary Navarro Pontes Campos.....	15
Apontamentos para a História de Monte Santo de Minas.....	16
Monte Santo – Noraldino Lima.....	34
Monte Santo em tom de salmo - José Ferreira Carrato.....	35
Monte Santo – Paranhos de Siqueira.....	35
Francisco Leal Alemão (1752 – 1839).....	36
Francisco Mendes Carneiro (1755 – 1838).....	37
Padre Machado (1783 – 1848).....	38
João Ferreira da Costa (1784 – 1849).....	39
Comendador Francisco Coelho Monte Claro (1812 – 1861).....	41
Tenente Urias Coelho Monte Alegre (1822 – 1876).....	49
A polêmica história sobre o título do Barão de Monte Santo.....	51
Doutor João Augusto Ribeiro Guimarães (1843 – 1901).....	55
Coronel Lucas Tobias de Magalhães (1844 – 1923).....	56
Coronel Fabiano Soares de Moraes (1847 – 1924).....	58
Um nome esquecido: Major Francisco Cassiano de Lima (1858 – 1925).....	62
Major Américo Benício de Paiva (1861 – 1929).....	68
Doutor Wenceslau Braz Pereira Gomes (1868 – 1966).....	70
Coronel Francisco Gê Pereira Lima (1870 – 1944).....	75
Doutor Valdomiro de Barros Magalhães (1883 – 1944).....	75
Doutor Aristides Cunha (1888 – 1972).....	77
Coronel Francisco Grassano (1888 – 1971).....	79
Doutor Pedro Paulino da Costa (1898 – 1967).....	80
Doutor Tito Livio Lages da Silva Pontes (1887 – 1982).....	82
Doutor Brasiliano Santana (1915 – 2004).....	83
Fúlvia Carvalhais de Freitas (1917 – 2010).....	85
João Batista Castejón Branco (1919 – 1985).....	86
Doutor Humberto Falbo (1934 – 2015).....	87
Carlos Alberto Paulino da Costa (1939).....	88
Professor-Doutor José Ferreira Carrato (1914 – 1996).....	88
Monte-santenses ilustres.....	92
Os heróis esquecidos da História de Monte Santo de Minas.....	94
Ode a Monte Santo de Minas – Elpídio Alves.....	95
Aparecida – Antônio Frederico de Oliveira.....	95
A História da Comarca de Monte Santo de Minas.....	96
Monte Santo – Fúlvia Carvalhais de Freitas.....	101
Monte Santo – Doutor Urias Soares de Moraes.....	101
A Guarda Nacional de Monte Santo.....	102
Monte Santo no teu dia – Nilda Machado Parisi Ribeiro.....	109
Reminiscências de Monte Santo de Minas – Huxley Ivens P. L. de Pádua Cerqueira.....	109
O movimento de alforria dos escravos em Monte Santo.....	110

Xambá.....	111
A imigração italiana em Monte Santo de Minas.....	113
A colônia sírio-libanesa e os ibéricos.....	115
Relação dos Capelães, Vigários, Párocos e Administradores da Paróquia de São Francisco de Paula.....	117
O Baú com Libras Esterlinas.....	120
Reminiscências da Arte de Fazer Nada.....	122
Reminiscências das Comemorações do Primeiro Centenário da Fundação de Monte Santo de Minas.....	123
A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro – 1913 – 1971.....	124
Loja Maçônica Caridade Monte-santense.....	128
Pequena História do Carnaval de Monte Santo.....	129
Breve Histórico do Sambódromo “Sebastião Antônio da Silva” – “Terreirão do Samba”.....	143
O Museu Municipal Dr. Joaquim Ernesto Coelho.....	145
Homenagem a Luiz Antonio Novelli.....	147
Monte Santo de Minas, parte de mim – Sara Maria Caixeta de Oliveira.....	148
Os símbolos heráldicos de Monte Santo de Minas: a bandeira, o brasão e o hino.....	149
Noraldino Lima – 1885 - 1951.....	155
Ligação de Noraldino Lima com Monte Santo de Minas.....	157
Maria Ruth Luz – 1928 – 2010.....	157
Memorial dos Prefeitos de Monte Santo de Minas.....	159
Vereadores da 13ª Legislatura (2017 – 2020) da Câmara Municipal de Monte Santo de Minas.....	167
Apontamentos para a história do Distrito de Milagre.....	168
Lamentável Desastre.....	181
A energia elétrica em Milagre.....	182
O fornecimento de água em Milagre.....	184
Um pedaço de Monte Santo de Minas chamado Milagre – Eliete Gomes.....	185
Comendador José Olívio Ferracin de Andrade.....	187
Abertura da pedra fundamental do Obelisco do 1º Centenário da Fundação de Monte Santo de Minas – 1920 – 2020.....	193
Referências bibliográficas.....	196
Agradecimentos.....	196
Dados atuais do IBGE de Monte Santo de Minas.....	197
Características geográficas.....	197





Mejor Santa de Miras

